

Dezembro de 2014

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Imigração](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
Massomba Dominique e
Venancio Dombele

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	I
1.1 Angola continua na lista dos países menos avançados	1
1.2 Os riscos que rodeiam o crescimento económico de Angola até 2020	2
1.3 Combate À Pobreza	3
1.4 Países menos avançados	4
1.5 Eleições autárquicas, em discussão	4
1.6 O rendimento mínimo	5
1.7 Repartição da Riqueza	6
1.8 Angola cai oito lugares no ranking da Transparência Internacional	7
1.9 Cartão "Kikuia" beneficia duas mil pessoas no Soyo	8
1.10 Executivo preconiza metas para a redução da pobreza	8
1.11 Economia angolana com desempenho positivo	9
1.12 2015 Já está a porta e as dúvidas persistem sobre comprimento dos objectivos de desenvolvimento das metas dos milénios em Angola	11
1.13 Milhares de famílias recebem ajuda	12
1.14 Cartão "Kikuia" chega aos camponeses da Lunda Sul	13
1.15 Governo reforça política de combate a pobreza	14
2. MICROFINAÇA	16
3. MICROFINANÇAS	16
3.1 Taxistas enganam agentes da fiscalização	16
3.2 Produtos alimentares vendidos em locais impróprios	17
3.3 Governo constrói mercado fronteiriço em Malanje	18
3.4 Associação dos taxistas critica comportamentos	19
3.5 Kilamba xiáxi Mercados de rua são os obstáculos das obras no Golfe	20
3.6 Administração sensibiliza os vendedores	20
3.7 Comercio ambulante com os dias contados	20
4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	22
4.1 Luanda assegura cerca de 94% das receitas fiscais arrecadadas	22
4.2 Banco mundial anuncia financiamento	22
4.3 Partidos Preparam Calendário	23
4.4 MPLA e FNLA confirmam aprovação do OGE	24
4.5 Executivo cria infra-estruturas em 2015 para elevar diversificação da economia	25
4.6 OGE dá boas perspectivas	26
4.7 OGE-2015 pronto para a sua execução	26
4.8 OGE aprovado com abandono dos deputados da CASA-CE	27
4.9 OPSA e ADRA notam altos e baixos no OGE	28
4.10 'Riscos' no OGE 2015 põem em causa estabilidade financeira	29
4.11 Orçamento em vigor no primeiro dia do próximo ano	31
4.12 Previsão do preço do petróleo OGE é “ muito pouco prudente”	32
4.13 OGE aprovado, siga a farra!	33
4.14 O investimento dispara	34
4.15 A qualidade da despesa pública e o OGE 2015	35
4.16 Orçamento em balanço	36

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 37

5.1	Comissão de reestruturação de Luanda á beira do fim	37
5.2	Fiscais assemelham-se aos antigos cipaios	38
5.3	Eleições Autárquicas exigem o trabalho de todos	39
5.4	Eleições autárquicas, em discussão	40
5.5	Eleições autárquicas só quando deus (José Eduardo dos Santos) entender	40
5.6	A verdade de Isaac dos Anjos	41
5.7	Cabo Verde suplanta PALOP	42
5.8	Pronunciamentos controversos preocupam oposição	43
5.9	Onde anda a sociedade civil?	44
5.10	Criados nos municípios fóruns de desenvolvimento	46
5.11	Governo Provincial transfere funcionários	46

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 48

6.1	Cabinda tem nova urbanização	48
6.2	Clientes continuam sem casas dois anos depois	48
6.3	Casas no Cuando Cubango	49
6.4	Edifício ANAGOLA é habitado a partir deste mes	49
6.5	Antigos militares receberam lotes	50
6.6	Comissão coordena projectos habitacionais	51
6.7	Imogestin indica em Janeiro os locais de atendimento	51
6.8	Centralidade do Kilamba constitui preocupação da polícia nacional	52
6.9	Criminalidade em alta na centralidade do Kilamba e no bairro Kifica	53
6.10	Casas sociais são vendidas em breve	54
6.11	Distribuídos milhares de lotes na Lunda Sul	54
6.12	Engarrafamento com dias contados	55
6.13	Centenas de habitações estão construídas no Uíge	56

7. TERRA 57

7.1	Administração do Sumbe distribui terrenos	57
7.2	Executivo quer o fim da ocupação de terrenos	57
7.3	Administração do Sumbe distribui terrenos	58
7.4	Executivo quer o fim da ocupação de terrenos	58
7.5	Executivo prepara programa para gestão de espaços	59
7.6	As makas dos terrenos	60
7.7	Governo quer melhor gestão dos solos	61
7.8	Bornito estremece dos Anjos	62
7.9	Ocupação Massiva de Terrenos Acentuados em Cinco Municípios da Capital	62
7.10	Os problemas da habitação na perspectiva da cidadania	63
7.11	Postos de Comando Unificados	64
7.12	Ocupação massiva de terrenos acentuados em cinco municípios da capital	66
7.13	Terras na mesa de debates	66
7.14	Quem trava os conflitos de terra em Luanda?	67
7.15	Terras. Causas, efeitos e culpados da ocupação ilegal	68
7.16	Defesa das Reservas Fundiárias do Estado	71
7.17	Casas em Malanje	73
7.18	Grupo técnico para acabar com os conflitos de terras em Icolo e Bengo será criado	73
7.19	Léfant terrible, dos Anjos e Bornito selam acordo	74
7.20	Ministro acusa SOS Habitat de denegrir imagem do executivo	75
7.21	País grande, pouca gente e luta pela terra	75
7.22	Acusações contra SOS Habitat sobem de tom	76
7.23	Prossegue ocupação ilegal de terras em varias zonas do Bengo	77

7.24	Criado um grupo técnico para dirimir os conflitos	78
7.25	Táticas colonialistas roubam o sonho da terra do povo	79
7.26	Problemática da ocupação de terras	81
7.27	Docentes analisam gestão racional de terras	82
7.28	Acesso aos terrenos dificulta execução de programas	82
7.29	Distribuídos milhares de Lotes na Lunda Sul	83
7.30	Registo da terra a favor dos camponeses	84
7.31	Terras sem minas	84

8. SERVIÇOS BÁSICOS 85

8.1	Falta de Água na Baixa	85
8.2	Novo sistema de captação para a comuna do Dando	85
8.3	Mais pessoas têm acesso a água tratada	85
8.4	Estação de Kifangondo com menos capacitado	86
8.5	Diques de retenção da água no interior da Huíla	86
8.6	Dez anos para chegar a 60% da população	88
8.7	Executivo extinguiu ENE e EDEL e criou três empresas para o sector	88
8.8	'Guerra' da água nos arredores do município de Cacucaco	90
8.9	Malanje privada de água	90
8.10	Chafarizes inoperantes preocupam autoridades	90
8.11	“ Os preços energia devem reflectir os custos para que haja sustentabilidade”	91
8.12	Fornecimento de água potável regista bons níveis	92
8.13	Novo sistema no Bom Jesus	93
8.14	Desce	93
8.15	Calotes na EPAL chegam aos 36 milhões de Kwanzas	94
8.16	Inaugurados sistemas de abastecimento	94
8.17	Instalados chafarizes em bairros do Luena	95
8.18	Água chega a milhares de habitantes da Huíla	95
8.19	Telemóveis ajudam a fornecer água nos musseques	96

9. GÉNERO E VIOLENCIA 98

9.1	80% Das mulheres angolanas são vítimas de violência domésticas	98
9.2	Polícia e ONG lançam projecto de combate a violência doméstica	98
9.3	Sob a Égide da PMA Dezasseis dias de activismo contra a violência	99
9.4	Construção em zona ribeirinha em análise	99
9.5	Policiamento de proximidade combate criminalidade	99
9.6	Violência de género levado a Polícia	101
9.7	Comandante pede as populações para fazerem denúncias	102
9.8	Moradores do Belo Monte regressam as casas	102
9.9	FAA assaltam localidade de Kanjenje em Viana	104
9.10	Criminalidade em alta na centralidade do Kilamba e no bairro Kifica	105
9.11	Menos casos de violência doméstica	106

10. AMBIENTE 108

10.1	Chuva desaloja famílias no Huambo e no Uíge	108
10.2	Chuva em Luanda	108
10.3	Pouca Chuva preocupa agricultores	109
10.4	Ruas do bairro Sambizanga vão de mal a pior	109
10.5	Ravinas e valas ameaçam bairros periféricos da capital	110
10.6	Chuvas aumentam volume de águas estagnadas e arrastam doenças	113
10.7	Ruas dos municípios de Luanda estão intransitáveis	114
10.8	Caminhadas contra dores de cabeça	114

10.9	Chuvas destruíram casas na cidade de Menongue	115
10.10	Malaria. Índice de mortalidade reduz pela metade no mundo	115

II. IMIGRAÇÃO

117

11.1	Polícias recebem formação sobre a violência de género	117
11.2	A imigração e as populações	117
11.3	Refugiados voltam a casa	118
11.4	Polícia e ONG lançam projecto de combate a violência doméstica	118
11.5	Segurança na fronteira preocupa Angola e Namíbia	119
11.6	80% Das mulheres angolanas são vítimas de violência doméstica	119
11.7	Promoção do repatriamento voluntário foi o destaque	119
11.8	Repatriamento de refugiados	120
11.9	Ministério da Justiça realiza seminário	120
11.10	Cabinda combate os ilegais	121
11.11	Imigração ilegal preocupa governadora de Cabinda	121
11.12	ADRA promove debates	122
11.13	Estrangeiros são detidos por falta de documentos	122
11.14	Detidos estrangeiros por entrada ilegal	123

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Angola continua na lista dos países menos avançados

Novo Jornal

05 De Dezembro de 2014

Texto: Sedrick de Carvalho

O rápido crescimento económico de Angola carece ainda de qualidade, pois não tem gerado empregos em números razoáveis.

Esta conclusão foi avançada pelo representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância em Angola (UNICEF), Francisco Songane, durante a apresentação do relatório da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) referente aos Países Menos Avançados (PMA).

"Angola é um dos países que está realmente a ter um crescimento económico rápido, mas o problema que se coloca é a falta de qualidade: pois não se tem traduzido na geração de empregos em números razoáveis, muito menos empregos de qualidade," ao contrário dos empregos de subsistência, como os que dominam o mercado informal", explicou Francisco Songane.

Quanto à exportação do petróleo bruto, visto ser a maior fonte de rendimento de Angola, o representante da UNICEF afirmou que "é preciso dar qualidade a esses produtos, criando refinarias para se dar um valor acrescentado ao que se está a produzir". "O mesmo acontece com os minerais. São exportados em bruto, quando o recomendável é fazer-se uma transformação no país para que tenham uma mais-valia e possam trazer mais rendimentos", alertou aquele responsável, acrescentando que, "depois de transformados, revendem-nos apreços bem elevados". Para além dos ganhos financeiros, atestou Francisco Songane, a construção de refinarias nacionais irá gerar mais empregos e, naturalmente, vai contribuir para a redução da pobreza que resultará em qualidade do crescimento económico do país. Por constituírem as principais fontes de receita do Estado, o representante da UNICEF aconselhou o governo a "investir os rendimentos do petróleo e gás na preparação das condições para uma boa diversificação da economia". Francisco Songane

lembrou que a descida do preço do barril de petróleo está a causar muitos problemas à economia dos países dependentes da produção do crude. Angola encontra-se nesta situação, demonstrando que, "em termos de economia, o país não está suficientemente sólido".

Outro elemento "extremamente importante" apontado no relatório da CNUCED, que contribui para a permanência de Angola na lista dos países menos avançados, é a falta de qualidade dos recursos humanos. Como solução, o relatório cita a necessidade de se investir "muito depressa e bem" na formação profissional para originar a qualidade que se pretende, "porque não basta só o número de alunos que entra no sistema de ensino". O relatório nota também a existência de uma "estagnação" nos indicadores do desenvolvimento humano em benefício do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e do rendimento per capita.

"Realmente, tem ocorrido um crescimento considerável do PIB e da renda per capita, mas os indicadores do desenvolvimento humano estagnaram", lamentou. O índice de mortalidade de crianças abaixo dos cinco anos de idade em Angola é tido pela CNUCED como um "indicador muito forte" para avaliar o rumo do país no que concerne ao desenvolvimento social. "Uma criança que sobrevive e cresce bem até aos cinco anos traduz o esforço congregado de toda a sociedade para que esta criança tenha nascido em condições apropriadas, tenha recebido os cuidados imediatos, após os primeiros dias de vida, tenha sido protegida nos primeiros dois anos e recebido uma educação adequada que a preparou para enfrentar os desafios da vida", frisou Francisco Songane.

Mulheres Rurais na Economia

Como forma de desenvolver a diversificação da economia nacional e sair rapidamente da lista dos Países Menos Avançados (PMA), o relatório propõe o incentivo ao empreendedorismo rural feminino. O relatório sobre os PMA delineou o projecto de Empreendedorismo Rural Feminino para a Diversificação Económica (FREED, sigla em inglês) que visa apoiar as empresas não agrícolas de mulheres em zonas rurais dos países menos avançados reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Para a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), as mulheres nas zonas rurais são uma força potencialmente importante para a diversificação das economias rurais nos PMA. O relatório adianta que as mulheres rurais, frequentemente, não têm tido oportunidade para exercer actividades económicas, devido aos papéis tradicionais que desempenham. "O

FREED daria apoio financeiro e de outro tipo à criação de empresas novas por mulheres em áreas rurais dos PMA e à consolidação e modernização de empresas femininas já existentes, assim como fomentaria a colaboração entre elas", lê-se no relatório. O esquema, segundo o relatório, funcionaria com financiamentos da ajuda pública ao desenvolvimento, das organizações internacionais, fundações filantrópicas e contribuições voluntárias.

1.2 Os riscos que rodeiam o crescimento económico de Angola até 2020

Jornal Expansão
05 De Dezembro de 2014

Apresentam-se no futuro constrangimentos (recorrentes desde 2002 e que ainda não foram removidos pelas políticas públicas nem pelos investimentos do Estado nos domínios da burocracia, da energia e água e mesmo - apesar de se terem já despendido cerca de 80 mil milhões USD em estradas, pontes, aeroportos, portos, caminhos-de-ferro, escolas, hospitais e outras obras de infra-estruturas noutras áreas da criação das condições básicas para o crescimento) e riscos severos para o desenvolvimento económico. Conforme noutras ocasiões defendi, as dinâmicas anuais de crescimento do PIB verificadas entre 2002 e 2008 têm poucas probabilidades de se repetirem num futuro até 2025.

Por uma questão de melhor se compreenderem as diferentes etapas de crescimento da economia angolana, consideraram-se três períodos depois de obtida a paz:

1. 2003-2008, período durante o qual a procura mundial de petróleo e os preços cresceram bastante, proporcionando receitas significativas ao País.

Foi então possível investir na reconstrução/modernização das infra-estruturas materiais da economia e dar assim início a uma fase em que, a par das exportações de petróleo, o investimento público se apresentou como o segundo maior factor de crescimento do PIB.

O crescimento médio anual foi de 9,8%.

2. 2009-2012, em que a grande crise financeira internacional dominou os comportamentos de todas as economias numas mais do que noutras, mas que ainda permanecem indeléveis no momento actual e provavelmente ainda com alguma influência para o futuro e em Angola determinou uma quebra no investimento público de mais de 21% entre 2008 e

2009, só se retomando o seu nível anterior em 2012'. O principal factor deste ajustamento orçamental em Angola foi a quebra significativa do preço do petróleo no mercado internacional, avaliada em 35,3% de 2008 para 2009.

O outro factor de crescimento, as exportações de petróleo, também diminuiu de uma forma significativa no período em referência, tendo passado de 65,3 mil milhões USD para 40,1 mil milhões USD. Com os dois principais motores do crescimento económico do País em visíveis dificuldades, a taxa real de variação do PIB foi a mais baixa de sempre depois da independência (exceptuando as monumentais quebras em 1994 e 1995 de cerca de 24% e 25%, respectivamente, também por razões revertíveis ao petróleo): cerca de 3% em média anual.

3. 2013-2014, em que a grande aposta do Governo está sendo o lançamento das bases para a diversificação da economia, assentes no investimento público em infra-estruturas, grande parte das quais apresenta uma velocidade de degradação incomum e prejudicial dos índices de retorno

económico das empresas e de utilidade social da população. Este período tem sido caracterizado por um comportamento muito errático da produção de petróleo, afectada por problemas técnicos, dos quais darei, mais à frente, mais algumas indicações. De resto, entre 2008 e 2012 a produção acumulada de petróleo em Angola diminuiu 11,7%.

Imaginam-se os problemas financeiros para o País, porquanto as suas receitas representam 95% das exportações totais e 70% das receitas fiscais do Governo. A taxa média de crescimento neste período foi de 5,5%. O preço do barril de petróleo pode diminuir, de 2012 para 2014, em cerca de 12,5%, tomando como preço médio provável em 2014, 97 USD o barril.

Justamente devido à sua dependência externa dum recurso financeiro e de um factor de crescimento muito instáveis no seu comportamento é que a trajectória de longo prazo 2002-2013 se traduz por um ritmo médio anual de crescimento do PIB de apenas 6,2%, já considerados os ajustamentos das Contas Nacionais 2002-2012.

O Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado para 2015 explicita as preocupações do Governo quanto às expectativas de crescimento futuro da economia nacional, sendo as previsões de aumento do PIB para 2015 - 9,7% a preços constantes do meu ponto de vista, bastante optimistas e totalmente em contraciclo com a tendência média anual de longo prazo acima anotada.

Uma justificação para este excesso de confiança do Governo pode estar na recuperação da produção de petróleo, estimada em 10,5%, após a resolução de alguns dos problemas técnicos que a têm afligido há alguns anos.

Também no Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado para 2015, o Governo elenca uma série de riscos orçamentais que envolvem o cumprimento integral do seu Plano Financeiro:

? "Expectativas quanto à evolução do preço e da produção de petróleo das ramas angolanas, bem como a necessidade de preservação da sustentabilidade da dívida pública".

? "Redução da capacidade de o Estado fazer face ao serviço da dívida pública externa, o que compromete a sua capacidade de se financiar no mercado internacional".

? "Suspensão da execução de projectos de investimento público em curso".

? "Redução da capacidade de financiar a prestação de serviços de educação, saúde e assistência social".

? "Redução da capacidade de se financiar a actividade das forças armadas e da polícia nacional".

? "Comprometimento do funcionamento da Administração Pública".

A matéria dos riscos envolventes da economia nacional merece mais algumas referências, já que dos mesmos depende a capacidade futura de aumento regular do PIB em níveis compatíveis com a necessidade de se melhorarem as condições de vida da maioria da população, o que fica para a segunda parte.

1 - Em 2008, o montante foi de 11,9 mil milhões USD e em 2009 de 9,4 mil milhões USO.

1.3 Combate À Pobreza

Jornal de Angola

10 De Dezembro de 2014

O Executivo acaba de anunciar medidas de apoio social para combater a pobreza. A mais esperada e que tem dado excelentes resultados é o "rendimento mínimo" de sobrevivência." Famílias que vivem abaixo do limiar da pobreza ou estão em risco, quando esta medida importantíssima entrar em vigor, passam a receber directamente do Estado um subsídio que lhes permite viver com dignidade. O rendimento mínimo obedece a regras claras para que

as famílias apoiadas não fiquem eternamente a receber do Estado um subsídio que tem carácter passageiro e extraordinário.

O ideal é que este apoio seja atribuído num espaço de tempo que vá dos seis meses nunca aos dois anos. Quem recebe o rendimento mínimo é apoiado permanentemente para que ganhe qualificações profissionais. Um profissional que caiu abaixo do limiar da pobreza tem que ser ajudado com qualificação e apoios que lhe permitam voltar ao mercado de trabalho ou criar a sua própria empresa. Crédito, ferramentas, espaço onde abrir o seu negócio, são fundamentais para retirar da pobreza quem recebe o rendimento mínimo. Mas a atribuição do subsídio tem de obedecer a regras que impeçam o ciclo vicioso da pobreza. Os filhos dos beneficiários do rendimento mínimo têm que estar registados e possuir documentos de identificação. Os pais são obrigados a matriculá-los nas escolas públicas. A escolaridade obrigatória é o limite. Assim, as famílias têm o maior ganho: educação e formação profissional. O dinheiro do subsídio ajuda, mas a "cana de pesca" mais importante é a qualificação e a educação. A atribuição do rendimento mínimo garante uma base financeira às famílias que vivem na pobreza. Mas garante igualmente a inserção social e sobretudo a educação para as crianças. Todos os esforços, todos os investimentos, todos os sacrifícios se justificam quando no fim da linha está a educação de uma criança. Porque crianças, adolescentes e jovens são a maior riqueza nacional.

O rendimento mínimo é fundamental nos grandes centros urbanos onde as perspectivas de emprego são reduzidas e existe o perigo da exclusão social e da marginalidade. Se o subsídio impedir jovens e adultos de cárem na marginalidade, está mais do que justificada a sua atribuição. Outro aspecto fundamental e não menos importante é a distribuição justa e equitativa da riqueza. Ao lançar o rendimento mínimo garantido o Executivo está a lançar mão de um instrumento que promove a justiça social e uma melhor distribuição da riqueza, promessa eleitoral do partido que ganhou as eleições e suporta o Governo com uma maioria qualificada na Assembleia Nacional. Ao melhorar os rendimentos de famílias em perigo de exclusão ou a viverem abaixo do limiar da pobreza, o Executivo está a promover a justiça social mas também a estimular a economia pela via do consumo interno. Este aspecto é muito importante, na medida em que as famílias de baixos recursos, quase sempre incidem o consumo na produção interna. A garantia do rendimento mínimo, ontem anunciada, é o princípio de uma nova era nas políticas de intervenção social.

A protecção social das camadas mais carenciadas da sociedade insere-se no que de mais nobre tem o Estado Social. E o Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, mais uma vez, atribui a parte de leão às prestações sociais, às políticas de emprego, à educação e à saúde. Este é o caminho.

I.4 Países menos avançados

Novo Jornal

05 De Dezembro de 2014

Texto: Sedrick de Carvalho

A Categoria Países Menos Avançadas (PMA) foi estatuída há 40 anos pela Organização das Nações Unidas. Também chamados de «países mais pobres do mundo», esta definição dá direito à assistência pública ao desenvolvimento, acesso preferencial a mercados e assistência técnica especial, para além de outros benefícios.

Actualmente, 48 países fazem parte da lista dos Países Menos Avançados e estão distribuídos por África, com 34 países; Ásia, nove; Caribe, com um, e pelo Pacífico, com quatro. À semelhança de Angola, oito países pertencentes à SADC constam da lista dos PMA.

Desde o seu surgimento, apenas quatro países deixaram de pertencer à categoria dos PMA, sendo Cabo Verde, no continente africano, o mais recente a abandonar o estatuto de país mais pobre do mundo, isto em Dezembro de 2007.

A lista é revista a cada três anos pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas, com base nas recomendações do Comité de Políticas de Desenvolvimento. Os critérios avaliados na última revisão da lista foram a renda per capita, os activos humanos e a vulnerabilidade económica.

I.5 Eleições autárquicas, em discussão

Jornal de Angola

10 De Dezembro de 2014

Texto: Adelina Inácio

O Executivo vai lançar programas Integrados de rendimento mínimo para permitir a repartição equitativa da riqueza nacional e outras formas de protecção social, garantiu ontem, em Luanda o secretário de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial na abertura do seminário sobre a "Medição da Pobreza".

Ao destacar a importância dos inquéritos aos agregados familiares para os processos de elaboração, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, Pedro Luís da Fonseca afirmou que o Executivo pretende ainda garantir uma taxa média anual de crescimento do salário mínimo nacional de 15 por cento.

A intenção, sublinhou, é atingir a meta de uma taxa de pobreza em 2017 de 28 por cento equivalendo uma redução de 8,6 pontos percentuais relativamente a 2008/2009.

Estas políticas, assegurou, constam no Plano Nacional de Desenvolvimento até 2017.

Para o secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, com estas acções o Executivo quer assegurar que a acção social contribua activamente para a redução da pobreza, através da promoção de intervenções articuladas, integradas e dirigidas à prevenção e gestão do risco social.

As estratégias do Executivo permitem garantir às populações mais vulneráveis condições básicas de vida, através de um programa de rendimento mínimo com a transferência directa de recursos para pessoas em situação de risco e de extrema pobreza", afirmou.

Pedro Luís da Fonseca defende que, para que estas medidas de políticas e estratégias tenham a eficácia, é necessário conhecer o fenómeno da pobreza e dominar as diferentes formas de como se manifesta. A questão da pobreza consta das estratégias e políticas do Executivo e das instituições ligadas à promoção do crescimento e à redução das desigualdades sociais.

Para o êxito do processo, o secretário de Estado defendeu a definição de políticas económicas e sociais e informação estatística objectiva, transparente e recolhida "na base dos mais modernos e consagrados métodos de pesquisa e recolha de dados", afirmou.

Perfil da pobreza

Pedro Luís da Fonseca lembrou que o Executivo já realizou diversos inquéritos sobre a pobreza, tendo destacado o inquérito prioritário sobre as condições de vida aos domicílios em 1995, que se centrou apenas nas áreas urbanas. Também foi feito o inquérito sobre a disposição da capacidade no pagamento dos serviços sociais básicos realizado em 1998 em Luanda, Huambo, Huíla e Uíge.

As autoridades fizeram ainda o inquérito aos agregados familiares sobre receitas e despesas efectuados em 2000 e 2001 nas províncias de

Benguela, Cabinda, Cunene, Huíla, Luanda, Lunda Norte e Namibe.

Estes inquéritos incidiram principalmente sobre as áreas urbanas, numa altura em que a situação militar dificultava o acesso às zonas rurais. A amostra foi de 4.700 agregados familiares, dos quais apenas dez por cento localizados em zonas rurais. O secretário de Estado para o Desenvolvimento Territorial, destacou, igualmente, o Inquérito de indicadores múltiplos realizado também em 2000-2001 em todas as províncias.

Este inquérito forneceu uma visão geral das condições sociais e económicas, em particular das crianças e mulheres.

Teve uma amostra de 6.660 agregados familiares, dos quais 39 por cento eram residentes em zonas rurais, enquanto o inquérito integrado sobre o bem-estar da população foi realizado em 2008-2009 em todas provinciais.

Foi um inquérito complexo que, para além de informação para actualização do cabaz e a base dos ponderadores do índice de preços no consumidor, definiu o perfil da pobreza no país.

A representante do Banco Mundial em Angola, Ana Maria de Carvalho, garantiu no seminário que a sua instituição apoia os esforços de Angola para melhoria do uso dos dados estatísticos e das políticas públicas. Lembrou que o Censo realizado este ano vai permitir uma melhor execução de programas e políticas que contribuem para a redução da pobreza.

Experiência do Brasil

André Portela Sousa, da Escola de Economia de São Paulo/fundação Getúlio Vargas, foi orador no seminário e referiu que a estabilidade macroeconómica de um país é importante para o combate à pobreza.

A experiência do Brasil mostra a importância dos inquéritos nacionais aos agregados familiares para acompanhamento e avaliação das políticas públicas e a utilização de dados de inquéritos aos agregados familiares no processo de políticas públicas.

Defendeu a criação de políticas sociais voltadas para os mais pobres com vista à diminuição das desigualdades sociais.

Medição e cálculo

Com o seminário, o Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial pretende ter agentes públicos mais sensibilizados para a necessidade de

utilização dos resultados de inquéritos aos agregados familiares para elaboração de políticas, maior domínio da metodologia sobre a medição e cálculo de indicadores de pobreza e melhor dialogo entre os produtores e utilizadores de informação estatística.

O seminário, que terminou ontem, teve como objectivo promover um debate sobre os inquéritos aos agregados familiares para o reforço do processo de elaboração e avaliação de políticas públicas e realçar as metodologias para a obtenção de indicadores alternativos de pobreza e de desigualdade. Participaram no seminário membros do Executivo, directores de gabinetes de estudos e planeamento sectoriais e provinciais.

I.6 O rendimento mínimo

Jornal de Angola

10 De Dezembro de 2014

O Executivo acaba de anunciar medidas de apoio social para combater a pobreza. A mais esperada e que tem dado excelentes resultados é o "rendimento mínimo" de sobrevivência.

Famílias que vivem abaixo do limiar da pobreza ou estão em risco, quando esta medida importantíssima entrar em vigor, passam a receber directamente do Estado um subsídio que lhes permite viver com dignidade.

O rendimento mínimo obedece a regras claras para que as famílias apoiadas não fiquem eternamente a receber do Estado um subsídio que tem carácter passageiro e extraordinário.

O ideal é que este apoio seja atribuído num espaço de tempo que vá dos seis meses nunca aos dois anos. Quem recebe o rendimento mínimo é apoiado permanentemente para que ganhe qualificações profissionais.

Um profissional que caiu abaixo do limiar da pobreza tem que ser ajudado com qualificação e apoios que lhe permitam voltar ao mercado de trabalho ou criar a sua própria empresa.

Crédito, ferramentas, espaço onde abrir o seu negócio, são fundamentais para retirar da pobreza quem recebe o rendimento mínimo. Mas a atribuição do subsídio tem de obedecer a regras que impeçam o ciclo vicioso da pobreza.

Os filhos dos beneficiários do rendimento mínimo têm que estar registados e possuir documentos de identificação. Os pais são obrigados a matriculá-los

nas escolas públicas. A escolaridade obrigatória é o limite.

Assim, as famílias têm o maior ganho: educação e formação profissional. O dinheiro do subsídio ajuda, mas a "cana de pesca" mais importante é a qualificação e a educação.

A atribuição do rendimento mínimo garante uma base financeira às famílias que vivem na pobreza. Mas garante igualmente a inserção social e sobretudo a educação para as crianças. Todos os esforços, todos os investimentos, todos os sacrifícios se justificam quando no fim da linha está a educação de uma criança. Porque crianças, adolescentes e jovens são a maior riqueza nacional.

O rendimento mínimo é fundamental nos grandes centros urbanos onde as perspectivas de emprego são reduzidas e existe o perigo da exclusão social e da marginalidade. Se o subsídio impedir jovens e adultos de caírem na marginalidade, está mais do que justificada a sua atribuição.

Outro aspecto fundamental e não menos importante é a distribuição justa e equitativa da riqueza. Ao lançar o rendimento mínimo garantido o Executivo está a lançar mão de um instrumento que promove a justiça social e uma melhor distribuição da riqueza, promessa eleitoral do partido que ganhou as eleições e suporta o Governo com uma maioria qualificada na Assembleia Nacional.

Ao melhorar os rendimentos de famílias em perigo de exclusão ou a viverem abaixo do limiar da pobreza, o Executivo está a promover a justiça social mas também a estimular a economia pela via do consumo interno. Este aspecto é muito importante, na medida em que as famílias de baixos recursos, quase sempre incidem o consumo na produção interna.

A garantia do rendimento mínimo, ontem anunciada, é o princípio de uma nova era nas políticas de intervenção social.

A protecção social das camadas mais carenciadas da sociedade insere-se no que de mais nobre tem o Estado Social. E o Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, mais uma vez, atribui a parte de leão às prestações sociais, às políticas de emprego, à educação e à saúde. Este é o caminho.

I.7 Repartição da Riqueza

Jornal de Angola

10 De Dezembro de 2014

Texto: Adelina Inácio

O Executivo vai lançar programas integrados de rendimento mínimo para permitir a repartição equitativa da riqueza nacional e outras formas de protecção social, garantiu ontem, em Luanda o secretário de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial no abertura do seminário sobre a "Medição da Pobreza".

Ao destacar a importância dos inquéritos aos agregados familiares para os processos de elaboração, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, Pedro Luís da Fonseca afirmou que o Executivo pretende ainda garantir uma taxa média anual de crescimento do salário mínimo nacional de 15 por cento. A intenção, sublinhou, é atingir a meta de uma taxa de pobreza em 2017 de 28 por cento equivalendo uma redução de 8,6 pontos percentuais relativamente a 2008/2009. Estas políticas, assegurou, constam no Plano Nacional de Desenvolvimento até 2017.

Para o secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, com estas acções o Executivo quer assegurar que a acção social contribua activamente para a redução da pobreza, através da promoção de intervenções articuladas, integradas e dirigidas à prevenção e gestão do risco social. As estratégias do Executivo permitem garantir às populações mais vulneráveis condições básicas de vida, através de um programa de rendimento mínimo "com a transferência directa de recursos para pessoas em situação de risco e de extrema pobreza", afirmou. Pedro Luís da Fonseca defende que, para que estas medidas de políticas e estratégias tenham a eficácia, é necessário conhecer o fenómeno da pobreza e dominar as diferentes formas de como se manifesta. A questão da pobreza consta das estratégias e políticas do Executivo e das instituições ligadas à promoção do crescimento e à redução das desigualdades sociais. Para o êxito do processo, o secretário de Estado defendeu a definição de políticas económicas e sociais e informação estatística objectiva, transparente e recolhida "na base dos mais modernos e consagrados métodos de pesquisa e recolha de dados", afirmou.

Perfil da pobreza

Pedro Luís da Fonseca lembrou que o Executivo já realizou diversos inquéritos sobre a pobreza, tendo destacado o inquérito prioritário sobre as condições de vida aos domicílios em 1995, que se centrou

apenas nas áreas urbanas. Também foi feito o inquérito sobre a disposição da capacidade no pagamento dos serviços sociais básicos realizado em 1998 em Luanda, Huambo, Huíla e Uíge. As autoridades fizeram ainda o inquérito aos agregados familiares sobre receitas e despesas efectuados em 2000 e 2001 nas províncias de Benguela, Cabinda, Cunene, Huíla, Luanda, Lunda Norte e Namibe. Estes inquéritos incidiram principalmente sobre as áreas urbanas, numa altura em que a situação militar dificultava o acesso às zonas rurais. A amostra foi de 4.700 agregados familiares, dos quais apenas dez por cento localizados em zonas rurais. O secretário de Estado para o Desenvolvimento Territorial, destacou, igualmente, o Inquérito de indicadores múltiplos realizado também em todas as províncias. Este inquérito forneceu uma visão geral das condições sociais e económicas, em particular das crianças e mulheres. Teve uma amostra de 6.660 agregados familiares, dos quais 39 por cento eram residentes em zonas rurais, enquanto o inquérito integrado sobre o bem-estar da população foi realizado em 2008-2009 em todas as províncias. Foi um inquérito complexo que, para além de informação para actualização do cabaz e a base dos ponderadores do índice de preços no consumidor, definiu o perfil da pobreza no país. A representante do Banco Mundial em Angola, Ana Maria de Carvalho, garantiu no seminário que a sua instituição apoia os esforços de Angola para melhoria do uso dos dados estatísticos e

das políticas públicas. Lembrou que o Censo realizado este ano vai permitir uma melhor execução de programas e políticas que contribuem para a redução da pobreza.

Experiência do Brasil

André Portela Sousa, da Escola de Economia de São Paulo/Fundação Getúlio Vargas, foi orador no seminário e referiu que a estabilidade macroeconómica de um país é importante para o combate à pobreza. A experiência do Brasil mostra a importância dos inquéritos nacionais aos agregados familiares para acompanhamento e avaliação das políticas públicas e a utilização de dados de inquéritos aos agregados familiares no processo de políticas públicas.

Defendeu a criação de políticas sociais voltadas para os mais pobres com vista à diminuição das desigualdades sociais.

Medição e cálculo

Com o seminário, o Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial pretende ter agentes públicos mais sensibilizados para a necessidade de

utilização dos resultados de inquéritos aos agregados familiares para elaboração de políticas, maior domínio da metodologia sobre a medição e cálculo de indicadores de pobreza e melhor dialogo entre os produtores e utilizadores de informação estatística. O seminário, que terminou ontem, teve como objectivo promover um debate sobre os inquéritos aos agregados familiares para o reforço do processo de elaboração e avaliação de políticas públicas e realçar as metodologias para a obtenção de indicadores alternativos de pobreza e de desigualdade. Participaram no seminário membros do Executivo, directores de gabinetes de estudos e planeamento sectoriais e provinciais.

I.8 Angola cai oito lugares no ranking da Transparência Internacional

Jornal Expansão

12 De Dezembro de 2014

Texto: Humberto Costa

Angola desceu oito lugares no ranking do Índice de Percepção de Corrupção (IPC) 2014, situação agravada com a redução do universo de países analisados (174) relativamente ao ano anterior (175). O País está agora em 161º lugar, com uma pontuação de 19 em 100, quando em 2013 surgiu no lugar 153 e com uma pontuação de 23 em 100.

Nos últimos dez anos, as melhores posições do País nesta tabela verificaram-se em 2006 e 2007, altura em que Angola figurou, respectivamente, nos lugares 142º e 147º. Refira-se que esta tabela anual, da responsabilidade de uma organização não-governamental' (ONG) sediada em Berlim, designada Transparência Internacional (TI), surge com base em 114.000 inquéritos em 107 países, dados que são cruzados com a exposição mediática dos escândalos de corrupção.

No contexto dos países da África subsariana, Angola tem a mesma pontuação que a Guiné-Bissau. Face ao universo total de países analisados, tem também a mesma pontuação que o Haiti ou a Venezuela.

A Somália (com 8 pontos) está no último lugar e o Botsuana (com 31) surge como o país mais bem colocado na região subsariana.

Existe uma "corrupção endémica" nos países desta região, refere o documento da TI, considerando que, relativamente ao ano anterior, não se verificaram grandes alterações, continuando todos os países desta zona do mundo com uma pontuação abaixo dos 50 pontos.

No documento, destaca-se ainda o facto de se tratar de uma região com uma elevada taxa de crescimento económico, face a outras. A TI alerta que "a persistência da corrupção generalizada é um dos factores que inibem a transformação do crescimento económico em dividendos de desenvolvimento para todos os cidadãos".

Ao mesmo tempo alerta para os "fluxos financeiros ilícitos provenientes de África", dando conta de que a Comissão Económica das Nações Unidas para África "estima que o fluxo anual de financiamento ilícito, através do comércio e da incorrecta formação dos preços, cresceu a uma taxa real de 32,5% na década entre 2000 e 2009". Mas também refere que "há uma consciência crescente da importância da transparência, participação e prestação de contas para os ganhos de desenvolvimento sustentável".

Nesta lista (ver infografia na página ao lado), verifica-se que, à semelhança de Angola e da região subsariana, também a Rússia, Brasil, Índia e China, apesar de líderes no crescimento económico, figuram abaixo do patamar dos 50 pontos. Portugal é 31º, com 63 pontos, e é criticado por se tratar de um dos países da OCDE que "pouco ou nada" aplicam as recomendações desta entidade sobre corrupção internacional. Este reparo mereceu uma reacção do Ministério da Justiça, que acusa, em comunicado, a TI de "basear os seus relatórios na percepção da corrupção colhida junto de alguns cidadãos", não utilizando "elementos solicitados às fontes oficiais".

1.9 Cartão 'Kikuia' beneficia duas mil pessoas no Soyo

Jornal Economia e Finanças
12 De Dezembro de 2014

Cerca de duas mil idosas residentes em diversas localidades do município do Soyo, província do Zaire, foram contempladas no último fim-de-semana com o cartão "Kikuia", no quadro das acções ao Ministério do Comércio que visam melhorar a condição de vida desta faixa etária.

A entrega dos cartões, destinados a proporcionar uma cesta básica mensal a esta franja da sociedade, aconteceu na localidade da Gare, oito quilómetros da sede municipal do Soyo.

Inserido no "programa ajuda para o trabalho", o cartão permite que cada beneficiária receba da camada mais desfavorecida adquira, gratuitamente, bens alimentares de primeira necessidade no valor de 10 mil kwanzas em estabelecimentos comerciais comunitários.

A administradora municipal do Soyo, Lúcia Maria Tomás, que assistiu ao acto da entrega dos primeiros cartões à população alvo, ressaltou a importância da implementação deste projecto inserido no programa integrado de desenvolvimento rural e combate à pobreza.

Segundo disse, o programa vai contribuir significativamente para a melhoria das condições de vida de muitas famílias.

Para a directora provincial do Zaire do Comércio, Isabel Keba, com a implementação deste projecto, o Executivo angolano está a dar resposta às diversas acções inseridas no programa de combate à fome e à pobreza no seio das famílias.

"A nível do Zaire, o programa arrancou há duas semanas na comuna da Mangue Grande (Soyo). Agora, estamos a prosseguir em diversas localidades, visando contemplar perto de sete mil pessoas", frisou.

Visivelmente satisfeita, a idosa Francisca Mpanzo louvou a iniciativa do Executivo angolano liderado pelo Presidente José Eduardo dos Santos, que tudo tem feito para garantir o bem-estar social dos angolanos.

1.10 Executivo preconiza metas para a redução da pobreza

Jornal Economia e Finanças
12 De Dezembro de 2014

O Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial promoveu esta semana, em Luanda, um seminário sobre a medição da pobreza no país. O certame decorreu sob o tema "A importância dos inquéritos aos agregados familiares para o processo da elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas públicas desafios e oportunidades", promovido pelo Ministério e o Banco Mundial.

O secretário de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, Pedro Luís da Fonseca, afirmou que o combate à pobreza é uma das tarefas da agenda do Executivo angolano.

Pedro Luís da Fonseca assegurou, na ocasião, que foram delineadas políticas, que visam promover uma repartição equitativa do rendimento nacional.

O governante disse, também, que o programa do Executivo tem um grande pendor social, e prevê a transferência directa de recursos financeiros e materiais, para as pessoas em situação de risco e extrema pobreza.

"O programa do Governo para 2012-2017 prevê assegurar que a acção social contribua activamente para a redução da pobreza e prevê, da mesma forma, a garantia às populações mais vulneráveis condições básicas de vida, em momentos de especial dificuldade da economia nacional", disse.

Dados confiáveis

Enquanto isto, o Governo angolano, através do Instituto Nacional de Estatística (INE) e com o apoio de parceiros do desenvolvimento vocacionados, já realizou vários inquéritos sobre a pobreza no país.

De acordo com o secretário de Estado, em 1995 Angola realizou o inquérito prioritário sobre as condições de vida aos domicílios (IPCVD), que se destinou apenas às áreas urbanas, enquanto o inquérito sobre a disposição e capacidade no pagamento dos serviços sociais básicos (IDCP) foi realizado em 1998, nas províncias de Luanda, Huíla, Huambo e Uíge.

Segundo o responsável, o inquérito aos agregados familiares sobre receitas e despesas (IDR), efectuando em 2000/2001 em Benguela, Cabinda, Cunene, Huíla, Luanda, Lunda Norte e Namibe, incidiu principalmente sobre as áreas urbanas numa altura em que a situação militar dificultava o acesso às zonas rurais e a amostra foi de 4 mil e 700 agregados familiares, dos quais apenas 10 por cento estão localizados nas zonas rurais.

Pedro Luís da Fonseca disse no acto que o inquérito sobre indicadores múltiplos (MICS), realizado também em 2002/2001, em todas as províncias, fornecendo uma visão geral das condições socioeconómicas, em particular das crianças e mulheres, que teve uma amostra de seis mil 660 agregados familiares, dos quais 39 por cento eram residentes nas zonas rurais.

De acordo com o secretário, o outro já realizado pelo Governo foi o inquérito integrado de bem-estar da população (IBEP), em 2008/2009, em todas as províncias, considerado como o mais complexo, pois, além de informação para a actualização do cabaz e a base dos ponderadores do índice de preços no consumidor, definiu-se, inclusivamente o perfil de pobreza do país.

Pedro Luís da Fonseca afirmou ainda que o plano nacional de desenvolvimento 2013-2017 contempla políticas a serem implementadas, com vista a promover uma repartição equitativa do rendimento nacional.

De acordo com o responsável, consta do plano nacional de desenvolvimento, a implementação, de

forma integrada, o programa de rendimento mínimo nacional.

No plano nacional, está igualmente plasmada como meta, a obtenção de uma taxa de pobreza em 2017 de 28 por cento, equivalendo a uma redução de 8,6 pontos percentuais relativamente ao período 2008/2009.

Banco Mundial

"O Banco Mundial (BM) é um parceiro activo do Governo angolano na luta contra a pobreza e na melhoria das condições de vida das populações", afirmou a representante interina do Banco Mundial em Angola, Ana Maria.

Segundo a responsável, que falava no seminário sobre a medição da pobreza sob o tema "A importância dos inquéritos aos agregados familiares para o processo da elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas públicas desafios e oportunidades", o Banco Mundial se associa ao Governo de Angola para melhorar o uso dos dados estatísticos, visando monitorar e avaliar as políticas públicas.

Para a representante, o seminário constitui uma oportunidade para abordar os assuntos de interesse comum e sobretudo a interacção para perceber os desafios e as oportunidades que enfrentam não só na questão da redução da pobreza e na sua implementação da redução da mesma, mas como outros aspectos.

"A realização do censo geral da população e habitação, em Maio último, vai permitir uma melhor definição de programas e políticas que contribuirão para a redução da pobreza e melhoria das condições de vida das populações do país", disse, acrescentando que se pretende ilustrar as metodologias para a obtenção de indicadores alternativos de pobreza e de desigualdade tendo em consideração aspectos multidimensionais.

O seminário promoveu um debate, com base na experiência do Brasil, sobre as oportunidades que os inquéritos aos agregados familiares disponibilizam para o reforço de políticas públicas.

I.11 Economia angolana com desempenho positivo

Jornal de Angola

15 De Dezembro de 2014

De acordo com o relatório, a Etiópia, o Uganda e Moçambique vão ser dos mercados com maior crescimento, enquanto "as grandes economias, como

Nigéria, África do Sul, Egipto e Angola vão manter um desempenho muito positivo". As previsões da "The Consumer Review 2014" assentam no aumento do consumo em África, potenciado pela classe média emergente e alinhado com o crescimento anual de cerca de oito por cento, que pode adicionar nos próximos tempos 1,1 mil milhões de dólares (110 mil milhões de kwanzas) ao Produto Interno Bruto (PIB) continental até ao ano de 2019.

Com as economias emergentes (como China, Índia e Brasil) a demonstrar sinais de abrandamento, o relatório revela que as empresas estão a olhar cada vez mais para os mercados africanos emergentes, de forma a compensar esse abrandamento. Nos próximos cinco anos, prevê-se que 15 países africanos, em que se inclui Angola, Nigéria, Etiópia, Uganda, Tanzânia e Zâmbia, ultrapassem o nível de crescimento chinês.

Até ao momento, a história da economia africana tem estado focada nos recursos naturais e na exportação de matérias-primas. Em 2013, oito das 12 economias com maior crescimento já não dependiam directamente do petróleo ou dos minérios e expectável que no futuro sejam os consumidores a assumir o papel central, a medida que a procura doméstica for aumentando, por via do aumento dos rendimentos e da urbanização. O documento da conta que esta transformação vai coincidir com o crescimento da classe média africana, uma população com um perfil mais optimista, integrado e consciente das marcas.

Evolução da classe média

Neste relatório, a Deloitte procura avaliar a forma como o mercado africano se tem desenvolvido, como as percepções em África se tem alterado e como os consumidores se estão a adaptar ao período de rápido crescimento económico. Nele é analisada a importância do desenvolvimento de uma perspectiva do mercado de consumo africano do século XXI, argumentando-se a favor do melhor aproveitamento da oportunidade.

O responsável global pela área de "Consumer Business Research" da Deloitte, Ben Perkins, disse a propósito que "a previsão é que, em 2030, mais de 500 milhões de africanos subam para a classe média". Acrescentou que a população vai ser maioritariamente jovem, com cerca de 680 milhões de pessoas, ou seja, cerca de 60 por cento da população abaixo dos 25 anos.

"Estes jovens irão desempenhar um papel crítico no desenvolvimento económico do continente, não só porque irão querer maior acesso e mais opções de

alimentos, bens de consumo e entretenimento, mas porque trarão uma mentalidade mais inovadora e empreendedora", observou.

Como a população africana está a aglomerar-se nos grandes centros urbanos, o estudo mostra também que a urbanização vai impulsionar a actividade económica, tendo em atenção que "muitos centros urbanos vão atravessar as fronteiras dos países e vão criar mercados consideráveis e novas oportunidades de comércio",

Uso de tecnologias

Neste campo, o estudo da Deloitte demonstra que há uma tendência transversal aos quatro mercados com maior crescimento em África, pois, 25 por cento dos consumidores jovens afirmam uma forte preferência pela compra de marcas conhecidas, enquanto um em cada quatro compra os últimos "Ganges", o que aponta para uma consciência e apetência por produtos de marca e topo de gama. O estudo prevê igualmente que a África venha a ter 334 milhões de subscrições de "smartphones" até 2017, o que representa uma excelente oportunidade para os negócios de consumo no continente.

Rodger George, responsável da Deloitte para a África Oriental, afirmou que, "apesar dos vários desafios que África enfrenta a nível de infra-estruturas, os africanos tem provado que estão dispostos a inovar".

Como exemplo, apresentou o salto das infra-estruturas de comunicação fixas pobres ou inexistentes, directamente para as comunicações móveis que representam o maior crescimento do mundo nos últimos cinco anos. O Quênia já é um dos líderes mundiais na moeda electrónica e o continente tem uma taxa de penetração de serviços móveis de cerca de 72 por cento.

Apesar das significativas perspectivas de crescimento, o relatório acrescenta que a realidade africana continua a ser complexa e passível de risco. "Há 54 países com diferentes mercados e desafios e problemas como má governação, falta de infra-estruturas, frágil situação em termos de segurança e processos logísticos pouco fiáveis, que tornam o planeamento estratégico difícil".

A África Ocidental foi também objecto de preocupação no que diz respeito à propagação do Ebola. Mas África está a progredir e a difusão da democracia e a redução dos conflitos sugerem que a tendência dominante é positiva.

Ben Perkins concluiu que "a nossa investigação demonstra que África não está a sofrer de uma baixa procura, mas sim de uma falta de oferta". Para

poderem beneficiar, as empresas vão ter de estar preparadas para se envolver e lidar com os vários desafios no longo prazo, ao mesmo tempo que pesam os riscos e as possíveis recompensas, admitiu Ben Perkins.

I.12 2015 Já está a porta e as dúvidas persistem sobre comprimento dos objectivos de desenvolvimento das metas dos milénios em Angola

Jornal Manchete

19 De Dezembro de 2014

A avaliação Conjunta feita pelo Sistema da Nações Unidas em Angola em 2001 a 2002 destacou muitos factores directamente responsáveis pela insuficiência no acesso aos serviços sociais básicos e a deficiência na forma da distribuição destes mesmos serviços á populações, isto no âmbito da educação. Alguns desses factores relacionam-se com os problemas dos números ou estatísticas, a formação e a motivação dos professores, a disponibilidade de materiais como livros, infra-estruturas (escolas, bibliotecas, parques infantis para iniciação, etc).

Na origem destes problemas estão questões mais profundas respeitantes ao quadro de políticas públicas aprovadas para o sector da educação. Ora, as estruturas institucionais, a capacidade e o financiamento dos serviços governamentais, que deveriam desdobrar atenção prioritária na estratégia de recuperação pós-guerra e na estratégia interina da Redução da Pobreza no sistema da educação e ensino em Angola parece-nos que fracassou. O Ministério da Educação deu um passo importante ao elaborar um projecto de plano de reconstrução do sistema de educação, o Plano Nacional de Acção de Educação para Todos 2001-2015, que visava atingir os objectivos estabelecidos no Fórum Mundial da Educação em Abril de 2000, que incluía o ensino primário universal de seis anos até 2015. Entretanto, o plano dava continuidade às reformas introduzidas no sistema de educação pela nova Lei de Base, aprovado pela Assembleia Nacional em Junho de 2001, que estruturou o sistema de educação, criando um ciclo de seis anos no ensino primário e alargando o ensino universal obrigatório de quatro para seis anos.

Esta acção do Ministério do Ministério da Educação (MED) implicou um aumento do número de alunos no ensino primário de 1,5 milhões em 2000 para 5 milhões até 2015. Este plano tinha três fases sucessivas: de emergência (2001-2002), estabilização

(2002- 2006) e desenvolvimento (2006-2015) e poderia proporcionar um quadro básico para se alcançar a educação para todos - se fossem atribuídos os recursos necessários. Portanto, a questão da privação da educação em Angola está associada, muita das vezes a pobreza e, por outro, aos constrangimentos que tipificam este mesmo sector (educação) que continuam ainda patente nos dados estatísticos disponíveis e são bem catalogados. Muitas crianças que entram no sistema no ciclo escolar de uma classe, as vezes permanecem nela por um período acima do que seria ou desejável. Esta proporção pode ser captada, subtraindo a taxa líquida à taxa bruta de escolarização e, em média, cerca de 23% dos alunos (ou seja cerca de 1 em cada 4 alunos) que entram no sistema permanecem nela acima do tempo desejável. Os dados revelam ainda que, este fenómeno tende a piorar, já que entre 2000 e 2002, a proporção de alunos nesta situação passaram de cerca de 18,5% para cerca de 30%, e o atraso escolar reduziu o fluxo de entrada de novos alunos no sistema.

Isto significa também que, por mais que a oferta de serviços seja expandida através da construção de escolas e ampliação de sala de aulas, a meta e objectivo da educação primária universal não será atingida sem que seja adoptadas novas medidas. Ora, a educação e ciência para desenvolvimento num dado país, faz-se normalmente com recursos tecnológicos, com livros, com bibliotecas, com laboratórios e com uma rede de parcerias produtivas em todos os sectores da actividade económica e administrativa de um país e, sabe-se que entre as causas desse grande atraso a ultrapassar, está a insuficiência de professores e a qualidade do sistema de educação deve ter e prestar maior foco ou atenção para o ensino de base, ou seja, I Ciclo.

Reflectindo sobre a distribuição das despesas do sector educativo (nos últimos 5 anos, apenas cerca de 30% do total das despesas foi para o Ensino de Base Fundamental), a baixa qualidade reflectida nos elevados níveis de repelência e reprovações é, obviamente que, as consequências da retracção por um lado, está associada à falta de uma rede escolar completa, e uma fiscalização mais séria dos projectos educacionais e, por outro, deve-se também aos projectos de reconstrução nacional encabeçada pelo titular do poder executivo e o Ministério de tutela (Ministério da Educação), que apresentaram desafios ardente à expansão da rede escolar e qualificação da classe docente, mas estas metas no que concerne a sua implementação foi e ainda é lenta. E, esta situação obriga que as regiões menos alcançadas pelo sistema de educação ultrapassassem os " 50 insustentáveis número médio de alunos por cada sala

de aula. E, a solução encontrada a curto prazo para estancar esta hemorragia, uma vez que o nível de aproveitamento escolar é ainda muito fraco no actual concerto, foi a busca e a manutenção de estabilidade económica, política e social e, o Executivo aproveitando as linhas de força traçadas na agenda de actuação que assenta nos desafios-chave para recuperação económica e social pós-guerra e a materialização dos direitos, associando-os as metas do milénio, mas a determinação governamental fracassou porque não houve uma planificação mais séria e estatísticas acerca da realidade em questão.

Embora, que o país vive hoje um período de reforma educativa, na base do novo sistema aprovado pela Lei nº13/01, que prevê 6 subsistemas, nomeadamente: a educação pré-escolar, o ensino geral, a educação de adultos, a formação de professores, o ensino técnico profissional e o ensino superior, e promover a igualdade do género também no âmbito da educação como uma das exigências internacionais. Mas a realidade angolana ainda regista inexistência de grandes diferenças nas matrículas para o ensino primário de rapaz e raparigas na faixa etária entre 6 e os 9 anos de idade que começa a perceber-se a partir dos 10 anos no II nível. No ano 2000, por exemplo, a percentagem de crianças que se mantiveram da 1 a a 1ª classes, era de 69,5% para os rapazes e 59,8% para as raparigas. A diferença negativa deu-se em razão da participação dessas, nas tarefas domésticas, actividades económicas para o sustento da família e as questões ligadas à gravidez precoce que atinge 21 % para as raparigas com 16 anos e 61 % para as de 19 anos. Contudo, criação de condições e melhores formas de proporcionar o aumento das despesas governamental com a educação no período pós-guerra reflecte o tempo de melhorias que o país está a viver. O desenvolvimento do sector não petrolífero da economia aumenta a força de trabalho e a diversificação do sector formal da produtividade do país. E os objectivos centrais do Executivo através de políticas de recuperação e principalmente a remoção de obstáculos ao desenvolvimento económico e social, como também a recuperação do espaço rural, a reinserção das populações de regresso às suas zonas de origem, a redução da pobreza rural, aumento da produção agrícola, comercialização dos excedentes alimentares e concomitantemente a sua exportação. Estas linhas de força, incluem também variantes de natureza política e institucional que gravitam na protecção dos direitos rurais à terra, bem como o desenvolvimento de sistema de comercialização e serviços de extensão harmonizado com as necessidades dos camponeses do sector familiar e a incentivação aos micro-empresários, transparência governativa, democratização efectiva e maior participação dos grupos da sociedade civil para

dinamização da sociedade em si e a consolidação da democracia em Angola. Boas orientações políticas, mas o seu cumprimento e materialização é ou continua ainda lenta, e perante esta realidade, a Reforma Educativa em Angola e as Metas do Desenvolvimento do Milénio continuam a padecer de uma tripanossomiase pública para o seu cumprimento efectivo.

I.13 Milhares de famílias recebem ajuda

Jornal de Angola

23 De Dezembro de 2014

Texto: Victor Mayala e Kayila Silvina

Mais de dez mil famílias residentes no município de Mbanza Congo, foram contempladas com 0 cartão "Kikuia", no quadro das acções do Ministério do Comercio que visam melhorar a condição de vida da população mais desfavorecida.

A entrega dos cartões, destinados a proporcionar uma cesta básica mensal, foi presidida pela ministra do Comercio, Rosa Pacavira, que inaugurou também uma loja Kikuia da rede PAPAGRO, localizada no bairro 11 de N Novembro, periferia da cidade de Mbanza Congo.

No acto da inauguração da 10 já, a ministra Rosa Pacavira sublinhou que 0 programa de entrega de cartões "Kikuia" as famílias e da iniciativa do Presidente da Republica, José Eduardo dos Santos, visando dar resposta as preocupações levantadas no Fórum Nacional da Mulher Rural, realizado este ano em Luanda.

"Devemos agir rapidamente no sentido de desenvolver o Programa da Ajuda pelo Trabalho, para que as mulheres rurais possam gerar o rendimento com esta iniciativa do Executivo para o sustento das suas vidas e das famílias", referiu. Inserido no "Programa Ajuda pelo Trabalho", o cartão permite que cada beneficiário adquira, gratuitamente, bens alimentares de primeira necessidade no valor de dez mil kwanzas em estabelecimentos comerciais comunitários.

Alem de produtos da cesta básica, o cartão inclui materiais escolares e ferramentas agrícolas, visando minimizar algumas dificuldades que as famílias do Mundo rural enfrentam. "o cartão 'Kikuia' que hoje estão a receber vai facilitar a aquisição, todos os meses, de produtos da cesta básica, o cartão e renovado um ano depois", explicou o acto foi testemunhado pelo governador do Zaire, Joanes André, e pelos secretaries de Estado da Saúde, Carlos

Masseca, e da Família e Promoção da Mulher, Ana Paula Sacramento.

Membros do Governo Provincial, funcionários do sector do Comercio, autoridades religiosas e tradicionais também estiveram presentes. Está a primeira loja "Kikuia" a ser aberta.

Depois do Zaire, a ministra do Comercio viajou para Lunda Sul, para proceder, hoje, ao lançamento do Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuários (PAPAGRO) e do cartão Kikuia, no município de Dala, a 160 quilómetros de Saurimo. "Vamos lançar o Programa Ajuda pelo Trabalho, que contempla, numa primeira fase, dez mil mulheres, que vão beneficiar do cartão Kikuia", disse.

Rosa Pacavira vai fazer o lançamento do Sistema de Licenciamento de Actividades Comerciais (SHAC), assim como a entrega oficial do novo Alvará Comercial a Direcção Provincial do sector e aos agentes económicos locais e avaliar a aplicação dos programas municipalizados de desenvolvimento rural e de combate a pobreza.

1.14 Cartão "Kikuia" chega aos camponeses da Lunda Sul

Jornal de Angola

25 De Dezembro de 2014

Texto: Kamuanga Júlia e João Salvo

A população da comuna de Luma A infra-estrutura, erguida pela empresa HCY, num prazo de dois meses, através do Programa Ajuda para o Trabalho "PROAJUDA", visa promover a inclusão socioeconómica das famílias mais vulneráveis, com realce para as mulheres. Numa primeira fase, o programa vai beneficiar cinco mil famílias na província, recebendo cada um cartão com um valor de 10.000 kwanzas, para permitir compras mensalmente.

A ministra do Comércio, Rosa Pacavira, ressaltou a importância da criação de lojas Kikuia nas comunidades rurais, para suprir as dificuldades na aquisição de bens.

O gesto, enquadrado nas estratégias do Executivo para combater a pobreza, resulta de uma orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, durante o encontro de Auscultação à Mulher Rural, realizado em Luanda.

A governadora Cândida Narciso considerou que o acto representa uma prenda de Natal às famílias de Luma-Cassai. Algumas beneficiárias do programa

manifestaram a sua satisfação pela abertura da loja, que minimiza as dificuldades na aquisição de bens diversos. "Agora temos a possibilidade de adquirirmos os alimentos localmente, sem necessidade de nos deslocarmos à cidade de Saurimo", disse Terezinha Segunda, moradora de Luma-Cassai.

A abertura da loja Kikuia garantiu emprego directo a oito jovens, que por sua vez vão beneficiar de uma formação em cinco dias, orientada por formadores do Ministério do Comércio. Antes da sua deslocação à comuna de Luma-Cassai, Rosa Pacavira inaugurou uma nave de armazenamento de produtos do campo, situada no bairro Txizainga, arredores da cidade de Saurimo, no quadro do Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuários (PAPAGRO) e apresentou o novo alvará comercial aos empresários da província.

Na segunda-feira, mais de dez mil famílias residentes no município de Mbanza Congo, foram contempladas com o cartão "Kikuia", no quadro das acções do Ministério do Comércio que visam melhorar a condição de vida das populações mais desfavorecidas.

A entrega dos cartões, destinados a proporcionar uma cesta básica mensal, foi presidida pela ministra do Comércio, Rosa Pacavira, que na ocasião inaugurou também uma loja Kikuia localizada no bairro 11 de Novembro, periferia da cidade de Mbanza Congo.

Até ao final deste ano vão ser abrangidas de 50 mil famílias e já se encontram registadas 36 mil famílias, de cinco províncias. Inserido no "Programa Ajuda pelo Trabalho", o cartão permite que cada beneficiário adquira, gratuitamente, bens alimentares de primeira necessidade no valor de dez mil kwanzas em estabelecimentos comerciais comunitários.

Além de produtos da cesta básica, o cartão inclui materiais escolares e ferramentas agrícolas, visando minimizar algumas dificuldades que as famílias do mundo rural enfrentam. No acto da inauguração da loja, Rosa Pacavira sublinhou que o programa de entrega de cartões "Kikuia" às famílias é da iniciativa do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, visando dar resposta às preocupações levantadas no Fórum Nacional da Mulher Rural, realizado este ano em Luanda.

1.15 Governo reforça política de combate a pobreza

Jornal de Angola

30 De Dezembro de 2014

Texto: Kumuenho da Rosa

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, anunciou ontem que vai manter a política de combate à pobreza e de redução das desigualdades sociais, apesar de prever para 2015. Um "ano difícil" no plano económico, fruto da queda abrupta do preço do petróleo bruto no mercado internacional.

Este tema já tinha sido abordado em anteriores intervenções do Chefe de Estado, mas só desta vez, na sua habitual Mensagem de Ano Novo, anunciou cortes em despesas públicas, como os subsídios aos preços dos combustíveis, o congelamento de projectos, o controlo rigoroso das despesas do Estado e uma maior disciplina e parcimónia na gestão orçamental e financeira.

O Chefe de Estado recordou a situação em que o país se encontrava quando terminou a guerra, em Abril de 2002 - "muito pobre e exangue" - e fez alusão ao trabalho abnegado dos angolanos para reconstruir e modernizar o que estava destruído e construir coisas novas.

Os resultados são visíveis, destacou o Presidente: "mais crianças nas nossas escolas, mais técnicos e especialistas angolanos nas nossas empresas e instituições administrativas, mais médicos e professores, a economia cresceu e o prestígio do país no mundo aumentou".

O Presidente manifestou plena confiança na sabedoria e no talento dos angolanos para a construção de um futuro de paz, concórdia e progresso social. "Não tenho dúvidas de que, graças ao seu trabalho, à sua criatividade e ao seu empenho e patriotismo, os angolanos vão cumprir as suas obrigações, dando assim, cada um ao seu nível, um contributo inestimável para a consolidação e o desenvolvimento da Nação Angolana".

O Chefe de Estado considerou fundamental a promoção pelo Estado do diálogo aberto e construtivo entre todos os cidadãos, de modo a aprofundar a reconciliação nacional e ampliar os espaços de convívio e de debate útil de ideias. O Presidente prometeu prosseguir as medidas firmes para neutralizar as causas da intolerância política, em especial o recurso à violência. "Os diferendos e contradições devem ser resolvidos por via do diálogo e da discussão, no respeito da Lei", sublinhou.

José Eduardo dos Santos defendeu o respeito pela Constituição e fez um apelo às forças políticas para que respeitem o princípio constitucional do acesso ao poder político através de eleições periódicas.

"E indispensável que todos, sem excepção, respeitem a Constituição da República e que as forças políticas, em particular, não violem o princípio constitucional segundo o qual o acesso ao poder político se faz através de eleições periódicas, cujos resultados, desde que confirmados pelo Tribunal Constitucional, devem ser aceites sem contestação".

Preparar as eleições

O Chefe de Estado insistiu na necessidade de se começar já a preparar as próximas eleições gerais. "Apesar de ainda faltarem mais de dois anos para as próximas Eleições Gerais, as entidades competentes devem desde já iniciar a preparação das condições para a sua realização dentro dos prazos estabelecidos na Constituição".

Depois de já o ter feito em Outubro, na Assembleia Nacional, durante a mensagem sobre o estado da Nação, o Presidente da República reiterou que o processo de auscultação e discussão dos assuntos relativos à preparação das condições para a realização de eleições autárquicas seja produzido na Assembleia

Nacional e lembrou que, depois de realizado o primeiro Censo Geral da População e Habitação, os deputados e os membros do Governo dispõem hoje de "informações muito úteis" para trabalhar.

Reduzir as desigualdades

O Censo, referiu o Chefe de Estado, permitiu saber que o país cresceu, mas também que enquanto uns cidadãos viram aumentar os seus rendimentos e vivem normalmente, outros vivem "com muito pouco ou quase nada". E foi a pensar nesta segunda franja da população que o Presidente da República prometeu ontem manter e até incrementar políticas públicas destinadas a combater a pobreza e a reduzir as desigualdades sociais. A aposta neste domínio, frisou o Chefe de Estado, é aumentar o investimento público e privado nos sectores que geram mais emprego, destinando mais recursos para a agricultura familiar, especialmente para a mulher rural e para as cooperativas dependentes das associações de ex-combatentes, a ASCOFA e a AS PAR.

Outras medidas referidas pelo Chefe de Estado foram o acesso ao crédito para as micro, pequenas e médias empresas, o aumento do número de centros de formação técnico-profissional e a adopção de medidas mais eficazes para garantir o primeiro emprego dos jovens e o acesso à habitação.

Resgate de Valores

O Chefe de Estado defendeu que os cidadãos, as famílias, a sociedade civil, as igrejas e o Estado devem assumir de forma consciente o seu papel para que a sociedade angolana recupere os bons valores e princípios que a caracterizaram no passado e inspiraram poetas e escritores.

"Urge recuperar", salientou o Presidente da República, o tratamento honroso dos mais-velhos, a protecção natural da criança e dos portadores de deficiência, a assistência social, o espírito de solidariedade e entreatajuda, a convivência harmoniosa entre vizinhos, o respeito e preservação dos bens comuns e o amor à terra e às suas gentes.

O Presidente da República recomendou aos ministérios da Educação e da Cultura que façam um estudo sobre como restabelecer, a todos os níveis e desde a primeira infância, a educação moral, cívica e patriótica. "Os longos anos de conflito desestruturaram por completo a sociedade e levaram à desintegração e desajustamento familiar.

É necessário um grande esforço para voltarmos ao respeito pelos valores e princípios que caracterizavam a sociedade angolana no passado", assinalou o Presidente José Eduardo dos Santos.

2. MICROFINANÇAS

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Taxistas enganam agentes da fiscalização

Jornal de Angola

01 De Dezembro de 2014

Texto: Cristina Da Silva

Viajar por estrada está cada vez mais facilitado com a melhoria das principais vias rodoviárias. Lá vai o tempo em que eram necessários dias para se chegar a uma determinada província devido ao mau estado das estradas.

Em contraste lamentável, com a melhoria das vias, aumentou a sinistralidade rodoviária.

Para diminuir os acidentes nas estradas, o Executivo proibiu o transporte interprovincial de passageiros a viaturas com menos de 25 lugares, mas os taxistas, na ânsia de obtenção de lucro, encontram várias formas de ludibriar a fiscalização.

Os mais ousados chegam mesmo a colocar uma foto ampliada no vidro da frente da viatura para confundir com um funeral, como a cena a que assistimos num dos troços rodoviários.

Percorremos 1.450 quilómetros de estrada, em várias direcções, para ver como é feita a fiscalização e constatou situações desagradáveis, algumas das quais com a conivência de agentes da autoridade.

Do parque Tishow, município de Viana, partimos para Maria Teresa, província do Cuanza Norte, seguindo para Libongos, Rio Loge e Barra do Kwanza.

Do parque Tishow a Maria Teresa viajámos num mini-autocarro, pagando o valor correspondente, enquanto o fotógrafo seguia no nosso carro de reportagem. A viatura em que viajávamos era de 29 lugares, mas levava 44 pessoas, incluindo crianças. Estávamos "ensanduichados", como se diz na gíria, e qualquer desastre podia ser fatal. A aldeia de Calomboloca, município de Icolo e Bengo, foi a nossa primeira paragem.

Os cones de separadores fazem com que o automobilista reduza a velocidade. Nunes, o

motorista, imobiliza a viatura e dirige-se ao agente da Polícia.

Em poucos minutos regressa e segue à estrada. O seu destino é Malanje, trajecto que faz há sete anos. A chuva também faz companhia à nossa viagem, mas ainda assim não é impedimento para continuar a caminhada.

Depois de percorrermos 45 quilómetros chegámos ao Posto de Comando Unificado de Maria Teresa. Ali estão efectivos da Polícia Militar, Ordem Pública, Brigada Especial de Trânsito, Unidade de Trânsito, Guarda Fronteira, Emigração e Estrangeiros, entre outros. O automobilista pára e logo a seguir dirige-se para o agente da Polícia a quem exhibe o título de propriedade e carta de condução, não tendo exibido o comprovativo do seguro. A conversa é rápida e de imediato retoma a viagem. A revista a viaturas é rara. "São poucas as vezes que fazem vistoria ao carro, excepto quando há um mandado", diz o motorista. No destacamento da Barra do Kwanza há também um número considerável de efectivos. A circulação é normal e a fiscalização, além de confirmar a documentação, tem também em conta a lotação da viatura.

Acidentes na estrada

A reabilitação das estradas nacionais 230 e 100 que ligam a capital às províncias do Centro, Sul, Leste e Norte do país, está a alegrar os automobilistas. Com as vias totalmente reparadas, surgem em grande escala muitos acidentes rodoviários. A imprudência, o excesso de velocidade e o sono estão na base de muitos desastres que se registam nas estradas, muitos dos quais com danos mortais. Durante a reportagem registámos mais de quatro acidentes que resultaram na morte imediata de sete pessoas.

Na via que liga o Dande a Mbanza Congo, duas pessoas acabavam de perder a vida depois de uma colisão entre um autocarro que transportava 50 pessoas com um Toyota Dina. Os dois ocupantes da carrinha nem sequer chegaram ao hospital.

Divisão administrativa

Alguns motoristas com que conversámos alegam que música alta é outro factor que está na base de muitos acidentes. A divisão administrativa que permitiu à localidade de Panguila passar para a província do Bengo, tem criado embaraços no transporte de passageiros, tendo em conta a decisão que impede aos Hiaces de fazer transporte interprovincial.

Os taxistas, vulgo candongueiros, são impedidos de transportar passageiros para o Panguila, por esta localidade pertencer agora ao Bengo. Para fugir à

intervenção policial, os passageiros são obrigados a descer do carro antes do controlo fiscal de Quifangondo e tomam a mesma viatura poucos metros depois.

Catarina João faz este percurso diariamente. "É uma situação que os Governos Provinciais devem resolver para não prejudicar a população", alertou.

3.2 Produtos alimentares vendidos em locais impróprios

Jornal de Angola

05 De Dezembro de 2014

Texto: Valter Gomes

A falta de higiene e a má conservação dos produtos alimentares nos mercados Informais, criados nos bairros circunvizinhos da cidade do Uíge, constituem alguns dos principais vectores para o surgimento de muitas doenças no seio da População.

Carne, frangos, peixe congelado e seco, ovos, hortícolas e outros produtos são expostos ao ar livre sem o mínimo de condições de higiene e segurança para o consumo humano.

Maria Bernardo, vendedora ambulante há sete anos, disse ao *Jornal de Angola*. que a falta de infra-estruturas (mercados) é o principal motivo que leva muitas mulheres a utilizarem as rotundas, ruas e espaços livres da cidade, como locais alternativos para a comercialização de produtos diversos.

O Mercado Municipal, conhecido como Praça Grande, e o da Feira, localizados na sede provincial do Uíge, são os mais antigos e já não dispõem de espaço para acolher novas vendedoras e carecem de vários serviços de apoio.

Na Praça Grande, os produtos agro-pecuários e congelados dominam as bancadas das vendeiras, enquanto no da Feira são comercializados bens industriais, como roupa e calçado, material eléctrico, acessórios diversos para viaturas, electrodomésticos e outros produtos.

Helena Benjamim comercializa carne de cabrito, de vaca, galinha viva e frango congelado no mercado do Candombe- Velho há mais de seis anos. Conhece os riscos de vender produtos alimentares ao ar livre, mas afirma que o local tem sido o único espaço.

No Mercado da Feira, no bairro Catapa, Rosa Dala comercializa peixe congelado, cebola, tomate, óleo vegetal e outros produtos alimentares. Por falta de condições apropriadas, as chuvas, a poeira, o sol e as moscas afectam o negócio. A Administração

Municipal deve construir mais mercados, com melhores condições de acomodação.

Rotunda do Songo

Na rotunda do Songo, no desvio da estrada que liga a cidade do Uíge ao município de Mucaba, na paragem das viaturas que vão ao município de Dange Quitexe, no bairro Quilala, e noutras ruas, as vendedoras de produtos do campo e congelados dividem a via com os automobilistas.

"Reconhecemos ser um perigo vender ao longo da estrada. mas essa tem sido a única forma de conseguirmos dinheiro", disse o agricultor Pedro Armando, que frequenta a praçinha criada na rotunda. Para Guilhermina Bernardo, moradora do bairro papelão há dez anos, a má conservação dos produtos alimentares pode causar problemas aos consumidores e por isso sugeriu ao governo no sentido de velar pela organização e melhoria das condições. a paragem do Dange Quitexe, no bairro Quilala, tem sido palco de vários acidentes de viação, em função do movimento de vendedoras, compradores e automobilistas. O soba do bairro, dias João, alertou a população para abandonar o local.

"Várias pessoas foram atropeladas por imprudência dos automobilistas, porque a estrada é quase sempre invadida pelos vendedores e compradores", disse Cláudio Felizardo, um dos agricultores que abastece alguns mercados informais da cidade com hortícolas.

Lixo fora dos contentores

A empresa ENGEVIAS procura garantir a manutenção do saneamento básico da cidade, recolhendo diariamente o lixo nas ruas e bairros periféricos da cidade do Uíge. Enginaldo Geraldo, coordenador da empresa para os serviços de limpeza no Uíge, disse que o processo de recolha do lixo começa às 5h00 e só termina às 22h00. As cinco viaturas compactadas, com capacidade para 18 metros cúbicos de lixo, garantem a recolha dos resíduos sólidos nas ruas da cidade. "Também temos recursos humanos suficientes e instrumentos comunitários para trabalho", disse. Enginaldo Geraldo apontou como principais dificuldades o facto de muitos habitantes continuarem a colocar o lixo em locais inadequados, fora dos contentores, enquanto outros ainda guardam o lixo no interior dos bairros onde as viaturas não conseguem entrar,

"A população deve depositar o lixo nos devidos locais e nas horas marcadas, de forma a facilitar o nosso trabalho, de manter limpa a cidade", acrescentou.

Novos mercados

O administrador municipal do Uíge, Altamiro Benjamim, disse que está preocupado com o comportamento de muitos habitantes que fazem o comércio nas ruas, rotundas, nas entradas dos prédios e outros espaços livres não autorizados para exercício do comércio.

Face a essa situação, o novo mercado localizado no bairro Quindenuco é alvo de melhorias para acomodar centenas de vendedoras nos próximos dias.

O mercado com capacidade para 200 bancadas foi construído há cinco anos, mas nunca funcionou porque a população reclamava contra a falta de transportes públicos para auxiliar os vendedores. Neste momento, é aumentada a capacidade do mercado de modo acolher mais vendedores.

A empresa contratada para o efeito já está a fazer a limpeza das bancadas e a instalar os contentores onde os vendedores vão depositar os resíduos sólidos. Além do mercado em obras, a Administração Municipal traçou outros mecanismos que vão permitir a abertura de novos mercados na periferia da cidade.

3.3 Governo constrói mercado fronteiriço em Malanje

Jornal de Angola

08 De Dezembro de 2014

Texto: Fernando Neto

Malele, comuna de Buela, na fronteira entre a província do Zaire e a República Democrática do Congo, vai contar a partir do próximo ano com um mercado fronteiriço, numa iniciativa do Governo Provincial que visa incrementar as trocas comerciais entre os dois países.

O projecto foi anunciado pelo vice-governador do Zaire para o sector político e social, Rogério Zabila. Para avançar aguarda a conclusão do processo de desminagem, iniciado a 1 de Novembro pela organização Ajuda Popular da Noruega.

A área a desminar é de 490 mil metros quadrados, uma empreitada avaliada em cem milhões de kwanzas, financiados pela União Europeia. Malele, localidade da comuna do Buela, fica a 32 quilómetros da sede município do Cuimba. A ideia do Governo Provincial consiste em dotar a zona do novo mercado de serviços idênticos aos de um posto fronteiriço oficial, à semelhança do Luvo (Mbanza Congo), para que as transacções comerciais e o

processo migratório sejam feitos de forma organizada.

Rogério Zabila, que testemunhou o início da desminagem, sublinhou que a instalação do mercado e dos serviços aduaneiros na fronteira de Malele permite regularizar o processo de arrecadação de receitas para os cofres do Estado junto dos comerciantes, que fazem transacções na região sem cumprirem as obrigações fiscais. "Precisamos com urgência deste espaço para construir infra-estruturas de que a população carece", disse o vice-governador, que agradeceu aos países que apoiam Angola na luta contra as minas.

O Executivo pretende garantir às populações da região a possibilidade de circularem de forma mais segura nas terras de cultivo, sem desconfiança de accionar uma mina, frisou. Rogério Zabila referiu que o processo de desminagem, em curso no Zaire desde 2004, tem permitido a expansão de serviços básicos essenciais para a melhoria da qualidade de vida das populações do interior da província. Pedro Ngunza, da Ajuda Popular da Noruega, disse que a equipa de desminagem é constituída por 26 sapadores e até ao momento foram desminados mais de três mil metros quadrados nas frentes operacionais de Malele. "Estamos agora no processo de abertura de linhas de pesquisa, que vão ajudar a encontrar as áreas com maior disseminação de minas. Até ao momento, não foram encontrados engenhos explosivos, mas vários vestígios, como fios de tropeço, arame e alguns invólucros. Indicam que a área foi palco de batalhas militares", disse.

A responsável do departamento de planeamento da Comissão Nacional Intersectorial de Desminagem e Assistência Humanitária, Rita Ribas, afirmou que as minas constituem ainda uma preocupação em quase todas as províncias, com a excepção de Luanda, Namibe e Cabinda, que foram menos minadas.

Destacamento militar

Malele teve um destacamento das extintas Tropas de Guarda Fronteira de Angola, sendo por isso uma área minada, disse ao Jornal de Angola Pedro Ngunza, da Ajuda Popular da Noruega. A desminagem da área deve ficar concluída dentro de um ano a processo está a ser realizado de forma manual com uso de detectores. Nos próximos dias, recebem ratos detectores de minas, além de uma máquina para a desmatação, Pedro Ngunza acrescentou que a existência de uma unidade militar no passado é motivo de receio por parte dos mais de seis mil habitantes de Malele face ao perigo de existirem esquecidos ou enterrados engenhos explosivos a director regional da organização Ajuda Popular da

Noruega, Zlatko Vezilic, manifestou-se optimista que a União Europeia continue a financiar projectos de desminagem em Angola, para que seja declarado um país livre de minas.

"Acreditamos que a cooperação com a União Europeia vai continuar. Pretendemos apoiar a província do Zaire a eliminar as minas e isso só é possível com um trabalho conjunto", referiu. O administrador comunal do Buela, Pedro Vilhena, afirmou que a construção do mercado fronteiriço vai impulsionar o desenvolvimento da região, cuja população se dedica, sobretudo, à agricultura e ainda carece de mercados para a comercialização dos produtos.

Para Pedro Vilhena, o mercado fronteiriço vai trazer múltiplas vantagens, com ênfase para a vertente comercial, ao permitir o aumento das trocas entre os dois povos vizinhos.

"O mercado fronteiriço do Luvo, em Mbanza Congo, atrai comerciantes de todo o país. Aqui em Malele também podemos realizar um mercado que funcione todas as terças-feiras de forma alternada entre os dois lados, congolês e angolano", disse o administrador comunal. O administrador realçou também a importância da construção de instalações para os serviços aduaneiros, para facilitar a arrecadação de receitas para os cofres do Estado.

Pedro Vilhena revelou que, de momento, a população recorre ao mercado de Songamani, na província do Baixo Congo, a pouco mais de dois quilómetros da fronteira, para adquirir produtos de primeira necessidade.

Apesar de existir um mercado na sede municipal do Cuimba e outro em Mbanza Congo (97 quilómetros), as condições precárias da estrada de terra batida desencorajam a população, que tem de pagar dois mil kwanzas de táxi para fazer esse trajecto.

"Neste período de chuva, poucos carros se atrevem a chegar a Malele", disse o administrador. Os moto-taxistas cobram, pela viagem de Buela à sede do Cuimba, 1.500 kwanzas no tempo da chuva e mil no período seco.

Equipamentos em construção

O administrador comunal de Buela destacou que nos últimos anos, foram construídas na comuna algumas infra-estruturas que permitiram minimizar as dificuldades da população. Foram erguidas residências para o administrador, seu adjunto e para professores, urna casa protocolar e um centro comunitário da juventude.

Pedro Vilhena revelou que está em curso a construção de um mercado rural, urnjango comunitário e uma escola de seis salas para o segundo ciclo do ensino secundário. Está também a ser ampliada a esquadra policial. Um centro de saúde também está a beneficiar de obras.

Foram matriculados no presente ano lectivo 1.386 alunos. O corpo docente é constituído por 64 professores. Estima-se que menos de 100 crianças estejam fora do sistema normal de ensino. O programa de merenda escolar funciona com normalidade.

"Temos energia eléctrica e já foram feitos dois furos artesanais para permitir o abastecimento de água potável às populações, faltando apenas construir os respectivos fontanários. Neste momento, a população acarreta água dos rios e cacimbas", revelou. Buela tem um centro de saúde, além de postos médicos nas aldeias. A assistência médica e medicamentosa é assegurada por seis enfermeiros.

Uma ambulância garante o transporte dos doentes mais graves para a sede municipal. O regedor do Buela, João Cubila, aplaudiu a construção de um mercado moderno na região, mas pediu a reabilitação da estrada que liga Buela à sede municipal.

3.4 Associação dos taxistas critica comportamentos

Jornal de Angola

12 De Dezembro de 2014

O presidente da Associação dos Taxistas de Luanda manifestou o seu desagrado com os filiados que se aproveitam da fraca circulação dos transportes públicos nos dias em que chove, para aumentarem a tarifa para mais de 100 kwanzas.

Manuel Faustino, que falava à Angop, alertou que "só podemos subir o preço do táxi depois de haver uma estrutura de custos devidamente elaborada, porque uma eventual subida de preço dos táxis informais afecta uma grande camada da população de baixos rendimentos".

O presidente da Associação dos Taxistas de Luanda acentuou que, para ser alterado o preço, deve existir uma concertação entre os associados e, posteriormente, o assunto ser levado ao Ministério da Finanças para ser resolvido de forma consensual.

Manuel Faustino reconheceu a existência de taxistas que, quando chove em Luanda, encurtam as rotas, cobrando duas ou mais vezes, uma situação que a associação denuncia à Polícia Económica. Devido à

chuva, alguns taxistas de Luanda cobram habitualmente 250 kwanzas por corrida em vez dos 100, que é preço estipulado pelo Ministério das Finanças.

A maioria dos taxistas que incorre na ilegalidade aumenta o preço da corrida e reduz as rotas aproveitando-se do número elevado de passageiros que ficam muito tempo nas paragens.

3.5 Kilamba kixi Mercados de rua são os obstáculos das obras no Golfe

Jornal de Angola
14 De Dezembro de 2014
Madalena José

As vendas ambulantes e a concentração de lixo no Largo 17 de Setembro, também conhecido por Avo Kumbi, no distrito urbano do Kilamba Kixi, continuam a atrapalhar a reabilitação do espaço.

o engenheiro da obra lamentou a falta de colaboração da administração do distrito, que já foi várias vezes solicitada para por fim a venda no largo e ao depósito de resíduos sólidos.

"Achamos que, enquanto decorrem as obras, esse espaço devia estar livre de concentração de resíduos sólidos e de vendas ambulantes, por comprometerem a continuação do nosso trabalho", acentuou João Pinto.

O director administrativo do Hospital Geral Especializado do Kilamba Kixi disse que os mercados informais nas proximidades da unidade sanitária tem provocado problemas ao seu funcionamento.

Adão Joao Domingos frisou que os vendedores produzem muito lixo, que fica exposto junto a parede que cobre o pátio da unidade hospitalar, provocando vermes que, as vezes, invadem o estabelecimento. Pediu aos responsáveis do distrito urbano que desmantelem aquilo que denominou "pequenos focos de mercados informais a volta do hospital".

3.6 Administração sensibiliza os vendedores

Jornal de Angola
19 De Dezembro de 2014
Texto: Sónia Maria

A Administração Municipal de Caculama, na província de Malanje, preocupada com a venda ambulante que tem crescido nos últimos dias ao longo da estrada, criou uma comissão para sensibilizar os vendedores sobre os riscos que enfrentam.

o administrador municipal adjunto, António Manuel Justino, informou que foi criada uma comissão que vai actuar de forma rigorosa na sensibilização e na tomada de medidas aos que insistirem em vender ao longo da estrada. António Justino, depois de ter efectuado uma visita a via que liga os bairros Bulo, aldeia Cagiza e Calololo, chamou a atenção da população para evitar tais práticas, que podem produzir consequências desastrosas, pois, como disse, "o município tem espaços criados para a venda", afirmou. O município de Caculama, disse o responsável, tem mercados equipados com todos os meios mas apesar disso "vários cidadãos insistem em vender nas estradas, onde se registam dois a três acidentes graves por dia", realçou. O administrador municipal adjunto de Caculama sublinhou que a recolha dos produtos e a detenção dos prevaricadores vão constar das acções a serem levadas a cabo, que já começaram com as acções de sensibilização e identificação dos locais onde se concentram tais vendedores.

Para Manuel Justino, o comércio joga um papel muito importante no desenvolvimento social e económico de qualquer região daí "a necessidade de se trabalhar para o melhoramento das actividades e a organização comercial do município, pois a venda nas estradas é um atentado a própria vida", disse. No âmbito do Programa de Investimentos Públicos, o município de Caculama ganhou um mercado com capacidade para 1.600 vendedores e está em funcionamento desde o ano de 2010. Por isso, acrescentou, não se justifica a venda de produtos nas bermas das estradas.

3.7 Comércio ambulante com os dias contados

Jornal de Angola
20 De Dezembro de 2014

O administrador do Distrito Urbano da Maianga, Manuel Marta, deu instruções aos Serviços de Fiscalização e ao comando de divisão local da Polícia Nacional a efectuarem acções conjuntas para por fim da venda anárquica ao longo da rua da sede do Inter Clube, no Morro da Luz.

Manuel Marta, que falava a agência de notícias Angop após um encontro com a comissão de moradores,

autoridades tradicionais e membros dos Services de Fiscalizacao e da Policia Nacional, disse que e preciso repor urgentemente a legalidade na via, por estar a beneficiar de trabalhos de requalificacao para a mudanca da imagem da zona.

A empresa que reabilita a via tern encontrado dificuldades devido it presenca de vendedores: "Urn obstaculo que dificulta os trabalhos e prejudica os moradores", disse o administrador da Maianga, Manuel Marta.

A requalificacao vai chegar a Estrada da Samba, urn trabalho que vai permitir a fluidez do transito autom6vel na Avenida 21 de Janeiro e na Estrada da Samba, facilitando a vida das pessoas que saem dos bairros Benfica, Golfe, Talatona e das novas urbanizacoes. Manuel Marta informou que ha urn trabalho de sensibilizacao das vendedoras ambulantes para serem imediatamente transferidas livremente para os mercados Katinton e 21 de Janeiro.

Na reuniao, o administrador criticou os estabelecimentos comerciais por produzirem "muito lixo" que e depositado a qualquer hora do dia, ao longo da via e em locais improprios.

"Muitas lojas vao ser, em Janeiro, vistoriadas para saber-mos se estao em condicoes de exercer a actividade comercial", advertiu Manuel Marta.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Luanda assegura cerca de 94% das receitas fiscais arrecadadas

Jornal Expansão
05 De Dezembro de 2014
Texto: Nelson Rodrigues

Cerca de 94% das receitas fiscais arrecadadas até ao segundo trimestre deste ano tiveram origem em Luanda, de acordo com dados do Balanço da Execução do OGE 2014 referente ao II trimestre que o Ministério das Finanças entregou na Assembleia Nacional (AN) e a que o Expansão teve acesso.

A seguir a Luanda, com 1,3 biliões Kz, as províncias que mais contribuíram para as receitas fiscais foram o Zaire (40 mil milhões Kz), Benguela (19,5 mil milhões Kz), Cabinda (10,5 mil milhões Kz) e Cuanza Norte (7,9 mil milhões Kz), que, no conjunto, representam 5,3% do valor total. O valor total das receitas arrecadadas está avaliado em 1,4 biliões Kz.

A província do Moxico, com 73 milhões Kz, e Uíge, com 436 milhões, são as que menos contribuíram para as receitas fiscais, além das províncias da Lunda Norte e Malanje, com 234 e 620 milhões Kz, respectivamente.

Na componente da execução, balanço de execução orçamental revela que, até ao segundo trimestre, o resultado orçamental foi negativo em 250.063 milhões Kz, resultante de uma arrecadação de receitas de 2.728.327 milhões Kz e uma despesa executada de 2.978.390 milhões Kz, o que equivale a uma variação negativa de 185% face ao período homólogo de 2013.

De acordo com o documento que foi aprovado com 147 votos a favor, pelo MPLA e pela FNLA, 32 votos contra, da UNITA e CASA-CE, a receita programada do período foi projectada em 1.197.972 milhões Kz, o que corresponde cerca de 78% da previsão, enquanto a receita arrecadada se cifrou em 1.421.110 milhões.

Também a despesa programada para o período, segundo o documento, foi de 1.709.103 milhões Kz, correspondendo em cerca de 23% do OGE, sendo que a execução da despesa foi prevista em 1.608.024 milhões.

"A execução-financeira do período esteve em linha com o programado", assume o Governo no documento apreciado pelos deputados.

Ainda assim, o Executivo considera igualmente que na despesa autorizada durante este período ocorreram alterações na sua natureza, sem, conforme diz o documento, "modificar o total autorizado para o ano, em função dos ajustes decorrentes de créditos adicionais, processados dentro do exercício, através de contrapartidas internas".

Receitas petrolíferas

Durante o segundo trimestre, as exportações de petróleo bruto atingiram a média de 1.607 milhões barris/dia, a um preço médio de 107,05 USD. O balanço de execução orçamental revela também que o valor declarado e devido pela Sonangol, para o período, é na ordem dos 3.13 milhões USD, que, acumulado desde Janeiro de 2014 resulta no valor de 7.883 milhões USD.

"O mesmo valor é parte integrante e na rubrica créditos em circulação", no balanço patrimonial e de forma, afecta as variações patrimoniais extra-orçamental", lê-se no balanço de execução.

Neste documento, o Governo recorda que o mesmo procedimento é seguido para as companhias petrolíferas, onde, conforme sublinha, foi declarado o valor de L 743 milhões, que, acrescentando ao período passado atinge o valor de 4.305 milhões USD.

"O carácter preliminar do relatório permitiu consolidar a informação do sector petrolífero, apenas até ao mês de Maio, fruto de característica inter temporal dos fluxos do sector", justifica-se o Governo.

No quadro da relação com a Sonangol concessionária, contabilizaram saldos gordos, comportando a reserva obrigatória e reserva de segurança, o que permitiu que os remanescentes fossem transferidos para a Conta Única do Tesouro, a fim de cobrir o serviço de caixa do Tesouro.

4.2 Banco mundial anuncia financiamento

Jornal Agora
05 De Dezembro de 2014

O Banco Mundial (BM) vai apoiar o financiamento do défice orçamental angolano avaliado em 7,6%. Aquela instituição financeira multilateral alertou, por outro lado, o Governo a "tomar cautelas" na

realização de créditos, apesar da sua baixa taxa de dívida externa e a fazer "despesas de boa qualidade".

O conselho foi dado, esta semana, pelo director do Banco Mundial para Angola, Gregor Binkert, em conferência de imprensa, na qual anunciou um apoio orçamental solicitado pelas autoridades angolanas para cobrir o défice do Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, de 7,6%.

Segundo o director do BM, "é possível realizarem-se créditos, mas, por outro, é preciso ser muito cauteloso e é importante aumentar, a cada ano, a qualidade das despesas".

"Cada ministério tem que ter os técnicos, os engenheiros, para preparar bem os projectos, fazer concursos, seleccionar boas empresas e depois fazer a monitoria da execução das obras, tudo isso é um trabalho institucional, mas é muito importante", sublinhou o responsável.

Um dos pilares em que assenta o apoio orçamental do BM ao Governo Angolano no Ana fiscal de 2015, o primeiro que a instituição o realiza a este nível, e na área da reforma do investimento público, Gregor Binkert realçou que a baixa do preço do petróleo pode obrigar o Executivo Angolano a rever o OGE para 2015, tendo que "cortar algumas coisas".

4.3 Partidos Preparam Calendário

Jornal de Angola

10 De Dezembro de 2014

O ano de 2015 vai ser determinante para a definição do calendário para a realização das eleições autárquicas, tarefa que cabe aos partidos políticos com assento parlamentar, declarou em Luanda, o secretário de Estado dos Assuntos Institucionais do Ministério da Administração do Território, Adão de Almeida.

Em declarações a Angop, Adão de Almeida lembrou que o Conselho de Ministros aprovou, na sua última sessão realizada em finais de Novembro de 2014, um Projecto de Lei do Registo Eleitoral proposto pelo Ministério da Administração do território, a ser remetido à Assembleia Nacional. O documento inclui também tarefas orientadas para as eleições gerais de 2017, que encurtam o caminho para as eleições autárquicas, conforme o desafio lançado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na sua intervenção sobre o Estado da Nação. "Se não fizermos as reformas necessárias ao registo eleitoral, a partir de 2015, começamos a pôr em risco a qualidade dos dados para as eleições de 2017 o que, seguramente, compromete o calendário de tarefas

para as autárquicas", alertou Adão de Almeida. Para esta acção, disse esperar que os partidos políticos com assento parlamentar respondam ao apelo feito pelo Presidente da República e discutam o calendário para as eleições e o processo de descentralização, com vista à realização das eleições autárquicas.

Adão de Almeida referiu que as eleições autárquicas vão ser o culminar do processo de desconcentração e de descentralização, sendo antecedidas de um acordo entre as forças políticas parlamentares sobre o calendário e as tarefas eleitorais. "Devemos ser realistas, pragmáticos e capazes de identificar e executar, em cada momento, a tarefa adequada, sendo necessário reflectir se, no estágio actual, é avisado levar em simultâneo os processos de preparação das eleições gerais e o das eleições autárquicas", sublinhou.

Autarquias sem data

À margem do encerramento do V congresso do MPLA, o líder da sua bancada parlamentar, Virgílio de Fontes Pereira explicou aos jornalistas que o partido ainda não definiu uma data para a realização das primeiras eleições autárquicas já que há questões que antes resolvidas. Virgílio de Fontes Pereira referiu que antes de se avançar com a marcação de uma data para as eleições é preciso abrir uma discussão abrangente, no seio do MPLA. O chefe da bancada parlamentar avisou que as eleições autárquicas não podem "cair de pára-quedas" porque o país vive numa situação de pós guerra, em função da qual a sua realidade é diferente de uma nação normal, do ponto de vista de participação política dos cidadãos. "Angola não pode ter um percurso de ciclos de eleições igual ao de um país normal", asseverou, o deputado do MPLA, pedindo aos angolanos a encararem as coisas com realismo e objectividade, e não darem passos que possam comprometer os ganhos já alcançados.

As eleições autárquicas devem juntar-se aos proventos obtidos com o sacrifício de muitos angolanos, nomeadamente a paz, a reconciliação nacional e o crescimento económico, acrescentou. Relativamente às eleições gerais de 2017, o deputado recordou que o MPLA traçou acções, algumas das quais já reveladas pelo presidente do partido, José Eduardo dos Santos, na sessão de encerramento do Congresso. "As tarefas enumeradas pelo presidente do MPLA e outras não mencionadas, mas que constam dos documentos fundamentais do partido, devem ser organizadas e executadas para garantirmos um bom desempenho nas eleições gerais de 2017", indicou Virgílio de Fontes Pereira.

4.4 MPLA e FNLA confirmam aprovação do OGE

Jornal O País

12 De Dezembro de 2014

Texto: Venâncio Rodrigues

A deputada da bancada parlamentar do MPLA, Ruth Mendes, justificou o voto da sua bancada com o argumento de que os pressupostos apresentados no

Orçamento Geral do Estado, para o ano económico 2015, estão de acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2017, apesar da queda do preço do petróleo.

A parlamentar afecta a comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional (AN) disse que o Grupo Parlamentar do MPLA deu o seu voto de confiança ao Executivo devido aos pressupostos contidos no documento, que visam a melhoria da qualidade de vida do povo angolano.

"Temos esperança de que não aconteça nenhum constrangimento na execução do OGE e, caso o preço do petróleo continuar a baixar, o Executivo poderá submeter a revisão do Orçamento", acrescentou.

Por seu turno, o líder do Grupo Parlamentar da FNLA, Lucas gonda, frisou que o seu partido votou a favor do OGE/2015, tendo em conta a necessidade da contínua promoção do bem-estar do povo angolano e os pressupostos contidos no documento vão de acordo com os nobres ideais.

"No fundo somos todos governantes deste país e, por isso, nós FNLA estamos de acordo com as áreas que serão reforçadas, bem como as prioridades no sector social, assim como a descentralização da estrutura central do Estado", disse.

O OGE para o ano 2015 assume grandes objectivos nacionais, fixados no Plano Nacional de Desenvolvimento, fundamentada na preservação da unidade e coesão nacional, garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento, melhoria da qualidade de vida, inserção da juventude na vida activa, desenvolvimento do sector privado e inserção do país no contexto internacional.

O documento foi elaborado tendo como base as projecções macroeconómicas, designadamente a taxa de crescimento real do PIE, produção petrolífera anual, taxa de inflação, taxa de câmbio, taxa de crescimento da moeda, e das reservas internacionais líquidas.¹

A bancada parlamentar da CASA CE não participou, sequer, da votação por ter abandonado a sala em protesto contra o alegado impedimento de um dos seus integrantes de apresentar individualmente a sua declaração de voto, Em declarações a o PAÍs, o deputado Manuel Fernandes prestou -se a revelar o conteúdo da aludida declaração sua que já configurava o voto contra, Manuel Fernandes disse que o OGE ora aprovado era "irrealista", sob o argumento de que o mesmo foi elaborado "tendo como índice de referência Orçamental 81 USD por barril de petróleo bruto, quando na verdade o barril está a ser comercializado, na ordem dos 60 e tais dólares Americanos, agravando o já alto, valor global do deficit Orçamental".

Outro motivo apresentado pelo parlamentar foi que a Lei do referido Orçamento, traduz -se "numa autêntica autorização legislativa e o mais grave, em certos casos, viola a constituição e a Lei 15/10 de 14 Julho, Lei do OGE".

"Estamos todos atentos e sabemos que vem aí, um momento de crise da nossa economia, fruto do baixo preço do petróleo no mercado mundial, ainda assim, estamos diante de um Orçamento despesita, gordurento e recheado de desperdícios, traduzidos na duplicação de despesas, excessos de despesas não justificadas, agravados com reservas de vária índole, que contrastam com o crescente endividamento do país, para cobrir o deficit Orçamental", declarou.

Manuel Fernandes sustentou que, no âmbito das receitas tributárias, não se evidenciou neste Orçamento, as medidas de combate a fraude e a invasão fiscal, tão pouco se revelaram medidas de combate a fuga de capitais, para os paraísos fiscais, O parlamentar concluiu que o OGE 2015, "não faz referência dos dinheiros para o fundo soberano, conferindo-o desta feita o estatuto de saco azul".

O líder do grupo parlamentar do PRS, Benedito Daniel defendeu que a sua equipa havia votado à favor na generalidade por fazer fé "no bom senso" e acreditar que a

"pertinência" das inquietações apresentada "seria razão bastante para que fossem efectuadas alterações significativas à proposta do OGE 2015."

O parlamentar disse não ter sido levada em conta a sugestão do seu partido que defendia que "havendo esta projecção positiva, não fazia sentido nem se justificava a emissão de cheques em branco para o senhor Presidente da República através da autorização prévia" O proposta de alteração do PRS, segundo Benedito Daniel apelava para a ponderação

e clarificação relativamente à rubrica "Transferências para Instituições sem fins lucrativos"

a necessidade de menção clara sobre dívida pública," tendo em atenção que muitas empresas nacionais caminham velozmente para a falência" e ainda a necessidade de aumento significativo do bolo aos sectores da Educação e da saúde.

4.5 Executivo cria infra-estruturas em 2015 para elevar diversificação da economia

Jornal Economia e Finanças
12 De Dezembro de 2014
Texto: Gaspar Micolo

As bases para a intensificação do processo de diversificação estrutural da economia estão a ser lançadas com programas e projectos estruturantes nos domínios da energia, águas, vias de comunicação, telecomunicações e pela criação de um ambiente macroeconómico favorável ao investimento privado no sector não petrolífero através do Orçamento Geral do Estado 2015, cuja proposta foi aprovada ontem, pelos deputados da Assembleia Nacional.

Para o presidente da 5a Comissão de Economia e Finanças, Manuel Nunes Júnior, além da necessidade de dar continuidade a esse esforço, a efectivação do processo de diversificação resultará, também, da implementação de uma política de apoio ao desenvolvimento dos vários sectores da economia nacional, desenvolvimento que terá como consequência a criação de emprego.

Por esta razão, o Executivo elaborou o plano nacional de desenvolvimento (PND) 2013-2017, que traz na sua agenda um forte investimento nas infra-estruturas, para assegurar um ambiente propício ao investimento.

Para o efeito, disse que o Executivo apostou na reabilitação das estradas, para permitir que agricultura seja realizada ali onde há terra e recursos hídricos, assim como está a investir no sector eléctrico.

O Ministério da Indústria, por exemplo, prevê infra-estruturar, a partir de 2015, os pólos industriais de Viana (Luanda), Caála (Huambo), Negage, Soyo (Zaire) e Saurimo (Lunda Sul), para facilitar o trabalho dos industriais que pretendem desenvolver as suas actividades, cujo sector tem proposto para o orçamento de 2015 a colocação de infra-estruturas nestes pólos.

Com efeito, vão ser infra-estruturados cinco pólos em três anos, num investimento de cerca de 350 a 400 milhões de dólares. Trata-se de pólos de grandes dimensões, com cerca de 1.000 hectares cada.

Já para o ministro dos Petróleos, José Maria Botelho de Vasconcelos, a incidência da produção petrolífera no produto interno bruto (PIB) do país baixou, nos últimos cinco anos, de 65 para 41 por cento, fruto da maior contribuição de outros sectores da economia, cuja percentagem é reflexo da aposta do sector não petrolífero na estrutura do PIB.

"A contribuição do sector empresarial angolano nas receitas anuais do país ronda de 70 a 75 por cento e as exportações no ramo petrolífero na faixa dos 97".

O ministro dos Petróleos prevê para o próximo ano uma contribuição do sector de hidrocarbonetos no crescimento do PIB na ordem de dez por cento.

Entretanto, houve uma redução na produção do crude, ocorrida no 4 trimestre de 2013, devido a vários factores técnicos.

Em Junho deste ano, por exemplo, houve uma inversão da tendência e neste momento o país regista uma produção média de 1 milhão 750 mil barris/dia, com uma tendência crescente, porque estão neste momento em desenvolvimento oito projectos, que vão contribuir para o aumento da produção para o OGE-2015.

O país prevê alcançar uma produção média diária na ordem de um milhões e 830 mil barris de petróleo, durante o exercício económico de 2015, uma cifra que representa um incremento de dez por cento relativamente à taxa de crescimento previsto no Orçamento Geral do Estado (OGE).

OGE dá ainda uma atenção especial ao sector social, ao alocar 34 por cento da sua despesa total, com maior incidência para a educação e a saúde, que registaram um crescimento de 47,04 e 28,35 por cento, respectivamente.

Deste modo, as despesas para educação, com um valor estimado em 657, 7 milhões kwanzas, poderão representar 9,7 por cento do total da despesa pública projectada de 5,2 mil milhões de kwanzas, enquanto a despesa para o sector da saúde, avaliada em 405,4 milhões, representará 5,59 do total.

Relativamente à reforma fiscal, o Executivo vai em 2015 adoptar medidas que visam potenciar as receitas públicas, através da consolidação do Programa Executivo de Reforma Tributária (PERT), para alargar a base tributária, reduzir a carga fiscal e acelerar o crescimento das receitas não petrolíferas.

O Executivo pretende assegurar a continuidade da consistência na condução das políticas fiscal, monetária, cambial, de rendimentos e preços e das políticas dos vários sectores da economia real, tais como o agrário, industrial, energético, comercial e do turismo, entre outros.

Assim, o OGE-2015 prevê receitas fiscais de cerca de 4,1 mil milhões de kwanzas e despesas fiscais fixadas em cerca de 5,2 mil milhões, correspondendo a 31 e 38,7 por cento do produto interno bruto (PIB), respectivamente.

O OGE 2015 está ainda alinhado com o plano nacional de desenvolvimento (PND) 2013/2017 e os seus objectivos correspondem ao quadro fiscal de médio prazo, embora esteja condicionado à evolução económica internacional e pelo comportamento da economia nacional.

4.6 OGE dá boas perspectivas

Jornal Economia e Finanças
12 De Dezembro de 2014

A Assembleia Nacional aprovou o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano de 2015, principal instrumento de gestão do país, já que contém a previsão das receitas e despesas públicas, Nele está exposta a situação económico-financeira, evolução e previsão das receitas e despesas orçamentais^{1/} e avaliação do financiamento do défice orçamental para o ano fiscal de 2015.

O OGE detalha todas a receitas e despesas do Estado previstas para o corrente ciclo financeiro, propostas pelo Executivo angolano, que na sua génese, prevê para o próximo ano, boas perspectivas de crescimento da economia.

Segundo o documento do Executivo apresentado à Assembleia Nacional, prevê-se que o sector petrolífero lidere a aceleração do produto interno bruto (PIB). Quanto ao sector não petrolífero, as estimativas indicam que a agricultura e os serviços mercantis continuarão a apresentar taxas de crescimento relevantes.

Estima-se uma aceleração do crescimento do PIB real para 9,7 por cento comparativamente aos 4,4 previstos para 2014. Este desempenho favorável do PIB, deverá resultar do expressivo crescimento do sector petrolífero, relativamente se espera um crescimento de 10,7 por cento, evidenciando um curso de rápido revigoração da actividade petrolífera.

A recuperação do sector petrolífero assentará no aumento projectado da produção anual de barris de petróleo na ordem dos 10,7 por cento, passando de 604,4 milhões de barris, em 2014, para 669,1 milhões de barris, em 2015.

Em face das incertezas de enquadramento internacional em torno da evolução provável do preço do petróleo, a receita petrolífera continua exposta aos riscos da contínua redução do preço médio do petróleo.

O desempenho do sector não petrolífero em 2015 deverá ser um reflexo de um vasto crescimento no sector de serviços mercantis, para o qual se prevê crescimento a uma taxa de 12 por cento, seguido da agricultura e do sector da construção na lista de principais indutores do crescimento da economia, prevendo-se um crescimento na ordem dos 12,] e 10,9, respectivamente.

Relativamente à participação dos sectores da economia na formação do PIB, o documento do Executivo indica que vê-se cada vez mais uma maior participação do sector primário (agricultura), em detrimento dos sectores terciário e secundário (serviços e indústria).

Quanto ao plano nacional de desenvolvimento (2013/2017), o documento do Executivo que suporta o OGE indica que os resultados dos números de crescimento da economia evidenciam a necessidade de reforço, no quadro da estratégia de gestão macroeconómica, de modo a deslocar a economia aos níveis de crescimento fixados.

Para 2015, as perspectivas de reforço das níveis de desempenho do PIB petrolífero, e conseqüente PIB nacional, são animadoras, quando comparadas com as metas de crescimento fixadas no PND 2013-2017, prevendo-se, entretanto, que a economia desenvolvimento do sector não petrolífero, por via da diversificação da estrutura produtiva) mantenha a sua evolução abaixo das metas de crescimento estabelecidas no plano.

4.7 OGE-2015 pronto para a sua execução

Jornal Economia e Finanças
12 De Dezembro de 2014

A Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado 2015 foi aprovada em definitivo, nesta Quinta-feira, por altura da 111 Reunião Plenária Ordinária da 111 Sessão Legislativa da 111 Legislatura, que marcou o encerramento do ano civil no parlamento.

A versão final do texto, que já tinha sido anuída na generalidade e nos debates da especialidade, teve 162 votos favoráveis, 30 contra e nenhuma abstenção.

A plenária de aprovação do principal instrumento financeiro do Estado vai ser promulgada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, enquanto titular do poder executivo.

O OGE 2015, que suscitou acesos debates nas discussões da especialidade e mereceu propostas de melhoria, tem luz verde dos deputados para ser implementado, num contexto difícil marcado pela queda do preço do petróleo no mercado internacional.

Produzido em alinhamento com o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, o orçamento aprovado comporta receitas estimadas em sete triliões, duzentos e cinquenta e um biliões, oitocentos e sete milhões, seiscentos e trinta mil, setecentos e setenta e oito kwanzas, o mesmo tecto para as despesas.

As receitas fiscais (excluindo desembolsos de financiamento e venda de activos) estão projectadas em cerca de quatro triliões, cento e oitenta e quatro biliões, oitocentos e sessenta e seis milhões vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta e cinco kwanzas, o equivalente a 31 por cento do PIB.

Dessa percentagem, 60,96 por cento provêm das receitas petrolíferas, representando 18,9 por cento do PIB e 39, 3 por cento das não petrolíferas, representando 12,1 por cento do PIB.

Para o efeito, prevê-se um défice global de 1.031 mil milhões de kwanzas, que deve ser coberto com recurso a financiamento externo e interno.

Com vista a dar cabal cumprimento aos planos previstos, o Executivo vai recorrer ao crédito bancário e às linhas de crédito, nacionais e internacionais, para financiar projectos de investimento de empresas do sector público, em função da redução das receitas fiscais para o Orçamento Geral de Estado (OGE-2015).

Na visão do Executivo, que submeteu a proposta de Lei aprovada, "o recurso ao endividamento interno e externo, necessário para assegurar a implementação de projectos estruturantes em curso, representa cerca de 35 por cento dos recursos totais, sendo 18 por cento a nível interno e 17 por cento a nível externo".

Na proposta do OGE para 2015, os recursos fiscais representam 65,1 por cento dos recursos totais previstos e os impostos petrolíferos contribuem com 39,6 por cento e representam 63,2 por cento das receitas fiscais.

Pareceres

De acordo com o Relatório Parecer das Comissões de Economia e Finanças e dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos da Assembleia Nacional, aprovado na Especialidade, "não haverá amortização de empréstimos concedidos e a venda de activos está projectada em um bilião, oitocentos e setenta milhões, noventa e seis mil, seiscentos e quarenta e dois kwanzas.

Refere que estão projectadas, à luz desse orçamento, reservas do Tesouro de sessenta biliões de kwanzas.

Acrescenta que a dívida pública fundada, interna e externa de curto, médio e longo prazo, estima-se que não ultrapasse, no final de 2015, o estoque correspondente a 35,5 por cento do PIB correspondente ao contravalor em kwanzas de 48,3 biliões.

Com a aprovação do OGE 2015, os deputados da Assembleia Nacional vão para um período de férias, devido a Quadra Festiva, devendo regressar aos trabalhos, para a primeira Plenária de 2015, a 29 de Janeiro.

Implicações

As políticas implementadas pelo Executivo que visam assegurar o desenvolvimento equilibrado do território para a materialização das metas definidas no Plano Nacional do Desenvolvimento para 2013/2017, permanecem vulneráveis aos choques do sector petrolífero, impondo diversos constrangimentos na arrecadação de receitas e execução de despesas.

A conclusão vem expressa num relatório parecer do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano económico 2015, apresentado nesta quinta-feira, pela comissão da Administração do Estado e Poder Local da Assembleia Nacional (AN), durante a 111 sessão legislativa, que visou a votação final do OGE, sob a orientação do presidente da AN, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

4.8 OGE aprovado com abandono dos deputados da CASA-CE

Novo Jornal

12 De Dezembro de 2014

O PARLAMENTO angolano aprovou ontem, em Luanda, o Orçamento Geral do Estado 2015, por 162 votos a favor e 30 contra, mas os deputados da CASA-CE abandonaram a sala.

De acordo com a coligação os deputados abandonaram a sala por verem interrompido o direito de declarar o voto, solicitado ontem ao Presidente da Assembleia Nacional.

Ficou então acordado que no final da votação, cada um dos deputados do grupo parlamentar iria utilizar o seu direito de declarar o voto, conforme exposto no artigo 140 do regimento da Assembleia Nacional.

Segundo o porta-voz da CASA-CE, Lindo Bernardo Tito, o Presidente da Assembleia Nacional, Fernando Dias da Piedade dos Santos, recebeu e admitiu a comunicação de exercício de direito do referido partido, mas submeteu-a a votação na qual a proposta foi derrotada.

"Em qualquer parte do mundo, qualquer deputado, ou a título individual, ou em grupo parlamentar,

tem o poder de declarar o voto. E era isso que queríamos fazer, apenas a declaração do voto de cada urn de nos", argumentou o deputado Lindo Tito.

O OGE-2015 prevê receitas de 4.184,9 mil milhões de kwanzas e despesas fiscais fixadas em 5.215,8 mil milhões de kwanzas, correspondendo, respectivamente, a 31% e 38,7% do PIB, e um défice situado em 1.031 mil milhões de kwanzas, representando cerca de 7,6 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

Na proposta do OGE para 2015, os recursos fiscais representam 65,1% dos recursos totais previstos e os impostos petrolíferos contribuem com 39,6% e representam 63,2% das receitas fiscais.

A distribuição da receita por natureza económica evidencia que as receitas arrecadadas no sector petrolífero continuam predominantes, enquanto a composição da despesa por natureza económica reflecte o apoio prioritário a ampliação das infra-estruturas económicas e sociais necessários ao aumento da produção nacional, do emprego e bem-estar da população.

Do lado da despesa, estão previstas igualmente diferentes medidas com incidência para o sector público administrativo e para o sector público empresarial. Pretende-se assim alcançar maior eficiência da incidência da fiscalidade e maior poupança de gastos desnecessários.

Em 2015, o sector social beneficiaria de 34% do OGE, destacando-se o crescimento do sector da educação que em 2014 teve um peso percentual de 6,2% para 9%, e o sector da saúde, que em 2014 foi de 4,4%, e que agora passa em 2015 para 5,6%.

O OGE 2015 está alinhado com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017 e os seus objectivos tem em conta o quadro fiscal de médio prazo, embora esteja condicionado pela evolução económica internacional e pelo comportamento da economia nacional.

4.9 OPSA e ADRA notam altos e baixos no OGE

Jornal O País

12 De Dezembro de 2014

Texto: Venâncio Rodrigues

Na habitual análise anual sobre o Orçamento Geral do Estado O OPSA e a ADRA manifestam-se satisfeitos ao constatarem que a Educação beneficiou de uma subida de 47%, protecção social, 33,2% e saúde, 28,4%.

Mas mesmo assim, notam que "a habitação, o desemprego e a doença e a incapacidade fazem o caminho inverso com as suas verbas a caírem 100%, 96,2% e 79,1%, respectivamente "Estas quebras tão significativas em sectores tão sensíveis para a vida dos cidadãos são motivo de apreensão principalmente por não serem acompanhadas de qualquer justificação, "refere o documento.

O OPSA e a ADRA fazem saber que apesar disso, a proposta de OGE 2015 quebra com a tradição, denunciada em relatórios anteriores, de gastar mais com a defesa, segurança e ordem pública do que com a educação e saúde juntas.

Ainda sobre a educação e saúde, o documento dá conta que, embora os recursos estejam em alta, "continuam em patamares muito baixos, não ultrapassam os 9,1 % do total, mesmo em termos africanos.

Também em relação à Saúde as duas organizações observam que apesar do aumento das verbas anunciado o esforço relativo de Angola em matéria de saúde continua a ser muito baixo, mesmo em termos africanos.

"A título de exemplo, na Zâmbia cerca de 15% dos gastos públicos destinam-se à saúde e em Moçambique essa percentagem excede os 20 % ", sustentam.

As duas organizações não governamentais, a que o PAÍS teve acesso, constatarem que as contas públicas angolanas deverão registar um défice de um bilião Kwanzas ou seja, 43, vezes mais do que previsto para 2014.

"Comparando a proposta do OGE 2015 com as estimativas de execução do OGE 2014, as receitas recuam 3,9%, enquanto os gastos públicos dão um pulo de 19,1 %", precisam as duas organizações participes das discussões do OGE especialidade.

A sua posição sobre o documento, ontem aprovado pela Assembleia Nacional é de que o actual OGE indicia uma política orçamental "fortemente expansionista".

Argumentam que o défice previsto para O próximo ano será financiado com recurso ao endividamento externo, que aumenta 1.038,3 mil milhões Kwanzas, assegurados por novas linhas de crédito e projectos.

Estão previstos 349,3 mil milhões Kwanzas de novas linhas e 911,6 mil milhões Kwanzas projectos. Já o endividamento interno líquido até vai reduzir-se em 7,4 mil milhões Kwanzas, de acordo com o relatório de fundamentação da proposta de OGE2015.

"Ou seja, a dívida pública vai aumentar em 1.031 mil milhões de Kwanzas, montante igual ao do défice", refere a dado passo o extenso documento que deverá ser apresentado publicamente no próximo dia 20 de Dezembro.

O OPSA e a ADRA apontam o Executivo de não ter respeitado as recomendações do FMI que considerou que a dívida pública deveria manter-se "sustentável" e que o risco de sobre-endividamento era "baixo".

"Ainda assim, o FMI defendeu que seria importante "reverter a tendência projectada de crescimento da dívida pública, através do retorno aos excedentes orçamentais e da constituição de activos financeiros no Fundo Soberano de Angola (FSDEA) sem recurso à acumulação de dívida, de modo a poupar parte da riqueza do petróleo para as gerações futuras", defendem as duas ONGs.

Em sua opinião, o forte crescimento dos gastos públicos e, conseqüentemente, do défice já que as receitas recuam penalizadas pela descida do preço do petróleo, deve-se ao "disparo" do investimento.

Ilustram que "na proposta de OGE 2015, o investimento público aumenta 29,3% para 1,4 biliões Kwanzas dos quais Kwanzas 1,1 biliões Kwanzas inseridos no PIP - Programa de Investimentos Públicos.

"O investimento é considerado "boa" despesa devido ao seu efeito reprodutivo sobre a economia ao longo de vários anos. Isto, por oposição à "má despesa", constituída pelas despesas correntes - somatório dos salários, bens e serviços, juros e transferências correntes, como subsídios e prestações sociais -, cujo

efeito praticamente se resume ao ano em que são realizadas", lê-se no documento.

O argumento apresentado pelas duas organizações é de que a redução da petrodependência e o combate à pobreza "passam pela diversificação da economia, o que exige um enorme esforço financeiro em infra-estruturas, qualificação da mão-de-obra e melhoria dos cuidados de saúde da população. "

Consideram que o défice de 2015 pode estar dentro dos limites do suportável e até ser "virtuoso", mas isso não invalida que, pelo menos no curto prazo, o país fique mais vulnerável à baixa do preço do crude.

4.10 'Riscos' no OGE 2015 põem em causa estabilidade financeira

Jornal Agora

12 Dezembro 2014

Texto: Martins Chambassuco

Instrumento de gestão financeira, projectado na senda do actual contexto económico mundial, marcado pela flutuação do preço do petróleo, mereceu a aprovação final, nesta quinta-feira, mas as divergências mantiveram-se entre o Governo e a oposição, fundamentalmente quanta aos números.

Os parlamentares identificaram os riscos de execução nao-negligenciáveis no Orçamento de Estado para 2015, tanto do lado da receita como do da despesa.

Por isso, não deixaram recomendações ao Governo, mas lembraram que e fundamental consolidar para assegurar o défice que devesse situar-se entre os 10 mil milhões de dólares ainda abaixo do PIB, correspondendo a 7,6%, mas que as autoridades não definem como um risco a estabilidade macroeconómica do país.

O relatório da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional considera crucial a continuação do processo de consolidação orçamental, de forma a garantir o cumprimento credível dos compromissos do governo dentro do Plano Nacional de Desenvolvimento e reduzir a dívida pública.

Do lado da receita, além do aumento de contribuições e impostos, o Executivo está a contar que boa parte do crescimento das receitas fiscais resulte de um controlo mais apertado contra a evasão fiscal.

O Orçamento Geral do Estado para o exercício económico de 2015 prevê receitas de 4.184,9 mil milhões de Kwanzas e despesas fiscais fixadas em

5.215,8 mil milhões, correspondendo, respectivamente, a 31% e 38,7% do PIB.

Conquanto o Executivo esteja optimista em relação a execução financeira do OGE, a duvida paira sobre o défice orçamental que devera atingir os 10 mil milhões de dólares e registar significativo aumento da divida publica.

Depois da discussão na comissão de especialidade, o documento tem subjacente o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 e contem a estimativa de todas as receitas a arrecadar pelo Estado, fixando

o limite de despesas autorizadas para todos os services centrais, institutos públicos e órgãos locais.

Na previsão do Ministério das Finanças, a divida angolana devera atingir, no próximo exercício financeiro, 48,3 mil milhões de dólares, o que corresponde a 35,5% do PIB, entre divida externa (24,5%) e divida contraída internamente (11%).

O financiamento total do OGE/2015 ronda os 7.242,81 mil milhões de kwanzas, resultante de fontes fiscal, parafiscal, patrimonial e de endividamento público.

Diante deste quadro, o Governo não admite um quadro de austeridade orçamental, mas os cortes na despesa publica podem abrir um quadro positivista quanta as projecções de crescimento da economia angolana.

Para dar cumprimento aos planos previstos, o Executivo vai recorrer ao crédito bancário e as linhas de crédito, nacionais e internacionais, a fim de financiar projectos de investimento de empresas do sector público, em função da redução das receitas fiscais para o Orçamento Geral de Estado (OGE-2015).

O Governo, que submeteu a proposta de Lei aprovada nesta quinta feira "o recurso ao endividamento interno e externo, necessário para assegurar a Implementação de projectos estruturantes em curso, representa cerca de 35% dos recursos totais, sendo 18% a nível interno e 17% a nível externo".

Na proposta do OGE para 2015, os recursos fiscais representam 65,1% dos recursos totais previstos, e os impostos petrolíferos contribuem com 39,6% e representam 63,2% das receitas fiscais.

COLAPSO FINANCEIRO. Galviao Branco, questionado sobre a aprovação do OGE no contexto actual da economia mundial, desaconselha e fundamenta que "não me parece muito prudente e

aconselhável fazer presente a aprovação pelo Parlamento da proposta de OGE/2015, sustentada por pressupostos pouco consistentes, sobretudo do lado da formação da receita e do crescimento expectável, face a actual situação".

O consultor alerta que assumir um orçamento expansionista assente na obtenção de receitas fiscais provenientes do sector petrolífero, mesmo admitindo urn incremento da produção, quando as incertezas que se apresentam no mercado mundial desta commodity são cada vez mais reveladoras de redução da procura e baixa de preços e urn risco politico que ocorre, face as expectativas que são geradas perante os muitos problemas que o Executivo tem de resolver.

O antigo vice-ministro da Industria entende como exagerado o défice fiscal assumido, devendo-se actuar mais do lade da despesa, no sentido de acomodar as receitas fiscais realmente possíveis de serem agenciadas.

"Penso que, na presente situação de acentuado desequilíbrio orçamental, a atitude mais condizente esta na forma da contratação da despesa pública, o que tem, essencialmente, a ver com a postura dos gestores das unidades orçamentais e organismos dependentes", disse.

Relativamente a despesa publica, garantiu, igualmente, que já e consenso assumido por todos "que temos de melhorar a qualidade e transparência da mesma, então toda a atenção tem de estar dirigida para os responsáveis que garantem a contratação de bens e services correntes e contratualizam os investimentos públicos."

FINANCIAMENTOS EXTERNOS. Quanto ao aumento da divida publica, Galvão Brando afirmou que uma das categorias que concorrem para a nossa estabilidade macroeconómica e que sejamos alvo duma avaliação de risco de certo modo confortável, "e rácio actualmente existente entre o Programa de Investimento Publico (PIP) Dívida Pública e o nosso volume de Reservas Liquidas Internacionais".

O OGE/2015 transmite, claramente, a intenção da cobertura do défice equivalente a 10 mil milhões de dólares, por via do recurso a financiamentos internos e externos.

"Parece-me legítimo e oportuno que sejamos alertados para os termos como vão ser agenciadas estas fontes alheias, sobretudo no que se refere as taxas de juro, períodos de reembolso e garantias exigíveis na montagem destes financiamentos externos.

Devemos preservar o actual quadro que retrata a estrutura da nos dívida pública, a actual política monetária, no sentido da preservação do valor da nossa moeda e da diminuição da taxa de inflação, de modo a assegurar a atractividade do investimento directo", sublinhou.

Quanto aos exercícios anteriores, o nosso interlocutor disse que, no contexto em que se aprovou este orçamento, a responsabilidade é redobrada.

Efectivamente ao logo dos exercícios fiscais, ficou suficientemente evidente a inexistência de capacidade para a plena execução física dos investimentos públicos inseridos nos programas sectoriais, mormente nos de âmbito local.

"Existe uma tendência desmedida de alguns gestores públicos inscreverem, nos seus programas, projectos de vária natureza, sem que se atenda as questões básicas da sua contratação, execução física e financeira e qualidade dos trabalhos, o que originou serviço público ao cidadão e alguma promiscuidade na realização da despesa. Estou bastante esperançado que a institucionalização da Unidade Técnica da Negociação, a criação da função do secretario junto ao Presidente da Republica para a área da Contratação Publica e uma abordagem publica mais contundente, vai concorrer para a moralização de utilização do recursos públicos por parte dos agentes com competencias para o efeito", lembrou o consultor, que assegura que o nosso ordenamento jurídico e suficientemente eloquente e profuso no estabelecimento das regras e procedimentos que devem presidir a realização dos investimentos públicos, assim como aos termos e modalidades da sua contratação.

FUNDO SOBERANO DE ANGOLA. Nas circunstâncias expectáveis da evolução do preço do petróleo e da sua procura externa, o mesmo disse, "não creio que seja possível que ocorram significativas contribuições por via de acções da reserva financeira estratégica ou o Fundo Soberano de Angola e outras instituições que são capitalizadas a partir do desempenho do sector petrolífero".

Com este orçamento, o Executivo persegue os objectivos estratégicos alavancados pelo Plano Nacional de Desenvolvimento de Médio Prazo (2013-2017), com destaque para a preservação da unidade e coesão nacional, um dos pressupostos básicos necessários para o desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, facilitar a inserção da juventude na vida activa e o desenvolvimento do sector privado, além de assegurar a inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

O Orçamento Geral do Estado/2015 foi elaborado tendo como base diferentes projectores macroeconómicas, nomeadamente a taxa de crescimento real do PIB Global de 9,7%, preço médio do barril de petróleo bruto de 81 dólares, produção petrolífera anual de 669,1 milhões de barris de petróleo, taxa de câmbio 99,1 kwanzas por dólar, taxa de crescimento da moeda na base de 16%, estoque das reservas internacionais líquidas de 23,5 mil milhões de dólares, na óptica de compromisso (défice) de 7,6%.

4.11 Orçamento em vigor no primeiro dia do próximo ano

Jornal de Angola

12 De Dezembro de 2014

Texto: Adelina Inácio

O documento, que começa a ser executado no primeiro dia de Janeiro, foi aprovado com votos favoráveis do MPLA e FNLA, e contra da UNITA, CASA-CE e PRS.

Os deputados aprovaram também o relatório parecer conjunto final, na especialidade, sobre o Orçamento Geral do Estado e recomendaram a criação de um programa municipal da agricultura, com o objectivo de um maior aproveitamento das potencialidades agrícolas existentes.

Os deputados solicitaram ao Executivo o reforço da verba atribuída ao sector da agricultura, tendo em conta a importância deste sector no combate a pobreza, geração de emprego e inclusão social.

Os deputados recomendaram que nos próximos orçamentos sejam atribuídas verbas para a formação de quadros em matéria de assistência técnica agrícola, com vista a assegurar a assistência técnica mecanizada no sector agrícola.

Os parlamentares entendem que devem ser atribuídas verbas ao Instituto Medio Agrario do Negage, na provincia do Uige, o estatuto de unidade oreamental alltonoma desagregada do municipio do Negage, it semelhanca dos demais institutos na provincia.

o parecer-conjunto apresentado pelo deputado Salomii Xirimimbí recomenda que nos proximos orçamentos o Executivo aumente progressivamente a verba para o sector da saude e adopte politicas de emprego que dêem aos cidadios angolanos, incentivem o primeiro emprego e fomentem a criaeco de postos de trabalho no interior do pais.

Os deputados pretendem que as unidades sanitárias públicas sejam sujeitas, nos próximos anos, a um processo de certificação da qualidade. Solicitaram que seja criado em cada a província um serviço especializado no tratamento de queimaduras nas diversas unidades sanitárias públicas do Serviço Nacional de Saúde. Recomendaram ainda a construção de quatro laboratórios especializados nas regiões norte, centro, este e sul.

Sector da Justiça

Quanto ao sector da Justiça, os deputados recomendaram o reforço das verbas para o programa de registo civil gratuito, assim como para o programa de assistência judiciária.

Os parlamentares pediram também que no próximo orçamento sejam reforeadas as verbas para o programa de informatização dos serviços de registo civil, comercial e do notariado e a criação de uma base de dados dos processos judiciais nos tribunais para melhor consulta.

No sector da Construção, os deputados pediram a melhoria dos critérios de acesso e a adoção de mecanismos mais celeres que viabilizem a entrega de residências aos cidadãos nas novas centralidades.

No Comércio, os deputados entendem que no âmbito do programa de combate à pobreza devem ser reforeadas as verbas destinadas aos projectos Projajuda e PAPAGRO, com vista a estender a rede dos serviços de escoamentos dos produtos agrícolas a toda a extensão do território nacional.

Abandono da sala

Os deputados da CASA-CE abandonaram a sessão plenária de ontem, que tinha como ponto único a aprovação do Orçamento Geral do Estado para o próximo ano. Os deputados da CASA-CE solicitaram ao Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, que cada deputado fizesse uma declaração de voto, expondo o seu ponto de vista sobre o Orçamento.

O pedido gerou debates entre os deputados e levou a que os deputados da CASA-CE abandonassem a sessão plenária.

Andre Mendes de Carvalho, líder do grupo parlamentar da CASA-CE, disse que o regimento da Assembleia Nacional dispõe que, quando há aprovação final do Orçamento, cada deputado pode produzir uma declaração de voto de dez minutos.

Andre Mendes de Carvalho disse que o Orçamento "tem muitos problemas" e reverte uma competência

da Assembleia Nacional o deputado Lucas Ngonda, da FNLA, apresentou uma declaração de voto a favor.

O Presidente da Assembleia Nacional disse que o Parlamento tem melhorado a qualidade dos debates todos os anos, "mas ainda não podemos estar satisfeitos". Fernando da Piedade Dias dos Santos, que falou aos deputados depois de ter recebido cumprimentos de fim-de-ano, disse que a Assembleia Nacional, além de ser um órgão legislativo, deve tomar a vanguarda na consolidação e solidificação da paz e do processo de reconciliação nacional.

O Presidente da Assembleia Nacional pediu aos deputados para que se respeitem uns aos outros, porque "difícilmente os deputados vão ter as mesmas ideias, mas o importante é ter uma discussão aberta, transparente e franca", disse. Os deputados voltam aos trabalhos a 15 de Janeiro.

4.12 Previsão do preço do petróleo OGE é "muito pouco prudente"

Jornal Expansão

12 De Dezembro de 2014

Texto: David Rodrigues

A previsão do preço médio do barril inscrita no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2015 é "muito pouco prudente", alertam as organizações não governamentais Observatório Político e Social de Angola (OPSA) e Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), que aplaudem, contudo, o reforço de verbas para os sectores sociais e o facto de, pela primeira vez desde 1991, as despesas com educação e saúde ultrapassarem os gastos orçamentais com defesa, segurança e ordem pública.

O documento lembra que o OGE aponta para uma produção de petróleo de cerca de 1,83 milhões de barris por dia (mais 10,2% face a 2014), baseada na confiança que o Governo coloca "na entrada em funcionamento do projecto CLOV".

Mas sustenta que a cotação média do barril prevista - 81 USD - envolve "riscos", lembrando o que sucedeu há cerca de cinco anos. "Depois de atingir um máximo de quase 150 USD por barril em Julho de 2008, o crude caiu em poucos meses para cerca de 40 USD na sequência da crise do crédito hipotecário com epicentro nos Estados Unidos", lê-se no documento, que recorda que as consequências para Angola foram "uma quebra de cerca de 36% nas receitas correntes de 2009, que obrigaram a um corte

de quase 11% nas despesas, em particular no investimento, que caiu 16,7%".

Agora, numa altura em que há perspectiva de alterações estruturais no mercado, nomeadamente a auto-suficiência dos EUA, "ninguém arrisca dizer" o que pode suceder.

"Neste contexto, a previsão de 81 USD por barril para a elaboração do OGE parece muito pouco prudente", dizem as duas organizações não governamentais, que têm vindo, anualmente, a tomar posição sobre os orçamentos, sugerindo, nalguns casos, alterações.

Também a previsão de crescimento económico - 9,7%, ou seja, "mais do dobro dos 4,4% previstos para o ano em curso" é "claramente mais optimista" do que as avançadas pelo FMI (5,9%), dizem a OPSA e a ADRA, que consideram "elevados "os riscos associados ao cenário macroeconómico.

Pela positiva, mas com ressalvas, as organizações desta" com o crescimento das verbas para os sectores sociais. "O ensino pré-escolar viu as suas verbas aumentarem quatro vezes, o que é positivo", explicam, defendendo, contudo, que tal fica "aquém das necessidades", tendo em conta que o País terá cerca de 800 mil crianças em idade pré-escolar.

Também o reforço das verbas para o ensino primário (mais, 17,3% face a 2014) é aplaudido pela OPSA e ADRA, que dizem que o aumento do peso desta rubrica no OGE (absorve 64,5% das despesas com a sub função educação) está "em linha com as recomendações dos especialistas".

No entanto, lamentam que o peso do ensino secundário desça 7,1 pontos, para 12,8% do total na educação, e admitem que possa haver "um esforço financeiro exagerado em favor das universidades em detrimento das escolas secundárias".

Na saúde, OPSA e ADRA consideram que "merece particular destaque pela positiva o aumento de 80% do valor orçamentado para os serviços de saúde pública", opção que se "enquadra na perspectiva de que o direito à saúde dos cidadãos é garantido, antes de mais, por um sistema adequado de serviços de saúde pública".

As organizações consideram "positivo" o forte reforço das despesas de investimento, mas alertam para os riscos de o OGE prever um défice das contas públicas de 7,6% do PIB, que é "43,5 vezes" superior ao previsto no OGE 2014.

O défice será financiado com recurso ao endividamento externo, o que mostra que o Governo

"não seguiu" as recomendações do FMI, que em Setembro passado considerou importante "reverter a tendência projectada de crescimento da dívida pública, através do retorno aos excedentes orçamentais e da constituição de activos financeiros no Fundo Soberano de Angola sem recurso à acumulação de dívida, de modo a poupar parte da riqueza do petróleo para as gerações futuras".

4.13 OGE aprovado, siga a farra!

Jornal Folha 8

13 De Dezembro de 2014

Os deputados do MPLA na Assembleia Nacional de Angola aprovaram, como esperado, a proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2015, que prevê um défice de 7,6%, para li de Dezembro. Com excepção da FNLA, todos os partidos votaram contra.

Neste OGE o executivo prevê um crescimento da economia nacional de 9,7%, justificando o défice orçamental com a quebra no preço internacional do barril de petróleo.

O Governo justifica o forte agravamento do défice público em 2015 com a incerteza na cotação internacional do preço de crude, estabelecendo 81 dólares por barril de petróleo como valor de referência na exportação, contra os 98 dólares inscritos no OGEde2014.

Este valor serve de base ao cálculo das receitas fiscais petrolíferas, que em 2015 deverão render ao Estado 2,5 biliões de kwanzas (cerca de 20.475 milhões de euros).

O petróleo deverá corresponder a cerca de 66% das receitas correntes, com a produção a aumentar 10,7%, de 604,4 milhões de barris em 2014, para 669,1 milhões de barris no próximo ano.

O saldo negativo de 7,6% do Produto Interno Bruto (PIB) nas contas públicas de 2015, a que se soma uma estimativa de 0,2% de défice este ano, corresponderá a uma necessidade de financiamento de 1 bilião de kwanzas (cerca de 8,2 mil milhões de euros, à taxa de câmbio actual).

O stock de dívida pública atingirá em 2015, na previsão do Ministério das Finanças, os 48,3 mil milhões de dólares (38,7 mil milhões de euros), correspondendo a 35,5% do PIB nacional, contra os 10,9% de 2012.

O Executivo prevê ainda uma taxa de inflação de 7%, o que representa uma descida de meio ponto percentual face a 2014.

O documento aprovado coloca à livre disposição e arbítrio pessoal do chefe do Governo, José Eduardo dos Santos, mais de 15 mil milhões de euros para gestão directa e unipessoal.

Por estar fora da fiscalização do Parlamento (e mesmo que estivesse dentro seria igual ao litro), este "cheque em branco" representaria em qualquer Estado de Direito, o que não é o caso, um atentado.

Estes cerca de 19 mil milhões de dólares irão, como se sabe, ajudar a diminuir as dificuldades financeiras de um Presidente que ocupa o lugar, com grande esforço pessoal, desde 1979, sem nunca ter sido nominalmente eleito.

Trata-se, oficialmente, de uma "Reserva Financeira Estratégica Petrolífera", resultante dos direitos patrimoniais do Estado angolano nas concessões petrolíferas, que servirá para financiar investimentos de longo prazo.

Este foi, aliás, um dos motivos que levou a CASA-CE a não votar o OGE para 2015, abandonando a sala, por ser coartada de fazer recurso a um dispositivo legal, "Declaração de voto", capitulado no art.º 140.9 do regimento interno da Assembleia Nacional; "cada Grupo Parlamentar ou Deputado a título individual, tem direito a produzir, no final de cada votação uma declaração de voto esclarecendo o sentido da sua votação, não podendo exceder três minutos". O presidente da Assembleia Nacional, Fernando Dias dos Santos Nandó contrariando o dispositivo legal, decidiu introduzir um elemento novo e ilegal, votar um dispositivo legal em vigor.

Foi esta posição de força a condicionar a permanência da CASA-CE, no hemiciclo. Daí o vice-presidente da bancada parlamentar, Manuel Fernandes, ter considerado este OGE como "um atentado ao Estado de Direito", que "quase amputa" o papel fiscalizador dos deputados.

4.14 O investimento dispara

Novo Jornal

19 De Dezembro de 2014

A ADRA E o OPSA na sua análise sobre o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2015 realçam o crescimento dos investimentos. o forte crescimento dos gastos públicos e, consequentemente do défice, já que as receitas recuam penalizadas pela descida do preço do petróleo, deve-se ao "disparo"

do investimento. Na proposta de OGE 2015, o investimento publico aumenta 29,3% para 1,4 mil milhões Kz [14.13 milhões USD], dos quais Kz 1.1 mil milhões Kz [11,1 milhões USD inseridos no PIP - Programa de Investimentos Públicos.

O investimento e considerado "boa" despesa devido ao seu efeito reprodutivo sobre a economia ao longo de varies anos. Isto, por oposição a "ma despesa", constituída pelos gastos correntes - somatório dos salários, bens e serviços. Juros e transferências correntes, como subsídios e prestações sociais, cujo efeito praticamente se resume ao ano em que sao realizadas.

Por isso, aumentos das despesas baseados no investimento são, em principio, bem-vindos. Em, particular em Angola, onde a redução da 'petrodependencia e o combate a pobreza passam pela diversificação da economia, o que exige urn enorme esforço financeiro em infra-estruturas, qualificação da mão-de-obra e melhoria dos cuidados de saúde da população.

Contudo, para serem considerados como "boa" despesa, os investimentos tem de ser bem seleccionados, bem projectados, bem adjudicados, bem executados, bem fiscalizados e bem mantidos para não se "atirar dinheiro pela janela", como tem sucedido com preocupante frequência no passado recente.

No relatorio sobre Angola publicado em Setembro 2014, o Fundo Monetário Internacional citou um estudo internacional sobre a eficiência do investimento público que coloca Angola no último lugar entre 104 países.

O deficit de 2015 pode estar dentro dos limites do suportável e ate ser "virtuoso". Mas isso não invalida que, pelo menos no curto prazo, o país fique mais vulnerável a baixa do preço do crude.

Se, por um lado, o passaporte para ultrapassar a 'petrodependencia' e combater a pobreza e diversificar a economia, o que exige um enorme esforço de investimento, em particular, ao nível das infra-estruturas, por outra, a 'petrodependencia' do OGE aconselha a criação de excedentes orçamentais, que amortecem novas baixas na cotação do crude.

Ao permitir uma derrapagem das contas públicas em 2015, o Executivo parece ter optado pela aposta no investimento, em detrimento da poupança. Uma decisão que comporta riscos face a volatilidade do preço do petróleo.

Angola esta na primeira linha da vulnerabilidade a choques petrolíferos devido a sua persistente

'petrodependência', Em 2014, o petróleo deveria garantir cerca de 70% das receitas públicas e mais de 95% das exportações, sendo por isso o principal meio de angariação de divisas.

Em 2015, o peso do petróleo nas receitas do OGE baixa 9,0 pontos percentuais para 61, %. Um recuo justificado pela descida do preço. Mas também pela subida das receitas não petrolíferas, pelo menos em termos de projecção. De acordo com o Executivo, no próximo ano as receitas petrolíferas deverão cair 16,9% para 2.551,2 mil milhões Kz [25,74 mil milhões USD]. Enquanto as não petrolíferas farão o caminho inverso com um aumento de 24,8%.

Sem petróleo, o OGE 2015 compreende receitas de 1.633,6 mil milhões Kz [16,48 mil milhões USD] e despesas de 5.215,8 mil milhões Kz [52,63 mil milhões USD]. resultando daí um défice de 3.582,2 mil milhões Kz [36.15 mil milhões USD equivalente a 37,7% do PIB não petrolífero. Graças ao bom comportamento das receitas não petrolíferas, o saldo sem petróleo também piora, mas menos do que o saldo com petróleo. o défice não petrolífero aumenta "pouco mais" de 500 mil milhões Kz [5,05 mil milhões USD em valor e apenas 0,1 pontos percentuais em % do PIB não petrolífero.

Contudo, o projectado aumento das receitas não petrolíferas tem de ser analisado com cautela. Em anos anteriores, o Executivo tem sistematicamente sobrevalorizado as receitas não petrolíferas que espera arrecadar.

4.15 A qualidade da despesa pública e o OGE 2015

Jornal Manchete

19 De Dezembro de 2014

Texto: José Matuta Cuato

A escassez dos dinheiros públicos em Angola nos últimos tempos, que por sua vez se traduz no nível do défice público que é provocada pela escassez de recursos públicos, decorre da incapacidade do Estado em angariar um nível de receitas compatível com o volume de despesa que necessita de financiar originada pela queda no preço do petróleo. Uma persistente situação de desequilíbrio orçamental, toma-se insustentável, e que já exigiu da parte do executivo medidas de ajustamento, mais ou menos dolorosas, porque o executivo está a procurar fazer esse ajustamento por via da despesa, como aconteceu com o corte na subvenção aos combustíveis.

Numa altura em que é discutida na Assembleia Nacional a proposta do OGE 2015, é importante

trazer para o debate a qualidade na nossa despesa pública. Ou seja, temos um Estado gordo e que é necessários cortar as gorduras.

É certo que para a redução da despesa, é desejável reduzir a despesa de funcionamento, aquela cuja redução não compromete o crescimento da economia antes toma o país mais competitivo. Porque a nível da fiscalidade subir impostos é insustentável.

É neste contexto que a avaliação da qualidade da despesa pública assume particular relevância, reclamando por parte de quem gere dinheiros públicos uma responsabilidade acrescida.

O Estado deve cortar naquelas despesas pública que podemos considerar supérfluas. Pois vejamos: Serviços de Saúde, que são despesas com serviços médicos, hospitalares, de enfermagem, análises e exames clínicos cresceram em cerca de 10%, isto é, 2014 Akz 31.597.730.318,00 Akz 4.732.752.411,00. Se a o atendimentos nos hospitais públicos tem estado a melhorar, não faz sentido esta rubrica crescer.

Por outro lado, se as despesas com serviços de ensino nomeadamente pagamento de cursos, estágios e seminários tem estado a subir todos anos, não se justifica a subida da despesa com as consultorias. Deve existir uma correlação entre estas duas rubricas.

As despesas com Serviços De Transportação De Pessoas E Bens em 2015 avaliados em Akz 33.224.918.600,00, também é uma despesa supérfluo na medida em que as despesas com a

aquisição de automóveis do Estado fixou-se na ordem dos Akz. 53.476.354.02,00. Isto é as despesas com serviços de transportação de pessoas e bens representa 60% das despesas com aquisição de meios de transporte.

O recurso a "orçamentos-base-zero", poderia ajudar a avaliar a qualidade da despesa, na medida em que, com esta técnica abandonar-se-ia o método incremental, segundo o qual apenas carece de justificação o aumento da despesa face ao ano anterior. Questionar a origem da despesa e o seu impacto nos benefícios esperados, é um exercício profundamente exigente e complexo, mas que permitiria uma afectação dos recursos mais eficiente, na justa medida em que obrigaria anualmente a escrutinar a indispensabilidade e a razoabilidade de cada uma das dotações orçamentais.

Os deputados podem contribuir, de forma decisiva, para que a contenção da despesa pública não seja feita através de "cortes" que trazem mais esforços

para as famílias, mas sim pedir um esforço maior para o Estado.

4.16 Orçamento em balanço

Jornal de Angola

27 De Dezembro de 2014

O Ministério das Finanças e do Planeamento e Desenvolvimento Territorial promovem segunda-feira uma reunião de balance sobre a execução do Orçamento Geral do Estado e as condições preparatórias para o OGE do exercício económico do próximo ano.

A decorrer no Ministério das Finanças, na reunião participam os directores dos gabinetes de estudos e planeamento e secretaries-gerais de todos os departamentos ministeriais.

Os recursos fiscais representam 65,1 por cento dos recursos totais previstos e os impostos petrolíferos contribuem com 39,6 por cento e representam 63,2 por cento das receitas fiscais. A distribuição da receita por natureza económica mostra que as receitas arrecadadas no sector petrolífero continuam predominantes, enquanto a composição da despesa por natureza económica reflecte o apoio prioritário e ampliação das infra-estruturas económicas e sociais necessárias ao aumento da produção nacional, do emprego e bem-estar da população.

Do lado da despesa, estão previstas diferentes medidas com incidência no sector público administrativo e para o sector público empresarial. Pretende-se alcançar mais eficiência da incidência da fiscalidade e mais poupança de gastos desnecessários. Em 2015, o sector social beneficia de 34 por cento do OGE, destacando-se o crescimento do sector da educação que em 2014 teve um peso percentual de 6,2 por cento para 9,0 por cento, e o sector da saúde, que em 2014 foi de 4,4 por cento, e que agora passará em 2015 para 5,6 por cento.

O OGE 2015 está alinhado com o Plano Nacional de Desenvolvimento até ao fim da legislatura e os seus objectivos têm em conta o quadro fiscal de médio prazo, embora esteja condicionado pela evolução económica internacional e pelo comportamento da economia nacional.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Comissão de reestruturação de Luanda á beira do fim

Jornal Manchete

05 De Dezembro de 2014

A Comissão de Reestruturação do Governo Provincial de Luanda, criada pelo residente da Republica, José Eduardo dos Santos, em Setembro último, termina o seu mandato na próxima quarta-feira, 11 de Dezembro.

A mesma, de acordo com comunicado da Casa Civil do Presidente da Republica, surgiu, tendo em consideração a necessidade urgente da desconcentração administrativa e da adopção de um modelo de administração local diferenciado para esta província, bem como, pelo facto da me ma albergar a capital e se tratar da mais povoada, mais urbanizada e mais estruturada do país.

No referido Despacho, o Titular do Poder Executivo realçou que o modelo de desenvolvimento do espaço urbano da Província de Luanda assenta em novos entes territoriais e em diferentes modelos de gestão, exigindo a prestação de um serviço público mais eficiente as populações a criação das melhores soluções para a futura administração autárquica.

Por seu turno, o governador de Luanda manifestou-se, recentemente, satisfeito com o funcionamento da Comissão de Reestruturação da capital do país, durante uma reunião mantida com os membros da mesma, orientada pelo chefe da Casa Civil da Presidência da Republica, Edeltrudes da Costa, da qual estiveram presentes os ministérios da Construção, Território, Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Interior, Sande e Energia e Aguas.

O encontro visou analisar o grau de implementação do Decreto Presidencial que estabelece a organização e funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado na Província de Luanda, programa de impacto social, vias secundárias e terciárias, bem como a recolha dos resíduos sólidos, De acordo com Graciano Domingos, o funcionamento da Comissão de Reestruturação da Província de Luanda e amplamente positivo, na medida em que conseguiu-se reestruturar o GPL, extinguiu 18 direcções provinciais e nomeou os directores dos gabinetes

provinciais, que constam do novo regime jurídico, sendo possível a nomeação dos chefes de departamentos e conseqüentemente, assumir a sua função de coordenador, fiscalizador e controlador da acção governativa da Província de Luanda.

Sobre as vias secundárias e terciárias, fez saber que em breve será apresentado ao titular do poder executivo, para a sua aprovação final, em que se prevê que o Ministério da Construção se responsabilize pelas vias secundárias e os municípios pelas vias terciárias.

Relativamente questão dos resíduos sólidos, disse que o modelo de recolha em vigor esta em processo de avaliação e em Janeiro serão tomadas medidas que vão alterar o modo como se recolhe o lixo em Luanda.

Fez saber que será dado o privilégio aos municípios como concessionários no processo de recolha dos resíduos sólidos e também acentuar-se-á a responsabilização dos cidadãos e das empresas, na conservação das áreas em que vivem 'ou exercem a sua actividade económica.

A Comissão em causa e coordenada pelo Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da Republica, tem como coordenador - adjunto o Ministro da Administração do Território e integra os Ministros das Finanças e do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, o Secretario do Presidente da Republica para os Assuntos Económicos, o jurista Carlos Feijó e o Engenheiro Manuel Van-Dúnem.

Entre as suas atribuições, a Comissão deve acompanhar a implementação do processo de reestruturação do Governo Provincial de Luanda; orientar e organizar de acordo com o novo quadro legal o funcionamento dos órgãos da administração local na província de Luanda.

Acompanhar a elaboração de toda a legislação referente a administração dos municípios e também do orçamento, dos planos e programas económicos e sociais e da programação financeira dos municípios, são outras das atribuições da referida Comissão.

O coordenador da Comissão deve informar pontualmente o Presidente da Republica sobre o andamento dos trabalhos e apresentar um relatório final no prazo de noventa dias, considerando-se a mesma extinta logo após a aprovação desse documento.

5.2 Fiscais assemelham-se aos antigos cipaios

Semanário Angolense

06 De Dezembro de 2014

A nomeação do actual Governador da Província de Luanda surpreendeu-nos nesta coluna, pois tínhamos programada uma série de audiências a respeito do que ocorre em varios bairros e municípios desta província. Depois de termos aqui abordado o Bairro Popular e o Nova Vida, contávamos fazer referencia a Cacucaco e a Viana. Com as mudanças havidas, optamos por dar algum tempo as entidades recém-nomeadas, para depois abordarmos os vários problemas que afligem os moradores desses locais.

Temos hoje a primeira audiência como novo Governador da província, para a partir de Janeiro aflorarmos então bairros e municípios que temos visitado.

A primeira coisa que tenho transmitir ao novel Governador e desejar-lhe os maiores votos de sucessos na nobre missão que lhe foi confiada, de dirigir os destinos da mais problemática província do nosso país. Mas, a partir do momento em que aceitou tal missão (seja para seis meses, seja para seis anos), de si se espera que tome uma série de medidas pelas quais os cidadãos anseiam.

Uma delas tem a ver com a recolha de lixo e outra com os graves problemas de saneamento que Luanda enfrenta. A terceira questão que vou aflorar tem a ver com a acção dos fiscais, que se espera que passem a cumprir a sua missão.

Quanto aos problemas de recolha de Lixo, que são cíclicos em Luanda, se calhar e preciso afastar as empresas detidas por alguns governantes ou pessoas próximas, de modo que se possa começar a exigir o escrupuloso cumprimento dos termos contratuais. E quem não os cumprir, que seja mesmo substituído. Luanda e os luandenses não podem continuar a suportar as montanhas de lixo, que, de quando em quando, vemos um pouco por toda a cidade.

O assunto relacionado com o escoamento de aguas e bastante mais sério, uma vez que boa parte da rede de esgotos da capital deixou há muito de funcionar. E como se isso não bastasse, há cada vez mais fossas a céu aberto na cidade, com água fedorenta a escorrer ate encontrar uma alternativa onde se possa esconder. Os cidadãos responsáveis por tais atropelos a ordem estão normalmente identificados, mas nada fazem para acabar com o mau cheiro, e com essas fontes de mosquitos.

A entidade que, no Governo da Província e nas administrações municipais, deve velar pela identificação desses locais de verdadeiros atentados a saúde pública e corpo de fiscalização.

Pois, lamentavelmente, os fiscais de Luanda estão preocupados em fazer dinheiro, ao invés de cumprirem a sua obrigação. Portanto, o que fazem? Ora correm atrás de vendedores ambulantes, para lhes roubarem a fonte de rendimento, ora exigem pagamento por terem encontrado carros a serem lavados na via pública. Já assisti, varias vezes, a roubos a vendedores ambulantes e a extorsão de dinheiro pela lavagem de viaturas na via pública.

Durante muitos anos, os fiscais vem-se assemelhando aos antigos cipaios, não apenas no uniforme preto, mas também nas vergastadas que dão as pessoas honestas e trabalhadoras. Mudam apenas o formato e o tamanho do chicote, que hoje e bastante mais sofisticado. E absurdo que, ao invés de fiscalizarem o que deviam, andem a fiscalizar os bolsos dos pacatos cidadãos, a procura dos trocados que acham que devem mudar de dono.

Felizmente e graças a um apelo do Presidente da Republica, diminuíram os assaltos a vendedores ambulantes por parte dos supostos fiscais. Será que temos de pedir ao Senhor Presidente da Republica para mandar parar também a extorsão de dinheiro aos cidadãos pela lavagem de viaturas na via pública?

Ainda há pouco tempo assisti a extorsões em dois locais do Maculusso (um deles, ate, sem asfalto...) e no Nova Vida. Em dois desses casos, os fiscais exigiam pagamento porque o asfalto estava molhado. Quer dizer que estavam a aplicar multas, por dedução e não por flagrante delito.

Ou seja, temos de ter cautela: se tivermos a ousadia de estacionar a viatura num local que esteja molhado, corremos o risco de multa ou extorsão por parte dos senhores fiscais dos desmandos.

Por que razão se há-de dizer que a agua da lavagem de viaturas estraga o asfalto? Tão pouca que ela e, que estragos pode ocasionar? Se assim e, repito o que disse ao anterior Governador: exare-se então um edital a proibir as chuvas em Luanda, pois uma só chuvada equivale a lavagem de todas as viaturas da cidade ao longo de pelo menos um ano. Portanto, que se anule a determinação de proibição de lavagem de viaturas na rua. Ate porque os cidadãos perguntam: onde vamos então lavar os carros?

É altura para acabarmos com os desmandos dos supostos fiscais, Senhor Governador. Que os fiscais deixem de se comportar como cipaios, com desejo de

ver gastar o pobre cidadão, E que passem a cumprir o seu real papel, de verificar o que esta verdadeiramente mal e punir, de modo que a cidade volte a ser aquilo que já foi em tempos. A questão dos esgotos e das fossas deve mesmo ser prioridade, devido aos constrangimentos que a actual situação causa junto dos cidadãos. No São Paulo, Patrice Lumumba, Valódia, Maianga, Maculusso, Ingombota e Prenda (para citar só alguns bairros) há água de fossa a escorrer alegremente pelas ruas e calçadas, sem que os serviços de fiscalização intervenham como e sua obrigação. Para além de inalarem o odor nauseabundo que daí exala, os cidadãos são forçados a levar o cheiro e impurezas para casa, pois tem muitas vezes de pisar nessa água com dejectos.

Que o nome do Sr. Governador fique, pois, registado nos anais da província como daquele que acabou com os desmandos praticados pelos supostos fiscais. Se isso não acontecer, até já ouvi falar em abaixo-assinados que varies cidadãos que pensam dirigir a si — o que pode ser evitado.

Até uma próxima audiência, em princípios de 2015. E votos de que as chuvas não prejudiquem o seu consulado.

5.3 Eleições Autárquicas exigem o trabalho de todos

Jornal de Angola
09 De Dezembro de 2014

O deputado que preside ao Grupo Parlamentar do MPLA frisou que antes de se avançar com a marcação de uma data para as eleições, é preciso abrir uma discussão abrangente, no seio do MPLA.

Virgílio de Fontes Pereira avisou que as eleições autárquicas não podem "cair de pára-quedas" porque o país vive numa situação de pós-guerra, em função da qual a Sua realidade é diferente de uma nação normal, do ponto de vista de participação política dos cidadãos, "Angola não pode ter um percurso de ciclos de eleições igual ao de um país normal", asseverou, o deputado do MPLA, ao mesmo tempo que pediu aos angolanos a encararem as coisas com realismo e objectividade, e não darem passos que possam comprometer os ganhos alcançados.

Próximas eleições gerais

Na óptica do líder do Grupo Parlamentar do partido com maioria qualificada na Assembleia Nacional, as eleições autárquicas devem juntar-se aos proventos obtidos com o sacrifício de muitos angolanos, nomeadamente a paz, a reconciliação nacional e o

crescimento económico. Relativamente às eleições gerais de 2017, o deputado referiu que o MPLA traçou acções, algumas das quais são reveladas pelo presidente do partido, José Eduardo dos Santos, no seu discurso pronunciado na sessão de encerramento do Congresso.

"As tarefas enumeradas pelo presidente do MPLA e outras não mencionadas, mas que constam dos documentos fundamentais do partido, devem ser organizadas e executadas para garantirmos um bom desempenho nas eleições gerais de 2017", sublinhou.

Virgílio de Fontes Pereira afirmou que tais tarefas passam por um envolvimento das instituições do Estado que tem responsabilidade nos actos eleitorais, como o Poder Judiciário, o Parlamento, a Comissão Nacional Eleitoral (CNE), a Sociedade Civil e a Imprensa.

"Toda a sociedade deve envolver-se nas tarefas inerentes a preparação dos processos eleitorais, para que as eleições sejam, como até agora, livres, justas, transparentes e democráticas", disse Virgílio de Fontes Pereira.

Reforço das acções

O primeiro secretário do MPLA no Bié, Boavida Neto, solicitou aos militantes do partido, o reforço dos comités de acção, com objectivo do seu fortalecimento. O Politico disse que os militantes devem desenvolver acções para a revitalização do partido no sentido de encaminhar a sociedade para práticas positivas.

Boavida Neto salientou que os militantes devem praticar actividades que contribuam para a diminuição da pobreza e da fome, e criar o bem-estar em todas as províncias. "A vida política do militante deve ser feita nos comités de acção do partido, criando dinamismo económico e social da população", esclareceu.

Defendeu que o partido deve ser a solução dos problemas que afligem a população, tendo ainda informado que os militantes do MPLA vão realizar um encontro com as estruturas municipais do partido e realizar actividades em todas as comunas.

Os militantes do MPLA no Bié realizaram no Último domingo, na cidade do Kuito, uma manifestação, com o objectivo de receber os delegados que participaram no congresso em Luanda.

Durante a manifestação, vários militantes as estruturas de base do partido, no caso da Organização da Mulher Angolana (OMA), a JMPLA e dos comités de acção dirigiram-se ao Aeroporto

Joaquim Kapango, na capital do Bié para a recepção dos delegados.

A caravana de militantes exibia as cores do partido, que coloriram a via que liga o Aeroporto Joaquim Kapango e a avenida, onde se localiza a sede do MPLA. Mais de cem delegados do Bié participaram, de forma activa, no congresso extraordinário.

5.4 Eleições autárquicas, em discussão

Jornal de Angola
10 De Dezembro de 2014

O ano de 2015 vai ser determinante para a definição do calendário para a realização das eleições autárquicas, tarefa que cabe aos partidos políticos com assento parlamentar, declarou em Luanda, o secretário de Estado dos Assuntos Institucionais do Ministério da Administração do Território, Adão de Almeida.

Em declarações a Angop, Adão de Almeida lembrou que o Conselho de Ministros aprovou, na sua última sessão realizada em finais de Novembro de 2014, um Projecto de Lei do Registo Eleitoral proposto pelo Ministério da Administração do Território, a ser remetido à Assembleia Nacional.

O documento inclui também tarefas orientadas para as eleições gerais de 2017, que encurtam o caminho para as eleições autárquicas, conforme o desafio lançado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na sua intervenção sobre o Estado da Nação.

"Se não fizermos as reformas necessárias ao registo eleitoral, a partir de 2015, começamos a pôr em risco a qualidade dos dados para as eleições de 2017 o que, seguramente, compromete o calendário de tarefas para as autárquicas", alertou Adão de Almeida.

Para esta acção, disse esperar que os partidos políticos com assento parlamentar respondam ao apelo feito pelo Presidente da República e discutam o calendário para as eleições e o processo de descentralização, com vista à realização das eleições autárquicas.

Adão de Almeida referiu que as eleições autárquicas vão ser o culminar do processo de desconcentração e de descentralização, sendo antecedidas de um acordo entre as forças políticas parlamentares sobre o calendário e as tarefas eleitorais. "Devemos ser realistas, pragmáticos e capazes de identificar e executar, em cada momento, a tarefa adequada, sendo necessário reflectir se, no estágio actual, é avisado

levar em simultâneo os processos de preparação das eleições gerais e o das eleições autárquicas", sublinhou.

Autarquias sem data

À margem do encerramento do V congresso do MPLA, o líder da sua bancada parlamentar, Virgílio de Fontes Pereira explicou aos jornalistas que o partido ainda não definiu uma data para a realização das primeiras eleições autárquicas já que há questões que antes resolvidos. Virgílio de Fontes Pereira referiu que antes de se avançar com a marcação de uma data para as eleições é preciso abrir uma discussão abrangente, no seio do MPLA.

O chefe da bancada parlamentar avisou que as eleições autárquicas não podem "cair de pára-quadras" porque o país vive numa situação de pós-guerra, em função da qual a sua realidade é diferente de uma nação normal, do ponto de vista de participação política dos cidadãos.

"Angola não pode ter um percurso de ciclos de eleições igual ao de um país normal", asseverou, o deputado do MPLA, pedindo aos angolanos a encararem as coisas com realismo e objectividade, e não darem passos que possam comprometer os ganhos já alcançados.

As eleições autárquicas devem juntar-se aos proventos obtidos com o sacrifício de muitos angolanos, nomeadamente a paz, a reconciliação nacional e o crescimento económico, acrescentou.

Relativamente às eleições gerais de 2017, o deputado recordou que o MPLA traçou acções, algumas das quais já reveladas pelo presidente do partido, José Eduardo dos Santos, na sessão de encerramento do Congresso.

"As tarefas enumeradas pelo presidente do MPLA e outras não mencionadas, mas que constam dos documentos fundamentais do partido, devem ser organizadas e executadas para garantirmos um bom desempenho nas eleições gerais de 2017", indicou Virgílio de Fontes Pereira.

5.5 Eleições autárquicas só quando deus (José Eduardo dos Santos) entender

Jornal Folha 8
13 De Dezembro de 2014

O MPLA ainda não definiu um horizonte temporal para a realização das primeiras eleições autárquicas.

Nada de novo, portanto. A tese oficial é, segundo o presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, que há uma série de pressupostos que antes devem ser resolvidos.

E quais são esses pressupostos? O principal refere-se ao facto de, mau grado ter mais militantes e simpatizantes do que angolanos recenseados, o MPLA não ter (ainda) a certeza de que arrasará toda a concorrência.

Virgílio de Fontes Pereira salienta que as eleições autárquicas não podem cair de "pára-quadras" porque o país vem de uma situação de pós-conflito armado, em função da qual a sua realidade é diferente de uma nação normal, do ponto de vista de participação política dos cidadãos.

Baseando-se na melhor desculpa dos últimos 14 anos, o conflito armado, o MPLA diz que a situação do país "é diferente de uma nação normal". Isto, é claro, aplica-se apenas às eleições autárquicas. Para as outras é óbvio - ou a vitória do MPLA não fosse conhecida muito antes do sufrágio - que o país é uma nação normal.

A isso acresce que, seja em 2017 ou 2027, é sempre possível dizer (até porque é verdade) que o país vem de uma situação de pós-conflito armado. Já não é possível culpar Jonas Savimbi, mas é exequível acusar a UNITA.

"Angola não pode ter um percurso de ciclos de eleições que seja de um país normal", assevero: o presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, ai mesmo tempo que aconselhou os angolanos encararem as coisas com realismo e objectividade e a não darem passos que possam comprometer o ganhos já alcançados.

Ora aí está. Se começam a pensar que o nosso país é uma democracia e um Estado de Direito, o MPLA vai acusá-los de estarem a "comprometer os ganhos já alcançados" e, dessa forma, acenar com o fantasma da guerra e até - capazes disso são eles de dizer que afinal Jonas Savimbi ressuscitou.

a óptica do líder do Grupo Parlamentar do partido que está no poder há tão pouco tempo (apenas desde 1975), as eleições autárquicas devem juntar-se aos proventos obtidos com sacrifício de muitos angolanos, nomeadamente a paz, a reconciliação nacional e o crescimento económico ou seja, ao MPLA.

Relativamente às eleições gerais de 2017, Virgílio de Fontes Pereira refere que o MPLA traçou um conjunto de acções, algumas das quais recenseadas pelo Presidente do partido, José Eduardo dos Santos,

no seu discurso da sessão de bajulação colectiva ao "querido líder", que se garanta um bom desempenho no pleito de 2017", sublinhou Virgílio de Fontes Pereira.

Por outras palavras, só é preciso ter (o que até não é difícil) boletins de voto que cheguem. De resto, nada mais é preciso. Nem sequer ir votar. Para isso está lá o MPLA.

Segundo Virgílio de Fontes Pereira, tais tarefas passam por um envolvimento das instituições do Estado que têm responsabilidade para os actos eleitorais, como o Poder Judiciário, o Parlamento, a Comissão Nacional Eleitoral (CNE), a Sociedade Civil e a Imprensa. Tudo órgãos "independentes" ao serviço do regime.

"Toda a sociedade deve envolver-se nas tarefas inerentes. à preparação dos processos eleitorais, para que as eleições sejam tidas como livres, justas, transparentes e democráticas", almejou o chefe do Grupo Parlamentar do MPLA.

Virgílio de Fontes Pereira diz muito bem: "sejam tidas como livres, justas, transparentes e democráticas". Não importa se o serão, o que importa é que sejam tidas como tal.

5.6 A verdade de Isaac dos Anjos

Jornal Folha 8

13 De Dezembro de 2014

É tempo de se acabar com as mentiras e começar a chamar as coisas pelo seu verdadeiro nome. Os populismos e as demagogias só servem para confundir e baralhar as pessoas.

O povo é o MPLA e o MPLA é o povo é uma mentira pegada que nunca existiu, e muito menos agora. Todos falam. Todos concordam. Mas nunca publicamente. Juntos mas nunca misturados. Cada macaco no seu galho.

O grande crime de Isaac dos Anjos foi ter falado num fórum onde estavam centenas de pessoas. Porque se fosse falado em ambiente restrito nunca seria tomado como crime.

O Certo é que Isaac Maria dos Anjos mergulhou fundo numa guerra interna que, além de alguns episódios reprováveis contra os seus subordinados e cidadãos comuns, começa agora a ter consequências concretas junto de correligionários e governante são bem negativas.

De acordo com os últimos acontecimentos e neste caso o plural é relevante, pois já é mais do que uma projecção a confirmar a tendência - os benguelenses estão a pagar caro a instabilidade. Continuam a ficar cada vez mais indiferentes e dão os primeiros sinais de estarem vulnerável ao que durante muito tempo parecia impensável: se os benguelenses fossem a voto hoje o MPLA perderia ainda muito mais deputados.

Melhor alerta em véspera do final do ano, o Isaac dos Anjos, governador da província de Benguela não podia ter. Quando fechado em si próprio, Isaac dos Anjos ainda não tem certeza absoluta de que vai conseguir evitar que muitos membros do poder central se intrometam no seu modelo de governação, os benguelenses mostram que vai ser preciso mais do que ideias soltas e muitos perdões para a recuperação positiva da sua imagem. "Quem com fogo mata com fogo morre".

Em Benguela, os mais optimistas sublinham que as mudanças de governantes ainda estão distantes e que todas as conjecturas a volta de Isaac dos Anjos, pouco, ou nada, interessam. Pode até ser, mas entregar o destino de Benguela ao tempo parece demasiado arriscado.

Sobretudo, porque nada garante que permaneçam as condições psicológicas para Isaac dos Anjos, prosseguir com o seu exercício, depois do perdão público, mesmo assim sem humildade, na sequência da reunião do dia 2 de Dezembro e suas consequências. Será que doravante Isaac dos Anjos está condenado a viver em sobressaltos? Claro que não.

A medida que se vai conhecendo a real amplitude do problema e se esfuma no espaço daquele que, ainda em Agosto passado, em Benguela, era exaltado por José Eduardo dos Santos, presidente da República de Angola como o maior governador de Angola, em termos de exercício governamental, confirma-se que estamos ainda no prefácio deste pesadelo.

Como é que a realidade pública de Isaac dos Anjos, pelo menos, mudou tanto e em tão pouco tempo é o que falta ainda perceber. Como é que Isaac dos Anjos foi tão longe? Como é que arriscou tanto? Arrogância? Prepotência? Irresponsabilidade? Ganância? Imputabilidade? Tudo parece pouco para sustentar a tão negra realidade de Isaac dos Anjos.

Se estava certo da sua comunicação, por que razão não sustentou? Isaac dos Anjos não disse nenhuma inverdade.

Não foi nada sensato pedir desculpa, de uma forma humilhante perante a Nação. O que a Nação esperava

era o Isaac dos Anjos como ele é, no seu melhor, com a apresentação de um pedido de demissão. O poder é bom Obriga-nos a fazer, coisas que até Deus duvida.

5.7 Cabo Verde suplanta PALOP

Jornal A Capital

13 De Dezembro de 2014

Um projecto denominado "Angola Online" foi recentemente posto em acção, em Luanda. O mesmo oferece acesso gratuito a Internet em alguns pontos escolhidos da cidade capital, como largos, praças e pontos de grande concentração da população.

A responsabilidade do projecto e do Centro Nacional de Tecnologia de Informática (CCNTI) com o objectivo de fomentar a inclusão social e digital da sociedade.

O CNTI é um instituto publico tutelado pelo Ministério das Telecomunicações Tecnologias de Informação que tem como objecto social a promoção e o desenvolvimento da sociedade da informação em Angola. Na primeira fase do projecto, alem do Largo da Independência os outros pontos escolhidos que terão acesso gratuito a Internet são, nomeadamente, Marco Histórico do Cazenga, Casa da juventude de Viana, Parque Recreativo da Samba, Largo da FAPA, Largo das Escolas. Instituto Médio de Telecomunicações, Largo da Igreja São Domingos, Cidade Universitária e Praça da Família.

Cada um desses pontos, como foi dito na ocasião, garantira 60 acessos simultâneos a Internet e cada uma delas terá direito a duas horas de navegação na Internet. Nestes pontos os utilizadores, terão também acesso a rede Angola Online, que terá um portal de informação e divulgação das acções sociais enquanto um meio principal de conteúdos educacionais e conhecimento para massificar a sua usabilidade.

O objectivo deste projecto, como ficou sublinhado, e de conferir a esfera publica uma aura de modernidade e disponibilização de acesso a Internet, que funcionara como meio de acesso a informação e ao conhecimento.

Ainda assim, quanto a Internet Angola esta muito abaixo do aceitável em África. Note-se que a taxa de penetração do uso da Internet atingiu 37,5% em Cabo Verde, facto que coloca o arquipélago no primeiro lugar nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e nono a nível da África.

De acordo com dados avançados pelo Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação (NOS

I) a agência cabo-verdiana de notícias Inforpress, Cabo Verde subiu de 34,7% em 2013 para 37,5% a nível da taxa de penetração do uso da Internet.

Nos PALOP, o arquipélago e seguido por Angola (19,1%), Moçambique (5,4%) e Guiné-Bissau (3,1%), sendo que Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe não tem dados disponibilizados. A nível da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Cabo Verde está em terceiro lugar, ultrapassado por Portugal (62,1%) e Brasil (51,6%).

Os dados são da União Internacional das Telecomunicações (UIT) que, no seu relatório anual sobre Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), sublinha que Cabo Verde está entre os 10 países africanos com maior taxa e penetração do uso da Internet.

O país encontra-se atrás de Marrocos (56%), Seychelles (50,4%), Egipto (49,6%), África do Sul (48,9%), Tunísia (43,8%), Ilhas Maurícias (39,1%), Quênia 9%), Nigéria (38%) e a frente do Sudão (22,7%).

A nível mundial, a lista é liderada pela Noruega (95,1%) e na cauda da tabela a Eritreia (0,9%). De acordo com o NOSI, a UIT apresentou também neste relatório, que o número de utilizadores da Internet cresceu 6,6% em 2014, ou seja, de 2,7 mil milhões de pessoas para quase três mil milhões, representando 40% da população mundial.

Entretanto, a África e o continente com a menor taxa de penetração de Internet: 19% das pessoas na região usam a rede, sendo que a UIT já se comprometeu a ter mais 1,5 mil milhões de pessoas conectadas a Internet até ao final da década, através da iniciativa «Connect 2020».

5.8 Pronunciamentos controversos preocupam oposição

Novo Jornal

17 De Dezembro de 2014

Os pronunciamentos dos dirigentes influentes do MPLA deixam várias dúvidas sobre a realização das eleições autárquicas em Angola nos próximos tempos, apesar das garantias avançadas por membros do governo.

2015 será determinante para a definição do calendário inerente à realização, em Angola, pela primeira vez, das eleições autárquicas, cuja tarefa primordial caberá aos partidos políticos com assento parlamentar.

Este pronunciamento foi feito segunda-feira, em Luanda, pelo secretário de Estado para os Assuntos Institucionais do Ministério da Administração do Território (MAT), Adão de Almeida, em declarações a Angop.

O governante lembrou que o Conselho de Ministros aprovou, na sua última sessão, realizada em finais de Novembro de 2014, um Projecto de Lei do Registo Eleitoral proposto pelo MAT, tendo orientado o seu envio para a Assembleia Nacional.

Segundo o responsável, o documento prevê um conjunto de tarefas orientadas já para as eleições gerais de 2017, que encurtam o caminho para as eleições autárquicas, conforme indicador lançado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na sua intervenção sobre o estado da Nação, "Se não fizermos as reformas necessárias ao registo eleitoral, a partir de 2015, começamos a por em risco a qualidade dos dados para as eleições de 2017, o que, seguramente compromete o calendário de tarefas para as autárquicas", alertou Adão de Almeida.

Para esta empreitada, disse esperar que os partidos políticos com assento parlamentar respondam ao apelo feito pelo Presidente da República e discutam o calendário de tarefas para o pleito de 2017 e do processo de descentralização com vista à implementação das eleições autárquicas no país.

Adão de Almeida referiu que as eleições autárquicas virão a ser o culminar de processos de desconcentração e de descentralização, sendo antecedidas de um acordo entre as forças políticas parlamentares "sobre o calendário e as tarefas eleitorais".

"Devemos ser realistas, pragmáticos e capazes de identificar e executar, em cada momento, a tarefa adequada, sendo necessário reflectir se, no estágio actual, e avisado levar em simultâneo os processos de preparação das eleições gerais e o das eleições autárquicas", sublinhou.

No fim-de-semana, o presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, em declarações à imprensa, disse que o MPLA ainda não definiu um horizonte temporal para a realização das primeiras eleições autárquicas no país porque há uma série de pressupostos que devem ser resolvidos antes.

Questionado sobre o assunto, o político frisou que tais pressupostos passam pela discussão, pelos órgãos de direcção do seu partido e estruturas intermédias e de base, das orientações saídas do V Congresso Extraordinário do partido realizado de 4 a 6 de

Dezembro, e pela definição de estratégias em termos concretos.

Contudo, Virgílio de Fontes Pereira aclarou que as eleições autárquicas não podem cair de "pára-quadras" porque o país vem de uma situação de pós-conflito armado, em função da qual a sua realidade é diferente de uma Nação normal, do ponto de vista da participação política dos cidadãos, "Angola não pode ter um percurso de ciclos de eleições que seja de um país normal", asseverou o político, ao mesmo tempo que exortou os angolanos a encararem as coisas com realismo e objectividade e a não darem passos que possam comprometer os ganhos já alcançados.

Na óptica do líder do Grupo Parlamentar do partido que sustenta o Governo, as eleições autárquicas devem juntar-se aos proventos obtidos com o sacrifício de muitos angolanos, nomeadamente, a paz e a reconciliação nacional e o crescimento económico.

Relativamente às eleições gerais de 2017, o deputado referiu que o MPLA traçou um conjunto de acções, algumas das quais recenseadas pelo presidente do partido, José Eduardo dos Santos, no seu discurso pronunciado na sessão de encerramento do Congresso.

"As tarefas enumeradas pelo Presidente e outras não mencionadas, mas que constam dos documentos fundamentais do partido, devem ser organizadas e executadas para que se garanta um bom desempenho no pleito de 2017", sublinhou.

Segundo Virgílio de Fontes Pereira, tais tarefas passam por um envolvimento das instituições do Estado que tem responsabilidade nos actos eleitorais, como o Poder Judiciário, o Parlamento, a Comissão Nacional Eleitoral, a Sociedade Civil e a Imprensa.

"Toda a sociedade deve envolver-se nas tarefas inerentes à preparação dos processos eleitorais, para que as eleições sejam tidas como livres, justas, transparentes e democráticas", almejou o chefe do Grupo Parlamentar do maior partido na Assembleia Nacional.

O Presidente da República de Angola condiciona a realização das eleições autárquicas à existência de condições legais e materiais, num país com 24 milhões e 300 mil habitantes.

O Presidente alegou ser necessário criar, em primeiro lugar, um quadro legal e jurídico para o efeito. Santos sugeriu a elaboração de um calendário de tarefas "realista".

"Cada dirigente tem a sua versão sobre as autarquias. Não há coordenação entre eles? Interrogou o porta-voz do PRS, Joaquim Nafóia.

Ja o presidente do PDP-ANA, Sediangany Mbimbi, e da opinião que "estes pronunciamentos revelam a falta da vontade política para a realização das autarquias em Angola".

Segundo um membro da UNITA na província do Bengo Mateus Sabi, "a realização das eleições autárquicas preocupa o MPLA, porque reduz o poder central". "Não interessa ao MPLA, neste momento, haver para já eleições autárquicas em Angola", concluiu.

5.9 Onde anda a sociedade civil?

Jornal Angolense

20 De Dezembro de 2014

Não estava previsto, no início deste exercício, a avaliação da sociedade Civil, incluindo a nevrálgica e polémica media. Mas, a medida que avançarmos na análise, ficava mais evidente que isso era fundamental para uma compreensão mais holística do desempenho dos vários actores mencionados. Decidimos então incluir, mais ou menos a última hora, mais este apêndice.

Para nós, a Sociedade Civil esteve muito aquém do que seria de esperar de um sector que, nos tempos áureos, comandava no seu conjunto mais recursos que o Governo e, por via disso, detinha um peso nacional e internacional superior às próprias instituições oficiais.

A grande força da Sociedade Civil, no passado, assentava nas igrejas, então congregadas no Comité Inter-Eclesial para a Paz (COIEPA), que era coordenado pela influente Igreja Católica e coadjuvada pelo não menos influente Conselho das Igrejas Cristãs de Angola (CICA). Esta plataforma, que comandava também uma capacidade grande de mobilização de recursos materiais e imateriais da comunidade internacional - D. Zacarias Kamwenho, o seu Presidente foi agraciado com o Prémio Sakharov 1999, servia de guarda-chuva para todos os actores então empenhados na luta pela paz e defesa dos Direitos Humanos.

A ela se deve efectivamente que os deputados e quadros que a UNITA abandonou a sua sorte nas cidades, em Luanda principalmente, quando reiniciou a guerra em 1998, não sofressem a mesma sorte que aqueles que ficaram em 1992; e a ela deveu-se também uma pressão sem precedentes para que o Governo, depois da vitória militar, resistisse a

tentação de protagonizar um banho de sangue que decapitaria a então direcção do Galo Negro, mas ao mesmo tempo atiraria o país para um abismo insondável em todos os sentidos.

Terminada a guerra, porem, esta plataforma entendeu que a sua missão estava terminada. Nem fez esforços por aí além para fiscalizar o cumprimento dos acordos então assinados, especialmente no que dizia respeito a reintegração dos deslocados internos e desmobilizados. A Sociedade Civil ficou assim órfã da sua «afiliada» mais poderosa, as igrejas.

Outra baixa teve a ver com as organizações não-governamentais nacionais e internacionais congregadas, aquelas, no FONGA (Fórum das ONGs Angolanas) e estas no CONGA (Confederação das ONGs em Angola). Com a paz, as ONGs estrangeiras retiraram-se do país por falta de financiamentos; e com essa retiradas suas congéneres angolanas, que dependiam dos fundos das suas similares internacionais, acabaram por se desintegrar também na sua maioria. E com elas o FONGA e o CONGA. De sorte que, em 2014 apenas operaram três ONGs internacionais: a Development Workshop (especializada em projectos de águas e saneamento nas comunidades rurais e periurbanas), a World Vision (intervém na área da agricultura familiar) e a Open Society (ligada aos Direitos Humanos). E um punhado de ONGs angolanas: a ADR - Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente; o OPSA - Observatório Político e Social de Angola; a Associação Mãos Livres; a AJPD - Associação Justiça, Paz e Democracia; a SOS Habitat; a OMUNGA em Benguela e a ACC - Associação Construindo Comunidades na Huila, estas ultimas especializadas na defesa dos Direitos Humanos.

Embora cada uma destas ONGs tenha realizado um conjunto mais ou menos visível de actividades, o seu impacto foi muito reduzido para aquilo que seria o necessário para um desempenho positivo. O Governo foi capaz de, na maior parte das vezes, ignora-las pois agiram isoladamente. Uma das suas iniciativas mais conseguidas - pela oportunidade e ineditismo - foi a análise que fizeram, duas vezes, ao OGE de 2014 e 2015.

Apesar dos argumentos muito bem estruturados que apresentaram e das previsões em relação a 2014 que vieram a se revelar acertadas, foram mesmo assim ignoradas por um MPLA respaldado na sua confortável maioria, não tendo conseguido mobilizar a Sociedade em volta das suas propostas.

Há, entretanto, um factor inibitivo ao desempenho das Organizações da Sociedade Civil que não pode ser ignorado: o seu não financiamento pelo

Executivo, por um lado, e o financiamento de pseudas ONGs cuja missão é minar a acção das outras consideradas «independentes» e por isso mesmo «incomodas». E o executivo fez isso de duas formas: por um lado, concedeu o estatuto de utilidade pública - a prerrogativa de receber verbas a partir do OGE - a organizações cuja serventia é no mínimo discutível, deixando de fora outras de provas dadas em décadas de intervenção. E que não lembra ao Diabo conceder esse estatuto a uma fundação de colecção de arte, ou uma organização infantil afecta ao partido no poder, ou ainda a uma associação cujo objecto social é «exaltar os feitos do Chefe do Estado» e não faze-lo a uma ADRA que leva 20 anos a trabalhar em prol das comunidades rurais; ou a uma Associação dos Escuteiros de Angola, uma organização infanto-juvenil cuja acção de educação e ocupação dos tempos livres de crianças e jovens traduzem-se em ganhos para o país, como a participação em campanhas de vacinação, de controlo de epidemias e outros afins; ou não faze-lo a um ente como a Associação Mãos Livres, que, goste-se dela ou não, assegura o acesso dos mais desfavorecidos a defesa judicial. E a lista pode ser aumentada.

Contudo, o grande responsável pelo aqui considerado fraco desempenho da Sociedade Civil e mesmo a sua falta de concertação, coesão, coordenação e unidade de acção. Foi assim que aconteceu em 2014. E se assim continuar, o executivo vai sentir-se livre de pressão e continuara a governar o país assente na sua maioria parlamentar, apoiado nos seus «movimentos espontâneos», Doutro lado, os «revus», por exemplo, continuarão a exteriorizar volta e meia a sua frustração pela falta de uma acção que, não sabendo eles como faze-la, sentem ainda assim a necessidade urgente que seja protagonizada.

O mesmo se pode dizer de um outro actor importante da Sociedade Civil, a media. Preocupada em «esquindivar» todos os poderes que ameaçam amordaça-la o político e o económico, sobretudo - perdeu em 2014 precioso tempo e energias, que deveria empregar no seu fortalecimento e crescimento. E com pouco êxito.

Todos "os analistas de média convergem para o facto de que 2014 terá sido eventualmente um dos piores da história da comunicação social angolana do pós-independência, verificando-se uma regressão no que a liberdade de imprensa diz respeito. Isso, porque os órgãos de comunicação social privados foram tornados de assalto por grupos económicos que tentam que os seus interesses não sejam beliscados por reportagens negativas dos órgãos que passaram a controlar. O mesmo faz o executivo com os órgãos públicos: o mesmo fazem as igrejas com os «seus» órgãos, e o mesmo faz o maior partido da Oposição -

o único com órgãos de imprensa de grande dimensão (jornal, agência de notícias e rádio), detidos por força dos acordos de paz.

Resumindo e concluindo: a média esta cercada e controlada. E libertar-se dessa pressão tornou-se a prioridade dos jornalistas e da sua associação profissional, o Sindicato dos Jornalistas Angolanos.

5.10 Criados nos municípios fóruns de desenvolvimento

Jornal de Angola
23 De Dezembro de 2014
Casimiro José

A iniciativa e da Associação angolana para a Educação de Adultos no quadro do projecto "Participação Comunitária no Desenvolvimento Local" que esta a ser executado na província do Kwanza-Sul, desde Abril e que termina em Marco de 2016.

O projecto conta com o financiamento da União Europeia e da ICCO Holandesa, Tem o aval do Ministério da Administração do território e do Governo Provincial do Kwanza-Sul, Pretende criar espaços de articulação de diversos grupos de interesse locais com as autoridades administrativas para uma planificação conjunta, em torno do desenvolvimento, para a divulgação de boas práticas, Os fóruns vão permitir aglutinar sinergias entre os líderes das comunidades, pessoas singulares e representantes de vários grupos de interesse, com os administradores comunais e municipais na identificação de questões prioritárias.

No quadro do projecto de desenvolvimento local, a Associação Angolana para Educação de Adultos seleccionou 120 membros para os fóruns comunitários, sendo 60 por cada município. Nas sessões de apresentação dos fóruns participaram os administradores municipais do Amboim e da Quibala, autoridades tradicionais, representantes de partidos políticos, líderes de igrejas e organizações da sociedade civil. O presidente de direcção da Associação Angolana para Educação de Adultos, Victor Barbosa, disse que os fóruns de desenvolvimento local são espaços que podem desenvolver "a governação participativa nas comunidades" e criar um ambiente de partilha.

Victor Barbosa salientou que processo democrático deve envolver os membros das comunidades que, de forma responsável, emitem as suas opiniões sobre as potencialidades que apresentam para a solução dos problemas que surgem.

O representante da ICCO Holandesa na África austral, Ângelo Sibindi, referiu que a sua organização aceitou o desafio de apoiar o projecto por ser actual: "Nos financiamos o projecto porque entendemos que vai contribuir para a participação responsável dos cidadãos no processo de desenvolvimento local das comunidades".

O administrador municipal da Quibala, Manuel Francisco Fernando, reconheceu a importância da constituição de fóruns comunitários na região, que considerou "um espaço de afirmação das comunidades para o cumprimento dos deveres e direitos". Manuel Fernando garantiu que a sua administração vai apoiar o projecto para que os fóruns constituídos possam desempenhar um papel relevante.

5.11 Governo Provincial transfere funcionários

Jornal de Angola
25 De Dezembro de 2014

Municípios de Luanda ficam equiparados às províncias e com os mesmos procedimentos o Governo Provincial de Luanda está a transferir os funcionários das Direcções Provinciais extintas para as Administrações Municipais, informou o governador Graciano Domingos.

As Direcções Provinciais extintas comportavam 1.272 funcionários, que se encontram num processo de transferência para as Administrações Municipais, dos quais 706 dispõem já de guias em função das suas categorias e áreas de residência.

O governador recordou que os administradores municipais gozam de estatuto equiparado a secretários de Estado e os directores dos serviços municipais são equiparados a directores provinciais.

Todos os municípios de Luanda são unidades orçamentais, dispendo de autonomia financeira e patrimonial, que se traduz no facto de os municípios disporem de poderes para elaborar e aprovar orçamentos, dispor de receitas próprias, ordenar e processar despesas e arrecadar receitas que, por lei, forem destinadas ao município, bem como gerir o património do município.

"No âmbito desse processo fica também determinado que para efeito de contratação pública, os limites de despesa dos administradores municipais é fixado até ao limite estabelecido para o governador provincial", disse o governador Graciano Domingos. Grande parte das funções que eram desempenhadas pelo

Governo Provincial é transferida para os municípios. O Governo Provincial passa a exercer funções de coordenação, fiscalização e controlo.

As Direcções Provinciais extintas deram lugar aos gabinetes provinciais de Educação, Saúde, Infra-Estruturas e Serviços Integrados e Serviços Técnicos. A capital do país passou a ter um modelo de desconcentração administrativa profunda, através de uma delegação legal de competências que hoje são atribuídas ao Governo Provincial e que passam para as Administrações Municipais, incluindo o caso específico do município de Luanda.

A ideia é fazer com que os municípios de Luanda fiquem equiparados às províncias, na medida em que lhes serão aplicáveis os procedimentos referentes ao regime financeiro e orçamental, podendo executar despesas até ao mesmo limite definido por Lei para o governador provincial.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Cabinda tem nova urbanização

Jornal de Angola
02 De Dezembro de 2014
Texto: Bernardo Capita

A urbanização de Chibodo, arredores da cidade de Cabinda, tem já disponíveis mil e dois apartamentos do tipo T3 e T4, anunciou o presidente do conselho de administração da Imogestim, Rui Cruz. A venda das habitações esta para breve.

Rui Cruz esteve em Cabinda para constar a real situação dos projectos habitacionais na província, sob gestão da SONIP e do Gabinete de Reconstrução Nacional, transferidos por decisão do Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, para a gestão da Imogestim.

Os apartamentos da urbanização de Chibodo começar a ser comercializados logo que sejam ultrapassados alguns problemas ligados a energia eléctrica, água e aos sistema de drenagem de águas pluviais. Rui Cruz anunciou que os preços vão ser fixados pelo Executivo depois de apreciar o relatório que foi produzido pela Imogestim.

Na companhia da governadora Aldina da Lomba, os responsáveis da Imogestim, além da urbanização de Chibodo, visitaram também o espaço onde vai nascer a centralidade de Cabinda, com quatro mil moradias.

6.2 Clientes continuam sem casas dois anos depois

Jornal de Angola
06 De Dezembro de 2014
Texto: Domingos dos Santos

Os 2.888 clientes inscritos para a aquisição de habitações nas centralidades do Kilamba e do Zango, que sobraram da primeira fase, estão desgastados com a falta de Solução para o seu problema quase dois anos depois do pagamento da primeira prestação e exigem a entrega imediata das casas.

As reclamações surgem depois dos representantes deste grupo de lesados terem reunido com as direcções da Sonip e da Imogestim para se inteirarem da sua situação e saberem para quando a entrega das

casas. Estas movimentações dos representantes da "Comissão dos 2.888" surgiram depois de saberem que o Presidente da Republica, José Eduardo dos Santos, criou, a 10 de Junho de 2014, por Despacho Presidencial, uma comissão para proceder a transferência para a esfera do Estado e fazer o balanço da situação operacional e patrimonial dos projectos habitacionais do Programa Nacional do urbanismo e Habitação, que se encontram sob a gestão da Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip) em todo o país.

Esta posição do Chefe de Estado foi reforçada a 22 de Agosto de 2014, quando, numa visita a Centralidade do Kilamba, revelou que a Sonip ia transferir todas as suas responsabilidades para a empresa Imogestim que, terminado o processo de transferência, ia anunciar as regras para o recomeço das vendas dos apartamentos e vivendas que estão em fase de conclusão, o coordenador adjunto da "Comissão dos 2.888", Jean Paul, explicou que os clientes lesados decidiram organizar-se e enviar uma carta ao secretário de Estado do Tesouro, com conhecimento aos secretaries de Estado da Administração do Território e da Justiça, ao presidente do conselho de administração da Imogestim presidente da Comissão Executiva da Sonip, a Casa Civil da Presidência da Republica e a directora do INADEC, na qual pediam um esclarecimento sobre "o tratamento que mereciam estes 2.888 clientes, de mãos atadas face a falta de respostas",

Jean Paul disse a este jornal que "a nossa comissão reuniu-se com a directora comercial da Sonip, Deolinda Senna. Fomos informados de que a Sonip já não tem qualquer responsabilidade no processo, pelo que devíamos aguardar por uma comunicação do presidente da Comissão Executiva da instituição", o presidente da Comissão Executiva da Sonip, Orlando Veloso, enviou uma carta a "Comissão dos 2.888", remetendo para a Imogestim as responsabilidades e assume a disponibilidade em proceder ao reembolso dos valores aos clientes que assim o pretendam.

"A Comissão criada pelo Presidente da Republica tinha 90 dias, a contar de 9 de Junho, para concluir o processo de recepção dos projectos habitacionais e respectivas responsabilidades, estando, até ao momento, com um atraso de meio ano, sem, em momento algum, ter comunicado as pessoas que pagaram e não receberam até hoje as suas habitações", acrescentou Jean Paul.

A "Comissão dos 2.888", reuniu-se com o presidente do conselho de administração da Imogestim, Rui Cruz, tendo este explicado que estava a trabalhar para

confrontar a informação recebida da Sonip com a dos beneficiários. "Por isso, Rui Cruz propôs a comissão que recebesse os documentos dos seus membros e os remetesse para Imogestin", disse Jean Paul.

A comissão conseguiu organizar 2.010 processos, dos quais 1.379 da lista dos 2.888 e 631, cujo nomes nunca chegaram a ser actualizados pela Sonip.

"Tentamos, a 6 de Novembro, uma audiência com o presidente do conselho de administração da Imogestin, mas fomos informados de que não tinha disponibilidade para receber-nos. A 13 de Novembro, enviamos um relatório ao secretário de Estado do Tesouro, mas mantêm-se o silêncio", disse Jean Paul.

A situação vai de mal a pior, pois as rendas das casas onde habitam actualmente estão no fim e não estão disponíveis para pagar novos arrendamentos. "o ano escolar das crianças esta a terminar, pelo que precisamos de saber se vamos inscreve-las nas escolas do Kilamba ou não, Continuam a fazer-nos descontos porque, para aderirmos ao processo de compra das casas, recorreremos a créditos bancários. Acima de tudo, estamos há dois anos a espera das nossas habitações, um direito que nos assiste", disse Jean Paul, que representa os outros clientes.

A "Comissão dos 2.888" considera que tem direito as restantes casas da primeira fase do Kilamba e do Zango e não as da segunda fase, uma vez não corresponder aquilo que os beneficiários pagaram para receber. Os beneficiários dizem estar "num estado de extrema frustração", uma vez que, depois de dois anos de espera, não foram até hoje cumpridas as promessas de entrega até ao último trimestre do corrente ano. Até ao momento, não existe uma informação concreta sobre como e quando as entregas vão começar a ser feitas.

O Jornal de Angola procurou, mas em vão, ouvir a Sonip e a Imogestin, para levar a informação ao público sobre em que pé se encontra o processo de transferência, relativo a comercialização das casas das centralidades em Luanda, da Sonip para a Imogestin.

Depois de ter feito vários telefonemas, a nossa reportagem remeteu um questionário para a Sonip e a Imogestin. Uma das questões é saber quando e quem vai - a Imogestin ou a Sonip - resolver o problema das pessoas que continuam a espera das suas casas. o silêncio continua.

6.3 Casas no Cuando Cubango

Jornal de Angola

07 De Dezembro de 2014

Consultores da Casa Civil da Presidência da República inteiraram-se em Menongue, capital do Cuando Cubango, do projecto para a construção de moradias com quatro pisos, na zona ribeirinha do bairro Vitória, junto ao rio Kwebe.

A equipa de consultores, que visitou a região no final de semana, é composta por Sandra Miranda e José Manuel, que trabalharam com o vice-governador para área técnica e infra-estruturas, Joaquim Malitchi. Os consultores, que fazem o acompanhamento do projecto estruturante das obras, trabalham trimestralmente com a empresa executora da empreitada, Andrade Gutierrez, e a fiscalizadora Soenco.

João Dinheiro, coordenador do projecto da zona ribeirinha, disse que a visita consistiu na avaliação do andamento das obras, tendo adiantado que a aplicação do projecto decorre de forma satisfatória. Na área de implantação do projecto são construídas 12 moradias com quatro pisos cada, que correspondem a 32 apartamentos de tipologia T2, para o realojamento de famílias que se encontram

junto da zona ribeirinha. Depois da conclusão de 32 apartamentos, garantiu o responsável, são construídas 150 moradias na localidade do Kwenha, arredores da cidade de Menongue, entre as quais 20 da tipologia T3, acabadas, e 120 evolutivas, para as famílias realojadas.

Esta zona do Kwenha mereceu igualmente a visita dos consultores das empresas envolvi das e do vice-governador do Cuando Cubango para os serviços técnicos e infra-estruturas.

6.4 Edifício ANAGOLA é habitado a partir deste mes

Jornal de Angola

09 De Dezembro de 2014

Texto: Nhuca Júnior

A Administração do Distrito Urbano do Sambizanga já identificou as famílias que, no dia 20 deste mes, vão ocupar os apartamentos do prédio Anangola, que marca, na prática, o início do processo de requalificação do Bairro Operário.

Em comunicado, a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, que gere os distritos urbanos do

município de Luanda, informou que as famílias que vão ocupar o novo edifício são as que vivem entre o perímetro que liga a Alameda Manuel Van-Dúnem, nos Combatentes, e a Rua Príncipe Real, no Miramar.

A transferência, lê-se no comunicado, vai acontecer no dia 20 de Dezembro, pelo que já está em curso o processo de entrega de notificações porta a porta, no período da manhã.

A administradora do Distrito Urbano do Sambizanga, Mara Baptista, informou, na manhã de ontem, a Rádio Luanda, que os primeiros que vão ocupar o edifício são moradores que vivem há muitos anos no Bairro Operário, Já começaram a ser notificação ' dos por funcionários da Administração do Distrito Urbano do Sambizanga, que se apresentam com o cartão de identificação da instituição pública.

"Os apartamentos estão prontos e estamos em condições de fazer a transferência de moradores para o novo edifício", garantiu a administradora do Distrito Urbano do Sambizanga.

Mara Baptista salientou que os moradores que vão ocupar o novo edifício são os titulares da casa principal, enquanto os que vivem nos anexos vão para o Zango, a partir de Janeiro do próximo ano.

"Sabemos que, com o andar do tempo, os nossos filhos constituem famílias e algumas dessas famílias vão para os anexos, que nos construímos nos nossos quintais", disse a administradora, quando falava das razões da transferência para o Zango dos agregados familiares dos titulares das casas principais.

Requalificação do bairro

o processo de Requalificação do Bairro Operário saiu do papel há mais de quatro anos quando, oficialmente, começou o processo de registo dos moradores do bairro. Durante o processo, as autoridades locais garantiram, em algumas reuniões com a Associação dos Amigos e Naturais do Bairro Operário, que ficava acautelada a situação reinante nas famílias tradicionais do bairro que, resultante do deficit habitacional que o país viveu durante anos por força a guerra, construíram anexos, ocupados por membros dos agregados familiares.

o registo foi realizado duas vezes, a segunda das quais, feita no ano passado já por funcionários do Governo Provincial de Luanda, serviu para certificar o trabalho realizado por uma empresa privada que havia sido contratada para iniciar o processo de registo, que foi acompanhado pela Associação dos Amigos e Naturais do Bairro Operário.

Visita do Presidente

No penúltimo dia de Agosto, o Presidente da Republica, José Eduardo dos Santos, visitou o primeiro edifício do projecto de requalificação do emblemática Bairro Operário, o Chefe de Estado foi recebido pelo presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, José Tavares, que se encarregou de dar explicações sobre as fases do projecto de Requalificação do Bairro Operário e das funcionalidades do edifício, que deve receber 150 famílias.

O edifício, com apartamentos do tipo T3 e T4, dispõe de dois parques de estacionamento, cada um com uma capacidade para 32 viaturas, e pelo menos sete lojas. O Empreendimento, de 16 andares, ocupa uma área de 20 hectares. Elaborado em 2004, o projecto de Requalificação do Bairro Operário tem como objectivo melhorar as condições de habitação, com espaços planeados para densidades apropriadas, obedecendo aos padrões urbanos internacionais.

o projecto de requalificação do antigo bairro de Luanda inclui a criação de postos policiais, serviços médicos, equipamentos desportivos e recreativos, arruamentos, redes eléctricas, de abastecimento de agua e drenagem de aguas residuais. o Executivo espera concluir em 2015 um vasto programa de requalificação dos bairros Cazenga, Rocha Pinto, Sambizanga, Rangel e Marçal, de acordo com o Ministério do Urbanismo e Habitação, A melhoria da rede rodoviária, do fornecimento de energia eléctrica, abastecimento de agua e de equipamentos sociais são as metas da requalificação urbana.

6.5 Antigos militares receberam lotes

Jornal de Angola

10 De Dezembro de 2014

Militares com deficiência visual receberam terrenos para a autoconstrução dirigida no bairro da Vila Matilde, arredores da cidade de Malanje. Os espaços foram cedidos pela Administração Municipal de Malanje estão loteados facilitando, assim, edificação das habitações para os deficientes. A iniciativa insere-se no âmbito de um protocolo assinado entre a Administração Municipal de Malanje e a Direcção Provincial dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, que prevê ajuda aos seus assistidos no domínio habitacional.

Na ocasião, a administradora municipal adjunta de Malanje para a área técnica, Ernestina Miguel, considerou oportuna a entrega dos lotes aos deficientes visuais, porque vai permitir que tenham uma casa própria para viverem com as suas famílias.

A Administração Municipal vai continuar, segundo Ernestina Miguel, com o processo de entregar lotes para construção a pessoas que não tenham ainda habitação própria.

A entrega de terrenos é um processo que está em marcha há algum tempo e que vai prosseguir, porque muitos cidadãos ainda carecem de espaços para a edificação de casas e outras infra-estruturas sociais.

Emílio Domingos, representante dos antigos combatentes e veteranos da pátria, manifestou em declarações ao Jornal de Angola a sua satisfação pela distribuição de lotes aos antigos militares com deficiência visual e prometeu fazer tudo para a preservar as futuras habitações.

Defendeu, igualmente, a construção de mais escolas e centros de saúde, bem como a disponibilização de serviços de fornecimento de água potável e energia a todos os bairros onde vivem deficientes.

6.6 Comissão coordena projectos habitacionais

Jornal de Angola
19 De Dezembro de 2014

O Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, criou por despacho uma comissão para o acompanhamento, coordenação e integração das acções dos diversos departamentos ministeriais nos projectos habitacionais.

A comissão é coordenada pelo Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Edeltrudes Costa, e integra os ministros do Urbanismo e Habitação, José da Silva, das Finanças, Armando Manuel, da Administração do Território, Bornito de Sousa, da Energia e Águas, João Baptista Borges, assim como o presidente do conselho de administração da Empresa Imogestin, Rui Cruz.

O coordenador da comissão de acompanhamento pode convidar responsáveis de outros organismos públicos para participarem nas reuniões sempre que se justifique. A comissão é assistida por um secretariado técnico, a indicar pela entidade gestora. O Coordenador da comissão deve trimestralmente submeter ao Titular do Poder Executivo o relatório sobre as acções realizadas pelos departamentos ministeriais. No despacho, o Presidente da República extingue a comissão criada ao abrigo do Despacho Presidencial número 131/14, de 11 de Junho, que deve remeter toda a documentação recebida ou a receber da consultoria a nova entidade gestora.

Revoga toda a legislação que contraria o disposto neste diploma, que entra imediatamente em vigor.

6.7 Imogestin indica em Janeiro os locais de atendimento

Jornal de Angola
19 De Dezembro de 2014

Falando em conferência de imprensa, Rui Cruz garantiu que os cidadãos e organismos nesta situação "são os primeiros a serem atendidos", desde que comprovem que os processos de candidatura junto da Sonip e da Delta Imobiliária foram regularmente constituídos.

As reclamações, disse Rui Cruz, caso não tenham sido já submetidas a Imogestin, devem ser apresentadas através de comissões, entidades laborais ou outras formas de representação que agrupem os interessados em função dos projectos habitacionais para os quais apresentaram as suas candidaturas.

"A Imogestin atempadamente vai divulgar as condições de acesso e os preços de venda ou arrendamento das habitações, lojas e terrenos após aprovação pelo Executivo", disse Rui Cruz, acrescentando que as candidaturas a compra ou arrendamento são abertas a medida que for concluída a construção das habitações, lojas e as infra-estruturas.

Actividades da Sonip

o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, assinou um Decreto que põe fim às actividades da empresa Sonip nos domínios da gestão, construção, vendas e outras formas de transmissão de habitações, espaços comerciais e activos imobiliários de projectos que integram o Plano Nacional de Urbanismo e Habitação.

No decreto, o Titular do Poder Executivo indica a Imogestin para, em representação do Estado, proceder à gestão da construção e das vendas ou outras formas de transmissão das habitações, espaços comerciais e outros activos imobiliários que venham a ser integrados no Plano de Desenvolvimento Construtivo e Comercial dos Projectos Habitacionais. A Sonip tem oito dias para entregar à empresa Imogestin toda a documentação e informações em sua posse, relativamente aos projectos habitacionais. Posteriormente, a Imogestin vai submeter à apreciação do Executivo o Plano de Desenvolvimento Construtivo e Comercial dos Projectos Habitacionais, "sem prejuízo do disposto no Despacho Presidencial nº 131/14, de 11 Junho,

relativamente as centralidades do Kilamba e de Cacucaco".

No Decreto, o Ministerio do Urbanismo e Habitacao e autorizado a assinar o contrato de prestacao de services com a empresa Imogestin, tendo em conta factos como o montante do investimento a gerir, como base para a determinacao de um valor fixo mensal, o grau de sustentabilidade dos projectos alcançados de modo a assegurar a reducao da exposicao financeira do Estado, como elemento para a fixacao de um valor variavel a titulo de premio de desempenho ou de taxa de sucesso a fixar numa base anual. O Ministerio das Financas,

atraves da Direccao Nacional do Patrimonio do Estado, vai proceder ao registo como patrimonio do Estado, de dominio publico, os equipamentos sociais e os edificios publicos construidos ou a edificar nos projectos habitacionais.

o Ministerio do Urbanismo e Habitacao regista como patrimonio do Estado, os imoveis que sejam destinados ao arrendamento do dominio privado, que depois da sua transmissao aos futuros inquilinos, ficam sob gestao do Instituto Nacional de Habitacao. No Decreto Presidencial, os Governos Provinciais onde estao a ser desenvolvidos projectos habitacionais, 3 sao incumbidos de apresentar o processo de registo e posterior regulacao juridica dos imoveis que foram ou venham a ser construidos em cada uma das provincias, para efeito de alienacao ou futuros adquirentes como bens patrimoniais que integram o dominio privado do Estado. O Diploma define o prazo em que a Imogestin submete ao Executivo o programa e cronograma de trabalhos para o relancamento da construcao dos projectos habitacionais, o plano de venda e arrendamento das habitacoes e demais activos imobiliarios nas diversas provincias.

Da um prazo de 20 dias a empresa para elaborar o plano financeiro de 2015, para a execucao dos projectos habitacionais, tendo em conta as receitas das vendas dos activos imobiliarios efectuadas pela Sonip e os que venham a ser obtidos pela nova entidade gestora. o Ministerio das Financas submete a apreciação do Executivo o plano financeiro. Os contratos de empreitadas, fiscalizacao, consultoria e de outros prestadores de serviços nas obras devem ser submetidos, pela entidade gestora, a aprovacao do Executivo.

Os contratos de empreitadas e m de fiscalizacao, em vigor nas obras ja iniciadas, devem ser adaptados aos principios e normas juridicas que regulam a materia de contratacao publica ate 30 dias, após a publicacao do diploma. O Decreto Presidencial delega

competências a entidade gestora para, em representacao do Executivo, assinar os contratos, após a sua aprovacao pelo Titular do Poder Executivo.

6.8 Centralidade do Kilamba constitui preocupação da polícia nacional

Jornal Manchete

19 De Dezembro de 2014

Texto: Albino Sampaio

De acordo com o porta-voz da Corporação, Mateus Rodrigues os moradores da Centralidade do Kilamba, têm sido os principais alvos dos marginais devido ao aumento de roubos nas residências e assaltos as viaturas com mão armada.

Apresentando o balanço à imprensa nesta segunda-feira, de um micro operação apelidada "Festas Seguras", que prevê o plano preventivo da quadra festiva, o inspector-chefe Mateus Rodrigues informou que no âmbito das reclamações dos habitantes da centralidade do Kilamba, as forças da ordem foram obrigadas a criar um plano de patrulhamento intensivo no sentido de impedir que acções do género aconteçam.

"Nos últimos dias tem vindo a se registar um aumento de roubos consideráveis nas viaturas dos moradores, sobretudo de pneus, situação que está a merecer uma atenção especial por parte das autoridades policiais".

Ainda de acordo com o porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional, em Luanda, esclareceu que, durante a operação realizada foram registados 54 crimes ainda sob investigação, entre os quais homicídios, ofensas corporais, violações, ameaças de morte, furtos de viaturas, motorizadas, burlas bem como posse e uso de estupefacientes por parte de cidadãos.

Configuram também da operação a detenção preventiva de 113 cidadãos envolvidos nos delitos acima mencionado e de igual modo foram apreendidas 20 armas de fogo, sete viaturas, 17 quilogramas de estupefaciente (liamba) e 60 gramas de libanga Mateus Rodrigues sublinhou ainda que a referida operação liga-se no contexto diferente da "Kutululuta", pois a mesma tem como objectivo primordial o combate e prevenção da criminalidade para garantir uma quadra festiva tranquila e ordeira a nível da província de Luanda.

"A Polícia Nacional, colocou um número considerável dos efectivos nas diversas regiões da província no intuito dos casos cometidos durante as comemorações que sejam cada vez mais determinados o mais rápido possível", disse.

Por outro lado, alertou aos cidadãos a não oferecerem resistência quando interpelados por meliantes, no sentido salvaguardar a sua integridade física. "Qualquer cidadão quando estiver sob alçada dos delinquentes não deve reagir contra pelo contrário é devem obedecer sob pena de não acontecer casos de dissabores diante da sociedade", assegurou.

6.9 Criminalidade em alta na centralidade do Kilamba e no bairro Kifika

Jornal Angolense

20 De Dezembro de 2014

Texto: Ilídio Manuel

A semana passada, a centralidade do Kilamba foi bastante fértil em matéria de furtos, que incidiram sobre viaturas, tendo pelo menos quatro veículos ficado sem os seus pneus. Os crimes foram praticados na calada da noite, tendo apenas como testemunha o silêncio...

Devido ao novo «modus operandi» dos meliantes que, pelos vistos, «especializaram-se» em descalçar carros, muitos automobilistas residentes nesta zona receiam acordar no dia seguinte sem os pneus dos seus carros, ou, como se diz na gíria, com as viaturas «no chão». Ou, no pior dos cenários, sem os respectivos meios rolantes.

Com o aproximar da quadra festiva, medram os receios de que os marginais intensifiquem as suas acções delituosas, embora haja garantias por parte da polícia de que serão aumentados os patrulhamentos nas ruas desta nova área residencial localizada a sul de Luanda.

O inspector-chefe da polícia Mateus Rodrigues reconheceu na segunda-feira, 15, um aumento de queixas dos moradores, tendo garantido que as atenções da sua corporação iriam incidir também sobre as viaturas, um dos alvos preferidos dos marginais.

o anúncio deste plano enquadrado no âmbito da operação «Festas Seguras» esta, no entanto, a ser encarado com reservas, já que alguns residentes contactados pelo Semanário Angolense consideram

ser «humanamente impossível a policia cobrir vastas áreas do Kilamba».

«Além das limitações em termos humanos, a polícia enfrenta também dificuldades em meios rolantes», disseram as fontes do SA.

Sem descartar a importância dos patrulhamentos, dizem que já era sem tempo a policia colocar naquela zona câmaras de videovigilância, que permitissem a captação e gravação de imagens, sobretudo no período nocturno em que ocorrem o maior número de crimes.

Na óptica dos residentes, a videovigilância não só actuaria como um meio auxiliar as investigações policiais, como também funcionaria como elemento dissuasor as acções criminosas, de forma a inibir as de práticas delituosas.

A ausência de instrumentos de vigilância naquela zona, a semelhança do que acontece em vastas zonas de Luanda, terá sido há muito reclamada pelos munícipes, cada vez mais preocupados com os índices de criminalidade.

Há anos, a polícia anunciou a criação de uma Brigada Electrónica, mas ate hoje, pelo que se sabe, a mesma não funciona, pelo que não terá passado de um nado-morto.

Assaltos a mão armada

Relatos de moradores do Kifika, um bairro paralelo ao Lar do Patriota, dão conta que o número de crimes tem estado a aumentar, em particular os de natureza violenta.

Um dos motivos para o aumento da criminalidade tem a ver com o crescimento urbano, populacional e comercial que o Kifika tem estado a registar nestes últimos anos, com a abertura de novas agências bancárias.

Há dias, uma senhora foi assaltada, sob ameaça de arma de fogo, quando saia de uma agência banca ria localizada na estrada do Lar do Patriota, tendo sido «aliviada» em 50 mil Kwanzas.

Segundo a vítima, os meliantes apontaram-lhe uma arma a cabeça exigindo que lhes entregasse a pasta que levava consigo. Satisfeito o pedido, eles meterem-se, de seguida, em fuga numa mota «rápida».

Ha pouco mais de um mes, uma moradora do mesmo bairro, assim como a sua filha menor foram feitas reféns na rua da D. Xepa, depois de terem estacionado a sua viatura, e se dirigido a uma das padarias locais. De regresso a viatura, foram

abordadas por meliantes, que a coberto da noite, obrigaram a condutora que colocasse a viatura em marcha e se dirigisse em direcção a estrada do Lar do Patriota,

Postos no local, eles exigiram, sob coacção, que a vítima se deslocasse a uma das dependências de um banco local e levantasse a quantia de 40 mil Kwanzas, enquanto mantinham a sua filha refém na viatura.

Satisfeito o pedido, eles ordenaram que seguissem em frente tendo a entrada de uma das ruas de acesso ao Kífica, exigido que as vítimas abandonassem a viatura, um Hyundai i-10, De seguida, partiram em grande velocidade.

Segundo os moradores, estes dois episódios estão muito longe de retratar a realidade criminal que se vive na zona, já que muitos assaltos sequer chegam ao conhecimento das autoridades.

6.10 Casas sociais são vendidas em breve

Jornal de Angola
22 De Dezembro de 2014
Texto: Manuel Fontoura

Os primeiros 100 fogos habitacionais, dos 200 previstos para cada município da província do Cuanza Norte, começam a ser vendidos nos primeiros meses de 2015, anunciou o vice-governador para o sector Político e Social. José Alberto Kipungo disse que 30 por cento das casas vão ser comercializado aos jovens, por serem os mais carenciados, e outras aos médicos, professores, militares, antigos combatentes, portadores de deficiência e funcionários públicos. Os valores de cada casa estão fixados em quatro milhões de kwanzas e mais um acréscimo de três por cento, devido aos trabalhos adicionais, como a legalização do espaço e outros serviços. O período de a amortização das casas e de 30 anos, em sistema de renda resolúvel, tendo sublinhado que os que tiverem a possibilidade de pagar antes podem fazer Insem problemas.

Segundo o vice-governador, para o acesso as casas, os candidatos devem ter mais de 18 anos, rendimento familiar ou individual não inferior a 24 meses do salário mínimo nacional, estar empregado ou exercer uma actividade por conta própria há mais de três anos, não ter beneficiado de habitação social no quadro de um programa do Executivo e ter conta num dos bancos comerciais. Os documentos exigidos são: Bilhete de Identidade, Cartão de Contribuinte, documento emitido pela entidade empregadora,

recibo de vencimento dos últimos três meses ou extracto de conta bancária dos últimos três meses e declaração de instruções do banco onde tem a conta domiciliar a autorizar o débito directo do valor necessário a pagar. Neste momento, segundo o vice-governador, esta a ser feito um trabalho conjunto com as administrações municipais no sentido de levarem água e energia aos projectos residenciais, antes do início do processo de venda,

Cada residência foi construída numa área de aproximadamente 106 metros quadrados. Além de água e luz, os novos bairros tem infra-estruturas como escolas, hospitais, lojas, hotéis, arruamentos, esgotos e jardim. Todas as casas são do tipo T-3, entre as quais unifamiliares e geminadas, com quartos preparados para a colocação de armareis embutidos, cozinha, casa de banho e sala de estar.

6.11 Distribuídos milhares de lotes na Lunda Sul

Jornal de Angola
23 De Dezembro de 2014

A governadora provincial anunciou que foram distribuídos durante o ano 5.358 lotes na província da Lunda Sul, no âmbito do programa de autoconstrução dirigida.

Cândida Narciso, que falava na cerimónia de cumprimentos de fim de ano, sublinhou que a acção visa melhorar as condições de habitabilidade dos municípios, assim como criar novas centralidades.

No tocante ao programa de construção das 200 casas por município, a governadora Canda Narciso informou estarem concluídas 127 habitações, sendo 50 em Cacolo, 15 no Dala e 62 na localidade do Muconda, estando em execução 173 outras.

Durante o ano prestes a terminar foram terraplenadas e asfaltadas cerca de 30 quilómetros das principais ruas dos bairros Terra Nova, Santo António, Txizainga e Luavur, no município de Saurimo, e consignada a reabilitação de todas as vias secundárias que ligam as sedes municipais as comunais.

A província da Lunda Sul conta com 516.77 habitantes e é constituída por quatro municípios, Cacolo, Dala, Muconda e Saurimo.

6.12 Engarrafamento com dias contados

Jornal de Angola

23 De Dezembro de 2014

Texto: Vitorino Joaquim

Todos os dias úteis são observadas enormes filas de carros nas horas de ponta, nas vias principais, como as que ligam Viana aos Congolezes, Kicolo a Cuca e São Paulo, a rotunda de Camama ao Golfe, do bairro Rocha Pinto a Mutamba e do Mundo Verde a Muliperfil.

Para os moradores das zonas periféricas que tem emprego na Baixa da cidade, a solução é madrugar. Morador em Viana, João Adão, há sete anos que tem a mesma rotina: parte de casa às quatro da manhã para chegar ao emprego a tempo e horas: "Saio a esta hora para evitar os engarrafamentos e conseguir lugar para estacionar o carro", disse.

A técnica de contabilidade Domingas Madalena vive na Centralidade do Kilamba e trabalha numa empresa pública na Maianga: "Por norma, chego ao trabalho por volta das 5h40. Estaciono bem o carro e ainda aproveito para dormir um pouco no carro".

Para Madalena, vale o esforço de acordar muito cedo e chegar sossegada ao local de trabalho, porque evita o stress dos congestionamentos do trânsito. "É um grande sacrifício e não sei se vou conseguir chegar aos 60 anos", brincou a jovem.

Para transitar de um ponto para outro de qualquer parte da província de Luanda, os automobilistas perdem muito tempo. As vias atingiram o nível máximo da capacidade de escoamento. Luanda não tem estradas suficientes para tantas viagens, disse ao *Jornal de Angola* o engenheiro Paulo Gai, do Ministério da Construção.

Corredores exclusivos

A situação preocupa o Executivo, que decidiu avançar com um sistema rápido de transportes públicos, também conhecido por "BRT" e cuja conclusão está prevista para 2016. Esta solução passa pela criação de corredores exclusivos para os táxis e autocarros.

O "BRT" é um sistema de alta capacidade de transporte sobre rodas, com viagens mais rápidas e funciona em vários países do mundo, que procedem a adaptações de acordo com a realidade objectiva de cada um. São vias exclusivas para circulação de transportes públicos e os passageiros ao entrarem numa estação de acesso aos autocarros, têm já o

bilhete nas mãos, "As pessoas devem obter o bilhete antes de entrar na estação. Os bilhetes vão ser adquiridos em locais assinalados, para facilitar o movimento rápido que se pretende na circulação dos autocarros", explicou a engenheira Laura Alfredo.

Com este sistema, "vamos nos polos habitacionais de Camama e Viana. Vamos atender também a cidade universitária, porque criamos estações próximas, para facilitar a deslocação dos estudantes", concluiu o engenheiro Paulo Gai. A par do "BRT", existem projectos para a construção de 410 quilómetros de vias principais e 621 quilómetros de vias secundárias, para permitir maior fluidez ao trânsito na cidade. Para a realização das obras, é necessário remover as bombas de combustíveis da Sapú e alguns armazéns localizados no percurso das vias. O Ministério da Construção já está em contacto com o Ministério do Comércio para se encontrar uma solução. O "BRT" prevê a construção de vias com duas faixas de rodagem para transportes rápidos de passageiros, passagens de nível superiores e corredores de acesso a diferentes zonas da cidade, de modo a permitir o transporte de 45 mil passageiros por hora e criar uma ligação entre o Sul e Norte da cidade.

Vários sectores envolvidos

As vias a ser construídas estão divididas por lotes. O Lote 1 liga o Lar do Patriota à estrada do Golfe, com passagem pela Rua Comandante Dangareux. O Lote 2 sai do Golfe, atravessa o bairro Catinton e chega a Corimba. O Lote 3 vai de Camama a Viana, via Sapu, até à zona da Estalagem.

O início das obras do Lote 3 foi adiado devido às famílias que vivem no traçado da via e que aguardam por realojamento nas zonas do Zango, Quicama ou no Bengo. No âmbito do projecto de construção dirigida, o Ministério da Construção tem contactos com o Ministério do Urbanismo e Habitação para aquisição de terrenos nas reservas fundiárias do Estado, destinados à construção de habitações.

Para sensibilizar a população a colaborar no processo, estão previstas acções de informação e divulgação. Estão envolvidos no projecto os ministérios da Construção, dos Transportes e da Energia e Águas.

O Ministério da Construção assume a responsabilidade de construir todas as infra-estruturas rodoviárias. O Ministério dos Transportes tem a responsabilidade da construção das estações de acesso aos autocarros e do posto central de comando, que vai dirigir as operações de circulação dos veículos longos.

O Ministério dos Transportes também faz a aquisição dos meios de transporte. O Ministério da Energia e Águas vai garantir a prestação dos services de abastecimento.

Dezenas de autocarros

o ministro da Construção, FRANCISCO BERNARDO Waldemar Pires, visitou as obras em curso, acompanhado do ministro dos Transportes, Augusto Tomas, e do governador da província de Luanda, Graciano Domingos, engenheiros e técnicos dos três sectores.

No final da visita, o ministro Augusto Tomas revelou que vão ser construídas 28 estações. E nos corredores exclusivos para os transportes públicos vão circular 240 autocarros.

o ministro da Construção, Waldemar Pires Alexandre, garantiu que o projecto vai melhorar a mobilidade rodoviária em Luanda, na medida em que, "com os transportes colectivos em funcionamento, o numero de veículos privados em circulação na cidade vai diminuir". O levantamento topográfico, a investigação geotécnica, a limpeza dos terrenos já foram efectuados. Neste momento as maquinas estão a fazer escavações. Ifamentos são criados em todas as vias corredores exclusivos para táxis e autocarros e terraplanagens.

6.13 Centenas de habitações estão construídas no Uíge

Jornal de Angola

30 De Dezembro de 2014

Texto: António Capitão

As obras de construção das primeiras 1100 casas da centralidade do Quilombo, na província do Uíge estão praticamente concluídas, faltando apenas a edificação e Instalação de equipamento sociais.

O gestor do projecto habitacional, Pedro Morais, disse ao Jornal de Angola que a edificação dos equipamentos vai permitir que os futuros moradores tenham acesso aos principais

serviços sociais básicos.

Pedro Morais anunciou ainda que actualmente os trabalhos incidem na construção de quatro centros infantis, jardins, recreio e lazer, seis escolas, um centro de saúde e um complexo desportivo.

O coordenador do projecto habitacional da centralidade do Quilombo disse que a construção do sistema de captação e abastecimento de água,

sistema de tratamento de águas residuais e o fornecimento de energia eléctrica aguardam pela aprovação do Ministério da Energia e Águas.

Em relação aos trabalhos dos acessos à centralidade e pavimentação de todas as ruas estão em fase de conclusão. Pedro Morais referiu ainda que estão a ser realizados ensaios na rede de distribuição de água e a malha de distribuição de energia eléctrica de média e baixa-tensão, nas primeiras 1.010 casas erguidas nesta primeira fase. Quanto à construção da rede de colectores para as águas residuais e a pavimentação dos arruamentos estão em final de execução. As infra-estruturas sociais na centralidade do Quilombo estão a ser feitas na base do número de moradias projectadas e na estimativa de que venham a ser habitadas por pelo menos sete pessoas cada. O projecto da rede de água submetido ao Executivo prevê que a captação no rio Loge, nas proximidades da aldeia Quilevo. A fonte para o fornecimento de energia eléctrica à centralidade do Quilombo vai depender da rede pública proveniente da barragem hidroeléctrica de Capanda.

"Projecta-se a construção de uma linha de transporte de energia que vai sair da Subestação da ENE até a subestação a ser construída na nova urbanização. Mas a centralidade vai beneficiar, também, de uma central térmica de boa capacidade para que os futuros moradores não fiquem privados de energia", disse.

Os trabalhos da segunda fase do projecto da centralidade do Quilombo, que começaram em Novembro passado compreendem a construção de 2.500 novos apartamentos, incluindo lojas e outras infra-estruturas sociais. O coordenador do projecto disse que dos trabalhos já realizado destacam-se a desmatção numa área de 38 hectares, além de terem sido já feitos os arruamentos e loteamentos.

Pedro Morais recordou igualmente que estão em curso as acções de criação das plataformas de trabalho onde vão ser erguidos edificios de três, dois e um piso, com apartamentos com três quartos. Pedro Morais anunciou que os 2.500 novos apartamentos são construídos numa área de 3.800 metros quadrados com todas as infra-estruturas de apoio.

7. TERRA

7.1 Administração do Sumbe distribui terrenos

Jornal de Angola

01 De Dezembro de 2011

Texto: Victor Pedro

A Administração Municipal do Sumbe entregou títulos de propriedade de lotes para construção dirigida aos moradores em zonas de risco do bairro da Pomba Nova. Agora vão viver em Atuco, na comuna de Quicombo.

Os terrenos, entregues pelo administrador municipal do Sumbe, Américo Alves Sardinha, estão localizados na zona sul da cidade, do Sumbe, na via que liga ao município do Seles, num total de 110 hectares, que correspondem a 279 lotes.

Cada uma das 300 famílias transferidas vai ter um lote para construir a sua casa, esclareceu Américo Alves Sardinha.

Este processo, salientou, visa assegurar às populações que se encontravam em zonas de risco, pontos seguros onde estão criadas todas as condições de habitabilidade e dotadas de infra-estruturas técnicas, área social para

construção de postos de saúde, escolas, posto policial, arruamentos, passeios e área de lazer. Américo Sardinha explicou que na construção, cada beneficiário deve seguir a casa modelo.

Acrescentou que durante a construção das habitações, os contemplados vão contar com a cooperação directa da administração, que se prontificou a fornecer materiais como tijolos, blocos, areia, chapas de zinco e apoio técnico de uma brigada encarregada das obras. O administrador do Sumbe pediu aos beneficiários para cumprirem as orientações dos técnicos do sector do Urbanismo, de forma a evitar problemas na construção de casas.

A transferência da população é um processo contínuo e abrangente todas as zonas, em que as autoridades administrativas constataram a existência de insegurança das comunidades, no âmbito de um plano urbanístico. As autoridades pediram aos munícipes para evitarem a prática da ocupação de terrenos em zonas consideradas de risco.

O soba do bairro da Pomba Nova, Faustino Kwensenze, disse que a entrega dos terrenos vai permitir o bem-estar das populações, uma vez vão

encontrar infra-estruturas como posto médico e policial, escola, área de lazer, arruamentos e áreas técnicas. Faustino Kwensenze apelou à Administração do Sumbe para cumprir as promessas e pôr em prática as acções definidas para a construção das casas.

7.2 Executivo quer o fim da ocupação de terrenos

Jornal de Angola

01 De Dezembro de 2014

A Casa Civil do Presidente da República realiza hoje e amanhã, o seminário nacional sobre a problemática da ocupação de terrenos, para identificar as causas, motivações e definir medidas para acabar com a ocupação e venda anárquica de terrenos.

O seminário, que decorre no anfiteatro do Palácio da Justiça, em Luanda, é uma parceria entre os Ministérios da Administração do Território e do Urbanismo e Habitação. Resulta das orientações do Presidente da República,

José Eduardo dos Santos, no seu discurso de apresentação do novo modelo de governação da província de Luanda.

De acordo com um comunicado do Ministério da Administração do Território, o seminário visa também analisar a eficácia da Lei de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanismo, e avaliar os actos de impunidade e de nulidade de ocupação, venda e concessão de terrenos.

No seminário participam magistrados judiciais e do Ministério Público, membros do Executivo, deputados à Assembleia Nacional, representantes dos Governos Provinciais, das Administrações Municipais e dos partidos políticos com representados na Assembleia Nacional.

Também participam no seminário representantes dos órgãos de Segurança e Defesa Nacional, entidade religiosas e tradicionais, académicos, estudantes, associações e organizações juvenis e de mulheres e membros de organizações e da sociedade civil. O comunicado do Ministério da Administração do Território informa que a cerimónia de abertura do seminário é presidida pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes da Costa.

A ocupação ilegal de terrenos pela população em diversos municípios de Luanda, sobretudo nas reservas fundiária do Estado, tem vindo a tomar proporções preocupantes nos últimos tempos.

Bilhões fazem-se passar por fiscais e dedicam-se à venda de espaços dos camponeses, o que resulta em conflitos nas zonas da Sapu, Bitá Tanque, Tanque Serra, Ramiros, Cacucaco e outras localidades da periferia de Luanda, obrigando à intervenção das autoridades.

Esta prática, que ocorre um pouco pelo país, sobretudo nas capitais provinciais, pode inviabilizar a materialização dos vários projectos sociais e económicos de grande dimensão previstos para Luanda, onde está concentrada uma boa parte da população angolana.

A situação preocupa as autoridades de Luanda que alertam insistentemente a população para abdicar de tais práticas recorrendo às Administrações Municipais para a aquisição de terrenos para a auto construção dirigida.

Parte significativa dos crimes violentos que ocorrem na capital do país está associada à venda ilegal de terrenos.

Recentemente, o comandante da Região Militar de Luanda, general Simão Carlitos "Wala" defendeu uma melhor interacção com as outras forças da ordem para encontrarem mecanismos que garantam a diminuição dos crimes na capital, incluindo a protecção dos espaços considerados reservas fundiárias do Estado angolano.

O general "Wala" anunciou mesmo na oportunidade a criação, em Luanda, de um Posto de Comando Unificado das Reservas Fundiárias com a estrita missão de proteger os espaços consideradas reservas do Estado.

7.3 Administração do Sumbe distribui terrenos

Jornal de Angola
01 De Dezembro de 2014
Texto: Victor Pedro

A Administração Municipal do Sumbe entregou títulos de propriedade de lotes para construção dirigida aos moradores em zonas de risco do bairro da Pomba Nova. Agora vão viver em Atuco, na comuna de Quicombo.

Os terrenos, entregues pelo administrador municipal do Sumbe, Américo Alves Sardinha, estão localizados na zona sul da cidade do Sumbe, na via que liga ao município do Seles, num total de 110 hectares, que correspondem a 2791 lotes.

Cada uma das 300 famílias transferidas vai ter um lote para construir a sua casa, esclareceu Américo Alves Sardinha.

Este processo, salientou, visa assegurar as populações que se encontravam em zonas de risco, pontos seguros onde estão criadas todas as condições de habitabilidade e dotadas de infra-estruturas técnicas, área social para construção de postos de saúde, escolas, posto policial, arruamentos, passeios e área de lazer. Américo Sardinha explicou que na construção, cada beneficiário deve seguir a casa modelo.

Acrescentou que durante a construção das habitações, os contemplados vão contar com a cooperação directa da administração, que se prontificou a fornecer materiais como tijolos, blocos, areia, chapas de zinco e apoio técnico de uma brigada encarregada das obras. O administrador do Sumbe pediu aos beneficiários para cumprirem as orientações dos técnicos do sector do Urbanismo, de forma a evitar problemas na construção de casas.

A transferência da população é um processo contínuo e abrangente todas as zonas, em que as autoridades administrativas constataram a existência de insegurança das comunidades, no âmbito de um plano urbanístico. As autoridades pediram aos municípios para evitarem a prática da ocupação de terrenos em zonas consideradas de risco.

O sob a do bairro da Pomba Nova, Faustino Kwensenze, disse que a entrega dos terrenos vai permitir o bem-estar das populações, uma vez vão encontrar infra-estruturas como posto médico e policial, escola, área de lazer, arruamentos e áreas técnica. Faustino Kwensenze apelou a Administração do Sumbe para cumprir as promessas e por em prática as acções definidas para a construção das casas.

7.4 Executivo quer o fim da ocupação de terrenos

Jornal de Angola
01 De Dezembro de 2014

O seminário, que decorre no anfiteatro do Palácio da Justiça, em Luanda, é uma parceria entre os Ministérios da Administração do território e do Urbanismo e Habitação. Resulta das orientações do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no seu discurso de apresentação do novo modelo de governação da província de Luanda.

De acordo com um comunicado do Ministério da Administração do Território, o seminário visa também analisar a eficácia da Lei de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanismo, e avaliar os actos de impunidade e de nulidade de ocupação, venda e concessão de terrenos.

No seminário participam magistrados judiciais e do Ministério Público, membros do Executivo, deputados à Assembleia Nacional, representantes dos Governos Provinciais, das Administrações Municipais e dos partidos políticos com representados na Assembleia Nacional.

Também participam no seminário representantes dos órgãos de Segurança e Defesa nacional, entidade religiosas e tradicionais, académicos, estudantes, associações e organizações juvenis e de mulheres e membros de organizações e da sociedade civil. O Comunicado do Ministério da Administração do Território informa que a cerimónia de abertura do seminário é presidida pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes da Costa.

A ocupação ilegal de terrenos pela população em diversos municípios de Luanda, sobretudo nas reservas fundiárias do Estado, tem vindo a tomar proporções preocupantes nos últimos tempos. Burlões fazem-se passar por fiscais e dedicam-se a venda de espaços dos camponeses, o que resulta em conflitos nas zonas da Sapu, Bita Tanque, Tanque Serra, Ramiros, Cacuaco e outras localidades da periferia de Luanda, obrigando a intervenção das autoridades.

Esta prática, que ocorre um pouco pelo país, sobretudo nas capitais provinciais, pode inviabilizar a materialização dos vários projectos sociais e económicos de grande dimensão previstos para Luanda, onde esta concentrada uma boa parte da população angolana.

A situação preocupa as autoridades de Luanda que alertam insistentemente a população para abdicar de tais práticas recorrendo aos Administradores Municipais para a aquisição de terrenos para a auto construção dirigida.

Parte significativa dos crimes violentos que ocorrem na capital do país estão associados a venda ilegal de terrenos.

Recentemente, o comandante da Região Militar de Luanda, general Simão Carlitos "Wala" defendeu uma melhor interacção com as outras forças da ordem para encontrarem mecanismos que garantam a diminuição dos crimes na capital, incluindo a

protecção dos espaços considerados reservas fundiárias do Estado angolano

O general "Wala" anunciou mesmo na oportunidade a Criação, em Luanda, de um Posto de Comando Unificado das Reservas Fundiárias com a estrita missão de proteger os espaços considerados reservas do Estado.

7.5 Executivo prepara programa para gestão de espaços

Jornal de Angola

02 De Dezembro de 2014

Texto: Adelina Inácio

O Executivo prepara um inventário da situação jurídica actual de todas as terras para determinar a sua utilização, as parcelas sem títulos e as que se constituem ocupações ilegais e porventura criminosas, anunciou ontem o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República.

Ao discursar na abertura do Seminário Nacional sobre a problemática de ocupação de terrenos, que termina amanhã em Luanda, Edeltrudes Costa afirmou que o Executivo quer obter informações necessárias para, em relação a cada caso concreto, poder tomar decisões que melhor prossigam o interesse público, com inteiro respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

"As terras do Estado devidamente reordenadas e estruturadas devem ser colocadas ao serviço das políticas do Estado, de acordo com critérios previamente fixados pelo Executivo, sejam essas políticas, entre outras, de habitação e realojamento, de desenvolvimento agrário ou industrial ou de defesa do ambiente", afirmou. O Ministro de Estado disse que a ideia é que toda a ocupação de terrenos no domínio do Estado seja feita com base na Lei. Edeltrudes Costa lembrou que o Executivo aprovou já um conjunto de diplomas abrangentes que instituíram os instrumentos de Gestão territorial necessários e adequados para benefício de todos os cidadãos, o fim da ocupação ilegal de terrenos exige uma política orientadora e coordenadora de esforços, planos, acções e investimento a vários níveis que abrange o Executivo, a Assembleia Nacional, os Tribunais, sector privado e sociedade civil.

o ministro de Estado avançou algumas causas da ocupação ilegal de terrenos públicos e privados, destacando o êxodo da população rural para as áreas urbanas, em particular Luanda, a incapacidade das Administrações Municipais e Comunitárias de oferecerem terrenos dotados de infra-estruturas e o

acesso início aos serviços de arquivo e cadastro do Estado.

Alem disso, existe a passividade, o desleixo e o espírito de deixa andar com que algumas instituições publicas tratam as queixas das verdadeiras vitimas e a acção de grupo de malfeitores que viram no êxodo para a periferia das cidades uma oportunidade de negócios.

A ocupação ilegal de terras, alem de violar o fim social e de utilidade pública, tem sido fonte de varios conflitos sociais graves. Por isso, o ministro defende a reposição da legalidade violada por estas ocupações, "Não e legitimo que quem ocupa ilegalmente terras, cuja utilidade esta adstrita a prossecução do bem comum, reclame ainda do Estado a atribuição de contrapartidas indemnizatórias para uma desocupação que, afinal, e a medida legal e devida", alertou Edeltrudes Costa.

Solução urgente

Diante das dimensões preocupantes que o problema atingiu, de acordo com o ministro de Estado, e necessário dar solução urgente a problemática da ocupação de terrenos, devido as graves implicações de natureza social, económica jurídica e politica.

"A problemática da ocupação de terrenos situa-se actualmente no centro das preocupações do Estado, das famílias, das empresas e dos cidadãos", referiu Edeltrudes Costa, que pediu maior atenção as praticas das administrações municipais e comunais, ao tratamento da falsificação de documentos, aos crimes violentos por causa da usurpação de terrenos. O Ministro de Estado alertou também para o aumento do numero de vitimas de roubo, de usurpação, de burla, das perdas de receitas do Estado -provenientes da concessão de terrenos e dos impostos prediais, alem do crescimento anárquico e desordenado das cidades e das dificuldades de controlo do crescimento urbano e da população urbana.

Edeltrudes Costa anunciou, para o próximo ano, a realização de seminários provinciais para auscultação dos problemas específicos de cada provincia e identificação das causas reais subjacentes a este fenómeno.

O objective e assegurar uma ampla mobilização e participação de toda a sociedade na discussão e na tomada de decisões relacionadas com a ocupação ilegal de terrenos. O Seminário sobre a ocupação de terrenos urbanos e uma orientação do Presidente da Republica, que pediu auscultação e debate para abordagem destas questões e também referentes a Lei de Terras e ao Ordenamento do Território. O Jurista

Carlos Feijó, que fez um diagnostico da situação actual da ocupação de terrenos em Angola e o balance dos dez anos de vigência da Lei de Terras e do Ordenamento do território, afirmou que o Sistema Penal Angolano, ainda que desactualizado, criminaliza actos de "ocupação ilegal".

7.6 As makas dos terrenos

Jornal Manchete

05 De Dezembro de 2014

Nos últimos dias o país parece estar a viver "a febre das terras", tal como no ocidente se viveu a "febre do ouro". Para alem da desenfreada procura por um pedaço de terreno para se construir a casa própria nos grandes centros urbanos, como Luanda, Benguela, Huila e agora segundo informações mais recentes, junto das centralidades do Uíge, Cabinda e das Lundas, assiste-se também a um verdadeiro acambramento das principais terras aráveis por parte dos novos senhores do poder, ouvindo-se com frequência que X ou Y hectares pertencem ou foram requeridos por personalidades influentes da nossa praça.

Por exemplo, o portal Maka Angola divulgou muito recentemente que o governador do Cuanza Sul atribuiu a si próprio uma grande extensão territorial da provincia, sob seu comando afirmando que "A 17 de Abril passado, a empresa Eusébio de Brito Teixeira e Filhos (EBRITE) solicitou ao governador Eusébio de Brito Teixeira a legalização de um terreno para loteamentos destinados a urbanização na orla marítima, na praia da Chicucula, comuna da Ngangula, município do Sumbe. O terreno, com uma dimensão de 92 hectares, e ocupado por uma vasta comunidade, que será desalojada." Outro nome que veio a publico foi o juiz conselheiro Rui Ferreira, presidente do Tribunal Constitucional, que requereu como representante de uma sociedade anónima, a aquisição do direito de superfície de quase 25000 hectares de terra, no Cuanza Sul, um atropelo ao número 5 do artigo 179º da Constituição da Republica de Angola.

A questão e vista como um atropelo a Lei de Terras e uma clara demonstração das fracas decisões dos órgãos administrativos que viola a Lei n.º 9104 de 9 de Novembro que prescreve, no seu art. 5.º, que a terra constitui propriedade originaria do Estado. No entanto, só e admissível, nos termos do art. 39.º do mesmo normativo, a constituição pelo Estado do direito de superfície sobre terrenos rurais ou urbanos integrados no seu domínio privado, a favor de pessoas singulares nacionais. Mas, no art. 43.º do referido Decreto-Lei, determina-se, no seu número 2,

que a área dos terrenos rurais, objecto de contrato de concessão, não pode ser inferior a dois hectares nem superior a 10 000 hectares, sendo que, nos termos do seu número 3, só o Conselho de Ministros pode autorizar a transmissão ou a constituição de direitos fundiários sobre terrenos rurais de área superior ao limite máximo indicado no número anterior.

o caso aparenta constituir urna fraude a lei que proíbe a concessão de direitos fundiários superiores a 10 000 hectares sem aprovação do Conselho de Ministros." Como esses existem variadíssimos casos de concessão de superfície que não só violam os ditames legais como são um atropelo aos planos urbanísticos e arquitectónicos dos principais centros urbanos. Mas do que isso, constata-se numerosos terrenos abandonados, transformados em casas de campos por alguns requerentes, que não sabem o valor da agricultura, quando os verdadeiros camponeses estão a ficar sem as principais terras aráveis.

7.7 Governo quer melhor gestão dos solos

Jornal O País

05 De Dezembro de 2014

Texto: Carlos Moco

O ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da Republica, Edeltrudes Costa, afirmou na abertura deste seminário que as terras devidamente reordenadas e estruturadas devem ser colocadas ao serviço das políticas do Estado, com base nos critérios previamente definidos pelo Executivo.

Entre as políticas apontadas pelo ministro de Estado, constam as de habitação e realojamento, de desenvolvimento agrário ou industrial ou de defesa de ambiente. Segundo o governante, para a materialização deste programa, o Executivo aprovou já um conjunto de diplomas abrangentes que contemplam os instrumentos de gestão territorial necessários e adequados para beneficiarem todos os cidadãos, Edeltrudes Costa apontou que termo de ocupação de terrenos exige uma conjugação de esforços, planos, acções e investimentos a varies níveis que abrangem o Executivo, a Assembleia Nacional, os Tribunais, sector privado e a sociedade civil.

O responsável criticou a existência de alguma passividade de instituições públicas na forma como lidam com as queixas das verdadeiras vítimas e a acções de grupos de malfeitores que se aproveitam da migração das populações de zonas rurais para a periferia da cidade, como negocio.

Para se por cobra a situação que considerou de preocupante, o ministro de Estado disse ser necessário dar resposta urgente a problemática da ocupação ilegal de terrenos, por estar a gerar, nalguns casos, "conflitos de natureza social, económica, jurídica e política".

Segundo Edeltrudes Costa, que representou o Presidente da Republica a problemática da ocupação de terrenos situa-se actualmente no centro das preocupações do Estado, das farmácias, das empresas e dos cidadãos, Por isso, o Executivo vai continuar com esta acção formativa em 2015 e será dirigida aos governos provinciais.

As razoes de umas desculpas publicas

As desculpas apresentadas pelo governador de Benguela, Isaac dos Anjos, que foram profusamente amplificadas pela imprensa publica não estiveram acompanhadas da versão que deu origem ao inesperado acto de Dos Anjos, durante o seminário sobre a gestão de terras.

Entretanto, urna fonte conhecedora dos meandros do imbróglgio que envolveu o governante confidenciou. Que tudo começou quando o "mais alto mandatário" da província de Benguela, respondendo ou comentando sobre as primeiras intervenções no seminário, decidiu tomar a palavra para debitar algumas ideias sobre o que tinha ouvido ate então.

Segundo a fonte, a primeira pertinência de Isaac dos Anjos foi ter corrigido um quadro sénior do Ministério do Urbanismo que se referira a erva daninha que cresce nos terrenos baldios como capim, ao que o também engenheiro agrónomo, Isaac dos Anjos, rebateu precisando que, na linguagem técnica de que tinha domínio, o que foi tratado como capim ter de ser chamado, na verdade, de pasto o que terá merecido aplausos da plateia.

Adiante, o responsável verberou o facto de se achar a partilhar o mesmo espaço com autoridades tradicionais num tom marcadamente pejorativo, o que despoletou a reacção de alguns sobas que questionaram a sua prevenção ali, perguntando mesmo se podiam retirar se agua na fervura, o jurista Carlos Feijo ainda rebateu Dos Anjos deplorando a sua postura ao mesmo que pediu respeito pelos ministros presentes e, sobretudo, pelo Presidente da Republica, Jose Eduardo dos Santos, que tinha sido a entidade promotora do certame e pediu mais contenção e moderação nas intervenções.

Mas o frisson instalou-se quando Isaac dos Anjos pediu o microfone para tomar a palavra para treplicar

e lhe foi negado, tendo então decidido abandonar o Palácio de Justiça. A fonte deste jornal revelou que, cedo, o Presidente da República terá tornado conhecimento do episódio protagonizado por Isaac dos Anjos e, algo descomposto, mandou charruar Isaac dos Anjos a apresentar desculpas públicas sobre o sucedido, o que veio a acontecer nos principais serviços noticiosos dos órgãos públicos de comunicação social.

A atitude de Isaac dos Anjos pairou na mente dos participantes no seminário até ao último dia do certame, quando o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, no seu discurso de encerramento criticou o facto de os governadores provinciais submeterem os administradores a uma excessiva

subordinação, o que terá suscitado vivas dos administradores municipais presentes que se terão sentido com a honra lavada.

7.8 Bornito estremece dos Anjos

Jornal Manchete

05 De Dezembro de 2014

Texto: Jorge Neto

O ministro terá colocado em causa a continuidade do governador de Benguela Isaac Maria dos Anjos, caso o mesmo não se retratasse publicamente, por ter proferido palavras que no entender do ministro eram insultuosas ao born nome das entidades que estiveram presentes no seminário.

De acordo com fontes presentes no evento que acompanharam o infortúnio, figuras de destaque junto da presidência da República terão pedido ponderação do Governador Isaac dos Anjos, mas não obtiveram sucesso tendo este abandonado a sala aonde decorria o seminário nacional sobre ocupação ilegal dos terrenos.

Entretanto no final da tarde de terça-feira 2, após o pronunciamento do ministro da Administração do território Bornito de Sousa, o governador da província de Benguela, terá convocado a imprensa local para tecer esclarecimentos e formular o pedido de desculpas.

De acordo com o jornal de Angola o governador Isaac dos Anjos disse que ""Entendemos na nossa intervenção fazer algum pronunciamento que perguntava sobre a metodologia encontrada para fazer essa consulta, não sendo essa a intenção nem a nossa competência, pois éramos também convidados.

Não consideramos que tenhamos sido o mais correcto na forma como abordamos o assunto".

Isaac dos Anjos admitiu que pode eventualmente ter gerado algum mal entendido, pelo que pediu desculpas ao promotor do seminário, a Casa Civil, e em particular ao Presidente da República. "Consideramos que todas as pessoas presentes tinham igual mérito para estarem presentes num seminário que visava sobretudo a consulta pública de vários actores e intervenientes no processo de ocupação de terrenos nas cidades, de modo geral, e no país, em particular.

O Seminário Nacional sobre a problemática da ocupação de terrenos que decorreu segunda e terça-feira recomendou a simplificação do processo de aquisição de terrenos visando a sua desburocratização o evento teve como organizador a Casa Civil do Presidente da República.

7.9 Ocupação Massiva de Terrenos Acentuados em Cinco Municípios da Capital

Jornal a República

05 De Dezembro de 2014

Luanda – A ocupação massiva e ilegítima de terrenos na capital do país é acentuada nos municípios periféricos de Cacuaco, Viana, Belas, Icolo e Bengo e Quissama, estando envolvidos nestes actos cidadãos das diversas franjas sociais, afirmou nesta segunda-feira, o jurista angolano Carlos Feijó

O docente universitário debruçava-se sobre a situação actual da ocupação de terrenos em Angola, assim como fazia o balanço dos dez anos de vigência da Lei de Terras, durante o seminário nacional sobre a Problemática da Ocupação de Terrenos, que vai decorrer até o dia 2 do corrente mês, em Luanda.

Segundo disse, cidadãos oriundos das diversas províncias do interior, atraídos pelos negócios, devido aos preços elevados e a capacidade da sua realização, antigos quadros seniores das administrações, deficientes de guerra, a coberto da ANDA (Associação Nacional de Deficientes de Angola), e cidadãos que reclamam ter-lhes sido cedidos terrenos, estão envolvidos na ocupação ilegal.

Fazem, de igual modo, parte dos envolvidos, acrescentou, grupos de camponeses que prosseguem com as ocupações, protegidos tanto pela SOS Habitat, quanto por advogados, cidadãos sob protecção e asseguramento de fiscais das administrações municipais, coordenadores nas

comunas, bem como oficiais da Polícia Nacional e Forças Armadas.

Dentre os factores que facilitam a ocupação ilegítima dos terrenos, apontou o fácil assédio aos técnicos e fiscais para o envolvimento em actos ilícitos de venda de terrenos baldios ou de terceiros, a inexistência de planos directores provinciais e municipais, bem como concessões feitas pela direcção da agricultura sem respeitar alguns parâmetros técnicos, como a localização exacta do terreno concedido.

Carlos Feijó disse ainda que nesta actividade é frequente observarem-se cidadãos de outras nacionalidades, que acreditam na prosperidade de Angola, comprando terrenos de forma incorrecta e perigosa, assim como cidadãos nacionais que constroem na calada da noite. O seminário nacional sobre a Problemática da Ocupação de Terrenos é uma iniciativa da Casa Civil do Presidente da República, em parceria com os Ministérios da Administração do Território (MT) e Urbanismo e Habitação. Participam no encontro, membros do Executivo, deputados à Assembleia Nacional, governadores provinciais, administradores municipais e comunais responsáveis da Polícia Nacional e Forças Armadas Angolanas, entidades tradicionais e eclesiásticas, juristas, magistrados do Ministério Público, membros da sociedade civil, docentes e discentes universitários.

7.10 Os problemas da habitação na perspectiva da cidadania

Jornal de Angola

05 De Dezembro de 2014

Texto: José Luís Mendonça

A preocupação manifestada pelo Executivo no que toca ao direito de propriedade fundiária em Angola é de importância capital e é jus atribuir-lhe a devida pertinência num país extenso e com uma densidade populacional reduzida, que podia a cada cidadão caber uma parcela de terra, ainda que pequena. O seminário que decorreu em Luanda trouxe soluções a vários níveis que deixam sossegar os cidadãos.

Pensamos que é agora oportuno, e porque as duas coisas - terra e habitação - andam intimamente associadas, que o Executivo tome a iniciativa de solucionar as demandas dos cidadãos que, ao longo de uma vida acumularam aforros financeiros e, depois de os aplicarem em projectos de habitação, ficaram "a ver navios".

A situação social do país, na qual o sector da Habitação é um dos mais relevantes, não é normal,

não é a mesma que se vive num país já desenvolvido da Europa, de onde nos chegou o Código Civil, para que os factos juridicamente relevantes que acontecem dia-a-dia sejam tratados meramente com o recurso à lei, sozinha. Em Angola, os negócios jurídicos firmados no domínio do Habitat extravasam o mero contencioso privado e são empolados pela figura do interesse público nacional.

Atendo-nos concretamente ao domínio do Direito das Obrigações e aos Contratos Imobiliários, temos constatado, pelas denúncias e lamentações dos clientes lesados que o incumprimento da obrigação assumida pelas sociedades imobiliárias não tem recebido solução atempada por parte do poder judicial, no foro civilístico.

Tomámos conhecimento de que a maior parte dos credores de uma das empresas incumpridas Jardins do Éden recorreu ao INADEC. Porém o INADEC parece não ter força para defender os interesses dos consumidores defraudados nas suas expectativas.

Ora, quem andou toda a sua vida a encher um pé-de-meia, anda hoje na casa dos mais de 50 anos e tem certamente família constituída. Para os angolanos nessa condição, cada minuto de vida é um passo para a idade da reforma e, continuar a viver em casa arrendada ou dos familiares, constitui uma espécie de vergonha social, assevera-se uma delapidação do direito de cidadania, para além de uma lesão do direito de propriedade, por parte dos empresários a quem deram crédito.

A Habitação é tão importante que a Constituição, no seu Artigo 85º, estabelece que "Todo o cidadão tem direito à habitação e à qualidade de vida."

Ora, os actos das sociedades imobiliárias lesivos dos interesses patrimoniais das famílias que pagaram por antecipação contra estes pressupostos jurídicos fundamentais e agem em contra-mão em relação aos esforços que o Chefe do Executivo e os órgãos reitores da Economia desenvolvem no sector habitacional, com vista a cumprirem aquela tarefa fundamental do Estado que consiste em "criar progressivamente as condições necessárias para tornar efectivos os direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos."

Quer dizer, em vez de apoiarem esse esforço nacional, os PCA das sociedades imobiliárias incumpridas coarctam-no e, mais, criam um ambiente social desnecessário e nada patriótico capaz de atçar instabilidade social num país que já tem problemas de sobra neste nível para solucionar, para além de estarem a atingir os patrimónios das Famílias que são a base da riqueza da Nação.

A Habitação é deveras importante, porque é o abrigo da Família. Ora, a Constituição Angolana, refere, no seu Artigo 11 ° que "A família é o núcleo fundamental da organização da sociedade e é objecto de especial protecção do Estado (...).

Entende-se que esta protecção não é apenas concedida no plano das relações familiares, mas é extensiva aos elementos fundamentais para a sobrevivência da mesma, dos quais, o lar físico é um dos mais cruciais. A própria Declaração Universal dos Direitos do Homem refere, no artigo 16.0,n03: "A família é o elemento

natural e fundamental da sociedade e tem direito à protecção desta e do Estado."

Se o problema da Habitação, em qualquer país do mundo, é um problema crucial, vital, num país como Angola, onde a guerra destruiu as infra-estruturas e depauperou as famílias, a situação que aqui analisamos exige a intervenção directa do Estado no sentido de repor a legalidade e obstar o abuso de poder do contratante inadimplente. Esta acção do Executivo e do Judicial impediria o locupletamento abusivo dos empresários incumpridores e faria vingar a função social da empresa no Estado de direito que se quer erguer em Angola. Dada a surdez completa a que se remetem algumas empresas imobiliárias devedoras, a reparação dos danos patrimoniais dos lesados exige a aceleração, pela Procuradoria-Geral da República, do mecanismo processual da aplicação da Justiça, no sentido da constituição imediata de uma garantia fiduciária com base no rol de bens do devedor, e acelerando a execução judicial do património do devedor, nos termos do Artigo 8170 do Código Civil.

Caso contrário, o sonho de casa própria com o produto do suor do trabalhador, enquanto pressuposto da conquista da cidadania efectiva, perde todo o sentido. Afinal de contas, a posse da habitação é mais vida que a posse da terra. Pode-se, viver sem ser-se titular da propriedade de um talhão de terra, mas ninguém pode viver sem um lar.

7.11 Postos de Comando Unificados

Novo Jornal

05 De Dezembro de 2014

Texto: David Filipe

Para disciplinar alguns oficiais superiores das Forças Armadas Angolanas (FAA), da Polícia Nacional e militares que ocupam anarquicamente espaços considerados Reservas do Estado, a Região Militar de Luanda criou um Posto de Comando Unificado

Permanente (PCUP) e outro Posto de Comando também Unificado das Reservas Fundiárias (PCUJRF). Estes dois postos, segundo apurou o Novo Jornal, deverão também tomar medidas contra os cidadãos que ocupam as reservas fundiárias em vários municípios de Luanda. A capital do país, ultimamente, depara-se com vários problemas: O crescimento desordenado da urbe, sem estrutura e planeamento, e a ocupação de terrenos sem prévia autorização.

O arquitecto António Suami disse que a cidade de Luanda está a sofrer com os efeitos do crescimento desordenado, com a falta de regras organizacionais para proporcionar à respectiva população um serviço de transporte público de qualidade e um trânsito bem constituído. "A ausência de planeamento e também de autoridade permitiram que as pessoas construíssem de maneira irregular, provocando uma ocupação errada do solo urbano", referiu a fonte.

Os conflitos e interesses à volta de terrenos na cidade de Luanda, que já ganharam contornos preocupantes, obrigou o Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, a convocar vários extractos da sociedade para ouvir QS respectivos pontos de vistas. Um diagnóstico realizado em 2010, a seu pedido, sobre a situação deu conta de que estão envolvidos no processo de ocupação ilegal de terrenos pessoas de diversas origens. Para pôr cobro à situação, a Casa Militar da Presidência da República organizou um seminário nacional sobre a «Problemática da ocupação de terrenos» em Angola, que decorreu esta semana no Palácio Da Justiça. De entre os factores que facilitam a ocupação ilegítima dos terrenos foi apontado o fácil assédio aos técnicos e fiscais para o envolvimento em actos ilícitos de venda de terrenos baldios ou de terceiros, a inexistência de planos directores provinciais e municipais, bem como concessões feitas pela Direcção da Agricultura sem respeitar alguns parâmetros técnicos, como a localização exacta do terreno concedido.

Segundo as autoridades, face ao quadro que se estabeleceu com a ocupação ilegal e desordenada dos terrenos, impõem-se medidas de natureza administrativa, jurídica e de policia, que passam por prestar maior atenção às práticas das administrações municipais e comunais, ao tratamento de falsificação de documentos e aos crimes violentos por causa da usurpação de terrenos. Alguns governantes presentes no seminário defenderam que o assunto deveria ser analisado ainda ao alto nível (pelos ministérios da Administração do Território (MAT) e Urbanismo e Habitação e governadores províncias) e, posteriormente, em consulta pública.

O governador provincial de Benguela, Isaac dos Santos, questionou a metodologia encontrada para fazer essa consulta. A intervenção do governador gerou polémica durante o seminário. O governante pediu desculpas ao promotor do seminário, a Casa Civil, e em particular ao Presidente da República. "Consideramos que todas as pessoas presentes tinham igual mérito para estarem presentes num seminário que visava sobretudo a consulta pública de vários actores e intervenientes no processo de ocupação de terrenos nas cidades, de modo geral, e no país, em particular", disse Isaac dos Anjos aos jornalistas em Benguela.

Atenderás Situações

No final do seminário, os participantes sugeriram a criação de um sistema integrado para dar tratamento aos processos de regularização de terrenos. A promoção e harmonização da Lei de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanismo com a Constituição também foram recomendadas, assim como a necessidade de atender às situações emergentes não previstas e a divulgação destas leis para darem suporte à gestão dos direitos fundiários com o recurso a cartilhas. Os participantes pediram a observação e a aplicação da Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo, como a única via que deve dar suporte à instrução dos processos de concessão de terrenos urbanos. Reconheceram a insuficiência das instituições da Administração Local do Estado em disponibilizar solo urbanizado em tempo útil para responder às solicitações de concessão de terrenos pelos cidadãos para os mais variados fins previstos na Lei. O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, citou a guerra como responsável pelo fenómeno da ocupação ilegal de terrenos em Luanda.

"A ocupação ilegal de terrenos e as brigas dele resultante é reflexo do conflito armado que o país viveu, tendo em conta o êxodo rural originado pela guerra", afirmou o governante no encerramento do seminário. Para Bornito de Sousa, "a situação foi agravada pela inadaptação das estruturas da administração local, daí a proliferação de musseques (bairros) à volta das principais cidades de Angola. "Com o alcance da paz e a aprovação das leis de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanismo, foram criadas as bases para os órgãos da administração local do Estado assumirem, em toda a sua plenitude, as suas responsabilidades na gestão e defesa da propriedade fundiária, pública e privada", frisou. Neste sentido, o ministro sugeriu, como tarefas prioritárias e de interesse nacional, a actualização da legislação vigente, tendo em conta os diversos usos da terra, a reorganização institucional das administrações municipais e das cidades, assim

como das áreas de cadastro e do ordenamento do território.

O ministro juntou a acção preventiva e repressiva de condutas ilícitas, através da implementação de acções de fiscalização administrativa, a intervenção das forças policiais e, no futuro, da polícia municipal administrativa, bem como o reforço do papel do Ministério Público e dos tribunais.

O conjunto de medidas susceptíveis de contribuir para a inversão do actual quadro de conflitos sobre a problemática de ocupação de terrenos inclui ainda a autoridade no seio dos órgãos militares e policiais, em relação a eventuais casos de envolvimento de membros da corporação, a interferência das autoridades tradicionais e das comissões de moradores.

"Mas não nos iludamos, pois só a criação de condições nos municípios, em geral no interior do país, bem como o desenvolvimento equilibrado do território nacional, podem limitar, impedir ou mesmo reverter a tendência da emigração das populações, em particular dos jovens, das áreas rurais para as periferias das cidades e dos municípios do litoral", disse.

O governante referiu que as recomendações do seminário sublinham a importância da gestão da terra para o desenvolvimento económico e para a vida das populações, das instituições e das empresas.

A metodologia encontrada para fazer essa consulta. A intervenção do governador gerou polémica durante o seminário. O governante pediu desculpas ao promotor do seminário, a Casa Civil, e em particular ao Presidente da República.

"Consideramos que todas as pessoas presentes tinham igual mérito para estarem presentes num seminário que visava sobretudo a consulta pública de vários actores e intervenientes no processo de ocupação de terrenos nas cidades, de modo geral, e no país, em particular", disse Isaac dos Anjos aos jornalistas em Benguela.

Atenderão Situações

No final do seminário, os participantes sugeriram a criação de um sistema integrado para dar tratamento aos processos de regularização de terrenos.

A promoção e harmonização da Lei de Terras e do Ordenamento do Território.

7.12 Ocupação massiva de terrenos acentuados em cinco municípios da capital

Jornal A Republica
05 De Dezembro de 2014

O docente universitário debruçava-se sobre a situação actual da ocupação de terrenos em Angola, assim como fazia o balanço dos dez anos de vigência da Lei de Terras, durante o seminário nacional sobre a Problemática da Ocupação de Terrenos, que vai decorrer até o dia 2 do corrente mês, em Luanda.

Segundo disse, cidadãos oriundos das diversas províncias do interior, atraídos pelos negócios, devido aos preços elevados e a capacidade da sua realização, antigos quadros seniores das administrações, deficientes de guerra, a coberto da ANDA (Associação Nacional de Deficientes de Angola), e cidadãos que reclamam ter-lhes sido cedidos terrenos, estão envolvidos na ocupação ilegal.

Fazem, de igual modo, parte dos envolvidos, acrescentou, grupos de camponeses que prosseguem com as ocupações, protegidos tanto pela SOS Habitat, quanto por advogados, cidadãos sob protecção e asseguramento de fiscais das administrações municipais, coordenadores nas comunas, bem como oficiais da Polícia Nacional e Forças Armadas.

Dentre os factores que facilitam a ocupação ilegítima dos terrenos, apontou o fácil assédio aos técnicos e fiscais para o envolvimento em actos ilícitos de venda de terrenos baldios ou de terceiros, a inexistência de planos directores provinciais e municipais, bem como concessões feitas pela direcção da agricultura sem respeitar alguns parâmetros técnicos, como a localização exacta do terreno concedido.

Carlos Feijó disse ainda que nesta actividade é frequente observarem-se cidadãos de outras nacionalidades, que acreditam na prosperidade de Angola, comprando terrenos de forma incorrecta e perigosa, assim como cidadãos nacionais que constroem na calada da noite.

O seminário nacional sobre a Problemática da Ocupação de Terrenos é uma iniciativa da Casa Civil do Presidente da República, em parceria com os Ministérios da Administração do Território (MAT) e Urbanismo e Habitação.

Participam no encontro, membros do Executivo, deputados à Assembleia Nacional, governadores provinciais, administradores municipais e comunais, responsáveis da Polícia Nacional e Forças Armadas

Angolanas, entidades tradicionais e eclesiásticas, juristas, magistrados do Ministério Público, membros da sociedade civil, docentes e discentes universitários.

7.13 Terras na mesa de debates

Jornal O Pais
05 De Dezembro de 2014
Texto: Irineu Majoco

O governante fez estas declarações no encerramento do Seminário Nacional sobre a Problemática da Ocupação de Terrenos, corrido em Luanda entre os dias 1 e 2 de Dezembro, promovido pela Casa Civil do Presidente da Republica, no qual participaram governadores, administradores municipais, autoridades tradicionais, membros das Forças Armadas e da Polícia Nacional.

Bornito de Sousa justificou que, com a reorganização institucional das administrações municipais e das cidades das áreas de cadastro e do ordenamento, estão clarificadas as funções, a varies níveis, e a responsabilização disciplinar civil e criminal para quem violar a lei.

Esta mensagem de alerta, foi dirigida essencialmente aos funcionários públicos, agentes da autoridade pública e a cidadãos que se envolvem em actos ilícitos de ocupação e venda de terrenos, cujo acto foi também assistido por organizações da Sociedade Civilizadas a gestão de terras.

Para se inverter esse quadro, que considerou de preocupante, Bornito de Sousa apelou o envolvimento de membros da corporação policial, das autoridades tradicionais e das comissões de bairro para ajudarem a par fim a esta problemática de conflitos de ocupação ilegal de terrenos.

Na óptica do governante, a autoridade publica deve intervir na questão relacionada com a ocupação de terrenos, alertando adiante que " a democracia sem autoridade vira anarquia", morna clara alusão aos ocupantes ilegais, que praticam tais actos sob pretexto de se estar em democracia.

Segundo o responsável, " só com a criação devida dos municípios, e no interior do pais" , poderá se obter o desenvolvimento equilibrado do território nacional e limitar ou reverter a tendência da migração das populações, sobretudo dos jovens das áreas rurais para a periferia das cidades e dos municípios do litoral, em busca de melhores oportunidades de vida.

Para a protecção e gestão da terra, ministro sugeriu ainda a criação de instrumentos de detecção de fraudes e de casos de burla e a sua reincidência por

parte dos cidadãos para serem responsabilizados pelos actos ilícitos que possam eventualmente cometer.

Aplicação da Lei do Ordenamento do Território

Esta e a decisão encontrada pelos participantes neste evento que visara facilitarem a concessão de terrenos urbanos, segundo o comunicado produzido no final dos trabalhos. Para dar corpo a este diploma, os participantes defenderam também a aprovação da tabela de preços dos direitos fundiários. Esta tabela deveria ser aprovada por um decreto Executivo conjunto dos Ministérios das Finanças, do Urbanismo e Habitação, para a valorização dos terrenos com base na sua classificação e situação nacional, segundo ainda os participantes.

Os participantes no evento de iniciativa presidencial, recomendaram; igualmente a inventariação de terrenos que estejam em situação ilegal, assim como a aplicação de cadastro nacional de terras, neste encontro em que participaram técnicos e especialistas abalizados em matéria de protecção e gestão de terras.

Para prevenir situações anómalas no futuro, os participantes solicitaram também a inclusão da tipificação das várias formas de ocupação ilegal de terrenos e a observação do princípio das transferências do domínio publico do Estado para o privado para efeitos de concessão de terrenos, já no quadro da reforma penal em curso.

Oriundos de todas as províncias do país, eles reconheceram a insuficiência das instituições da Administração Local do Estado em disponibilizar solo urbanizado, em tempo útil, para dar resposta aos pedidos de concessão de terras aos cidadãos para a sua utilização, com base no que a lei prevê, Ocuparia de Terrenos o êxodo maciço da população do interior para as cidades do litoral, com destaque para Luanda, a capital do país, em busca de muitas soluções, pelos participantes como sendo o fenómeno causador da ocupação ilegal de terrenos.

Com base nesta realidade, eles defenderam a urgência de se clarificar e qualificar os diferentes espaços, através de planos territoriais e urbanísticos, que permitam a identificação das reais potencialidades, capacidade e aptidão dos diferentes terrenos, para acolherem as diversas actividades, cujos direitos são concedidos em sede da aplicação da Lei de Terras.

Concluíram, igualmente, que a falta de conhecimento dos agentes da Administração Publica tem contribuído para as distorções e insuficiências que se registam na aplicação das leis. Os participantes

concluíram também haver algumas insuficiências técnicas dos diferentes agentes em interpretar a Lei de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanístico.

Eles defenderam também o registo predial das licenças de loteamento e a urgência de se prever na lei a forma e o procedimento que deve ser observado para a materialização dos direitos fundiários, nos casos em que não ocorra o aproveitamento util e efectivo dos terrenos concedidos, dentro do prazo estabelecido na Lei de Terras.

Durante o seminário, os participantes identificaram a existência de um elevado número de autoridades que concedem terrenos, sem que disponham de competencias para o efeito, com base na lei, e a falta de articulação entre as mesmas, há ainda a necessidade de se clarificar o papel das autoridades tradicionais.

7.14 Quem trava os conflitos de terra em Luanda?

Jornal Manchete

05 De Dezembro de 2014

Texto: Moreira Mário

A ocupação de forma indevida de terrenos na província de Luanda não é nova. O "fenómeno" tem estado a crescer a cada dia que passa, traduzindo-se em muitos conflitos entre as partes envolvidas. Os ocupantes, muitos deles figuras com alguma influencia, tem maior preferência as terras agrícolas dos camponeses.

Em Cacuaco por exemplo, o presidente da União Nacional dos Camponeses de Angola (UNACA), Pereira Simão Fernando, queixou-se, esta semana, em virtude dos seus associados estarem a ser vítimas de expropriação das suas parcelas de terra, sem que haja a devida indemnização.

Neste município, segundo o responsável, as áreas que antes eram potencialmente agrícolas, agora são transformadas em zonas residenciais ou habitacionais. E o caso concreto dos camponeses que tinham os seus campos agrícolas na zona da Caop, cujos espaços foram tornados com a construção de varias infra-estruturas, destacando-se o "Condomínio Familiar".

No Quilómetro 27, ao município de Viana, o cenário é o mesmo, onde a camponesa Juliana Sango foi vítima de expropriação de terra. A cidadã conta que

foi obrigada a abandonar as suas lavras e ameaçada de morte pelos ocupantes, uns ate mesmo, supostos efectivos da Policia Nacional.

Juliana Sango acrescenta que praticava a actividade agrícola no referido espaço há 35 anos. Já recorreu a quem de direito no sentido de reaver as suas terras, mas não teve êxito. Recorda que antes de perder o seu terreno chegou a receber telefonemas dos ocupantes, fazendo o pedido para negociarem. Ante a negação da mesma, os ocupantes destruíram os seus cultivos, bem como também deitaram a baixo a casa e o reservatorio de água que apoiava a irrigação do terreno.

Outra vitrina de expropriação de terra e o ancião Mateus Oliveira, 58 anos de idade que reclama pela posse de um terreno no Benfica, que diz ter adquirido e legalizado em 1993, mas que, desde Abril do ano passado apareceu alguém a reivindicar a legitimidade do mesmo espaço.

Durante esses anos, tal como outros autóctones, Mateus Oliveira cultivou a terra e sempre manteve actualizada a documentação que te confere a posse daquele campo arável, que adquiriu no longínquo ano de 1993.

Apesar de ter remetido o caso em tribunal, em Janeiro deste ano o homem o qual diz ser também proprietário, ordenou um grupo de jovens para derrubar os muros do quintal que circundavam o espaço, denunciou o ancião, garantindo que não ira cruzar os braços enquanto o problema não for resolvido.

Estes são apenas alguns casos de conflitos de terra dos varies que tem se registado no dia-a-dia um pouco por toda cidade de Luanda. O consultor do Ministério do Urbanismo, Pedro Ganga Cristóvão, alega que o "fenómeno" da ocupação de terrenos nas zonas urbanas e rurais afecta a boa governação, tendo considerado preocupante o actual quadro.

De acordo com o responsável, assiste-se constantemente conflitos de terra sejam de ocupantes ilegais, como de ocupantes legais. Mesmo que a pessoa legitima esteja a viver no terreno tem sofrido expropriação, sem que haja observância dos critérios relativos a legislação de posse de terreno.

Para Pedro Ganga Cristóvão, o programa de ordenamento do território que são instrumentos jurídicos, deveriam regularizar a ocupação anárquica de terrenos. Porém, os ministérios do Urbanismo e do Território decidiram fazer um diagnóstico, para definir um conjunto de medidas concretas de forma a acabar com este fenómeno.

Alerta que estas ocupações acabam por colocar em causa as zonas identificadas como reservas fundiárias do Estado, suscitando por outro lado, que em 2008 foi criado um pacote de reservas fundiárias em to do pais, para a questão da habitação social.

Entretanto, o referido pacote contemplava o programa de auto construção dirigida, mas de lá para cá não se consegue efectivar o mesmo, porque as áreas foram todas invadidas e ocupadas.

"HA GRUPOS ORGANIZADOS NA OCUPAÇÃO DE TERRENOS"

Falando a margem do seminário sobre "a problemática de ocupação de terrenos", que decorreu durante dois dias aqui na capital do pais, o sociólogo Laurindo Vieira denunciou a possível existência de movimentos organizados na ocupação ilegal de terrenos na província de Luanda, sendo Cacucaco um exemplo claro.

Segundo o especialista, esta pratica ocorre quando alguns cidadãos depois de realojados em determinados bairros, logo de seguida desfazem-se das suas habitações arrendando ou vendendo. "Estes indivíduos voltam a ocupar novos terrenos vivendo novamente em barracas como se de novos pobres se tratassem.

Também se constata que alguns ocupantes não chegam a viver nos espaços que ocupam, mas cedem casebres de chapa a jovens provenientes das províncias para que estes protejam o terreno e aguardam pelo registo ou cadastramento para um possível realojamento", disse.

7.15 Terras. Causas, efeitos e culpados da ocupação ilegal

Jornal Agora

05 De Dezembro de 2014

Texto: Ereneu Maquina

Essas são algumas das constatações a que os participantes ao seminário nacional sobre 'A Problemática da Ocupação de Terrenos, realizado em Luanda nos dias 1 e 2, numa iniciativa da Casa Civil do Presidente da Republica, em parceria com os Ministérios da Administração do Território e Urbanismo e Habitação.

No decorrer do encontro, fez-se o diagnostico da situação actual da ocupação de terrenos em Angola, bem como o balance dos 10 anos de vigência da Lei de Terras e ordenamento do território. Fizeram, igualmente, parte do debate questões ligadas a

fraquezas legislativas, administrativas e institucionais, a necessidade da revisão e actualização da legislação sobre o ordenamento do território e terras e a sua respectiva regulamentação.

A situação actual do cadastro nacional e protecção das reservas fundiárias, sistema biometria de cadastramento, controlo de cidadãos nas áreas de risco, segurança jurídica dos terrenos e concessão de direitos sobre terrenos e loteamentos fizeram, de igual modo, parte do leque de assuntos abordados durante o encontro.

Para acautelar as práticas ilícitas confirmadas pelos diversos intervenientes, o encontro recomendou uma série de medidas, entre as quais figuram a harmonização das leis de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanismo, com o actual figurino constitucional.

A simplificação a do processo de aquisição de terrenos, visando a sua desburocratização e criação de um sistema integrado que dará tratamento aos processos de regularização de espaços, e a divulgação das leis de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanismo, para dar suporte a gestão dos direitos fundiários, com recursos a cartilha, constam, igualmente, do leque de recomendações.

O evento instou ainda as autoridades competentes para a aprovação de uma tabela preços dos direitos fundiários, por Decreto Executivo conjunto dos Ministérios das Finanças e do Urbanismo e Habitação, de modo a que os terrenos sejam valorizados de acordo com a classificação e situação a nível nacional.

Segundo comunicado final, os participantes acolheram a orientação do Presidente Republica e Titular do Poder Executivo, José Eduardo dos Santos, no sentido de serem realizados seminários provinciais sobre a matéria em 2015, com uma participação similar de Luanda.

Ainda as consequências da guerra

o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, que procedeu ao encerramento do seminário, referiu que o fenómeno da ocupação ilegal de terrenos e das brigas resultantes é reflexo do conflito armado que o país viveu, tendo em conta o êxodo rural. Conforme o governante, esta situação foi agravada pela inadaptação das estruturas da administração local, daí a proliferação de musseques (bairros) a volta das principais cidades de Angola. Atribuiu ainda a crescente e exponencial demanda de residências e de terrenos para a construção habitacional, bem como a necessidade de um

ajustamento das políticas e dos instrumentos de gestão urbana de cidades, principalmente das novas centralidades e da própria legislação sobre terras, em geral.

"Com o alcance da paz e a aprovação das leis de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanismo, foram criadas as bases para os órgãos da administração local do Estado assumirem, em toda a sua plenitude, as suas responsabilidades na gestão e defesa da propriedade fundiária, pública e privada", frisou.

Neste sentido, o ministro sugeriu como tarefas prioritárias e de interesse nacional a actualização da legislação vigente, tendo em conta os diversos usos de terra, a reorganização institucional das administrações municipais e das cidades, assim como das áreas de cadastro e do ordenamento do território.

A estas acções, Bornito de Sousa adicionou a clarificação das funções aos vários níveis, acompanhadas da responsabilização disciplinar, civil e criminal dos funcionários públicos, agentes da autoridade pública e dos cidadãos envolvidos em práticas ilícitas, assim como o exercício da autoridade pública.

O ministro ressaltou que a acção preventiva e repressiva de condutas ilícitas, através da implementação de acções de fiscalização administrativa, a intervenção das forças policiais e, no futuro, da polícia municipal administrativa, bem como o reforço do papel do Ministério Público e dos Tribunais.

O conjunto de medidas susceptíveis de contribuir para a inversão do actual quadro de conflitos sobre a problemática de ocupação de terrenos inclui ainda a autoridade no seio dos órgãos militares e policiamento de membros da corporação, a interferência das autoridades tradicionais e das comissões de moradores.

"Mas, não nos iludamos, pois só a criação de condições nos municípios, em geral no interior do país, bem como do desenvolvimento equilibrado do território nacional, podem limitar, impedir ou reverter a tendência da emigração das populações, em particular dos jovens, das áreas rurais para as periferias das cidades e dos municípios do litoral", declarou.

O governante referiu que as recomendações do seminário sublinham a importância da gestão da terra para o desenvolvimento económico e para a vida das populações, das instituições e das empresas.

A necessidade da aplicação das decisões políticas sobre a forma de integração do crescimento urbano e rural, no âmbito das políticas de desenvolvimento económico, também foi aventada pelo ministro.

Medidas preventivas

As medidas preventivas, designadamente técnicas e administrativas contra a ocupação ilegal de terrenos, devem sobrepor-se às reactivas, definindo, previamente, planos de loteamento para concessão legítima de terras, afirmou o jurista João Bessa ao tema 'Medidas Preventivas e Responsabilidade'. Referiu ainda que uma das formas de prevenção técnica é a criação de lotes habitacionais, comerciais, industriais, mistos, entre outros.

Neste contexto, frisou que a concessão de terras nas áreas urbanas e suburbanas só pode ser feita mediante a existência prévia de um plano de loteamento, caso contrário constituiria violação que, posteriormente, culminara com uma responsabilidade criminal.

Disse, inclusive, que, para a prevenção a nível administrativa de ocupação ilegal, há necessidade de desburocratização e simplificação dos procedimentos administrativos de concessão de terrenos.

Para o também jurista Carlos Feijo, a ocupação massiva e ilegítima de terrenos na capital do país e acentuada nos municípios periféricos de Cacucaco, Viana, Belas, Icolo e Bengo e Quissama, estando envolvidos nestes actos cidadãos das diversas franjas sociais.

Carlos Feijo, que é igualmente docente universitário, debruçou-se sobre a situação actual da ocupação de terrenos em Angola, ao fazer o balanço dos 10 anos de vigência da Lei de Terras. Segundo o mesmo, cidadãos oriundos das diversas províncias do interior, atraídos pelos negócios, devido aos preços elevados e à capacidade da sua realização, antigos quadros seniores das administrações, deficientes de guerra, a coberto da ANDA (Associação Nacional de Deficientes de Angola), e cidadãos que reclamam ter-lhes sido cedidos terrenos, estão envolvidos na ocupação ilegal.

Fazem, de igual modo, parte dos envolvidos, acrescentou, grupos de camponeses que prosseguem com as ocupações, protegidos tanto pela SOS Habitat, quanto por advogados, cidadãos sob protecção e asseguramento de fiscais das administrações municipais, coordenadores nas comunas, bem como oficiais da Polícia Nacional e Forças Armadas.

Dentre os factores que facilitam a ocupação ilegítima dos terrenos, apontou o fácil assédio aos técnicos e fiscais para o envolvimento em actos ilícitos de venda de terrenos baldios ou de terceiros, a inexistência de planos directores provinciais e municipais, bem como concessões feitas pela direcção da agricultura sem respeitar alguns parâmetros técnicos, como a localização exacta do terreno concedido.

Carlos Feijó disse, igualmente, que, nesta actividade, é frequente observarem-se cidadãos de outras nacionalidades que acreditam na prosperidade de Angola, comprando terrenos de forma incorrecta e perigosa, assim como nacionais que constroem na calada da noite.

Participam no encontro membros do Executivo, deputados à Assembleia Nacional, governadores provinciais, administradores municipais e comunais, responsáveis da Polícia Nacional e Forças Armadas Angolanas, entidades tradicionais e eclesíásticas, juristas, magistrados do Ministério Público, membros da sociedade civil, docentes e discentes universitários.

O ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes Costa, considerou preocupante a problemática da ocupação de terrenos e que constitui uma das questões mais prementes da sociedade

angolana, que urge resolver, porquanto este assunto tem implicações graves, de natureza social, económica, jurídica e até política.

Edeltrudes Costa fez, ao mesmo tempo, referência ao aumento do número de vítimas de esbulho, de usurpação e de burla, da perda das receitas do Estado provenientes de concessão de terrenos e dos impostos das cidades e das dificuldades de controlo do crescimento urbano e das populações urbanas.

Segundo Edeltrudes Costa, a ocupação de terrenos provoca serias perturbações ao normal funcionamento das administrações municipais e comunais que tem de canalizar os seus esforços e recursos para as questões resultantes da mesma, a fim de se evitar o agravamento de conflitos imprevisíveis de varia ordem.

Por outro lado, recordou que constitui tarefa fundamental do Estado assegurar que o uso e aproveitamento das terras se façam em prol de toda a comunidade, com respeito dos fins legais que os fundamentam, de forma a que não sejam fonte de conflituosidade social, mas antes factores de paz, de harmonia social e de desenvolvimento económico, contribuindo para o aumento da qualidade de vida de todos os angolanos.

"o que se pretende é uma maior eficiência administrativa, respeito pelos direitos de propriedade e sustentabilidade ambiental", disse, reconhecendo que a ocupação ilegal de terrenos públicos e privados tem várias causas, dentre as quais mencionou o êxodo massivo das populações rurais para as áreas urbanas, particularmente em Luanda.

Edeltrudes Costa deu ainda conta que encontros do género serão realizados em todas as províncias do país, no ano de 2015, com vista a auscultar os problemas específicos de cada local e identificar as causas reais subjacentes a este preocupante fenómeno e a assegurar uma mobilização e participação de todos os interessados na discussão e na tomada de decisões.

PEDIDO DE DESCULPAS DE DOS ANJOS

O Seminário foi marcado com um pedido de desculpas do governador de Benguela, por alegadamente um pronunciamento seu ter sido entendido como destrato a alguns dos participantes, pelo facto de considerar que "não devia ter sido convocado para ser misturado com aquela plateia".

Isaac dos Anjos foi prontamente respondido pelo jurista Carlos Feijó, um dos prelectores convidados, que o instou a solicitar explicações ao Presidente da República, de quem partiu a iniciativa de organização do seminário, "Entendemos na nossa intervenção fazer algum pronunciamento que perguntava sobre a metodologia encontrada para fazer esta

consulta, não sendo essa a intenção nem a nossa competência, pois éramos também convidados.

Não consideramos que tenhamos sido o mais correctos na forma como abordamos o assunto", declarou Isaac dos Anjos a imprensa, em Benguela.

O governador admitiu que pode, eventualmente, ter gerado algum mal-entendido, pelo que pediu desculpas ao promotor do seminário, Casa Civil, e, em particular, ao Presidente da República.

Preocupação presidencial

Em reunião realizada na segunda-feira, enquadrada também na Solução dos muitos problemas que Luanda vive, José Eduardo dos Santos afirmou que esta província devesse observar atenção especial na distribuição e a ocupação de terrenos urbanos ou para fins agrícolas.

O Presidente fez este pronunciamento ao proceder a abertura de um encontro de trabalho, realizado no Governo da Província de Luanda, sugerindo, na ocasião, que seja realizado um seminário sobre este

tema, no qual, além da auscultação e debate, os especialistas possam falar sobre a Lei de Terras e a Lei do Ordenamento do Território, assim como os respectivos regulamentos.

o Chefe do Executivo manifestou um certo optimismo como resultado da adopção destas medidas, esperando que se resolvam os problemas identificados na província de Luanda, sendo este um desafio que tem de ser vencido.

Por outro lado, realçou que "o Executivo deve uma resposta as Mulheres Rurais que, no seu Último Fórum Nacional, pediram esclarecimentos sobre várias irregularidades cometidas por responsáveis do Estado e sua eventual responsabilização".

A propósito, deu conta que os casos concretos, já identificados, devem ser objecto de inquérito administrativo, a ser levado a cabo pelas entidades competentes.

"o nosso dever é trabalhar para o povo, e trabalhar para satisfazer as necessidades crescentes do povo. Esta é a orientação lapidar do programa de governação do MPLA, proposto nas eleições gerais de 2012. Temos, assim, obrigação de cumpri-la", concluiu.

7.16 Defesa das Reservas Fundiárias do Estado

Novo Jornal

05 De Dezembro de 2014

Texto: David Flípe

PARA DISCIPLINAR alguns oficiais superiores das Forças Armadas Angolanas (FAA), da Polícia Nacional e militares que ocupam anarquicamente espaços considerados Reservas do Estado, a Região Militar de Luanda criou um Posto de Comando Unificado Permanente (PCUP) e outro Posto de Comando também Unificado das Reservas Fundiárias (PCU/RF).

Estes dois postos, segundo apurou o Novo Jornal, deverão também tomar medidas contra os cidadãos que ocupam as reservas fundiárias em vários municípios de Luanda.

A capital do país, ultimamente, depara-se com vários problemas. O crescimento desordenado da urbe, sem estrutura e planeamento, e a ocupação de terrenos sem prévia autorização.

O arquitecto António Suami disse que a cidade de Luanda está a sofrer com os efeitos do crescimento desordenado, com a falta de regras organizacionais

para proporcionar à respectiva população um serviço de transporte público de qualidade e um trânsito bem constituído.

"A ausência de planeamento e também de autoridade permitiram que as pessoas construíssem de maneira irregular, provocando uma ocupação errada do solo urbano", referiu a fonte.

Os conflitos e interesses à volta de terrenos na cidade de Luanda, que já ganharam contornos preocupantes, obrigou o Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, a convocar vários extractos da sociedade para ouvir QS respectivos pontos de vistas.

Um diagnóstico realizado em 2010, a seu pedido, sobre a situação deu conta de que estão envolvidos no processo de ocupação ilegal de terrenos pessoas de diversas origens.

Para pôr cobro à situação, a Casa Militar da Presidência da República organizou um seminário nacional sobre a «Problemática da ocupação de terrenos» em Angola, que decorreu esta semana no Palácio da Justiça.

De entre os factores que facilitam a ocupação ilegítima dos terrenos foi apontado o fácil assédio aos técnicos e fiscais para o envolvimento em actos ilícitos de venda de terrenos baldios ou de terceiros, a inexistência de planos directores provinciais e municipais, bem como concessões feitas pela Direcção da Agricultura sem respeitar alguns parâmetros técnicos, como a localização exacta do terreno concedido.

Segundo as autoridades, face ao quadro que se estabeleceu com a ocupação ilegal e desordenada dos terrenos, impõem-se medidas de natureza administrativa, jurídica e de polícia, que passam por prestar maior atenção às práticas das administrações municipais e comunais, ao tratamento de falsificação de documentos e aos crimes violentos por causa da usurpação de terrenos.

Alguns governantes presentes no seminário defenderam que o assunto deveria ser analisado ainda ao alto nível (pelos ministérios da Administração do Território (MAT) e Urbanismo e Habitação e governadores províncias) e, posteriormente, em consulta pública.

O governador provincial de Benguela, Isaac dos Anjos, questionou a metodologia encontrada para fazer essa consulta. A intervenção do governador gerou polémica durante o seminário. O governante pediu desculpas ao promotor do seminário, a Casa Civil, e em particular ao Presidente da República.

"Consideramos que todas as pessoas presentes tinham igual mérito para estarem presentes num seminário que visava sobretudo a consulta pública de vários actores e intervenientes no processo de ocupação de terrenos nas cidades, de modo geral, e no país, em particular", disse Isaac dos Anjos aos jornalistas em Benguela.

Atender as situações

No final do seminário, os participantes sugeriram a criação de um sistema integrado para dar tratamento aos processos de regularização de terrenos.

A promoção e harmonização da Lei de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanismo com a Constituição também foram recomendadas, assim como a necessidade de atender às situações emergentes não previstas a a divulgação destas leis para darem suporte à gestão dos direitos fundiários com o recurso a cartilhas.

Os participantes pediram a observação e a aplicação da Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo, como a única via que deve dar suporte à instrução dos processos de concessão de terrenos urbanos.

Reconheceram a insuficiência das instituições da Administração Local do Estado em disponibilizar solo urbanizado em tempo útil para responder às solicitações de concessão de terrenos pelos cidadãos para os mais variados fins previstos na Lei.

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, citou a guerra como responsável pelo fenómeno da ocupação ilegal de terrenos em Luanda.

"A ocupação ilegal de terrenos e as brigas de dele resultantes é reflexo do conflito armado que o país viveu tendo em conta o êxodo rural originado pela guerra", afirmou o governante no encerramento do seminário.

Para Bornito de Sousa, "a situação foi agravada pela inadaptação das estruturas da administração local, daí a proliferação de musseques (bairros) à volta das principais cidades de Angola.

"Com o alcance da paz e a aprovação das leis de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanismo, foram criadas as bases para os órgãos da administração local do Estado assumirem, em toda a sua plenitude, as suas responsabilidades na gestão e defesa da propriedade fundiária, pública e privada", frisou.

Neste sentido, o ministro sugeriu, como tarefas prioritárias e de interesse nacional, a actualização da legislação vigente, tendo em conta os diversos usos

da terra, a reorganização institucional das administrações municipais e das cidades, assim como das áreas de cadastro e do ordenamento do território.

O ministro juntou a acção preventiva e repressiva de condutas ilícitas, através da implementação de acções de fiscalização administrativa, a intervenção das forças policiais e, no futuro, da polícia municipal administrativa, bem como o reforço do papel do Ministério Público e dos tribunais.

O conjunto de medidas susceptíveis de contribuir para a inversão do actual quadro de conflitos sobre a problemática de ocupação de terrenos inclui ainda a autoridade no seio dos órgãos militares e policiais, em relação a eventuais casos de envolvimento de membros da corporação, a interferência das autoridades tradicionais e das comissões de moradores.

"Mas não nos iludamos, pois só a criação de condições nos municípios, em geral no interior do país, bem como o desenvolvimento equilibrado do território nacional, podem limitar, impedir ou mesmo reverter a tendência da emigração das populações, em particular dos jovens, das áreas rurais para as periferias das cidades e dos municípios do litoral", disse.

O governante referiu que as recomendações do seminário sublinham a importância da gestão da terra para o desenvolvimento económico e para a vida das populações, das instituições e das empresas.

7.17 Casas em Malanje

Jornal de Angola
10 De Dezembro de 2014

Militares com deficiência visual receberam terrenos para a autoconstrução dirigida no bairro da Vila Matilde, arredores da cidade de Malanje. Os espaços foram cedidos pela Administração Municipal de Malanje estão loteados facilitando, assim, edificação das habitações para os deficientes. A iniciativa insere-se no âmbito de um protocolo assinado entre a Administração Municipal de Malanje e a Direcção Provincial dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, que prevê ajuda aos seus assistidos no domínio habitacional.

Na ocasião, a administradora municipal adjunta de Malanje para a área técnica, Ernestina Miguel, considerou oportuna a entrega dos lotes aos deficientes visuais, porque vai permitir que tenham uma casa própria para viverem com as suas famílias. A Administração Municipal vai continuar, segundo Ernestina Miguel, com o processo de entregar lotes

para construção a pessoas que não tenham ainda habitação própria.

A entrega de terrenos é um processo que está em marcha há algum tempo e que vai prosseguir, porque muitos cidadãos ainda carecem de espaços para a edificação de casas e outras infra-estruturas sociais.

Emílio Domingos, representante dos antigos combatentes e veteranos da pátria, manifestou em declarações ao Jornal de

Angola a sua satisfação pela distribuição de lotes aos antigos militares com deficiência visual e prometeu fazer tudo para a preservar as futuras habitações.

Defendeu, igualmente, a construção de mais escolas e centros de saúde, bem como a disponibilização de serviços de fornecimento de água potável e energia a todos os bairros onde vivem deficientes.

7.18 Grupo técnico para acabar com os conflitos de terras em Icolo e Bengo será criado

Jornal Continente
12 De Dezembro de 2014

Durante a reunião, os participantes falaram sobre a invasão de terras, competências de quais dos órgãos deverá passar concessões e direitos de superfície, bem como o licenciamento de terras, entre outras.

O acordo foi assinado depois de uma reunião promovida pela administração de Icolo e Bengo para debater vários diplomas que dão competências a ambas as Instituições, o funcionamento dos órgãos da Administração Local do Estado da Província de Luanda e o Regime Jurídico da ZEE.

As instituições optaram pela criação de dois grupos técnicos no sentido de trabalharem para evitar alguns equívocos e ter uma gestão salutar do território.

O Administrador Municipal de Icolo e Bengo, Adriano Mendes de Carvalho, realçou a necessidade de se por cobro aos conflitos desta natureza, "temos que arranjar um meio-termo para dialogar sempre e arranjar soluções para o bem das populações, sobretudo, das gerações vindouras".

Estiveram presente neste encontro, todos os Administradores comunais e o chefe de repartição municipal de Economia da referida Administração, assim como o elenco da ZEE composta por quatro responsáveis.

Para que possam entender devidamente o município de Icolo e Bengo tem 74 mil 644 habitantes, é composto por cinco comunas, nomeadamente, Cassoneca., Catete, Kaculo kanhango, Cabíri e Bom Jesus.

7.19 Léfant terrible, dos Anjos e Bornito selam acordo

Jornal Agora

12 De Dezembro de 2014

Texto: Lilas Orlov

Sob pretexto de inspeccionar o Sistema Integrado de Informação da Administração do Território - SIIGAT, Bornito de Sousa e Isaac Maria dos Anjos dissiparam o mau clima em nome da boa governação e partilharam experiências no que diz respeito a tudo de bom que se faz nesta província, para bem das comunidades.

Uma delas é a eliminação dos conflitos por usurpação de terrenos nas zonas urbanas, periurbanas e rurais que Benguela tem estado a gerir com alguma coerência e sensibilidade.

O ministro do Território foi a Catumbela acompanhar a implantação do SIIGAT, a evolução das obras da Centralidade do Luhongo, no mesmo município, e reuniu-se com o vice-governador para a política social e os directores da Educação e Saúde, com o objectivo de reavaliar a problemática dos salários atrasados e de buscar soluções para os subsídios em fatia aos docentes e gestores que exercem cargos de direcção e chefia.

O mesmo quadro remuneratório afecta, igualmente, a representação do Instituto de Formação de Administração Local (IFAL). Com seis centros regionais espalhados pelo país, Bornito de Sousa ouviu as preocupações dos quadros do IFAL, para fazer funcionar o projecto de formação de técnicos da administração do Estado e de equipamentos para as administrações municipais e governos provinciais.

"Quer em Benguela como na Catumbela, encontramos um bom domínio do Sistema Integrado de Informação e Gestão da Administração do Território", declarou o ministro.

o SIIGAT é um sistema de 22 módulos, que está a ser disseminado em todo o país, a fim de melhorar a gestão do território, a partir das administrações municipais e governos provinciais, e imprimir maior celeridade no atendimento aos cidadãos.

Os módulos mais adiantados são de contabilidade, gestão de recursos humanos, gestão do património, gestão documental e de atendimento ao cidadão.

Ocupação de terrenos.

Ainda no calor do seminário sobre 'A Problemática da Ocupação de Terrenos', o ministro constatou que o pico de conflitos em Benguela diminuiu substancialmente com a política de venda de mais de 2.500 espaços loteados, com títulos de concessão, só no município de Benguela, e o lançamento de novos lotes.

Na Baía Farta, já foram distribuídos mil lotes. No Lobito, cerca de 2 mil, enquanto em cada município do interior, perto de 500 continuam a ser preparados. Outros 15 mil estão previstos para a Reserva Fundiária. SuI de Benguela.

Os espaços normais (40/40) estão a ser vendidos a 27 mil Kwanzas, e os loteamentos em áreas nobres (projecto Bule Oceano), na Baía Farta, estão tarifados a um milhão de Kwanzas.

A política de distribuição de terrenos definidos por Isaac dos Anjos banuiu a ocupação anárquica e transacções ilegais de terrenos, eliminando, desta feita, os focos de conflitos entre os cidadãos.

"Estamos a definir a melhor forma de tratar as questões que ocasionam a ocupação de terrenos e, nalgumas casas, há o atraso da administração na preparação de espaços, para que os cidadãos possam construir. Em muitas situações, o cidadão adianta e de modo inadequado", explicou o ministro da Administração do Território.

Reconheceu haver fragilidades no exercício da autoridade do Estado para disciplinar casos de abusos e de aproveitamento indevido de terras em busca de indemnizações ou de atribuição de casas.

Para banir tal prática, encorajou, em primeira instância, as administrações municipais a trabalharem com os órgãos provinciais e nacionais, no sentido de criar condições de loteamento, para que estejam a frente das necessidades dos cidadãos, através da autoconstrução dirigida.

Por isso, a partir da segunda quinzena de Janeiro, o MAT vai intensificar seminários provinciais sobre a problemática da ocupação de terrenos, para munir os governos provinciais, administrações municipais e comunais de instrumentos que desanimem as ocupações anárquicas.

CALUNIAS DA 50S-HABITAT. Nesta terça-feira, 9, a ONG SOS-Habitat convocou, em Luanda, uma

conferência de imprensa para reagir as críticas que lhe foram feitas no Seminário sobre 'A Problemática da Ocupação de Terrenos', de supostamente estar a proteger ocupantes.

A SOS-Habitat denunciou mesmo actos que descreveu como sendo de violação ao Direito Administrativo. Para Bornito de Sousa, as críticas também foram dirigidas ao Executivo, aos Governos Provinciais e as Administrações Municipais, e ninguém pode zangar-se com a situação ou sentir-se injustiçado.

O ministro acusou a SOS-Habitat de estar a denegrir, gravemente, a imagem de Angola junto da União Europeia "Por exemplo, a SOS-Habitat promove encontros internacionais não no sentido de atrair capitais, recursos ou parcerias para ajudar a resolver problemas das habitações, mas caminha mais no sentido de caluniar e de prejudicar a imagem do Governo", sustentou.

7.20 Ministro acusa SOS Habitat de denegrir imagem do executivo

Jornal Continente

12 De Dezembro de 2014

Bornito de Sousa afirmou na terça-feira, 09 de Dezembro de 2014, em Benguela, que a SOS Habitat tem desempenhado um papel negativo, quanto a problemática da habitação e da ocupação ilegal de terrenos no Habitat nem sempre tem sido construtivo no papel que tem, em relação à problemática de habitações. Nós não constatamos a mesma atitude, de organizações como a SOS Habitat na prevenção, por exemplo, de ocupações, ou da colocação da população em situações de risco, como às vezes vemos a preocupação quando o governo trata de realojar essas pessoas, muitas vezes, em situação melhor", disse.

O Ministro apontou, ainda, alguns exemplos do que a SOS Habitat faz em muitos destes casos, quando promove encontros internacionais.

"A participação em encontros internacionais como promoveu junto da União Europeia, não no sentido de atrair capitais, recursos, ou até parcerias, para ajudar a resolver o problema das habitações, mas, encaminhando mais no sentido de caluniar e prejudicar a imagem do próprio governo", disse.

7.21 País grande, pouca gente e luta pela terra

Jornal O País

12 De Dezembro de 2014

Em princípio, olhando para as dimensões de Angola e para a sua população, não haveria qualquer razão para grandes disputas por terrenos. Mas não é assim que as coisas se passam. Temos uma guerra por terrenos,

Os angolanos descobriram que é bom ter a titularidade ou a posse de um pedaço de terra. Mesmo sem se ter o que fazer com tal pedaço. Ou porque se pensa num futuro negócio, ou porque se quer ser proprietário. Esquecidos, porém, de que em Angola o Estado é o verdadeiro proprietário da terra.

A luta pelos terrenos, que se assiste na área dos grandes centros urbanos, mas também no campo, vem sobretudo atrelada a cada anúncio de um projecto transformador do Estado.

Mas esta luta não é protagonizada apenas por cidadãos anónimos e gananciosos. Há mãos de agentes do Estado em grandes negociatas.

Há funcionários com informação privilegiada que se apossam de grandes parcelas de terreno com o único objectivo de lucrarem, depois, especulando.

Outro factor determinante nesta "guerra" pelos terrenos é a segurança. O Estado, pelo menos em Luanda, não é suficientemente aberto neste capítulo. Quanto tempo demora uma resposta, positiva ou negativa, a uma solicitação de direito de superfície por exemplo? Quantas pessoas esperam, há mais de uma década que o Governo Provincial de Luanda lhes dê uma resposta às suas solicitações de legalização dos "seus terrenos"?

E ainda surge uma outra. Confusão quem deve atribuir ao cidadão o direito de usufruir de uma área de terreno? O soba?, o administrador?

Depois das zonas cinzentas do lado das instituições, há que reconhecer que os cidadãos não se portam de forma exemplar. Há ocupações anárquicas. Há ocupações oportunistas. Há desafios à autoridade do Estado.

A terra pode bem vir a tornar-se centro de futuros conflitos graves, mais ainda quando surgem também organizações civis mais interessadas em fazer se notar que em fazer cumprir a lei, e advogam todo o tipo de ocupação e contestam qualquer tentativa de ordenamento.

A confusão está instalada, mas pode ser apenas circunstancial. Pode ser que tudo se venha a acalmar quando as condições de vida melhorarem e for ultrapassada a sensação de necessidade de cometimentos de ilegalidade para viver bem. O salve-se quem puder pode ser uma ideia ultrapassada, conforme as pessoas forem tendo mais certezas, mais confiança, mais futuro.

Mas, por fim, é preciso taxar, mais que exigir que quem tem terra faça dela alguma coisa. Não se pode permitir que saia a custo de nada a posse de milhares e milhares de hectares de terra que alguns cidadãos anunciam aos quatro ventos.

7.22 Acusações contra SOS Habitat sobem de tom

Jornal O País

12 De Dezembro de 2014

Texto: Venâncio Rodrigues

No pronunciamento que fez a imprensa, em Benguela, esta semana, o ministro da Administração do Território (MAT), Bornito de Sousa afirmou não ter dúvidas de que a SOS Habitat nem sempre tem sido construtiva no papel que tem em relação a problemática das habitações.

Ele disse não ter constatado de organizações como a SOS Habitat atitudes dirigidas à prevenção das ocupações ou da colocação da população em zonas de risco, como faz o Governo, tratando de realojá-las para zonas seguras "na maior parte dos casos".

Bornito de Sousa sublinhou que, ao invés disso, aquela ONG promove encontros internacionais, 'a exemplo do que teria promovido com a União Europeia, "não no sentido de atrair o capital, recurso ou parceria para ajudar a resolver o problema das habitações mas encaminhando mais no sentido de caluniar e prejudicar a imagem do próprio Governo".

O governante apelou a todas as OGs que operam no país "a aceitarem democraticamente as críticas que lhes terão sido dirigidas e" a tratarem-nas junto do MAT. Em resposta, o líder da SOS Habitat negou nesta Terça-feira, em conferência de imprensa em Luanda, todas acusações.

Rafael Morais disse que saudava a realização da recém-terminada Conferência sobre a Ocupação de Terrenos, organizada pela Casa Civil da Presidência da República, mas disse não ter recebido de bom grado as observações feitas por alguns conferencistas que questionaram a relação que as organizações

sociais e profissionais não ligadas ao Governo mantém com as populações pobres.

O responsável associativo lamenta que não tivesse sido convidado pelo Governo para apresentar os seus pontos de vista e, em conjunto com outros actores sociais e participantes, debater os temas propostos "Lamentamos que o único convite e a acusação feita pelo Dr. Carlos Feijó de que a SOS Habitat tem protegido os cidadãos que ocupam terrenos ilegalmente", declarou Rafael Morais.

Ele disse que a missão da organização que dirige é de proteger os direitos dos cidadãos plasmados na Constituição. Acrescentou que desde a fundação da SOS Habitat, em 2002, mais de 50 comunidades solicitaram os seus serviços e que todas as preocupações apresentadas são sempre levadas ao conhecimento das autoridades para a procura de soluções.

Rafael Morais acusa as administrações locais de se negarem a qualquer pedido da organização ou de atender as várias denúncias sobre a violação dos direitos das populações.

O responsável da SOS Habitat acusa também os órgãos da Justiça, a Assembleia Nacional e a Presidência da República de, alegadamente, não mandarem investigar as repetidas denúncias apresentadas tanto pelos lesados como pela sua organização.

"Várias vezes solicitamos às administrações e até mesmo aos governos provinciais mas infelizmente não nos recebem. Se o governo não tomou medidas oportunamente não pode acusar a SOS Habitat, os camponeses e as pessoas lesadas", lamentou. Rafael Morais declarou que o seminário realizado "veio legitimar as demolições e os desalojamentos injustos e não procurar soluções para a violação dos direitos dos cidadãos".

O líder associativo disse que o facto de grande parte dos angolanos, "cerca de 75%", não ter documentos que os pudessem habilitar a adquirir terrenos de forma legal durante o conflito armado, provocou a proliferação de bairros desordenados sem que os seus moradores tivessem qualquer testemunho que lhes conferisse o direito de posse das suas casas.

"Quem criou isso foi o próprio Governo angolano, desde 1975. Há aqui mesmo pessoas que vieram para as grandes cidades e uma delas é Luanda, mas o Governo não teve a ousadia de comprar, pelo menos, uma fita métrica ou uma corda no mercado informal para orientar as pessoas sobre como elas deveriam construir as suas habitações", observou.

Rafael Morais defendeu que a SOS Habitat "olha para direito dessas pessoas, o direito à habitação e o direito de viver. Há os direitos das crianças, das mulheres e dos idosos que são constantemente violados e é aí onde nós aparecemos", assegurou.

O jurista Carlos Feijó foi o primeiro a responsabilizar a SOS Habitat, durante o Seminário Nacional sobre a problemática da ocupação de terrenos que "foi uma iniciativa da Casa Civil do Presidente da República e ministérios de tutela do país.

Carlos Feijó, que também é docente universitário, acusou a ONG de defesa dos direitos humanos e advogados de darem protecção a populares que ocupam terrenos de forma ilegal. Apontou também os funcionários e fiscais das administrações e ainda elementos das Forças Armadas e da Polícia Nacional de cometerem os mesmos actos.

O também antigo chefe da Casa Civil da Presidência da República referiu que "o resultado deste desrespeito é a actual situação de catástrofe social, casebres sem infra-estruturas e sujeitas a todas as vicissitudes de criminalidade, devendo as administrações tomar medidas preventivas em vez de reactivas".

Feijó também reconheceu haver um sentimento de impunidade pelo facto de as críticas dirigidas aos governos provinciais ante a problemática da ocupação desorganizada de terrenos e as acções do Estado estarem a ser dicultadas. Factores como o fácil assédio aos técnicos e fiscais para o envolvimento em actos ilícitos de venda de terrenos baldios ou de terceiros, a inexistência de planos directores provinciais e municipais, bem como concessões feitas pela direcção da agricultura sem respeitar alguns parâmetros técnicos, como a localização exacta do terreno concedido foram apontados pelo jurista como estando a concorrer para facilitação da ocupação ilegítima dos terrenos. Segundo afirmou, cidadãos de outras nacionalidades que acreditam na prosperidade de Angola também estão implicados nesta actividade incorrecta e perigosa, assim como cidadãos nacionais que constroem na calada da noite.

Observou que existe "uma ocupação massiva e organizada, feita não para habitação própria, mas para rendimentos, fruto da especulação, com vista a obtenção de realojamento social do Estado e, em muitos casos, as ocupações são feitas quando o Executivo anuncia um projecto público para determinada área".

O seminário nacional sobre a Problemática da Ocupação de Terrenos foi uma iniciativa da Casa

Civil do Presidente da República, em parceria com os Ministérios da Administração do Território (MAT) e Urbanismo e Habitação.

Participaram no encontro membros do Executivo, deputados da Assembleia Nacional, governadores provinciais, administradores municipais e comunais, responsáveis da Polícia Nacional e Forças Armadas Angolanas, entidades tradicionais e eclesíásticas, juristas, magistrados do Ministério Público, membros da sociedade civil, docentes e discentes universitários. Os participantes constataram que a ocupação massiva e ilegítima de terrenos na capital do país é acentuada nos municípios periféricos de Cacuaco, Viana, Belas, Icolo e Bengo e Quissama.

7.23 Prossegue ocupação ilegal de terras em varias zonas do Bengo

Jornal Agora

12 De Dezembro de 2014

A denúncia ocorreu na terça-feira (9), numa conferencia de imprensa realizada pela associacao SOS-Habitat, acusada por alguns sectores do Executivo de estar a proteger grupos de camponeses que prosseguem com as ocupacoes de terras.

Em representacao da Associacao 'Coa Leite', a camponesa Domingas Sabino explicou que, desde os anos 1985, os seus avos e pais sobreviveram daqueles campos, ate que ha dois anos cornecaram as destruicoes das suas lavras e ocupacao de terrenos sem Indemnizacao, para a construo de condominios habitacionais.

Segundo Domingas Sabino, tudo comecou quando urn presidente de urna outra associacao de camponeses solicitou 10 hectares de terra para a construo de urn estaleiro para a agricultura, o que alegrou os camponeses que pensaram ser do seu beneficio.

a espaco foi cedido, mas apos o termino da obra deu-se inicio a destruicao de areas de plantacao de magueiras, mandioca e outros produtos agricolas, sem a autorizacao ou o consentimento dos camponeses.

"O caso ceifou a vida de pessoas. Tivemos urn irmao chamado Mateus Kutala que teve uma recaida quando viu a sua lavra ocupada e acabou por morrer ", denunciou Domingas Sabino, que acrescentou que O numero de mortos, em consequencia das ocupacoes forçadas de terrenos, chega ja a 10 vitimas.

"O povo pediu apenas para tirar os seus produtos, mas nao deixavam, dizendo que o projecto e do

Governo e tinha de avançar, Na verdade, ficou frustrado. Uns até agora se encontram nas cadeiras de roda. Nós, como camponeses, fomos investigando, fomos vendo que não era ordem do Governo, mas sim de administradores municipais que negociaram", disse Domingas Sabino.

Por outro lado, manifestou a sua satisfação pela realização do seminário, considerando que os camponeses defendem que devem ser indemnizados pelas perdas que tiveram.

Em contrapartida, Domingas Sabino denunciou que a ocupação e destruição de áreas de cultivo na província do Bengo intensificaram após o Seminário Nacional sobre 'A Problemática da Ocupação de Terrenos em Angola', realizado por iniciativa da Presidência da República.

"Até hoje, a nossa área continua a ser destruída. No dia 5, eu saí de Luanda e encontrei máquinas na minha lavoura. A Polícia, com o administrador municipal de Cabiri, cercaram a área toda com carros patrulheiros e meteram-nas no meio das mandiocas, das mangueiras e cajueiros. Ele ficou encostado no ombro a ver

tudo ser destruído. Isto é doloroso para o povo angolano", concluiu. A cidade em questão explicou que um grupo de camponeses contactou o soba da área, que manifestou desconhecimento da existência de qualquer decisão de ocupação da área.

Domingas Sabino, que se fazia acompanhar de documentos que atestam a legalidade da sua propriedade, referiu que os efectivos da Polícia dispararam tiros para dispersar e afugentar os camponeses que tentavam defender as suas lavouras.

As camponeses do 'Banza Veto' desconhecem se o Governo autorizou mesmo a ocupação dos seus terrenos por empresários ou se esta decisão é resultado de conluio entre estes e os administradores locais.

A OUTRA VERSÃO DA OCUPAÇÃO DE TERRAS. Aquando da realização do Seminário sobre 'A Problemática da Ocupação de Terrenos em Angola', recordamos que o jurista Carlos Feijó denunciou que cidadãos oriundos das diversas províncias do interior, atraídos pelos negócios, devido aos preços elevados e a capacidade da sua realização, antigos quadros seniores das administrações, deficientes de guerra, a coberto da ANDA (Associação Nacional de Deficientes de Angola), e cidadãos que reclamam terem sido cedidos terrenos, estão envolvidos na ocupação ilegal.

"Fazem também parte dos envolvidos grupos de camponeses que prosseguem com as ocupações, protegidos tanto pela SOS-Habitat, como por advogados, cidadãos sob protecção e asseguramento de fiscais das administrações municipais, coordenadores nas comunas, bem como oficiais da Polícia Nacional e Forças Armadas", afirmou.

Em resposta à crítica feita pelo jurista Carlos Feijó durante o seminário, o coordenador da SOS-Habitat, Rafael Morais, esclareceu que a sua organização não protege pessoas que ocupam terrenos de forma ilegal, mas sim os direitos plasmados na Constituição.

"Normalmente, recebemos as pessoas que solicitam os nossos serviços já com os seus direitos violados. Nós nunca nos dirigimos a uma comunidade e protegemo-la. Desde a fundação da SOS-Habitat, em 2002, temos várias casas de mais de 56 comunidades que solicitaram os nossos serviços, mas com os seus direitos já violados", disse Rafael Morais.

A SOS-Habitat lamentou o facto de não ter sido convidada para participar no seminário.

7.24 Criado um grupo técnico para dirimir os conflitos

Jornal de Angola

12 De Dezembro de 2014

A Administração Municipal de Icolo e Bengo e a Zona Económica Especial (ZEE) decidiram criar um grupo técnico para dirimir eventuais conflitos de terra.

A ideia surgiu no decurso de uma reunião, na qual participaram o administrador Adriano Mendes de Carvalho e o presidente do Conselho de Administração da Zona Económica Especial, António de Lemos.

Na reunião, promovida pela Administração Municipal de Icolo e Bengo, foram discutidos os diplomas que dão competências às duas instituições, o funcionamento dos órgãos da administração local do Estado na província de Luanda e o regime jurídico da Zona Económica Especial.

"Durante a reunião, os participantes abordaram questões que têm a ver com a invasão de terras, as competências dos órgãos que devem passar concessões e direitos de superfície e o licenciamento de terras.

As duas instituições optaram, durante o encontro, pela criação de dois grupos técnicos que vão trabalhar para haver "uma gestão salutar do território".

O administrador municipal de Icolo e Bengo disse no encontro ser "preciso arranjar um meio-termo para dialogar sempre e arranjar soluções para o bem-estar das populações".

No encontro participaram também os administradores comunais do município de Viana e quatro responsáveis da ZEE.

O município de Icolo e Bengo, constituído pelas comunas de Catete, Cassoneca, Caculo Canhangó, Bom Jesus e Cabiril, tem 74.644 habitantes.

7.25 Tácticas colonialistas roubam o sonho da terra do povo

Jornal Folha 8

13 De Dezembro de 2014

De acordo com o dicionário "Collins Paperback English Dictionary" 'ghetto', - musseque ou sanzala é definido como "áreas de bairros densamente habitados por pessoas minoritárias que política, social e economicamente estão discriminadas, privadas e excluídas". O conceito de "ghetto", - musseque ou sanzala - foi frequentemente usado durante a segunda guerra mundial pelos alemães nazistas contra o povo judeu. No contexto dos Estados Unidos da América, o conceito e a prática foi brutal e sistematicamente usado para a negação dos direitos e oportunidades iguais contra os Afro-Americanos que viviam dentro das grandes cidades nos locais bem conhecidos por "projects".

o conceito de ghetto, musseque ou sanzala é sustentado por uma política estrutural de governação e prática de discriminação e exclusão socioeconómica, segregação cultural e de isolamento, e marginalização de todos que são os diferentes do grupo dominador e repressivo que acredita no conceito de serem uma "casta" superior a conceito do 'ghetto', musseque ou sanzala promove uma cultura e um estilo de vida em oposição às normas da sociedade porque é violentamente exposto à pobreza e indigência do dia a dia, ao crime, violência, droga, prostituição, desemprego, analfabetismo, transformando-se num laboratório de combustão de revoluções políticas e sociais.

o contexto de Angola, conceito e a prática do "ghetto", - musseque ou sanzala foi introduzido pelos colonialistas portugueses como política e prática de discriminação, exclusão, marginalização, exploração, repressão e domínio contra os autóctones negros angolanos.

A política e a prática colonialista de subjugação dos autóctones criou estruturas e sistemas discriminatórios e racistas. Com a estruturação dos musseques e sanzalas os colonialistas mantiveram os negros na pobreza e indigência, analfabetismo, desemprego, assim como, sem se aperceberem, criaram espaços para revolução e luta de libertação nacional.

Contudo, quatro razões contribuem até hoje para a expansão da mussequeização e sanzalização da maioria dos angolanos:

1. A longa guerra civil que forçou milhares de angolanos a fugirem das zonas rurais a procura de refúgio, segurança e oportunidades nas cidades;
2. Falta duma política habitacional consistente, inclusiva e justa para os pobres e os mais fracos da sociedade;
3. A implementação duma política e prática sistemática de demolições das casas dos pobres;
4. Falta de políticas económicas e sociais justas e inclusivas que possibilite uma melhor distribuição da riqueza nacional para se travar a migração rural para as cidades pós paz. Enquanto que na antiga Alemanha nazista, nos Estados Unidos e mesmo no resto da Europa a mussequeização e sanzalização é um conceitos e uma política de discriminação exclusão e repressão praticadas contra minorias em países africanos, neste caso particular Angola, é contra a esmagadora maioria da população.

Até agora a governação angolana falhou completamente em acabar com os musseques e as sanzalas no país e de providenciar habitação adequada para a grande maioria das famílias pobres Angola nas. As grandes sornas avultadas de investimentos públicos e "privados" no sector habitacional não conseguiu resolver o problema mesmo na capital do país onde a maioria destes investimentos são supostamente aplicados.

A grande maioria dos pobres construiu os seus 'casebres' com muito sacrifício em locais disponíveis e desocupados porque o Governo angolano não possui políticas consistentes de cedência de terrenos aos pobres, mas sim aos ricos e politicamente poderosos.

Em termos de habitação condigna os pobres foram abandonados, desprezados e até muitas vezes perseguidos pelas autoridades que praticam demolições violentas e sistemáticas das suas casas. E como resultado disto, desenvolveram-se preconceitos políticos e sociais perigosos contra os pobres e moradores dos musseques e das sanzalas. Os musseques e as sanzalas são vistos pelos governantes

como problemas sociais que devem merecer duras medidas de repressão e contenção.

Contudo, os musseques e as sanzalas são na verdade os resultados da falta de políticas sociais justas e capacidades governativas para resolução deste fenómeno.

A existência de musseques e sanzalas representa o maior fracasso da governação e das instituições privadas em providenciarem habitação básica e decente para a grande maioria dos angolanos que são pobres. Em Angola, tanto no passado colonial e após a independência a maioria da população ainda é forçada a viver nos musseques e nas sanzalas infestadas de todas as carências e consequências negativas possível.

Então, quais foram os verdadeiros objectivos da luta de libertação? Será que a 'desmussequização' e "des-sanzalização" de Angola não constava na lista? Bem parece que não!

Existe uma falta de vontade-política e capacidade governação nas elites que detém o poder no país de pelo menos tentarem corrigir os graves erros das políticas colonialistas de discriminação, segregação, marginalização, repressão, exploração, exclusão e de desigualdades económicas e sociais.

A falta duma habitação adequada e condigna é o primeiro elemento de desigualdades e injustiça social. Estes conceitos e práticas contribuíram no desenvolvimento da crença que é "muito normal" que a maioria da população viva nos musseques e sanzalas desprovidas de tudo e uma minoria de privilegiados viva em condomínios, mansões e vilas providas de tudo. A necessidade humana para todo e qualquer ser humano é a mesma sem excepção, ter e viver numa habitação decente.

Existe uma contradição entre a retórica da demagogia política e a realidade da existência dos musseques e sanzalas e o tipo e a qualidade de vida da maioria dos cidadãos nestes enclaves excluídos, marginalizados e discriminados. As políticas' habitacionais nunca foram totalmente a favor .da grande maioria dos pobres porque a protecção habitacional é somente dada aos ricos e politicamente poderosos.

A grande maioria dos angolanos que são pobres e que tentou com esforço próprio construir o seu "casebre" não tem documentação nenhuma, encontra-se tecnicamente na ilegalidade e vulnerável aos apetites vorazes dos fiscais e das autoridades que fazem e desfazem sem nenhuma responsabilizações políticas e governativas. Por estarem desprotegidos e

desprovidos os pobres são os maiores alvos de exploração e extorsão dos fiscais do governo.

As políticas de governação relacionadas com a habitação adequada, ainda no tempo colonial e, pelo que temos visto, actualmente, não têm sabido acautelar os interesses e os direitos dos pobres. O espectro das demolições e expropriações sem o mínimo de respeito pelos direitos dos mais vulneráveis é uma constante. As políticas de auto-construção dirigida para os pobres são praticamente ineficazes e completamente corroídas pela corrupção dos oficiais públicos.

Em Angola, o processo da reconstrução e o plano de desenvolvimento urbano é conduzido pela estratégia de se manter e reter o controlo e a legitimidade política e não primariamente de resolver os problemas habitacionais da grande maioria da população pobre mussequizada e sanzalizada.

A forma de governação neo-patrimonial e assistencialista adoptada pelo governo deveria providenciar o espaço político e social necessário para operar transformações sociais substanciais e significativas; criar espaços com mais oportunidades e menos discriminação, exclusão, marginalização, repressão e empobrecimento, especialmente para aqueles que já foram vítimas sistemáticas da mussequeização e sanzalização do regime colonialista Português.

A solução para uma gradual e definitiva erradicação da existência de n musseques e sanzalas em Angola, exige uma política pragmática, radical, corajosa e acima de tudo - patriótica. Ela exige também uma abordagem e prática integrada e reparatória na resolução das necessidades e problemas de habitação para os cidadãos pobres. O processo da reconstrução e construção nacional oferecesse ao governo angolano uma oportunidade ímpar de acabar gradualmente com os musseques e as sanzalas. Infelizmente, ainda perdura nas hostes governativas a crença de que alguns cidadãos terão mesmo de viver eternamente nos musseques e sanzalas e só uns poucos poderão viver nos condomínios, mansões e vilas.

Deixou-se de acreditar que a transformação social que beneficia todo povo é possível basta ter vontade política e boa fé. O legado colonial português da mussequeização e sanzalização dos autóctones negros não foi quebrado com a declaração da independência política em 1975 e muito menos resolvido com o grande crescimento económico e construções de infraestruturas habitacionais.

A grande esmagadora maioria da população autóctone angolana ainda vive mussequizada e sanzalizada. O Governo angolano precisa urgentemente de adoptar uma: política habitacional pró-pobre, como forma de promover a justiça social e combater as desigualdades económicas e a pobreza.

Nos musseques e sanzalas. E isto não se faz com discursos eleitoralistas mas sim com práticas de justiça e, acima de tudo com amor ao próximo e não simplesmente o slogan do "O Nosso Povo", um povo mussequizado e sanzalizado. Na verdade, a política e a prática dos musseques e das sanzalas expandiu muito e numa forma assustadora, e não sei quantas vezes mais do que aquilo que se herdou do colonialista português. Nisto, estamos todos de acordo.

O que falta agora são as soluções corajosas, políticas públicas justas, inclusivas e não-discriminatórias. Caso contrário, a herança colonial da mussequização e sanzalização dos autóctones continuará a ser um pesadelo eterno mesmo depois da nossa existência, e será um legado que deixaremos para as futuras gerações como herança da nossa incapacidade de governação pós-independência e grande bonança económica-financeira.

7.26 Problemática da ocupação de terras

Jornal Agora

13 De Dezembro de 2014

Neste momento, a sociedade esta expectante e quer celeridade na materialização das recomendações saídas do seminário que, recentemente em Luanda, debateu exaustivamente esta matéria, de modo a assegurar, como afirmou na ocasião Edeltrudes Costa, ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da Republica, que o uso e o aproveitamento de terras se façam em prol das comunidades e já não sejam pasto de acções de usurpação e burla, que com frequência ate representam perdas económicas para Estado angolano.

Mas um dado certo e que sejam quais forem as medidas a adoptar, nada devera acontecer antes que se realizem mais auscultações e debates, desta vez tendo por cenário as províncias. Tratar-se-á de fazer jus a uma realidade que não sucede apenas na capital e tem lugar igualmente noutras parcelas do país. Facto que de resto foi mencionado pelo ministro da Administração do Território no discurso com que encerrou o seminário em Luanda.

As recomendações deste seminário basearam-se em análises de casos reais que tem ocorrido em quase todo o país", indicou Bornito de Sousa, para sublinhar depois que "O debate vai continuar nas províncias". Alias, Sousa não tem duvidas que o interior do país constitui um elo importante da intrincada cadeia de factores que alimentam ate o fenómeno da ocupação ilegal de terrenos em Luanda.

Por isso mesmo e que recomenda as pessoas que não se iludam, e põe o acento tónica no todo nacional: "Só a criação de condições de vida nos municípios e, em geral no interior do país, bem como do desenvolvimento equilibrado do território nacional, podem limitar, impedir ou mesmo reverter a tendência da migração das populações e, em particular, dos jovens, das áreas rurais para a periferia das cidades e municípios do litoral."

Terrenos ociosos também na mira

Os bastidores há a crença de que mesmo com o debate a ser transferido para as províncias, o Executivo já não se vai deixar "adormecer ou hibernar" sobre o assunto. Acredita-se que mal tenham uma alerta, alem de caírem em cima dos cidadãos que ocupam terrenos ilegalmente, as autoridades também se vão virar, com armas e bagagens, para aqueles que geralmente ocupam as terras, mesmo que a certo da lei, mas acabam por as deixar inertes e sem lhes dar qualquer utilidade.

Trata-se, efectivamente, da problemática das "terras ociosas", e delas que também muito se tem falado nesta questão fundiária em discussão. Entendem-se como ociosas, exactamente as terras cujos proprietários não dão destino proveitoso, quer para eles mesmo querem a sociedade em geral.

Pensa-se mesmo, alias, que o Governo neste momenta já terá devidamente procedido a ajustes na legislação - dada a necessidade de se harmonizar a Lei de Terras e a do Ordenamento do Território e Urbanismo de modo a desencorajar os que geralmente. Cultivam a pratica de "coleccionar" terras ociosas, e apenas estará a aguardar pela oportunidade de passar a acções de desapropriação de terrenos ociosos.

Uma das recomendações produzidas pelo seminário realizado em Luanda aponta exactamente para a ideia de se acautelar a forma de reservados terrenos ao Estado, em casos de incumprimento do princípio do aproveitamento útil e efectivo, decorrido o prazo previsto na lei.

Consta que uma medida que esta a ser preparada com o fito exacto de retrair a corrida aos terrenos por

quem não tencione dar-lhes imediatamente aproveitamento útil e efectivo, será encarecer os emolumentos na aquisição de terrenos e reduzir drasticamente os prazos para que lhes sejam dados proveito e utilidade. Conforme dizem os entendidos na matéria: "A partir de agora vai doer nos bolsos ter a posse de terrenos sem lhes dar qualquer serventia por tempos a fio."

7.27 Docentes analisam gestão racional de terras

Jornal de Angola

14 De Dezembro de 2014

Texto: Tatiana Marta

Académicos da Faculdade de Ciências Agrárias no Huambo, da Universidade José Eduardo dos Santos, ambientalistas e geógrafos defenderam uma gestão mais racional da terra enquanto base de subsistência das famílias do meio rural.

A ideia foi apresentada durante um seminário realizado sob o lema "Ecologia e Desenvolvimento, Problemas Ecológicos do Huambo", promovido pelo Centro de Estudos Tropicais e Alterações Climáticas (CETAC).

O director do Centro, Joaquim Augusto Laureano, disse que a iniciativa é um corolário das motivações científicas do CETAC, com envolvimento de instituições públicas e privadas, assim como da população em geral, para de forma integrada, procurar resolver grandes desafios ecológicos do planalto central.

O evento serviu para diagnosticar, avaliar e buscar soluções para os problemas ambientais do país e do Huambo e apresentar resultados dos estudos realizados pela instituição durante o ano de 2014.

O especialista em ciências da natureza, César Pakissi, disse que a recuperação das terras degradadas na província do Huambo e no país em geral depende dos esforços conjuntos entre as instituições do Estado, privadas e a sociedade civil.

Ao dissertar sobre o tema "Recuperação de Terras Degradadas", César Pakissi defendeu a promoção de práticas de recuperação e proteico da terra para que sirva também as gerações vindouras.

César Pakissi aconselhou os Ministérios da Agricultura, Ambiente e Promoção da Mulher a serem os principais impulsionadores destas actividades.

A degradação da terra resultante de queimadas, abates indiscriminados de árvores e exploração desregrada de inertes põem em causa a subsistência das comunidades.

As instituições ligadas ao sector têm realizado campanhas de sensibilização e estudos práticos para acautelar a destruição contínua da terra.

O docente Amilcar Salumbo, na sua dissertação sobre "Gestão de Terras e Águas Face as Alterações Climáticas", apontou as queimadas anárquicas e a exploração de inertes como causas da degradação da terra e do meio ambiente e lembrou aos participantes sobre a importância de se ter em conta as causas que provocam a infertilidade ou incapacidade de produção dos solos. Temas como "Dinâmica das populações de insectos no Huambo, face as alterações climáticas", "Gestão de terras e das águas, face as alterações climáticas", "Estudos de queimadas no planalto central", "Valorização dos solos ácidos", entre outros, fizeram parte dos debates que contou com a participação de decanos e professores das distintas faculdades, investigadores, membros da Polícia Nacional e membros do Governo Provincial.

O seminário serviu para analisar e apresentar soluções para a protecção do meio ambiente, em função das mudanças climáticas, e avaliar a dinâmica das populações de insectos, no âmbito do programa "Huambo Ecológico".

7.28 Acesso aos terrenos dificulta execução de programas

Jornal de Angola

20 De Dezembro de 2014

Texto: Francisco Curibingana

O ministro discursava na abertura do Conselho Consultivo do Ministério do Urbanismo e Habitação, Disse que vai ser necessário muito trabalho no sentido de minimizar o fenómeno das ocupações anárquicas de terrenos e as ocupações com fins especulativos um pouco por todo o território, José António da Conceição e Silva realçou que a construção de uma nova relação desenvolvida na óptica dos espaços rurais, de assentar na consolidação das relações de proximidade mutuamente benéficas e de natureza sinérgica, em detrimento de relações assimétricas e predadoras do mundo rural e a transformação das cidades em pontes efectivas entre as áreas rurais e o mundo exterior.

O ministro considerou a necessidade de ser discutida a questão das condições de acesso a infra-estruturas,

equipamentos e services, "Falar das condições de acesso a infra-estruturas, equipamentos, services e competência, implica uma atenção particular a todas as iniciativas que favoreçam o estabelecimento de redes individuais e institucionais, a mobilidade de pessoas, bens e conhecimentos e o desenvolvimento de soluções locais", realçou.

O ministro defendeu a necessidade do desenvolvimento de relações de proximidade no sentido de conciliar a coesão e integração entre centros autoconstrução dirigida, que, como disse, "deve merecer da nossa parte estratégias de actuação cada vez mais perspicazes em função da escassez de recursos que deveremos enfrentar".

O planeamento estratégico continua a ser a chave para a organização das cidades, vilas e aldeias, disse o ministro. Reservas fundiárias o governador de Malanje, Norberto dos Santos, disse que o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação teve início Malanje. O governador confirmou a construção de 958 fogo dos 1400 fogos inicialmente previstos para a primeira fase, o que perfaz uma execução de 68,4 por cento. A província aprovou o Plano Director Municipal de Malanje, que segue, nos próximos dias, para aprovação pelos órgãos competentes, estando em curso os planos directores dos restantes 13 municípios da província.

Os participantes no Conselho Consultivo estão a avaliar o grau de cumprimento das recomendações saídas do anterior, a apresentação do relatório de balance das actividades desenvolvidas no decurso deste ano, a discussão e aprovação do relatório de balance.

Agenda de trabalhos

A apresentação dos programas de acção e de investimentos públicos do Ministério, da estrutura organizativa e funcional, pacote legislativo para o ano de 2015, aplicação da Lei de Ordenamento do Território e Urbanismo, Plano de Urbanização de Quipungo, na província da Huila, vão merecer a abordagem dos participantes.

O programa do conselho consultivo inclui ainda a discussão do programa de auto-construção dirigida, a execução do programa nacional de infra-estruturas urbanas e integradas para além da dissertação do tem a referente as parcerias publico privadas nos domínios da habitação e do urbanismo.

Participam nos trabalhos, os secretaries de Estado, vice-governadores para os services técnicos e infra-estruturas das 18 províncias, directores nacionais, consultores e administradores dos 14 municípios da

província de Malanje. Urbanos e áreas rurais envolventes, que devem reforçar a capacidade de actuar aos mais diversos os níveis.

José António da Conceição e Silva chamou a atenção para a necessidade de encarar, com responsabilidade, o estagio actual de desenvolvimento do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, uma vez que o país esta a atravessar um momento divergem, em relação ao que já foi construído, mas sobretudo em relação ao que vai ser realizado. A chamada de atenção estendeu-se a província de Malanje em 2009, através da constituição das reservas fundiárias em todos os municípios e o trabalho de desminagem, culminando com a distribuição de lotes para auto construção dirigida.

No ano de 2011, disse, come çou o trabalho no programa dos 200 fogos por município, que decorre a bom ritmo. Devido ao estado acentuado de degradação de alguns edificios da cidade de Malanje, foi autorizada a transferência de 300 fogos de alguns municípios para serem construídos no município de Malanje.

7.29 Distribuídos milhares de Lotes na Lunda Sul

Jornal de Angola

23 De Dezembro de 2014

A governadora provincial anunciou que foram distribuídos durante o ano 5.358 lotes na província da Lunda-Sul, no âmbito do programa de autoconstrução dirigida.

Cândida Narciso, que falava na cerimónia de cumprimentos de fim de ano, sublinhou que a acção visa melhorar as condições de habitabilidade dos munícipes, assim como criar novas centralidades.

No tocante ao programa de construção das 200 casas por município, a governadora Canda Narciso informou estarem concluídas 127 habitações, sendo 50 em Cacolo, 15 no Dala e 62 na localidade do Muconda, estando em executo 173 outras.

Durante o ano prestes a terminar foram terraplenadas e asfaltadas cerca de 30 quilómetros das principais ruas dos bairros Terra Nova, Santo António, Txizainga e Luavur, no município de Saurimo, e consignada a reabilitação de todas as vias secundárias que ligam as sedes municipais as comunais.

A província da Lunda Sul conta com 516.77 habitantes e é constituída por quatro municípios, Cacolo, Dala, Muconda e Saurimo.

7.30 Registo da terra a favor dos camponeses

Jornal de Angola

26 De Dezembro de 2014

Texto: Mota Ambrósio

O governo provincial da Lunda Norte quer promover, a partir do próximo ano, o registo do direito de propriedade sobre a terra para cultivo, para precaver situações de expropriação fundiária no meio rural, informou o governador Ernesto Muangala.

Ernesto Muangala apontou 2015 como sendo o ano da juventude e da promoção da mulher rural, com a realização de várias acções para dignificar esses grupos sociais.

Recentemente realizou-se em Luanda um seminário nacional sobre a "Problemática da ocupação de terrenos" em Angola. Durante dois dias, os participantes fizeram um diagnóstico sobre a situação actual da ocupação de terrenos em Angola, bem como o balanço dos 10 anos de vigência da Lei de Terras e ordenamento do território.

Os participantes abordaram ainda questões ligadas a fraquezas legislativas, administrativas e institucionais, bem como a necessidade da revisão e actualização da legislação sobre o ordenamento do território e terras, assim como a sua respectiva regulamentação.

Outra questão em debate no seminário foi a situação actual do cadastro nacional e protecção das reservas fundiárias, sistema biométrico de cadastramento, controlo de cidadãos nas áreas de risco, segurança jurídica dos terrenos, e concessão de direitos sobre terrenos e loteamentos. Na reunião do Governo Provincial, Ernesto Muangala indicou que está prevista, para o próximo ano, a construção de 432 salas de aulas, o aumento da produção agrícola, e outras acções que promovam a

harmonia familiar.

De acordo com o governador da Lunda Norte, que falava terça-feira numa cerimónia com funcionários, está igualmente programada a construção de um lar para idosos e aconselhamento aos assistidos, entre outras infra-estruturas de índole social.

Realçou a continuidade dos trabalhos que visam melhorar as vias secundárias e terciárias que interligam as dez sedes municipais, bem como a garantia de transporte para o escoamento dos produtos para os mercados urbanos, no âmbito do apoio aos camponeses.

Consta do programa anual o incentivo à pesca artesanal e de micro empresas de produção que deverão contar principalmente com o apoio da Endiama-EP; para o fornecimento de material necessário.

O governador destacou o Plano de Desenvolvimento aprovado pelo Conselho de Ministros, a elevação da cidade do Dundo à capital da província, que passa a contar com três Distritos Urbanos e a ascensão da comuna do Lóvua à categoria de município.

O dirigente assinalou ainda a eleição do país à presidência do Processo Kimberley, cujo encontro preliminar realizou-se na cidade do Dundo e a inclusão da Lagoa Nacarumbo nas Sete Maravilhas de Angola.

7.31 Terras sem minas

Jornal de Angola

28 De Dezembro de 2014

O chefe da Comissão Técnica Multi-Sectorial de Desminagem e Assistência Humanitária, Salvador Colo, disse a Angop que mais de sete mil quilómetros quadrados de terras foram desminados em 2014, na província da Lunda SuL.

Os trabalhos foram realizados através dos métodos de desminagem manual e mecanizada, contando com o apoio de especialistas das Forças Armadas Angolanas (FAA). As minas e engenhos explosivos foram detectados em 70 por cento no município de Muconda, cerca de 240 quilómetros a sul da cidade de Saurimo e actualmente as operações continuam nos quatro municípios da província da Lunda SuL.

A maior parte desta superfície é constituída por áreas para cultivo que há muito tempo estavam vedadas aos agricultores e que agora podem ser trabalhadas sem receio.

O chefe da Comissão apelou as autoridades administrativas, policiais e tradicionais a colaborarem com o Instituto Nacional de Desminagem para a facilitar a circulação de pessoas, disponibilizar mais espaços para a agricultura, bem como para o desenvolvimento de diversos projectos sociais e económicos na província.

Salvador Colo sublinhou, igualmente, que a colaboração da população na denúncia de locais suspeitos de objectos considerados suspeitos é fundamental para a actividade do INAD, que vai continuar a sensibilizar as populações sobre o perigo das minas.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Falta de Água na Baixa

Jornal de Angola
04 De Dezembro de 2014

Vai para duas semanas que a Baixa de Luanda esta sem abastecimento regular de água, A situação agravou-se depois da ultima grande chuvada de Novembro, que esventrou a Rua Cirilo da Conceição, Por muito trabalhosas que sejam as obras de reparação julgo que 15 dias já e tempo suficiente e para a EPAL repor o fornecimento. Estranho e que, em situações semelhantes, os consumidores não sejam informados do que se passa, com o anuncio da avaria e previsto de reparação.

Não menos estranho e o facto da empresa responsável não ter accionado medidas cautelares para minimizar os efeitos da avaria, como a distribuição de água através de camiões cisternas. O resultado já se conhece: milhares de moradores privados de água, a que se juntam as principais empresas e instituições do Estado e respectivos funcionários, desde logo as sedes do Governo Provincial de Luanda e da Comissão Administrativa, num universo que pode atingir facilmente um milhão de pessoas nas horas normais de expediente.

As empresas prestadoras de serviços tem de habituar-se as boas práticas e melhorarem a sua relação com os consumidores/utilizadores, respeitando-os porque afinal são a razão da sua existência, como não fazem o seu dever, surgem logo os especuladores, estando as cisternas privadas a cobrar somas exorbitantes por litro de água fornecido, na ilusória presunção que nesta parte da cidade capital, vivem os mais abastados.

8.2 Novo sistema de captação para a comuna do Dando

Jornal de Angola
04 De Dezembro de 2014
Texto: José Chaves

O sistema de captação, tratamento e distribuição de água, instalado na comuna do Dando, Bié, beneficia milhares de habitantes da sede comunal.

O equipamento funciona com um reservatório de dez mil metros cúbicos e seis chafarizes, que garantem maior e melhor distribuição de água. O governador do Bié lembrou que o Executivo está preocupado com as condições sociais da população, sobretudo

das localidades onde os serviços sociais são escassos. Boavida Neto prometeu que o Governo Provincial do Bié vai continuar a trabalhar na recuperação dos bens públicos destruídos pela guerra e criar mais infra-estruturas económicas e sociais.

"A população está feliz por mais este esforço do Governo Provincial, que tudo tem feito para que os habitantes desta localidade deixem de beber a imprópria para o consumo, disse Faustina Cassinda, agricultora.

"Acabou o sofrimento e estamos felizes, pois há muito que esperávamos por este momento. Agora posso chegar tarde da lavra e não sei onde vou buscar água", afirmou. A comuna do Dando tem cerca de dez mil habitantes, que se dedicam essencialmente a agricultura.

8.3 Mais pessoas têm acesso a água tratada

Jornal de Angola
07 De Dezembro de 2014
Texto: Venâncio Victor

Mais de 265 mil famílias da cidade e periferia de Malanje passaram a ter água potável devido ao programa de expansão, afirmou ontem o director provincial do sector.

Jacinto Caculo, que falava num seminário sobre o modelo de gestão de água e saneamento da cidade de Malanje, disse que a expansão do programa beneficia igualmente mais 125 mil famílias, que retiram o produto a partir de sistemas movido a manivela. O director da Energia da Energia e Aguas afirmou que só no município sede há 338 manivelas, mas que 60 delas estão avariadas por falta de manutenção. Sobre a formação, referiu que estão a ser realizadas acções idênticas em toda a província, pois a componente mais importante do investimento que o Executivo está a fazer tem a ver com a manutenção e sustentabilidade das infra-estruturas básicas. O director provincial das Águas declarou que a rede principal de distribuição tem 120 quilómetros e alimenta 6.478 residências e que o objectivo do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2017 prevê que 80 por cento das comunidades rurais e peri urbanas tenham água.

As manivelas e os fontenários, prosseguiu, representam as infra-estruturas básicas fundamentais para o cumprimento dos objectivos traçados pelo Executivo. Jacinto Caculo salientou que a acção formativa destina-se a dotar as comunidades, em particular os coordenadores dos bairros e gestores de

manivelas, de conhecimentos necessários para a conservação e higiene dos equipamentos. Os participantes, entre os quais representantes do conselho da Empresa de Água e Saneamento de Malanje, técnicos da Direcção local da Energia e Águas, líderes comunitários, analisaram, entre outros, assuntos relacionados com a gestão de água na comunidade, responsabilidade individual dos membros do grupo de água e saneamento e cuidados a ter. Indicadores de água tratada, principais doenças de origem hídrica, conhecimentos básicos do ciclo de água, caracterização de um pequeno sistema e ponto de água na comunidade, montagem e desmontagem de uma manivela foram igualmente assuntos tratados no seminário.

O governador provincial de Malanje em exercício referiu que "o problema da água é crucial a nível das políticas e estratégias para a melhoria das condições de vida da população". Gabriel Pontes lembrou que a água é vital e o seu uso ou consumo devem ser feitos de forma racional e coordenada. O Governo provincial de Malanje, disse o responsável, está a fazer grandes investimentos para minimizar o problema da insuficiência de água que ainda se regista na cidade e arredores.

O vice-governador provincial de Malanje salientou a importância da conjugação de esforços por parte da comunidade para que os investimentos no sector de Energia e Águas não sejam em vão.

8.4 Estação de Kifangondo com menos capacidade

Jornal de Angola
08 De Dezembro de 2014

As restrições na área alimentada pelo centro de distribuição do Cazenga mantêm-se nos 30 meses que durarem as obras na Estação de Tratamento de Água (ET A) de Kifangondo, disse à comunicação social o director do programa de requalificação daquela infra-estrutura.

Carlos Rodrigues afirmou que a capacidade diária de produção da ETA de 138 metros cúbicos está reduzida em 25 por cento e que acabaram de ser isolados um decantador e seis filtros para se começarem efectivamente as obras de reabilitação da infra-estrutura, que incluem a demolição de algumas tubagens.

A Estação de Tratamento de Água de Kifangondo, construída na década de 1970, está bastante degradada, o que obrigou à elaboração projecto de recuperação. Quando os trabalhos ficarem concluídos o

fornecimento de água vai melhorar substancialmente. A responsável da área comercial da Agencia do Zango da EPAL, Manuela Fernando, declarou que a nova ET A de Calumbo, Viana, começa a fornecer em breve 51,4 milhões litros de água por dia para os Zangos I, 11, 111, IV e arredores. O volume de água que vai ser produzido por esta ETA, referiu, destina-se a abastecer os cerca de 280 mil habitantes do Zango. Manuela Fernando salientou que, além disso, vão ser distribuídos mais de nove milhões de litros diários na zona de Calumbo. Esta ET A começou a ser construída em Junho de 2012.

8.5 Diques de retenção da água no interior da Huíla

Jornal de Angola
10 De Dezembro de 2014
Texto: Estanislau Costa

A construção de três barragens de retenção ao longo do rio Caculuar, na província da Huíla, mereceu aplausos de figuras do poder tradicional, preocupadas com os efeitos nefastos da estiagem sobre a população e o gado, considerado a principal riqueza da região.

Katende Canjamba, soba dos Gambos, e Joaquim Huleipo o soba Grande da Huíla, estão preocupados com a seca prolongada que está a levar a fome a muitas famílias. Muitos chefes de família vão ter com eles pedindo uma solução para as desgraças causadas pela seca. Os sobas não sabem dar resposta. Quando aparecem casos de roubo de gado, acusações de feitiçaria, cura de talahã (praga tradicional) ou ukoi (multa por prática do adultério) eles sabem o que fazer. Mas não têm poder para fazer chuva. Katende e Huleipo interromperam as suas tarefas para aceder à conversa com os repórteres do Jornal de Angola, interessados em saber como, em época de seca, as famílias afectadas superam a escassez de água e a importância para as comunidades das barragens de retenção em construção. A autoridade dos Gambos, Katende Canjamba, disse que a vida é muito difícil quando as estiagens prolongadas assolam a região dos Gambos, Chibia e outros pontos da província da Huíla: "As famílias camponesas e criadores tradicionais de gado bovino e caprino entram em pânico".

Gritos a zunirem

A autoridade tradicional, que se expressa em nhyaneca-nkhumbi, argumentou que "o boi é a principal riqueza destas comunidades e quando a sobrevivência dos animais é ameaçada por falta de água ou pasto, os gritos de socorro zunem por todos

os cantos". Na época de cacimbo, realiza-se a habitual transumancia, que consiste na transferência dos animais para zonas próximas aos rios, riachos e lagoas, onde há água e capim para alimentação do gado. A transumancia faz parte dos hábitos e costumes dos povos das províncias da Huíla, Namibe e Cunene.

"Os nossos antepassados sempre percorreram a região atrás da água e do pasto, caminharam milhares de quilómetros para apascentar e dar água aos bois e nunca houve grandes complicações", referiu. Mas as estiagens

prolongadas que se registam "a cada três ou quatro anos", são um bico de obra para os pastores. O soba da grande da Huíla, Joaquim Huleipo, está de acordo com as palavras do soba dos Gambos. Mas acrescentou um ponto: "A Tunda dos Gambos foi sempre o ponto de maior concentração de criadores e pastores de gado bovino e caprino. O local é sagrado por possuir várias nascentes e boas pastagens". A água na Tunda dos Gambos, afirma, também escasseia nos períodos de seca prolongada. Uma das que mais sacrificou os habitantes dos Gambos e Chibia foi a registada no ano passado e princípios do corrente ano, de cujos efeitos as comunidades pastoris até agora se ressentem.

Construção de barragens

O soba dos Gambos e o Soba Grande da Huíla acolhem com grado a construção de três barragens de retenção de água nas localidades da Mucoco Arimba (Lubango), Nampombo Quihita (Chibia) e Nonguelo (Gambos) no leito do rio Caculuar. Katende Canjamba e Joaquim Huleipo dizem que as três barragens de retenção, cujas obras de construção foram lançadas pelo governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipinge, estão projectadas em locais favoráveis à satisfação das necessidades da população e dos animais. A localização das represas vai encurtar as distâncias durante a transumancia, faz com que se torne menos trabalhosa. E aproveitar melhor a água do rio Caculuar é factor fundamental para minimizar as consequências das estiagens prolongadas. Os dois sobas garantem que vão envolver todos os outros sobas e sekulos da região nas campanhas de sensibilização e mobilização, para fazer com que a população que se dedica mais à criação de gado, aposte também na agricultura, amplie e diversifique a produção de alimentos.

Capim elefante

Consta ainda dos planos das autoridades, o incentivo à plantação de forragem adequada à alimentação do gado, com realce para o capim elefante, com vista a

reduzir as longas caminhadas em busca de pasto. "Com as barragens e a exploração das terras aráveis, os efeitos da seca podem ser ultrapassados" O governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipinge, que consignou as obras à empreiteira local Omatapalo, na presença de membros do Governo Provincial, autoridades tradicionais, empresários e convidados, destacou que o programa faz parte de acções para "dar solução definitiva ao problema da seca". Reconheceu o sacrifício das famílias e do gado nas épocas em que água escasseia." A seca atrasa o desenvolvimento das povoações, comunas e do município por prejudicar, além dos populares, a riqueza animal. As barragens são capazes de proporcionar água em abundância por um longo período", disse.

Capacidade de retenção

As três represas, com capacidade para reter acima de 620 milhões de metros cúbicos de água, vão custar ao Executivo 441 milhões de kwanzas cada. A barragem de Mucoco Arimba (Lubango) está projectada numa extensão de 230 hectares, 16 metros de altura e área de inundação de 11 milhões de metros cúbicos de água. O dique de retenção de Nampombo Quihita (Chibia), com uma altura de 19 metros, foi desenhado num espaço de 2.270 metros quadrados e vai acumular 200 milhões de metros cúbicos. A represa de Nongelo Gambos vai ter 16 metros de altura com uma área de 11 hectares. A capacidade de reserva é de 400 milhões de metros cúbicos. O director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Governo Provincial da Huíla, António Gongo, disse durante a consignação da empreitada que as novas infra-estruturas hídricas vão ser executadas de forma faseada num período de cinco anos. A primeira fase, com a duração de 12 meses, já está em curso e inclui o desmatamento, preparação de solos e construção civil. "Vão ser instalados sistemas de irrigação por inundação ou por aspersão aos vastos campos a serem preparados", acrescentou. Os diversos programas materializados no município dos Gambos para minimizar os efeitos da estiagem prolongada consubstanciaram-se na construção de sistema de captação e abastecimento de água potável e bebedouros nas povoações de Tchiana, Monavilongo, Cauvi, Mapupo Viliambundo, Tchiana e Hompapa. Os sistemas, accionados por energia solar para o funcionamento das electrobombas, servem de suporte ao abastecimento de água potável às famílias e ao gado.

8.6 Dez anos para chegar a 60% da população

Jornal Expansão

12 De Dezembro de 2014

O Programa de Transformação do Sector Eléctrico (PTSE) tem a meta ambiciosa de fazer chegar a energia eléctrica a cerca de 60% da população angolana em 2025, ou seja, daqui a cerca de dez anos, quando actualmente está em 30% e a média em África nos 41%.

Este objectivo só será atingido com um forte investimento por parte do Executivo e dos privados nas três cadeias do sistema eléctrico: produção, transporte e comercialização.

Na sua apresentação na primeira conferência internacional sobre Energia e Águas, realizada no final de Setembro, João Saraiva, do Ministério da Energia, dizia que o subsector eléctrico deverá aumentar o seu peso na matriz energética do País de 3% para 10% a 15% em 2025, sendo que, para isso, teria de aumentar a capacidade de geração para 9 gigawatts "assente nos recursos hídricos e no gás natural e potenciar o papel das energias renováveis".

Para que estas metas sejam atingidas, o Ministério tem como objectivo fazer a interligação dos vários sistemas no Norte, Centro, Sul e Leste de Angola num só sistema nacional, tendo aqui a nova empresa RNT um papel decisivo.

O programa, para além da criação destas empresas, está a colocar em curso iniciativas estruturantes, tendo como objectivo assegurar a sustentabilidade económico-financeira do sistema, promover a entrada de capital privado através da celebração de contratos de aquisição de energia - bastante comuns em todo o mundo e reforçar o papel regulador do Instituto Regulador do Sector Eléctrico (IRSE).

O Ministério acredita que o reforço do papel regulador do IRSE, a criação do "comprador único" (RNT), processos concorrenciais em igualdade para a produção pública e privada, e a interligação internacional aos países vizinhos vão abrir o mercado energético, atrair investimento privado, maior transparência e competitividade das empresas, e permitir uma redução de custos do sistema e das necessidades de subsídio.

Com base no Plano de Acção do Sector de Energia e Aguas 2013-2017, definido pelo Ministério da Energia, o Executivo prevê investir, até ao último ano, 29,17 mil milhões USD, sendo que 14,57 mil milhões serão destinados aos projectos estruturantes

do subsector eléctrico; 3,92 mil milhões aos projectos estruturantes do subsector águas; 5,02 mil milhões aos projectos prioritários e outros em curso do subsector eléctrico; 3,33 mil milhões aos projectos de electrificação rural e ainda 2,03 mil milhões destinados aos projectos prioritários e outros em curso do subsector das águas.

8.7 Executivo extinguiu ENE e EDEL e criou três empresas para o sector

Jornal Expansão

12 De Dezembro de 2014

Texto: António José Gouveia

O Executivo extinguiu as duas empresas públicas de electricidade do País, a ED EL e a ENE, e criou mais três companhias com novas responsabilidades, que vão absorver os activos e os trabalhadores das extintas e precisar de 793,2 mil milhões Kz de dinheiro fresco.

Esta decisão, consubstanciada no Decreto Presidencial publicado em Diário da República a 20 de Novembro, está dentro da Estratégia de Desenvolvimento do Sector Eléctrico e do saneamento financeiro das empresas do mesmo sector.

A Empresa Nacional de Electricidade (ENE) e a Empresa de Distribuição de Electricidade (EDEL) já deram início ao processo de separação de contas, sendo que, com estas alterações, o Executivo vai fazer uma reestruturação do negócio global e da sua estrutura organizativa, através da criação de três novas empresas orientadas por unidades de negócio: produção, transporte e distribuição.

Este decreto presidencial define assim "a criação de condições para a separação jurídica das referidas áreas de negócio do sector". Ou seja, extingue a EDEL e a ENE, e cria a Empresa Pública de Produção de Electricidade, EP (PRODEL), a Rede Nacional de Transporte, EP (RNT) e a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade, EP (ENDE).

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, refere no decreto presidencial que estas decisões têm em conta a Política e a Estratégia de Segurança Energética Nacional, aprovada em Novembro de 2011, que recomenda, entre outros aspectos, o reforço das funções de regulação e da captação dos recursos, assim como das valências dos operadores, "através da criação de entidades públicas únicas especializadas em cada uma das etapas da cadeia de valor de produção, transporte e distribuição".

Transferência de activos das três novas empresas

Assim, a PRODEL terá a responsabilidade de explorar, em regime de serviço público, os vários centros de produção de electricidade, sendo que, segundo o decreto, o seu património será resultante da incorporação dos activos da extinta ENE relacionados com a produção, bem como dos activos do Gamek - Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza referentes à barragem de Capanda.

Além disso, serão também transferidos "os saldos das contas bancárias afectas" ao segmento de produção de electricidade.

A outra empresa criada, a RNT, que terá a responsabilidade de transportar no País a electricidade através de estações e cabos de muito alta tensão (MAT), irá dedicar-se "exclusivamente à gestão do sistema, à operação do mercado e à gestão da rede de transporte", segundo o decreto.

Também aqui o património da RNT será "resultante da incorporação dos activos do segmento de transporte da extinta ENE e do Gamek", bem como os saldos das contas bancárias afectas a este segmento de negócio.

A terceira empresa estatal a ser criada na cadeia de fornecimento de electricidade é a ENDE, que se vai dedicar exclusivamente à comercialização e distribuição de energia eléctrica. Esta nova empresa irá absorver todos os activos, direitos e obrigações da extinta EDEL, e do segmento de distribuição da extinta ENE. Também aqui os saldos das contas bancárias da EDEL e da ENE relativos à comercialização de electricidade serão transferidos para a ENDE.

ENDE não é o fim, é o princípio

A ENDE, do ponto de vista dos consumidores, quer sejam particulares, quer empresas ou fábricas, será assim a empresa com quem se vão relacionar em termos de compra de electricidade.

O sistema agora implementado é semelhante à estrutura da energia eléctrica dos países europeus, onde toda a estrutura está organizada de forma a que haja menos 'apagões' e também um plano de investimentos de forma a fortalecer toda a cadeia.

Ou seja, a PRODEL, que produzirá electricidade através de várias fontes (barragens, centrais térmicas, eólicas, etc.), vai vender o seu produto à RNT, que recebe e transporta a energia através de muito alta tensão até à ENDE. Por sua vez, a ENDE paga a energia transportada à RNT e vende aos

consumidores finais, quer sejam particulares, empresas ou fábricas.

Trabalhadores da ENE e da EDEL transferidos

Os trabalhadores afectos às duas empresas extintas, ENE e EDEL, serão distribuídos pelas três novas empresas conforme as suas competências e atribuições.

Assim, os trabalhadores da extinta ENE serão divididos da seguinte forma: os que pertencem à barragem do Capanda e do Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza (Gamek) "transitam automaticamente" para a PRODEL, os que estão ligados à área do transporte de alta tensão vão para a RNT, e os que estão na comercialização serão integrados na ENDE.

Relativamente à EDEL, todos os seus trabalhadores vão integrar os quadros da ENDE. O diploma legal refere também que os trabalhadores envolvidos na reestruturação passarão para as respectivas novas empresas "com todas as obrigações e direitos adquiridos".

Governo tem de 'injectar' 793 mil milhões Kz

Para que toda a cadeia possa vir a funcionar, o Executivo vai ter de dotar as novas empresas com dinheiro fresco no montante de 793,2 mil milhões Kz, "por meio de incorporação de reservas ou de outros fundos próprios", mediante prévia autorização das autoridades estatais. Ou seja, para além do dinheiro e dos activos que virão da ENE e da EDEL para serem distribuídos pelas três novas empresas, o Executivo tem ainda de assegurar 7,8 mil milhões USD para colocar na RNT, na PRODEL e na ENDE.

Segundo o diploma, a Rede Nacional de Transporte (RNT) e terá um capital estatutário de cerca de 290 mil milhões Kz (2,9 mil milhões USD), dos quais 11,6 mil milhões Kz (118,8 milhões USD) através de "segregação contabilística da ENE" e 278,5 mil milhões Kz (2,8 mil milhões USD) através de fundos próprios.

Em relação à PRODEL, o capital estatutário será realizado também por segregação contabilística da ENE e do Gamek no valor de 233,9 mil milhões Kz (2,4 mil milhões USD), mais 252,8 mil milhões Kz (2,6 mil milhões USD) por constituição de fundos próprios.

Já a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) vai receber, por segregação contabilística da ENE e da EDEL, 22,3 mil milhões Kz (229,2 milhões USD) e mais 261,9 mil milhões Kz

(2,7mil milhões USD) através da constituição de fundos próprios.

O diploma presidencial inclui também os estatutos orgânicos das três empresas, onde é dito que o mandato dos membros dos conselhos de administração tem a duração de cinco anos, renováveis por uma ou mais vezes, continuando o exercício de funções até a efectiva substituição ou declaração de cessação de funções.

Relativamente às remunerações das administrações, o decreto presidencial refere que "são fixadas por diploma específico" da Lei de Bases do Sector Empresarial Público, cabendo ao Titular do Poder Executivo, "ou a quem delegar, nos termos da lei, fixar as remunerações acessórias para os membros do conselho de administração, em função dos resultados da empresa".

8.8 'Guerra' da água nos arredores do município de Cacuaco

Jornal Agora

12 De Dezembro de 2014

Até 2017, perto de 80 por cento da população terá acesso à água potável. A garantia é das autoridades que continuam a implementar projectos na óptica de materializar este sonho.

Mas, enquanto se aguarda pelo andamento dos projectos, assiste-se aqui e acolá a um corre-corre de muita gente à busca de água, sobretudo nos arredores de Luanda.

No município de Cacuaco, mais concretamente no bairro Paraíso, só para ilustrar este exemplo, os moradores lutam, diariamente, pela água de consumo. É praticamente uma 'guerra' que envolve mulheres e crianças.

Em contrapartida, a utilização de menores para transportar água sobre a cabeça, conforme documentam as imagens de Tom Carlos, é uma forma de exploração que afecta, sobremaneira, o seu desenvolvimento físico e intelectual.

No Paraíso, como a água canalizada não chega as casas, os moradores rebentaram a conduta, e os resultados disso estão à vista: uma enorme lagoa surgiu no ponto da ruptura, e é mesmo ali onde os petizes também mergulham para se refrescar nestes dias de intenso calor.

Indiferentes aos males que podem resultar, os miúdos nadam na água turva e lamacenta, susceptível de abrigar bactérias nocivas à saúde.

Os esforços, visando melhorar a distribuição do precioso líquido, devem ser correspondidos pela população. Essa deve preservar o que já está feito na óptica de fazer que, a breve trecho, o acesso a este bem público seja cada vez mais abrangente. Aqueles que destroem as condutas, evitando que a água chegue aos chafarizes, devem ser desmascarado!

8.9 Malanje privada de água

Jornal de Angola

12 De Dezembro de 2014

Luísa Vitoriano

A cidade de Malanje está privada desde do fornecimento de água potável, devido aos trabalhos de montagem de duas bombas e substituição da conduta na Central de Captação, Tratamento e Distribuição de Água da Guine.

o administrador para a área técnica da Empresa de Saneamento de Aguas de Malanje, Óscar Tavares Ferreira, disse ao Jornal de Angola que o corte de água foi necessário para permitir que os técnicos trabalhem sem constrangimentos e com segurança, durante a montagem dos equipamentos. As bombas tem a capacidade de 575 metros cúbicos e vão funcionar faseadamente.

Os equipamentos que são instalados na Central de Captação, tratamento e Distribuição de Água vão reforçar as três bombas já em funcionamento, com capacidade de 575, 145 e 288 metros cúbicos. Quanto aos bairros do Campo da Viação, Carreira de Tiro e Cangambo, que ainda não beneficiam de água potável, Óscar Ferreira assegurou que estão em curso trabalhos de ligações domiciliárias. 4 Empresas de Saneamento de Água, actualmente com 6.330 ligações domiciliárias.

8.10 Chafarizes inoperantes preocupam autoridades

Jornal de Angola

12 De Dezembro de 2014

Texto: Victor Pedro

O soba Gabriel Jaime manifestou-se ontem, na cidade do Sumbe, preocupado com "as constantes falhas de água potável nos chafarizes do bairro das Salinas, o que tem criado muitos constrangimentos a população".

Gabriel Jaime recordou que os problemas que afectavam a população do bairro das Salinas foram reduzidos substancialmente, fruto dos esforços do

Executivo e das políticas sociais desenvolvidas durante os últimos 12 anos, mas que a situação agora piorou. Após a conquista da paz, referiu, o bairro das Salinas passou a ter, entre outros serviços, energia eléctrica, posto de saúde, quatro escolas do ensino geral e iluminação pública, mas que é importante manter esses ganhos.

Gabriel Jaime, que mencionou a falta de uma escola do ensino médico, transportes públicos e um posto policial como as principais dificuldades, disse ser "muito importante" que os jovens adquiriram uma profissão para melhor contribuírem para o crescimento da região e a evitarem a droga e o uso excessivo de bebidas alcoólicas.

Os cerca de quatro mil moradores do bairro das Salinas tem como principal actividade a pesca artesanal e o comercio, segundo soba Gabriel Jaime.

8.11 “ Os preços energia devem reflectir os custos para que haja sustentabilidade”

Jornal Expansão

12 De Dezembro de 2014

Texto: António José Gouveia

A extinção e separação de empresas públicas entre produção, transporte e comercialização é o primeiro passo para a reestruturação do sector eléctrico?

Não, não é o primeiro passo. Em 2009, o Presidente da República criou uma comissão interministerial para estudar o assunto, o que levou a que fosse publicado, em 2011, o Decreto Presidencial 256/11, que define os objectivos para os subsectores dos petróleos/gás e da electricidade até 2025. Em Março de 2012, teve início o Programa de Transformação do Sector Eléctrico (PTSE), com uma fase de diagnóstico seguida de outra de desverticalização (unbundling), com um momento alto que foi a criação das três empresas públicas através do Decreto Presidencial 305/14, de 20 de Novembro, nomeadamente PRODEL (produção), RNT (Transporte) e ENDE (Distribuição).

Um dos objectivos do diploma publicado é a aplicação de tarifas que reflectam "de forma mais realista" o custo das operadoras. Quer isto dizer que o preço da electricidade vai subir de uma forma progressiva, ou haverá um aumento substancial no imediato?

Os preços de venda devem, pelo menos, reflectir os custos para que haja sustentabilidade, Entretanto, devido à enorme diferença que existe entre o valor

real e as tarifas fixadas, creio que esse acerto será gradual, ainda que possa haver um incremento maior no início. Na verdade, o último acerto tarifário foi feito em 2006 e, de lá para cá, esse valor foi sendo corroído pela inflação ao longo de oito anos. Para que as empresas voltassem a cobrar o valor que havia em 2006, seria necessário haver um certo incremento, repito, apenas para compensar os efeitos da inflação.

Considerando que, em 2006, a tarifa média já estava abaixo da verdade económica, podemos imaginar quão desfasadas estão agora: entre 20% e 23% do valor médio real. Isso quer dizer que o Estado subsidia entre 77% e 80% da energia eléctrica. Com toda a certeza, esse processo de convergência entre a tarifa e o valor real vai precisar de vários anos, tendo em atenção as repercussões na economia e na vida dos cidadãos que um aumento exponencial poderia provocar.

Os objectivos propostos pelo Executivo de chegar a uma taxa de electrificação de 60% em 2025 são realistas, tendo em conta o que ainda é necessário fazer e investir no sector?

É um objectivo alcançável se for possível manter um nível de investimento significativo nos três segmentos de valor: produção, transporte e distribuição.

Qual será o papel dos privados nesta reestruturação? Entrarão na produção, comercialização e transporte?

A atracção de capital privado para participar no esforço de electrificação é um dos objectivos do Decreto Presidencial 256/11, e estão a ser criadas condições para estimular cada vez mais a participação privada. No momento, podem já participar na produção, o que, na verdade, já acontece com várias empresas (como, por exemplo, a Hidrochicapa, na Lunda Sul, a Biocom, na região de Capanda, a Kanazuro, nas Mamubas e Lomaum, etc.). Na Distribuição, poderão participar dentro de algum tempo, quando a base legal necessária estiver pronta. Quanto ao Transporte, por imperativo legal, poderão participar apenas em ligação com a RNT, podendo ser acertado caso a caso.

Será possível continuar com o investimento previsto no sector eléctrico tendo em conta o cenário internacional de baixa de preços de petróleo?

Se considerarmos que o Produto Interno Bruto (PIB) não petrolífero é ainda insignificante, então são de esperar repercussões no próximo ano, o que, de uma ou de outra forma, se reflectirá também no sector eléctrico. Não obstante, o que está previsto é que os projectos em curso prossigam em 2015.

Penso que o cenário tenderá para um certo equilíbrio em 2016, ainda que sem alcançar os preços de 2013 por exemplo.

O reforço do Instituto Regulador do Sector Eléctrico (IRSE) é fundamental para a reestruturação resultar?

Sem qualquer dúvida. O IRSE é determinante para a criação de condições que permitam a estabilidade do mercado, a fiscalização, etc., pedras fundamentais para o crescimento da indústria de produção, transporte e distribuição de electricidade. Todos os produtores e os concessionários de redes de distribuição vão relacionar-se com o IRSE e com o operador de mercado (RNT) através dos CAE (contratos de aquisição de electricidade, os designados PPA) ou CAR (contratos de acesso à rede), e isso só é possível num cenário onde tudo esteja bastante bem clarificado, com a base legal bem clara e estabelecida.

8.12 Fornecimento de água potável regista bons níveis

Jornal Economia e Finanças

15 De Dezembro de 2014

Texto: António Eugénio

Cerca de 76.000 ligações domiciliárias foram efectuadas recentemente na localidade dos Mulenvos, município de Viana, em Luanda, para garantir o aumento do consumo de água potável, junto das comunidades.

Segundo o presidente do Conselho de Administração da Empresa Pública de Aguas de Luanda (EPAL), Leonildo Ceita, com o cumprimento do projecto, esta garantido o abastecimento eficaz da água.

Falando à imprensa, o gestor frisou que a conclusão das ligações dos Mulenvos termina ainda este ano, com uma abrangência de residências que ainda não beneficiaram do projecto.

No âmbito das ligações domiciliárias, a Epal já cumpriu com os projectos que abrangem os bairros Malueca, Bananeira, Km 9B e 14B.

Benefícios

Esta iniciativa faz parte do projecto do Executivo angolano, que prevê 700.000 ligações para as zonas periféricas da cidade capital, iniciado em 2012, que vai ser alargado até ao primeiro semestre de 2015.

Leonildo Ceita acrescentou que apesar de não ter sido atingida a meta traçada em relação ao número de ligações que devem ser feitas para toda Luanda,

esforços serão incrementados para beneficiar a população de várias localidades da capital.

"Devido as dificuldades financeiras, o pagamento da água, pode ser feito faseadamente ou na sua totalidade, desde que a taxa de ligação não ultrapasse os seis meses, para que as receitas arrecadadas possam ser empregues noutros projectos".

Taxa de cobertura

Dados do Ministério da Energia e Aguas indicam que 60 por cento da população das zonas rurais do país já beneficiaram do programa "Água para Todos", até finais de 2013, o que representa um crescimento de 5 por cento face ao ano anterior. Segundo a fonte, a taxa de cobertura será de 80 por cento até 2017.

Em 2013, foram concluídos 466 pontos de água e 167 novos pequenos sistemas de abastecimento.

Ao todo, os trabalhos desenvolvidos em 2013 permitiram levar água potável a 432.701 novos habitantes em todo o país, com particular incidência nas províncias do Uíge, Luanda Sul e Benguela.

Estes números devem aumentar, tendo em conta as inúmeras obras que se encontram em curso, numa iniciativa do Governo central bem como do local, medida que permitira aumentar significativamente a taxa de cobertura actual.

Com este quadro, e considerando o objectivo social e humano do programa, as metas traçadas pelo Executivo tem estado a ser concretizadas cada vez mais, prevendo-se que este ano o projecto possa abranger todos os municípios do país.

A localidade de Onga Zanga, município de Icolo e Bengo, província de Luanda, vai contar com um centro de formação profissional para o sector das águas.

O acto do lançamento da primeira pedra aconteceu no passado dia 13 e foi testemunhado pelo director nacional das Aguas, Lucrecio Costa, e pelo embaixador da União Europeia em Angola, Gordon Kricke.

Segundo uma nota a que tivemos acesso, o projecto tem como base o "programa de apoio ao desenvolvimento institucional dos sectores de água e saneamento em Angola", desenvolvido pelo Ministério da Energia e Aguas, através da Direcção Nacional das Aguas (DNA), e financiado pela União Europeia.

Projecto

A edificação do centro de "Onga Zanga" resulta de um processo de trabalho e de investigação sobre as necessidades para o apetrechamento da DNA com o equipamento eficaz para a formação de quadros a nível nacional.

O centro que será erguido pela construtora Imovias terá, numa primeira Fase, um investimento global de 527,8 milhões de kwanzas, com um prazo de execução total de 18 meses e uma área de construção de 3.600 metros quadrados.

O projecto prevê a execução de quatro edifícios destinados a serviços de apoio (bloco A), salas de aula e laboratório (bloco B) e dormitórios (blocos C e D), bem como de habitação para o director do centro.

Para a segunda fase, esta prevista a construção de três edifícios para os professores, Jango, campo de jogos e arranjos exteriores, bem como a execução de outras infra-estruturas de apoio.

Para esta empreitada, a Imovias estima empregar cerca de 120 trabalhadores, 95 por cento dos quais serão nacionais.

Actuação

A Imovias é uma empresa que actua no sector da construção civil e na manutenção e gestão de activos, uma sociedade de direito Angola no, com sede em Luanda com representação e actuação desde 2008 em diversas províncias do país, nomeadamente Cabinda, Bie, Uíge, Cuanza Norte, Malanje e Benguela.

De acordo com a estratégia de expansão da construtora, as províncias do Cuando Cubango, Cuanza Sul, Huíla, Zaire e Huila também contarão com representações.

Este ano, a Imovias conta com um volume de facturação de cerca de 2 mil milhões de kwanzas. Para o próximo ano, a construtora terá uma carteira de empreitadas de 3,5 mil milhões de kwanzas.

Em 2015, a construtora prevê investir num novo estaleiro central, onde serão erguidas as futuras instalações sociais e de apoio ao processo produtivo.

8.13 Novo sistema no Bom Jesus

Jornal de Angola
19 De Dezembro de 2014

O Presidente do conselho da administração Empresa Pública de Aguas de Luanda (EPAL), Leonídio Ceita,

anunciou para 2015, o início das obras de execução dos projectos denominados Bita e Quilonga.

Em declarações a Angop, Leonídio Ceita garantiu que as condições técnicas, humanas e financeiras estão criadas para o início das obras dos postos de distribuição de água potável.

"Um vai ser construído na localidade de Bom Jesus, município de Icolo e Bengo. Vai abastecer toda a zona sul de Luanda e Catete. o projecto do Bita vai ser instalado num ponto próximo e servir a parte centro e norte. Cada um vai produzir 500 milhões de metros cúbico de água potável por dia", explicou.

Outros projectos

Para além destes projectos, destacou igualmente outros de menor dimensão já concluídos, na urbanização do Quilometro 44 que vai aumentar o número de clientes, que actualmente se cifra em 500 mil. Garantiu para o próximo mes de Fevereiro a inauguração da subestação de agua de Calumbo, no município de Viana, que vai abastecer as populações de Calumbo, Zango e Centralidade do Kilamba.

Quanto a rede antiga, na Baixa de Luanda, disse que a maior parte já foi substituída, faltando algumas zonas, no distrito urbano da Ingombota e parte da Maianga que igualmente estão na prioridade no próximo ano.

Leonídio Ceita acrescentou que um dos objectivos é o reforço da rede e elevar o fornecimento e consumo da água potável.

8.14 Desce

Novo Jornal
19 De Dezembro de 2014

Começa a ser useira e vezeira a publicação de notícias a indicar que a Empresa de Distribuição de Aguas de Luanda (EPAL) registou prejuízos na sua facturação mensal. Esta semana, as notícias falam em prejuízos de cerca de 3 milhões Kz, por incumprimento de pagamento de consume, por parte de alguns clientes. Ao invés de se estar constantemente a imputar culpas aos clientes, talvez, este seja o tipo de situação que requer da direcção da EPAL um novo posicionamento para dirimir o problema. Como e consabido, por regra a EPAL, em situações do género, prima pelo corte no fornecimento da agua, quando, se calhar, haverá medidas mais eficazes. Por que não, por exemplo, "imitar" a política dos contadores pré-pagos como faz a EDEL?

8.15 Calotes na EPAL chegam aos 36 milhões de Kwanzas

Jornal a Capital

19 De Dezembro de 2014

A Empresa de Distribuição de Aguas de Luanda (EPAL) regista, mensalmente, prejuízos de aproximadamente três milhões de kwanzas, por incumprimento de pagamento de consumo, por parte de alguns clientes.

O Presidente do Conselho de Administração, Leonídio Ceita, que falava, esta quarta-feira, no acto de entrega de 47 mil ligações domiciliárias, no Cazenga, disse que as actuais receitas não reflectem sobre o valor real de exploração e dos investimentos feitos pelo Executivo, no sector, em Luanda. "Aproveitamos a oportunidade para apelar a todos aqueles que tem agua em casa, e mesmo não recebendo a factura, que se dirijam para uma agencia, pois, por mensagem, via telefone, a EPAL envia a conta", explicou.

Acrescentou que o consumidor tem a possibilidade de pagar de varias formas, através de agencias bancárias ou negociando com a EPAL, onde cada caso e analisado e chega-se a um acordo. Leonídio Ceita disse que a outra prioridade será sensibilizar a população que "a agua e um bem social", mas que devem pagar o consumo para permitir angariar receitas para a melhoria dos serviços e para que o liquido chegue em qualidade e quantidade a todos, lamentando" o facto de as instituições publicas continuarem a ser as principais devedoras.

8.16 Inaugurados sistemas de abastecimento

Jornal de Angola

23 De Novembro de 2014

Text:Joaquim Júnior

Dois sistemas de fornecimento de água tratada para a população das regedorias de Kindando, município do Negage, e Quilomosso, na sede provincial do Uíge, foram inaugurados sexta-feira Última, pelo ministro da Energia e Aguas, João Baptista Borges, no quadro do Programa "Água para Todos".

Com 1.400 habitantes, o sistema de abastecimento de água instalado no Quilomosso funciona com um reservatório com capacidade para 24 mililitros de água, enquanto o instalado no Kindando tem capacidade para fornecer 305 metros cúbicos de água.

A administradora municipal do Negage afirmou que com a entrada em funcionamento do novo sistema elevou para 13 0 número de aldeias com água potável. Rosa Garcia anunciou que outros equipamentos estão a ser instalados em mais quatro localidades do município, vamos continuar a trabalhar para conseguirmos cobrir 82 aldeias do município", garantiu. "Sinto-me muito contente porque passávamos mal para conseguir água para o consumo. Andávamos cerca de dois quilómetros a pé para buscar água no rio. Mas agora é diferente. Os chafarizes estão mesmo a porta das nossas casas", exteriorizou a aldeia Rosa Ernesto.

Em declarações a imprensa, o ministro da Energia e Aguas, João Baptista Borges, disse que o investimento resulta da preocupação do Governo em levar água potável as zonas rurais do país.

Água para Todos

"Os empreendimentos inaugurados inscrevem-se no Programa Agua para Todos. Esse plano pretende que, ate 2017, pelo menos 80 por cento da população beneficie de água corrente e potável", afirmou João Baptista Borges.

o ministro lembrou que com a recente criação da Empresa de Aguas do Uíge, resultante de um acordo entre o Ministério e o Banco Mundial, o numero de consumidores de agua potável naquela província vai aumentar claramente. Salientou que o referido programa contempla ainda a formação de recursos humanos das empresas e compra de meios técnicos e de locomoção.

Os projectos inseridos no Programa "Água para Todos", na província do Uíge, sob a responsabilidade do Ministério da Energia e Aguas estão a ser executados em 24 aldeias, pela empresa Owini, unidade de negócios de água do Grupo Mitrelli.

Luz eléctrica

Na reunião com os membros do governo local, o governador Paulo Pombolo sugeriu a construção de mini-hídricas na província. Em resposta, o ministro da Energia e Aguas anunciou que Angola vai conhecer um aumento significativo da disponibilidade energética, tão logo sejam concluídas as obras nas barragens de Cambambe e Lauca, passando a capacidade de fornecimento de 160 para 760 Mega watts de energia.

Enquanto se aguarda pela materialização dos projectos, João Baptista Borges garantiu para breve o reforço da capacidade da Central Térmica instalado na província do Uíge, com equipamentos capazes de assegurar a iluminação nas vias públicas, principais

instituições e edifícios da cidade. O Ministro defendeu para os municípios, a formação dos técnicos que manipulem os grupos geradores com objective de melhorar a manutenção dos equipamentos permitindo alargar as horas de fornecimento de energia eléctrica aos munícipes.

Lembrar que nos diferentes bairros da cidade do Uíge decorrem trabalhos de expansão e Requalificação da rede de distribuição de energia eléctrica, Dados da Empresa Nacional de Electricidade divulgados recentemente indicam que nos referidos bairros já foram implantados 359 postes de média e 2.113 de baixa tensão.

Equipamento instalado no Kindando tem capacidade para fornecer 305 metros cúbicos de água, que corresponde a 35 mililitros, 16 chuveiros, oito torneiras e igual número de tanques para lavagem de roupa e Ires chafarizes.

8.17 Instalados chafarizes em bairros do Luena

Jornal de Angola
27 De Dezembro de 2014
Texto: Daniel Benjamim

O bairro Alto Campo, arredores da cidade do Luena, tem quatro novos chafarizes que melhoraram o abastecimento de água aos habitantes.

Os equipamentos fazem parte do projecto de abastecimento de água potável aos moradores do Luena, através do novo sistema de distribuição e captação, construído no rio Lumeje, em Canhengue.

O encarregado da obra, Ricardo Mbuebo Koza, disse que a empreitada, iniciada em Dezembro de 2012, esta praticamente concluída e disse que vão ser ainda construídos mais 105 chafarizes em todos os bairros da periferia do Luena.

"Neste momento estão concluídos 38 chafarizes. Em alguns bairros temos encontrado dificuldades, já que não existe espaços próprios para construirmos os chafarizes", disse.

Uma moradora do bairro Alto Campo, Vilma José, disse que o governo esta a trabalhar na melhoria das condições básica das populações já que no passado tinham grandes dificuldades para adquirir água potável, agora a situação está ultrapassada.

"Como beneficiaria só tenho a "aconselhar aos demais consumidores a cuidarem deste bem público. Temos de ser os principais responsáveis dos chafarizes, evitando com que haja vandalismo e

outros males que possam colocar em risco, inclusive a qualidade da água", disse Vilma José.

8.18 Água chega a milhares de habitantes da Huíla

Jornal de Angola
30 De Dezembro de 2014
Texto: Estanislau Costa

Mais de 600 mil pessoas das zonas rurais e urbanas da província da Huíla passam a consumir água potável, fruto da materialização do Programa Água para Todos, que instalou nas áreas habitadas, vários sistemas de captação e distribuição.

Nos municípios mais afectados pela estiagem prolongada, como Gambos, Chibia, Quipungo, Quilengues e Lubango, além dos sistemas de captação, tratamento e distribuição, foram construídos bebedouros e chimpacas nas zonas onde os criadores tradicionais apascentam o gado.

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Typinge, ao fazer o balanço de 2014, considerou positiva a execução dos projectos, fundamentalmente nos sectores das Aguas, Saúde e Energia.

João Marcelino Typinge agradeceu a colaboração dos membros do Governo Provincial, igrejas e sociedade civil, apelando a todos para estarem disponíveis a tempo integral para os desafios de 2015.

O Plano Director de Águas da Cidade do Lubango, sede da província da Huíla, contemplou 3.500 famílias residentes nos bairros Comandante Cowboy, Comandante Nzagi, Lage e Sofrio.

Estes melhoramentos resultam da execução do projecto que visa a substituição da antiga rede de distribuição, concebida na época colonial para atender apenas 30 mil pessoas. As obras iniciadas há dois anos esventraram durante o ano de 2014, várias avenidas da cidade do Lubango, provocando constrangimentos ao trânsito. O mau estar criado começa a ser compensado com a colocação de asfalto nas valas onde foram instaladas as novas tubagens, contadores nos domicílios, sistemas de abastecimento de água aos bombeiros ao longo das ruas do Lubango.

O governador da Huíla informou que o projecto, apoiado pela Alemanha, orçou em 90 milhões de Euros. O director Provincial da Energia e Águas, Abel João da Costa, disse ao Jornal de Angola que o projecto está praticamente concluído e vai levar a água à população do casco urbano e da periferia.

Equipamentos nas missões As missões católicas, históricas na formação de quadros em quantidade e qualidade, contam com novas infra-estruturas de impacto social para assegurar o processo de ensino, formação técnica e profissional, distribuição de alimentos e vestuário as crianças e jovens.

A construção e apetrecho de escolas e lares estão a beneficiar a 500 crianças vulneráveis e jovens, sob cuidados de quatro missões da igreja Católica da província da Huíla. Os imóveis custaram ao Estado mais de 100 milhões de Kwanzas.

Entre os empreendimentos colocados à disposição dos missionários, constam internatos femininos e masculinos das missões Católica do Sendi, no município do Quipungo, com capacidade para 69 crianças e da Vila da Ponte, no Cuvango, projectada para 74 crianças.

Constam ainda os internatos femininos e masculinos da missão Católica de São Carlos Luanga, na comuna de Ngola, em Caluquembe, o lar feminino das Irmãs Teresianas e o Centro de Apoio à Criança Estudante, no bairro da Mitcha, arredores da cidade do Lubango. Os três infantários têm 398 crianças e possuem refeitórios, dormitórios, salas de aulas, parques de recreio e lazer.

Novas escolas

A execução do Programa., Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza favoreceu a construção de um número considerável de salas de aulas, nos 14 municípios da província da Huíla, permitindo o aumento da capacidade de inserção de crianças em idade escolar.

Marcou o ano lectivo que está prestes a findar, a entrega da escola do ensino primário do primeiro ciclo com capacidade para 540 alunos, no sector do Gando, comuna de Ngola, município de Caluquembe, por fazer com que os alunos deixassem de estudar debaixo das árvores. Agora vão receber aulas em melhores condições.

No local foi construído uma casa do tipo T3 para acomodar os professores e um sistema de captação e distribuição de água potável para servir acima de 20 mil populares da localidade. Na sede de Caluquembe foi lançada a primeira pedra para a construção de uma escola de 24 salas de aulas, projectada para albergar 1.880 alunos.

8.19 Telemóveis ajudam a fornecer água nos musseques

Jornal Expansão

31 De Outubro de 2014

Ana Paulina, uma 'zungueira' de 40 anos, em Luanda, carrega garrações de plástico com água quatro vezes mais pesadas do que uma bola de bowling sobre a cabeça, todas as manhãs, em viagens de 400 metros até ao fornecimento mais próximo.

É uma carga compartilhada por muitas mulheres na capital de Angola, a cidade de maior crescimento da África Subsaariana. O país é o segundo maior produtor de petróleo do continente. Mesmo assim, ter água corrente em casa continua a ser apenas um sonho para a maioria das famílias.

Agora, a tecnologia dos telemóveis está a ajudar a aliviar os problemas de obtenção de água na economia que vale 122 mil milhões USD. Essa tecnologia faz parte de progressos feitos de Angola até à Tanzânia e à Índia; que permitem a pessoas como Paulina encontrar as torneiras comunitárias mais próximas em funcionamento, onde as pessoas podem comprar água a menos de um décimo do preço cobrado por fornecedores com camiões.

Neste ano, a Mobile Enabled Community Services, uma associação do sector que apoia quase 800 operadores da Groupe Spéciale Mobile Association no mundo inteiro, e a agência de socorro Development Workshop lançarão um programa para localizar as torneiras mais próximas em funcionamento, informar sobre avarias e pagar água a uma fracção do poço normal.

E uma boa notícia para Paulina, mãe de sete filhos que gasta entre 70 e 90Kz por cada recipiente de água comprado a vendedores privados pela falta de uma torneira comunitária.

"É cansativo e desapontado r ter de carregar garrações com água na cabeça todos os dias no século XXI", diz.

Comércio informal

A água corrente é esquiva e escassa. Num país de 24 milhões de habitantes, as autoridades estimam que o comércio informal de água em Angola seja de 250 milhões USD por ano.

Agora, canos enferrujados que partem com frequência após-décadas de abandono, resultantes de uma guerra que teve o seu fim em 2002, poderiam converter-se em relíquias do passado. Em Agosto, o diário estatal Jornal de Angola informou que o

Governo planeia gastar 139 milhões USD para actualizar os centros de distribuição de água e construir novos reservatórios na capital.

O projecto, no valor de 324 mil USD, contará com a ajuda dos dispositivos móveis para facilitar a vida aos cidadãos de Luanda. Financiado pelo Reino Unido inicialmente, depois de um projecto-piloto no Huambo, Allan Cain, director do Development Workshop, quer agora expandir o programa com ajuda do Governo de Angola.

A ideia é simples cada torneira tem um responsável com um telemóvel que cobra 5 Kz por garrafão de água e reporta problemas utilizando uma série de códigos a um banco central de dados, que marca as operações com pontos verdes ou vermelhos num mapa da cidade. Os telemóveis que podem ter esta aplicação são comuns na população, até mesmo nos musseques, disse.

Angola, provavelmente, já terá gasto cerca de 2 mil milhões de USD no seu programa Agua para Todos desde seu início, em 2007, segundo Allan Cain. A meta é fornecer uma torneira até cem metros de distância a 80% da população urbana e à totalidade da população rural, adiantou.

Comércio de água

Contudo, a falta de manutenção tem impedido o programa Agua para Todos de atingir a sua meta de alcançar dois terços da população, além de permitir o crescimento acelerado do comércio informal de água, disse Allan Cain.

A água pode custar um quarto do rendimento familiar quando o preço de encher um garrafão num camião-tanque privado custa entre 50 e 90 Kz por unidade. Em condições normais, a água deveria custar entre 3% e 5% do rendimento.

Quando pode pagar, Paulina utiliza tecnologia dos telemóveis para usar outro serviço na rotina diária para obter água: pedir o seu envio por triciclo motorizado a 90 Kz por garrafão.

"Com uma simples mensagem de texto, eu contrato alguém para levar a água por mim", disse ela. "Faço isso para aliviar um pouco a minha vida", explicou.

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

9.1 80% Das mulheres angolanas são vítimas de violência doméstica

Jornal a república
05 De Dezembro de 2014

Oito em cada 10 mulheres em Angola já foram vítima de violência doméstica, segundo o relatório do Índice de Género e Instituições Sociais da OCDE divulgado sobre a discriminação das mulheres.

O documento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) apresenta a prevalência de discriminação em instituições sociais e promove a importância de normas sociais convencionais na defesa da igualdade de género – Índice de Género e Instituições Sociais da OCDE. Enquanto que a média dos 108 países avaliados é de 30%, em Angola 80% das mulheres dizem ter sido vítimas de violência de homens, enquanto no outro extremo, no Canadá, apenas 7% das mulheres alegaram violência doméstica. Angola ficou na 57.ª posição da tabela geral, registando também elevados níveis de discriminação no poder de decisão das mulheres dentro da família, no acesso a bens e recursos e na participações social e política.

O melhor desempenho regista-se no tratamento dos filhos onde a desigualdade de género é considerada "baixa".

A edição deste ano do Índice pretende identificar e avaliar discriminação baseada no género em leis, atitudes e práticas em 160 países, mas só produz uma tabela de 10 países devido à falta de informação comparativa sobre o tema em alguns países, como Portugal, Cabo Verde ou São Tomé e Príncipe.

9.2 Policia e ONG lançam projecto de combate a violência doméstica

Semanário Manchete
05 De Dezembro de 2014

Um projecto de cooperação sobre "Violência no género" em parceria entre o comando provincial da Policia Nacional do Cuanza Norte e a ONG "Médicos Mundo" foi apresentado quarta-feira, em Ndalatando (sede da província).

O projecto foi apresentado pela coordenadora geral dos Medicos Del Mundo em Angola, Margarita

Sanmantin Camacho, e consubstancia-se na implementação de acções que visam reduzir os índices de violência doméstica na região, contando para tal com o envolvimento dos efectivos do Ministério do Interior.

Segundo a responsável, o projecto prevê a formação de efectivos do Ministério do Interior em matéria de género, violência doméstica e atendimento de qualidade as vítimas de violência, incluindo a tramitação atempada dos casos de violência a outros serviços.

A formação de equipas policiais de combate a violência no género, realização conjunta de actividades de sensibilização nas comunidades sobre o ser desenvolvido pelo projecto.

Ao intervir no acto, o segundo comandante da Policia Nacional para a área de Protecção e Intervenção no Cuanza Norte, subcomissário Francisco Fausto disse que as mulheres e crianças continuam ainda a ser as principais vítimas da violência doméstica.

Solicitou o envolvimento de toda sociedade no combate a este mal que a prevenção e o combate a violência doméstica constituem, actualmente, uma das maiores preocupações do Executivo.

Adiantou que no Cuanza Norte, a Policia na sua vertente pedagógica tem incidido as suas acções, em services de piquete ou no policiamento de proximidade, no aconselhamento directo aos cidadãos sobre as consequências da violência doméstica na família e na sociedade.

Indicou o diálogo no seio familiar como uma das soluções para acabar com a violência nos lares. "Avizinha-se a quadra festiva, período em que as mulheres tendem a ser negativas devido ao ambiente frenético da época, associado ao consumo exagerado de álcool, por isso apelamos ao diálogo no seio das famílias", exortou.

A ONG "Medicos Del Mundo" esta presente no Cuanza Norte desde 2011 e tem projectos direccionados na formação de activistas em saúde comunitária nos municípios de Cazengo, Lucala, Samba Caju e Ambaca, com realce para as áreas de saúde sexual, reprodutiva e luta contra o VIH Sida.

9.3 Sob a Égide da PMA Dezasseis dias de activismo contra a violência

Jornal Acapital
06 De Dezembro de 2014

A plataforma de Mulheres em Acção (PMA); uma organização da sociedade angolana engajou-se na realização de uma conferência sobre 16 dias de activismo contra a violência baseada no género, uma actividade que decorre em todo O mundo. Entre nós, aqui em Angola, a mesma decorreu no anfiteatro do Instituto Nacional da Criança (INAC), de 04 a 05 de Dezembro e juntou várias organizações da sociedade civil, que abordaram diversificados temas para a reflexão da sociedade, no que a violência no género diz respeito.

Temas como Violência Patrimonial, Saúde e Género, Mecanismos Internacionais, Regionais e Locais de Promoção e Protecção dos Direitos da Mulher, Género e Desenvolvimento Comunitário, Promoção da Vocação Feminina nas Igrejas foram amplamente discutidos pelos participantes de diferentes organizações, tais como do Conselho de Igrejas Cristãs em Angola (CICA), Igreja Baptista em Angola (IEBA), União Cristã Feminina (UCF), Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade do Género (FMJIG) e da própria PMA, bem como da Igreja Norueguesa, o financiador da referida actividade. Tal como ficou patente nesta conferência, os objectivos são de apelar, exortar à eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres, alertar que a violência baseada no género é uma questão de direitos humanos a nível local, regional, e internacional, reforçar as iniciativas contra a violência de género, demonstrar solidariedade para com as mulheres, criar ferramentas de pressão governamental e promover espaço para desenvolver e partilhar novas estratégias. Facilitaram os temas acima descritos vários especialistas angolanos, tais como: o Frei Júlio Candeeiro, a assistente social e mestranda em Governação e Gestão Pública Teresa Quivienguele, a jurista Ana Celeste, o Dr. Luís Samacumbi e ainda o Reverendo Luís Nguimbi, ligado ao CICA.

9.4 Construção em zona ribeirinha em análise

Jornal de Angola
07 De Dezembro de 2014

Consultores da Casa Civil da Presidência da República inteiraram-se em Menongue, capital do

Quando Cubango, do projecto para a construção de moradias com quatro pisos, na zona ribeirinha do bairro Vitória, junto ao rio Kwebe.

A equipa de consultores, que visitou a região no final de semana, é composta por Sandra Miranda e José Manuel, que trabalharam com o vice-governador para área técnica e infra-estruturas, Joaquim Malitchi. Os consultores, que fazem o acompanhamento do projecto estruturante das obras, trabalham trimestralmente com a empresa executora da empreitada, Andrade Gutierrez, e a fiscalizadora Soenco.

João Dinheiro, coordenador do projecto da zona ribeirinha, disse que a visita consistiu na avaliação do andamento das obras, tendo adiantado que a aplicação do projecto decorre de forma satisfatória. Na área de implantação do projecto são construídas 12 moradias com quatro pisos cada, que correspondem a 32 apartamentos de tipologia T2, para o realojamento e famílias que se encontram junto da zona ribeirinha. Depois da conclusão de 32 apartamentos, garantiu o responsável, são construídas 150 moradias na localidade do Kwenha, arredores da cidade de Menongue, entre as quais 20 da tipologia T3, acabadas, e 120 evolutivas, para as famílias realojadas.

Esta zona do Kwenha mereceu igualmente a visita dos consultores das empresas envolvi das e do vice-governador do Quando Cubango para os serviços técnicos e infra-estruturas.

9.5 Policiamento de proximidade combate criminalidade

Jornal de Angola
07 De Dezembro de 2014

O Comando-Geral da Polícia Nacional lançou na Cidade do Kilamba um novo sistema de policiamento de proximidade, modelo que vai ser reproduzido em todo o território nacional. O director do Gabinete de Comunicação e Imagem e Porta-Voz da corporação, comissário Aristófares dos Santos, falou ao Jornal de Angola sobre as vantagens deste tipo de policiamento comparou-o com os outros: modelos existentes.

Por André da Costa

JA – Quais as vantagens do policiamento de proximidade?

AS – Existem vários modelos de policiamento, como o tradicional ou clássico, o comunitário e outros. O policiamento de proximidade consiste em acções baseadas na presença e permanência de efectivos

policiais nas via pública, interagindo com cidadãos. Neste modelo, estabelece-se uma parceria entre a Polícia Nacional e os cidadãos. A polícia desenvolve actividade de mediação de conflitos nas comunidades.

JA – Até que ponto essa mediação de conflitos é vantajosa para os cidadãos?

AS -Tem grandes vantagens porque acaba por criar um ambiente mais saudável na relação polícia – cidadão. Os agentes privilegiam a prevenção e acabar por evitar que os factos ocorram porque chegam antes. É preciso que os polícias recebam orientações de como cooperar com as comunidades onde trabalham conhecendo os moradores e os seus problemas. O policiamento de proximidade visa prevenir o crime e responsabilizar os cidadãos pela sua própria segurança.

JA – Em que consiste o modelo comunitário de policiamento?

AS – Este é um modelo que consiste numa filosofia estratégica e organizacional, criando condições para uma parceria entre a polícia e a comunidade. A questão fundamental é que a Polícia e a comunidade devem trabalhar unidas na identificação e solução dos problemas, como nos casos de crimes graves. O policiamento comunitário propicia uma maior aproximação dos efectivos policiais às comunidades onde actuam, tendo em atenção o respeito pelos direitos humano.

JA – Qual é a diferença do modelo de policiamento tradicional?

AS – O modelo tradicional é em essência reactivo. Temos as esquadras de polícia equipadas com forças e meios que reagem aos acontecimentos em função das notícias que chegam ao seu conhecimento. Este modelo, as polícias criam unidades com meios de trabalho e, de forma aleatória, realizam patrulhas, mas a acção é reactiva. É uma polícia que reage em função do crime ocorrido e não há a prevenção do crime. É um modelo em desuso, porque nas sociedades democráticas a pro-actividade é sempre desejável em detrimento da reactividade.

JA – Qual é o modelo ideal a aplicar em Angola?

AS – Não há hoje um modelo de policiamento ideal. Todos têm vantagens e desvantagens, por isso, hoje muitas polícias no mundo optam por uma combinação de modelos, embora haja a tendência para os modelos de policiamento de proximidade ou comunitário. Alguns países europeus, como Portugal e França, optaram pelo policiamento de proximidade,

ao passo que alguns países da América Latina, como o Brasil, optaram pelo policiamento comunitário.

JA – Como é feita essa combinação, se são modelos distintos?

AS – Ao optar por um modelo de policiamento de proximidade, o Estado procura estabelecer a confiança mútua entre a Polícia e o cidadão, com vista a reduzir os índices de criminalidade através de acções qualificadas de forma comunitária e, para tal, são dados passos de prevenção, com a permanência dos agentes na via pública para patrulhamento e mediação de conflitos. Aqui dá-se grande atenção às vítimas

dos crimes, aos grupos vulneráveis e todos os efectivos estão preparados para intervir. Não sendo possível evitar que os crimes ocorram, a repressão é necessária. E a Polícia, ao usar repressão, está a puxar uma ferramenta do modelo de policiamento tradicional e a integrá-la no policiamento comunitário.

JA – Qual é o modelo de policiamento usado em Angola?

AS – Os modelos são criados em função dos regimes políticos existentes em cada Estado e temos que saber diferenciar as polícias nos estados democráticos e nos estados não democráticos. Angola viveu muitos anos num sistema de orientação socialista. Ao adoptar a democracia participativa, teve de alterar o modelo de

policiamento. Isso é um processo lento e prolongado, pois estamos a falar de uma área castrense, que não se muda do dia para noite. No passado, o nosso modelo era claramente o tradicional. Hoje estamos numa fase de adaptação a um novo modelo de policiamento do país.

JA – Tal como aconteceu na Cidade do Kilamba?

AS – O que aconteceu na Cidade do Kilamba foi apenas o início de acções que têm a ver com o modelo de policiamento de proximidade em Angola. São acções de proximidade policial, que visam melhorar as condições de segurança dos cidadãos. O que estamos a fazer no Kilamba é um projecto-piloto. O Executivo é que decide se mudamos ou não de paradigma.

JA – Mas como o Executivo pode fazer isso?

AS – O Executivo pode, através de propostas da Polícia nacional, definir o modelo de policiamento que mais se adequa à realidade objectiva do país. No actual programa do Executivo em matéria de

segurança, refere-se a adopção do modelo de proximidade em Angola e, para tal, são necessárias acções concretas, a

começar pela criação de legislação específica que responsabilize todos os actores sociais.

JA – O policiamento de proximidade ainda não foi adoptado?

AS – Não há em Angola o policiamento de proximidade como um modelo. Há sim ferramentas

desse modelo que têm sido utilizadas de forma isolada, através de directivas do comandante-geral da Polícia Nacional, em 2009. Surgiram as brigadas de segurança escolar, várias iniciativas ligadas à reintegração dos jovens na sociedade após o cumprimento das penas, a criação de salas de apoio às vítimas nas esquadras, a criação de um portal da Polícia Nacional, a interacção nas redes sociais, os vários programas de rádio onde a Polícia aparece a dar conselhos úteis aos cidadãos e outras acções de proximidade. Essas iniciativas não devem ser confundidas com um modelo propriamente dito, porque não há ainda um assumir total desse modelo por parte do Estado.

JA – Mas é esse o modelo a seguir no futuro?

AS – Há acções que a Polícia tem de fazer, existe a preparação cuidada dos efectivos para lidar com os cidadãos. Há dois anos, realizamos, no Palácio da Justiça, as primeiras jornadas sobre Segurança Pública e propusemos a criação do Conselho de Segurança, que é uma ferramenta fundamental para os cidadãos.

Essa documentação está e ser trabalhada ao mais alto nível, para ser aprovada.

JA – Como está o país em termos de segurança pública?

AS – As questões estão todas interligadas do ponto de vista prático. A segurança pública envolve o Estado e os cidadãos. Por ausência de uma política de segurança pública, às vezes, vemos os cidadãos responsabilizarem a Polícia pelo aumento de crimes, como se ela fosse a única responsável pela segurança pública.

JA – Os efectivos estão a ser preparados para o novo modelo?

AS – A preparação policial deve ser permanente e contínua. O polícia tem de perceber que a razão da sua existência é o bem-estar do cidadão, sob pena de vir a ser rejeitado pela própria sociedade de que é parte integrante. Por isso, no âmbito do programa de

modernização e desenvolvimento da Polícia, existe uma área importante ligada à formação. Temos hoje um instituto médio e superior de formação policial e várias escolas de polícias, além da formação contínua que ocorre um pouco por todo país. Mas a adaptação das forças de segurança é um processo que leva tempo.

9.6 Violência de género levado a Polícia

Jornal de Angola

08 de Dezembro de 2014

Os efectivos da Polícia de Intervenção Rápida (PIR), em Benguela, receberam ontem informações sobre a lei contra a violência no género, numa palestra promovida pela Direcção Provincial do Ministério da Família e Promoção da Mulher. Realizada no âmbito da Campanha dos 16 dias de activismo contra a violência no género, a palestra teve como objectivo esclarecer os presentes sobre a necessidade de maior divulgação e engajamento da sociedade para a eliminação das práticas.

A chefe de departamento da instituição, Ilda Águas, depois de explicar detalhadamente o conteúdo da lei e as causas da violência doméstica, caracterização da situação na província de Benguela, afirmou que as desigualdades na relação de poder e a discriminação no seio familiar têm -se traduzido em ofensas corporais e psicológicas.

A fuga à paternidade e o abandono da assistência alimentar aos filhos são, entre outros, os casos de maior prevalência, conforme disse a responsável, cujo fenómeno tem causado a desestruturação das famílias, o que deve ser combatido. "A violência como fenómeno social e humano é um mal a combater que tem merecido especial e redobrada atenção do Estado, como instituição actuante e garante da protecção e assistência as vítimas", disse. Ilda Águas reconheceu que no campo, nas cidades, em muitos lares, mulheres e crianças são na maioria vítimas de represálias dos seus maridos e suportam maus tratos, condicionando o esforço para cimentar a democracia e unidade nacional, a julgar pelas consequências que advêm da violência doméstica, como o abandono escolar, transtornos psíquicos, aumento da delinquência, o estigma, entre outros.

Os participantes, na qualidade de intervenientes sociais, devem compreender melhor a lei para fortalecer a protecção dos indefesos, já garantida pela Constituição do país, a prestarem também atenção especial aos interesses da mulher, idosos e criança.

A palestrante exortou ainda a violação sexual, que afectam maioritariamente jovens e adolescentes, para se evitar doenças sexualmente transmissíveis, principalmente a Sida, e a utilização da mulher como coisa descartável ou simplesmente elemento de prazer. Os efectivos da PIR receberam informações sobre os progressos já alcançados pelo Executivo contra a violência doméstica, a necessidade da realização de mais encontros e acções de sensibilização para a divulgação desta lei.

A ocasião foi aproveitada para os efectivos da PIR falarem das suas experiências, no que concerne à prevenção de conflitos nas comunidades rurais e tirarem dúvidas sobre a promoção da igualdade de género, punição dos infractores e necessidade de se ensinar o cidadão a ver a família como o núcleo fundamental da sociedade, esta última questão defendida pelo intendente chefe de educação moral e cívica do Comando da PIR, Raimundo Kativa.

O evento enquadrou-se no programa de actividades em saudação ao dia 25 de Novembro, instituído pelas Nações Unidas para o combate a este flagelo social que vítima principalmente crianças, mulheres e idosos. Os trabalhos tiveram início nesta data, com a realização de um debate radiofónico sobre o assunto, com a participação dos cidadãos e representantes do Ministério da Família e Promoção da Mulher, Ministério Público, Instituto Nacional da Criança e instituições religiosas.

9.7 Comandante pede as populações para fazerem denúncias

Jornal A república
12 De Dezembro de 2014
Texto: Inácio Cândido

O comandante do Comando Municipal do Cacuo, Joaquim do Rosário, pede as populações para fazerem denúncias quando tiverem perante um acto criminoso.

Com isso, e para viverem a quadra festiva com paz (todos municípios de Cacuo). O comandante municipal fez saber que depois da operação "Kutululuka" realizada na sua circunscrição, prenderam uma arma de fogo de tipo AKM e a mesma arma foi utilizada no homicídio.

O caso ocorreu no Bairro Augusto Ngangula. O homicídio ocorreu por volta das 4h Praticado por João Pedro, mais conhecido "Loco", de 20 anos de idade, e Nunes João Benjamim, conhecido por "Kale", solteiro de 22 anos de idade, foi vítima,

cidadão que em vida chamou-se Jacinto Alberto, de 40 anos de idade, comerciante.

"Nos tivemos apreensão três armas de fogo sendo uma AKM e duas pistolas de tipo macarofe, um gerador de marca Astra, uma motorizada Ling Keni sem chapa de matrícula de cor preta. E para os municípios de Cacuo festejar o Natal e a passagem de ano com paz e harmonia, nada de excesso e também não abusar do álcool", disse.

9.8 Moradores do Belo Monte regressam as casas

Jornal de Angola
12 De Dezembro de 2014
Texto: Rodrigues Cambala

Delinquentes armados assaltavam tudo e todos. Arrombavam casas. Até despovoaram o bairro o Belo Monte, no Cacuo, tem ainda casas fechadas, mesmo depois da segurança reposta pela Polícia Nacional. De tanto tiro, a noite, alguns moradores fugiram fora de Luanda.

Aos 28 anos, Alberto Yove tem no rosto as marcas dos excessos no consumo de álcool. Sentado num bloco junto a porta do casebre de chapa explica que a zona dos assaltos e mais abaixo. As chapas de zinco das casas reluzem ao sol. Há bairros que só se acredita na sua existência, estando lá. As vielas em zig-zague resultam das construções desordenadas. O Belo Monte e o Paraíso foram tornados de assalto pelos marginais. Os índices de criminalidade são elevados.

Alberto Chissengue, tem 43 anos e é o coordenador do Belo Monte. Sereno e numa voz gutural, indica a escuridão, resultante da falta de energia eléctrica, como um factor que contribuiu para os criminosos tomarem conta dos lares e das ruas. Cada morador desembolsou 30 mil Kwanzas, há três meses, para ser instalado um Posto Transformação (PT). Os "cobradores" nunca mais voltaram. Todos já se convenceram que foram vítimas de burlões.

"A população estava a ir embora. A vida de todos estava em perigo", diz o coordenador, que acedeu a fazer o papel de cicerone. A ao crescimento de forma vertiginosa da criminalidade. Viram-se forçados a abandonar a zona. A Polícia Nacional respondeu aos pedidos de socorro. Hoje já reina a calma. Os mais cépticos ainda não voltaram as suas casas. O bairro e pobre: te, casebres e gente humilde. Falta tudo: escola, hospital, esquadra da Polícia, água, energia eléctrica, espaços de lazer, transportes, padaria e igreja.

Nfundu, um cantineiro, não mede a fúria quando mostra ao repórter a parede perfurada com balas: "Eles levaram toda a mercadoria da cantina, ate os cartões de saldo", diz.

No momento do roubo, a casa estava cercada por marginais para impossibilitar a aproximação de um vizinho. Nfundu tremeu quando ouviu tiros. Pensou na morte e rezou. Levou uma coronhada: "Entraram e pediram dinheiro. Da o dinheiro, rápido", diz a mulher com o rosto fechado. Sem contabilizar os produtos da cantina e o valor dos cartões de recarga, os malfeitores roubaram 80 mil Kwanzas.

O coordenador Alberto Chissengue mora a cem metros de Bernardo. Ouviu os disparos e o grito de socorro, mas ficou fechado em casa: "ao podíamos fazer nada", admite Alberto.

De altura baixa e franzino, Bernardo Dinacomio, 52 anos, encerra a cantina as 17 horas e ruma para a nova casa. Gasta todos os dias dinheiro em táxis, mas ainda assim acha que vale a pena: "Já pedi aos meus filhos para voltarmos, eles não aceitam. cantina e fitanos com desconfiança. Abandona a cantina a pressa. A desconfiança ainda reina no seio dos moradores. Esta instalado um sentimento de insegurança.

Habitação do casal Bernardo Dinacomio, e Nfundu Manzuangani foi das primeiras a ser assaltadas. Um grupo de 14 marginais altamente armados arrombou, primeiro, o portão. De seguida, os bandidos atiraram com blocos e pedras contra a porta principal da casa. Na mesma madrugada, a cantina ao lado de Bernardo foi também assaltada.

Grito de Socorro

Esta família carrega ainda o trauma das ameaças de morte. As filhas recusam-se a regressar ao bairro. Para garantir a protecção da família, Bernardo arrendou urna casa no bairro da Mabor. É lá onde esta agora. Todos os dias vai ao Belo Monte apenas para cuidar do negócio da cantina. Os filhos já perderam o ano lectivo, pois a fuga não permitiu sequer a realização das provas finais. Há um mês, os moradores do Belo Monte lançaram um grito de socorro devido.

No beco seguinte, quatro pedras são balizas e os rapazes, descalços jogam futebol. Há casas fechadas. A maioria está desabitada. Regresso a casa Marta Ezequiel esteve refugiada no Calemba II na casa de familiares. Voltou a casa quando a Policia libertou o bairro dos bandidos. João Yambi, 66 anos, esteve no bairro das Quinhentas Casas, e retornou a casa há 15 dias, com a presença da Policia. Francisco Dias, 54

anos, regressou há uma semana, quando ouviu que o mais velho Yambi, tinha retornado ao bairro.

"Estou a incentivar as pessoas a voltarem as suas casas", explica Alberto Chissengue, que mostrou o terreno onde vai ser construído um posto da Policia Nacional. Nos principais pontos do bairro Belo Monte estão a ser instaladas esquadras móveis, Um adolescente espregueira pelo gradeamento da cantina e finta-nos com desconfiança, abandona a cantina a pressa. A desconfiança ainda reina no seio dos moradores. Está instalado um sentimento de insegurança.

Mementos de terror

Luta Gizela, 38 anos, abre o portão sem ranger. Atira a cabeça para fora. Caminha a passos de camaleão, na companhia de duas filhas, para indicar a porta gradeada arrancada a tiros.

A ranhura da fechadura foi perfurada com disparos, permitindo a entrada dos marginais para o interior da casa: "Os bandidos fizeram muitos tiros. Todos tinham armas. Nunca ouvi tantos tiros".

Durante o assalto, os marginais entraram no quarto das filhas de Gizela. Ela conta que ao tentar sair ouviu um disparo a perfurar a parede do quarto. Suplicou para deixarem as filhas em paz e em troca deu a mercadoria da cantina. Resultou na mesma madrugada que assaltaram a casa de Bernardo Dinacomio, Gisela teve a mesma sorte.

"Gritamos mas ninguém apareceu", conta com a voz branda, apontando para os sinais, muito visíveis, que provam que aquela porta tinha sido derrubada. Há dias, a porta foi chumbada.

Os assassinatos nas ruas. A morte a martelada de um morador. As violações sexuais de mulheres menores. Ate grávidas foram violadas pelos bandidos na presença dos maridos e pais. o terror entrou no bairro.

Vingança e ódio

"Estes crimes levaram a vingança. Alguns moradores apanharam o chefe dos bandidos e queimaram-no com pneus", revela Marta Ezequiel. o Coordenador do bairro mostrou a nossa reportagem o local em que ocorreu a morte do criminoso. "De manha encontramos o cadáver e comunicamos a policia, havia aqui muito ódio contra os marginais", acrescenta Alberto Chissengue.

Depois da morte do chefe dos bandidos, a criminalidade aumentou em flecha. Para evitar a retaliação dos marginais, os moradores abandonaram

as casas. "Alguns foram para as suas províncias" refere João Yambi, de cabeça rapada e camisola de alças. "Fui militar mas nunca vivi aquilo", acrescenta. As motorizadas e os seus proprietários foram os principais alvos dos delinquentes.

A maioria das cantinas estão encerrada e tem afixados reclames de arrendamento. Eram os locais predilectos dos assaltantes. A Polícia Nacional conseguiu repor a ordem. Os moradores de Belo Monte começam a viver em paz.

9.9 FAA assaltam localidade de Kanjenje em Viana

Jornal Manchete

19 De Dezembro de 2014

Texto: Flash Mino

Depois de ter sido empossado no cargo de Comandante da Região Militar Luanda, em Maio deste ano, o tenente-general, Simão Carlitos "Wala" assegurou ao então governador provincial de Luanda, Bento Francisco Bento, a disponibilidade dos efectivos do seu Comando em ajudar o Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional no combate à criminalidade, cujos níveis têm estado a preocupar as autoridades. No entanto, passados quase sete meses, são os próprios efectivos sob sua responsabilidade que estão a ser acusados de cometer vários crimes junto das populações, com apropriação de terrenos à mistura.

Relatos recentes dão conta que elementos das FAA, fortemente armados, tomaram de assalto a localidade de Kanjenje, em Viana, onde transformaram um colégio em Unidade Militar, tendo desalojado as populações das suas residências. "Receberam-nos as chaves das residências, das quais as chapas que serviam de tecto foram retiradas e destruídos os nossos haveres", contaram as vítimas à Rádio Despertar.

Os mesmos falam na presença, no local, de mais de quatro dezenas de militares, que se dizem a mando do tenente-general Simão Carlitos "Wala".

Contaram ainda os populares que os militares em causa tomaram conta da zona e, inclusive, os motoristas de camiões basculantes que transportam pedras e areia, são intimidados e espancados.

Esta situação não se vive apenas em Viana, sendo extensiva à todas as áreas da província de Luanda férteis em terrenos, como é o caso do Bairro Amor, na Zona do Panguila, onde, recentemente, militares supostamente às ordens de uma general das FAA,

que responde apenas pelo nome de "Jóia", deixaram mais de três mil famílias ao relento. No passado dia 3, tal como relataram, o bairro foi tomado de assalto, tendo os bens dos populares sido destruído não sabendo onde se abrigar e correm sérios riscos de vida por estarem expostos as chuvas torrenciais que teimam em cair todos os dias na capital do país.

As vítimas, tal como contaram à Rádio Despertar, dizem-se abandonadas pelo MPLA, partido pelo qual votaram nas eleições passadas, com vista à melhoria das suas condições de vida, e pedem a intervenção da oposição, considerando ser uma oportunidade para "roubar" o eleitorado ao partido no poder.

De realçar que, os relatos sobre a presença de elementos da FAA em terrenos onde estão já muito tempo populações vêm de longe, não se sabendo o porque o Comandante da Região Militar Luanda, não vêm à público, tal como o fez durante o acto do seu empossamento, para esclarecer o que, na verdade se está a passar. "O certo é que os militares em causa apresentam-se sempre como estando a cumprir ordens do tenente-general "Wala" e perante as denúncias da população,

este deveria vir à público explicar o que se passa", disse uma fonte do Manchete, acrescentando que a intimidação por elementos das FAA às populações, indefesas, é crime e estas podem recorrer judicialmente.

De salientar que, tais informações começaram a ganhar corpo, com maior incidência, depois da Casa Civil do Presidente da República ter realizado o seminário nacional sobre a problemática da ocupação de terrenos, para identificar as causas, motivações e definir medidas para acabar com a ocupação e venda anárquica de terrenos. "Isto demonstra a falta de respeito das FAA para com os órgãos de apoio do Presidente da República que, por sinal é o Comandante-em-Chefe das FAA", disse a fonte do Manchete. Como se não bastasse, o próprio Estado-Maior General das FAA parece alheio ao assunto, apesar de em Junho último seu Chefe, O general Geraldo Sachipengo Nunda ter afirmado à Comunicação Social, em Luanda, que os efectivos estão prontos a colaborar com o Comando Provincial da Polícia Nacional, no combate à ocupação ilegal de terrenos.

Estas afirmações foram feitas por aquela alta patente das FAA no término da visita feita às instalações do Comando da Região Militar de Luanda, onde se inteirou do seu funcionamento e do estado de prontidão da tropa.

Na ocasião o general Nunda sublinhou que a ocupação ilegal de terrenos está relacionada com questões de Ordem Pública mas também, é importante a participação das FAA, tendo em conta que em muitos casos, há o envolvimento de militares nas ocupações ilegais.

Em seu entender, a participação das FAA no combate ao crime é importante para complementar a actividade realizada pela Polícia: "Estamos no mesmo sistema de segurança nacional e as FAA estão prontas para intervir onde for necessário e deve prestar essa acção como um dever patriótico e não como um favor", disse.

Adiante, o chefe do Estado-Maior General das FAA havia manifestado a mobilização dos efectivos para fazer com que as reservas fundiárias do Estado sejam preservadas com determinação em colaboração com a Polícia Nacional.

Acompanhado pelo comandante da Região Militar de Luanda, tenente general Simão Carlitos Wala, o vice-chefe do Estado-Maior General das FAA para a Logística e Infra-Estruturas, general Abreu Muengo Kamorteiro, e altas patentes militares e da Polícia Nacional, o general Nunda visitou vários gabinetes de trabalho, casernas e enfermarias.

UGP no mesmo diapasão

Nos últimos dias, tinham cessado às acusações contra elementos da Unidade da Guarda Presidencial (UGP), inerentes a torturas de populares, seguida da ocupação ilegal de terrenos em quase toda a extensão de Luanda.

No entanto, recentemente, surgiram denúncias dando conta que a Zona Verde, comuna do Benfica, os homens da UGP voltaram a "atacar" pacatos cidadãos. Fala-se mesmo de efectivo composto de um número considerável de homens fortemente armados, que invadiram as terras anteriormente ocupadas por camponeses, organizados em cooperativas.

Segundo contaram as vítimas, em 2005, quando a UGP chegou nesta áreas já lá estiveram os camponeses, tendo os militares pedido, uma área, alegadamente, para efectuarem treinos, durante 45 dias. Mas, agora regressaram e dizem ser os proprietários das terras. Os camponeses em causa, tal como o Manchete apurou, têm o campo como a sua única fonte de rendimento e de subsistência.

Recorda-se que, apesar das várias denúncias públicas feitas por populares, com provas dos actos bárbaros, contra estes militares, as instituições de direito, assim

como a sua direcção nunca veio à público esclarecer o que se passa.

9.10 Criminalidade em alta na centralidade do Kilamba e no bairro Kifika

Jornal Angolense

20 De Dezembro de 2014

Text: Ilídio Manuel

A semana passada, a centralidade do Kilamba foi bastante fértil em matéria de furtos, que incidiram sobre viaturas, tendo pelo menos quatro veículos ficado sem os seus pneus. Os crimes foram praticados na calada da noite, tendo apenas como testemunha o silêncio...

Devido ao novo «modus operandi» dos meliantes que, pelos vistos, «especializaram-se» em descalçar carros, muitos automobilistas residentes nesta zona receiam acordar no dia seguinte sem os pneus dos seus carros, ou, como se diz na gíria, com as viaturas «no chão». Ou, no pior dos cenários, sem os respectivos meios rolantes.

Com o aproximar da quadra festiva, medram os receios de que os marginais intensifiquem as suas acções delituosas, embora haja garantias por parte da polícia de que serão aumentados os patrulhamentos nas ruas desta nova área residencial localizada a sul de Luanda.

O inspector-chefe da polícia Mateus Rodrigues reconheceu na segunda-feira, 15, um aumento de queixas dos moradores, tendo garantido que as atenções da sua corporação iriam incidir também sobre as viaturas, um dos alvos preferidos dos marginais.

o anuncio deste plano enquadrado no âmbito da operação «Festas Seguras» esta, no entanto, a ser encarado com reservas, já que alguns residentes contactados pelo Semanário Angolense consideram ser «humanamente impossível a policia cobrir vastas áreas do Kilamba».

«Além das limitações em termos humanos, a polícia enfrenta também dificuldades em meios rolantes», disseram as fontes do SA.

Sem descartar a importância dos patrulhamentos, dizem que já era sem tempo a policia colocar naquela zona câmaras de videovigilância, que permitissem a captação e gravação de imagens, sobretudo no período nocturno em que ocorrem o maior número de crimes.

Na óptica dos residentes, a videovigilância não só actuaria como um meio auxiliar as investigações policiais, como também funcionaria como elemento dissuasor as acções criminosas, de forma a inibir as de práticas delituosas.

A ausência de instrumentos de vigilância naquela zona, a semelhança do que acontece em vastas zonas de Luanda, terá sido há muito reclamada pelos munícipes, cada vez mais preocupados com os índices de criminalidade.

Há anos, a polícia anunciou a criação de uma Brigada Electrónica, mas até hoje, pelo que se sabe, a mesma não funciona, pelo que não terá passado de um nado-morto.

Assaltos a mão armada

Relatos de moradores do Kífica, um bairro paralelo ao Lar do Patriota, dão conta que o número de crimes tem estado a aumentar, em particular os de natureza violenta.

Um dos motivos para o aumento da criminalidade tem a ver com o crescimento urbano, populacional e comercial que o Kífica tem estado a registar nestes últimos anos, com a abertura de novas agências bancárias.

Há dias, uma senhora foi assaltada, sob ameaça de arma de fogo, quando saía de uma agência banca ria localizada na estrada do Lar do Patriota, tendo sido «aliviada» em 50 mil Kwanzas.

Segundo a vítima, os meliantes apontaram-lhe uma arma a cabeça exigindo que lhes entregasse a pasta que levava consigo. Satisfeito o pedido, eles meterem-se, de seguida, em fuga numa mota «rápida».

Ha pouco mais de um mes, uma moradora do mesmo bairro, assim como a sua filha menor foram feitas reféns na rua da D. Xepa, depois de terem estacionado a sua viatura, e se dirigido a uma das padarias locais. De regresso a viatura, foram abordadas por meliantes, que a coberto da noite, obrigaram a condutora que colocasse a viatura em marcha e se dirigisse em direcção a estrada do Lar do Patriota,

Postos no local, eles exigiram, sob coacção, que a vítima se deslocasse a uma das dependências de um banco local e levantasse a quantia de 40 mil Kwanzas, enquanto mantinham a sua filha refém na viatura.

Satisfeito o pedido, eles ordenaram que seguissem em frente tendo a entrada de uma das ruas de acesso ao Kífica, exigido que as vitimas abandonassem a

viatura, um Hyundai i-10, De seguida, partiram em grande velocidade.

Segundo os moradores, estes dois episódios estão muito longe de retratar a realidade criminal que se vive na zona, já que muitos assaltos sequer chegam ao conhecimento das autoridades.

9.11 Menos casos de violência doméstica

Jornal de Angola
30 De Dezembro de 2014

A Repartição Municipal da Família e Promoção da Mulher no município de Cambambe, Cuanza Norte, notificou de Janeiro a Dezembro, 239 conflitos familiares de natureza diversa.

A responsável da instituição, Madalena Francisco, apontou à Angop a redução de 37 casos em relação ao período homólogo de 2013. Entre os casos notificados, destacam-se 72 casos de incumprimento de mesada, 27 conflitos laborais, enquanto as ofensas corporais e ofensas morais registaram 13 casos cada.

Ameaças de morte, privação de bens, fuga à paternidade e adultério constam ainda entre os casos registados.

Do total de notificações emitidas, 88 cidadãos recusaram-se a comparecer a fim de deporem sobre as acusações levantadas contra si, facto que deu lugar à transferência de dez casos para a Procuradoria-Geral da República.

Madalena Francisco considerou a diminuição dos conflitos como resultado de diversas palestras desenvolvidas durante o ano e que permitiram a elevação da consciência das famílias a fim de optarem pelo diálogo como principal via de solução de conflitos.

Violência doméstica

O município de Ambaca registou 26 casos de violência doméstica em 2014, contra 38 em 2013, informou em Camabatela a responsável do ministério da família e promoção da mulher, Teresa Miguel da Silva. A Polícia Nacional recebeu dois dos casos de desentendimento, por

transcenderem as competências do sector, ao passo que os demais foram solucionados pontualmente.

A diminuição dos casos de violência doméstica no município deveu-se às campanhas de sensibilização

que o sector realiza, com vista a explicar às populações as consequências de tais práticas.

Teresa Miguel da Silva considera que levar a informação às comunidades constitui a melhor forma de contribuir para a diminuição dos casos de violência doméstica, pois muitas pessoas cometem estes crimes por ignorância.

Do total de conflitos domésticos notificados, constam a fuga à paternidade, com uma diminuição de dez casos em relação aos dados de 2013. Actos de abandono de lar, incumprimentos de mesada e desalojamentos, entre outros, constaram ainda dos conflitos domésticos notificados no município de Ambaca. A incapacidade económica e financeira de muitos pais é uma das causas da violência doméstica em geral e da fuga à paternidade, em particular, havendo casos em que os pais negam a paternidade por desconfianças de infidelidade conjugal do lado da cónjuge.

As famílias são aconselhadas a promover o diálogo, visto ser esta a via eficaz para a eliminação de todas as diferenças nos lares. O município tem uma população de 60.835, pessoas, divididas pela sede e pelas comunas do Luínga, Máuá, Tango e Bindo. A sede, vila de Camabatela, situa-se 180 quilómetros a nordeste de Ndalatando.

10. AMBIENTE

10.1 Chuva desaloja famílias no Huambo e no Uíge

Jornal de Angola

04 De Dezembro de 2014

Marcelino Dumbo e Filipe Botelho

O mau tempo causou também a morte de 41 cabeças de gado bovino e as fortes chuvas desalojaram 855 famílias, na sequência da destruição de 1.269 casas, informou a comandante em exercício do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

A sub-inspectora Fernanda Nalivombo informou que no mesmo período o comando do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros registou a destruição de 26 infra-estruturas sociais, entre as quais 13 escolas, cinco igrejas e postes de iluminação pública em várias localidades.

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros registou ainda 101 afogamentos, 277 serviços de ambulância, seis de salvamento em cacimbas, 714 trabalhos de segurança em actividades desportivas, culturais e políticas, 15 de desencarceramento em acidentes de viação, que resultaram em 32 óbitos e 54 feridos, além de danos materiais. O delegado provincial do Ministério do Interior e comandante do Huambo da Polícia Nacional, comissário Elias Dumbo Livulo, defende a colocação de mais meios técnicos ao serviço dos bombeiros, para que possam acudir com eficácia as ocorrências de calamidades e outros fenómenos naturais que se registam, principalmente na época da chuva.

O comandante Livulo reafirmou ser império a adopção de técnicas adequadas para extinguir incêndios e desencarcerar cidadãos em acidentes de viação.

A remoção de cadáveres na via pública, lagoas, cacimbas e a protecção dos bens patrimoniais do Estado e da população, disse o comissário, são outras missões que obrigam o Governo a equipar estes serviços.

O delegado do Ministério do Interior do Huambo apontou entre outros desafios o aumento do efectivo, a formação técnica e profissional, no sentido de expandir os serviços de bombeiros aos municípios onde ainda não existem e a redução da carga horária.

Elias Dumbo Livulo aconselhou os bombeiros a terem maior atenção aos sinistros, a realizarem

campanhas de sensibilização nas comunidades sobre os cuidados a observar no manejo de fontes de incêndio, construções de residências, cacimbas, lagos e lagoas, As chuvas no Uíge causaram desde Novembro de 2013 seis mortes, 13 feridos e a destruição de 1.007 casas, 14 igrejas, oito escolas e 73 postos de iluminação pública, disse o comandante provincial da Protecção Civil e Bombeiros.

Manuel Queta afirmou que no mesmo período 4.783 pessoas ficaram sem os haveres e que os municípios do Uíge, Negage, Puri, Quitexe, Milunga, Sanza Pombo, Alto Cauale, Maquela do Zombo, Mucaba, Bembe, Songo e Bungo são os mais afectados. O comandante que revelou os números na cerimónia comemorativa de mais um aniversário da corporação, referiu também o registo de 156 incêndios que provocaram 18 mortes e oito feridos, além da destruição de 189 casas e 16 viaturas. Curto-circuitos, negligência no manuseamento de fontes de calor e fuga de gás foram as principais causas dos incêndios. Os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros notificaram também 12 afogamentos e 27 acidentes de viação e realizaram 149 actividades profiláticas, o comandante defendeu a expansão dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros a todos os municípios da província, que por enquanto estão instalados nos do Uíge e Negage.

10.2 Chuva em Luanda

Jornal de Angola

05 De Dezembro de 2014

Texto: Amélia Correia

Como se previa, a chuva persistente que caiu esta semana em Luanda causou estragos e atrapalhou a vida de muita gente, sem contar os vários problemas de circulação rodoviária, que afectaram as pessoas que se dirigiam para os locais de transporte, com meios próprios ou de táxi colectivo. Infelizmente, não é a primeira vez que uma chuva contínua provoca prejuízos e constrangimentos aos habitantes. Isso acontece porque a maioria dos bairros da cidade não dispõem de sistemas de drenagem eficazes.

As poucas valas de escoamento existentes são insuficientes para deixar escapar toda a água da chuva que corre pelas ruas e estradas. Faltam as sarjetas que desapareceram com o passar do tempo e as sucessivas reparações com a colocação de asfalto.

Os luandenses estão habituados a estas chuvadas e preparam-se, como podem, para proteger os seus bens dos efeitos das intempéries. Mas, infelizmente, muitas pessoas ainda vivem em condições precárias, por construírem em terrenos não urbanizados. Como

se não bastasse, a qualidade e o tipo de construção deixa a desejar. É por isso, também, que os telhados voam quando chove com intensidade e os danos até podem ser mais graves.

Por estes e outros problemas que também têm a ver com o crescimento da população de Luanda a cidade precisa urgentemente de um Plano Director que regule a urbanização. É que a construção anárquica e a ocupação de terrenos do Estado e privados, além de ser ilegal, criou e desenvolveu bairros em espaços desabitados sem qualquer infra-estrutura.

Hoje vemos as consequências nefastas dessas ocupações anárquicas e das construções ilegais, como aconteceu antes da Independência Nacional, no bairro da Coreia e na Camuxiba, só para mencionar alguns.

Os ocupantes de terrenos que não lhes pertencem, onde ergueram casas de chapa e adobe, esperam que, por mero oportunismo, que o Governo lhes dêem uma habitação num bairro de realojamento, algures nos arredores da Luanda.

Julgo que esse comportamento não é correcto e, como tal, espero que as nossas autoridades tomem as medidas necessárias para debelar este problema, que tem consequências a nível da urbanização e do Ambiente. Na minha opinião, os Governos Provinciais podiam e deviam criar condições de vida e trabalho para que as populações não sejam tentadas a migrar para Luanda, uma cidade superlotada.

Voltando ao princípio, o excesso de população, a construção anárquica, as insuficiências a nível do saneamento básico, o trânsito caótico e outros problemas, transformaram Luanda numa cidade quase insuportável.

10.3 Pouca Chuva preocupa agricultores

Jornal de Angola

06 De Dezembro de 2014

Texto: Victor Pedro

A escassez de chuva na comuna de Quicombo, Cuanza Sul, pode comprometer a presente campanha agrícola, lançada em Outubro no município do Seles, admitiram os camponeses locais.

Na zona não chove desde a segunda quinzena de Novembro, situação que os camponeses consideram preocupante e temem que as culturas sejam afectadas, comprometendo todo um processo que pode

contribuir para a fome em muitas famílias que dependem essencialmente dos produtos do campo.

A camponesa Imaculada José disse que a falta de chuva tem tirado o sono dos homens do campo, urna vez ter sido já preparado as terras e lançadas as sementes.

Além da falta de chuva que pode por em causa a presente época agrícola, os camponeses da comuna debatem-se com a falta de materiais de irrigação, como electrobombas para tirar água do rio para os campos, mangueiras e combustível para abastecer as máquinas.

A outra preocupação manifestada por Imaculada José tem a ver com as constantes falhas na aquisição dos produtos do campo, através do PAPAGRO. Assim desce o rendimento económico das famílias, porque não conseguem escoar os excedentes. Apesar dos constrangimentos, a camponesa reconheceu o empenho do Executivo na materialização de programas de incentivo a agricultura, criados para reforçar e desenvolver a economia no mundo rural, como forma de combater a pobreza.

Os programas têm contribuído, através do Instituto de Desenvolvimento Agrário na entrega de sementes e ferramentas agrícolas aos camponeses organizados em cooperativas.

Angelina Martins, camponesa, quer mais celeridade na aquisição dos produtos por parte do PAPAGRO para evitar as dificuldades. Domingas de Carvalho, vendedora de produtos agrícolas há quatro anos, esta satisfeita pelo facto da administração comunal ter construído um mercado rural destinado a comercialização de produtos: "Penso que desta forma o Governo esta a ajudar a população a ganhar o habito de comercializar os produtos em locais seguros e limpos.

10.4 Ruas do bairro Sambizanga vão de mal a pior

Jornal de Angola

08 De Dezembro de 2014

Texto: Nilza Massango

Muitas ruas do Sambizanga continuam inundadas depois da última chuva que caiu em Luanda. Os moradores do bairro Mota pedem a ajuda da Administração Distrital para disponibilizar carros "sucula" para chuparem a água que invade ruas, becos e casas do bairro.

Os passeios não existem. As botas de chuva têm sido a solução para muitos moradores.

Quem não tem botas acaba por molhar os pés, o que representa um perigo para a saúde das pessoas. São vários os esgotos entupidos, que produzem água suja e deixam mau cheiro no ar. "A Rua 12 de Julho é um caso perdido", disse um morador, irritado com estado degradado da via que há muito deixa a desejar.

O saneamento básico continua. "Rebentado" e os esgotos correm a céu aberto. O mau cheiro é insuportável. O trânsito automóvel está sempre lento por causa dos enormes buracos na via. As promessas de reabilitação da rua foram vãs e os trabalhos paliativos não resolveram nada.

A Rua 12 de Julho é uma das principais vias do Sambizanga e continua esburacada, sem passeios, com esgotos entupidos e sem iluminação pública. Das ruas degradadas, a 12 de Julho é a mais afectada e onde a saúde pública está em causa. O saneamento básico está cada vez mais distante. Um morador disse que a sua reabilitação deve ser urgente e prioridade da Administração Distrital.

A Rua da Capela também está inundada. A água corre à porta das casas. Transitar nela é impossível. Os que têm botas acabam por carregar os outros às costas. É caricato, mas acontece em dias de chuva. Os moradores minimizam a situação recorrendo a motobombas para sugarem a água que acaba por desaguar na Rua 12 de Julho.

Na rua existe um centro de acolhimento de crianças que foi remodelado pelo programa "Cubido Novo", com o apoio da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda. O centro de acolhimento está localizado entre "rios" de águas paradas e esgotos.

10.5 Ravinas e valas ameaçam bairros periféricos da capital

Jornal Agora

12 De Dezembro de 2014

Texto: Miguel Daniel

Em Janeiro de 2007, o deslizamento de terras provocou o desalojamento de numerosas famílias da Boavista, do Cazenga, do Rio Seco e do Morro da Samba. Este ano, voltaram a cair as chuvas cuja intensidade chama atenção para a tomada de medidas inerentes a reduzir os riscos de desabamento de casas. Além das valas do Soroca, do Paraíso, da rua da Funda, em Viana, o perigo está na vala do Catinton e da Samba que precisam de intervenções urgentes, o Agora saiu a rua e constatou, também, a necessidade

da construção de pontes para a travessia de viaturas e peões nas zonas afectadas.

Em 2010, por Despacho Presidencial, foi criada a Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda (UTGSL). A ela, foi incumbida a empreitada da construção da macrodrenagem que começaria nas imediações do Cazenga, com ramificações de Viana, que desembocam em Cacuaco e do Catinton ao Benfica em direcção ao Oceano.

Ao que parece, há muito a UTGSL não anda nem desata. Pelo menos, as obras estão paralisadas. A nossa reportagem começou pelo município de Viana, no bairro da Caop (A), sector (5), zona 8, rua da Funda, onde a corrente das águas pluviais forçou a abertura de uma ravina com 26m) 12 Dezembro 2014 mais de cinco metros de profundidade e três de largura além de embaraçar o tráfego automóvel e de peões, a ravina tem provocado danos incalculáveis, como a queda de árvores, muros de vedação ou mesmo de casas.

Venâncio Sebastião, morador do bairro há 14 anos, disse ao Agora que, na medida em que foi crescendo, o que parecia ser uma simples passagem de água, se transformou em ravina, ao ponto de danificar alguns muros de vedação e colocar em risco a vida e os bens da população.

"Tive de abrir outro portão do lado da travessa, por causa da ravina, só para chegar com o carro a casa, enquanto outros são obrigados a deixá-los no parque, a 400 metros", sustentou. E acrescentou que, se nada for feito, quatro postos de baixa tensão e o de transformação (PT) de energia eléctrica podem desabar.

Venâncio condena a apatia das autoridades para evitar situações destas que, no seu entender, não há razão para que se agravem. Recorda que um dos seus vizinhos, que dizem ser general, terá feito um muro de contenção em betão num perímetro de 30 ou 40 metros.

"Porque e que tem de ser um general a fazer isso? Onde está o Governo Provincial?", questiona o morador, para quem "O cidadão não deve substituir o Estado naquilo que apenas cabe a este, como garante da melhoria da qualidade de vida da população".

Maria Gaspar, de 36 anos, mãe de seis filhos, e outra moradora da mesma rua. Diz que, da ravina, paira um cheiro nauseabundo, por causa do lixo e das águas estagnadas. O lixo é depositado no recinto pela população, na perspectiva de impedir o seu alastramento, porém, a olho nu, uma medida

paliativa. "Quando chove ficamos com o "coração nas mãos", sobretudo se for de noite.

Apenas resta cerca de um metro para a ravina atingir a parede da casa, uma parte do morro de vedação já foi engolida", lamenta a senhora que tinha o semblante carregado de desespero. Olhando para o céu cinzento atira: "Isso ocorre numa altura em que as chuvas ainda estão no início. Se não forem tomadas medidas para travar o avanço das fendas, estaremos tramados".

Comissão de moradores "imbombavel". Maria acusa a comissão de moradores de ser cúmplice na construção desordenada, o que contribuiu para o estreitamento das linhas de passagem de água. Aponta que, caso venha a chover torrencialmente, uma das antenas da rede novel de comunicações pode vir abaixo.

O coordenador da comissão de moradores do bairro, Gonçalves Diogo Ribeiro, abordado pelo Agora, disse que, no âmbito do programa 'sábado azul', foi realizada recentemente uma campanha de recolha de resíduos, durante a qual responsáveis do GPL prometeram intervir na ravina, no próximo ano. "Nos nossos relatórios mensais, informamos sempre a administração sobre as questões ligadas a água, energia, lixo e constatamos, também, a evolução desta ravina; mas fomos informados que a intervenção só decorrerá em Janeiro, depois de serem alocadas as verbas de 2015", acentuou, concluindo que seria bom que a intervenção fosse antes das grandes enxurradas do mês de Abril.

E no capalanga?

O outro ponto crítico é a zona do Capalanga, por onde começa a maior vala de drenagem posicionada no sentido Este e Norte de Luanda, o Rio Seco. Algumas pessoas e empresas construíram no leito da mesma e, em tempos não muito recuados, as inundações terão provocado desalojamento e morte por afogamento.

Outra questão que ressaltou a vista, ao longo da nossa reportagem, é o facto de se estarem a entulhar as sarjetas na via expressa, no troço adjacente ao destacamento do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros.

Paulo Maingui, jovem que se dedica a venda de burgau e pedra rachado nas proximidades da via, esclareceu que os camionistas têm vários pontos de carregamento, o que os obriga a criar acessos, colocando, juntamente com os donos das minas, manilhas e entulhos nas valas.

"Compramos o material aos camionistas e peneiramos, para depois revender aos clientes que necessitam de pequenas quantidades. Um carregamento de seis toneladas custa 8.000 Kwanzas, enquanto a descarga fica por 1.500 Kz", notou. Em contrapartida, o valor do frete sobe mediante a distância, mas começa por 4.000 Kz.

Mais crateras e charcos

Seguimos enfrentando crateras e charcos da rua que liga a via expressa ao Mulenvos de Baixo, por onde passa, igualmente, a vala do rio seco que parte de Viana. A 'febre' da construção, que tomou de assalto as zonas que antes eram de cultivo, não poupa espaços de manobra, incluindo o das águas pluviais.

De acordo com o coordenador do bairro, João Diogo, o crescimento de moradias aumentou o volume de água e de lixo, sendo urgente a colocação de uma ponte entre o bairro Malueka e o Mulenvo, algures na comuna do Kikolo.

"Quando chove, a vala fica cheia ao ponto de não se conseguir atravessar de um lado para o outro. Para evitar o risco de sermos arrastados pela corrente das águas, é aconselhável parar onde estivermos. Ficamos em estado de sítio", brinca a fonte, sugerindo que "as valas deviam ser devidamente construídas e não deixa-las como nos tempos em que só havia lavras e a terra absorvia a água das chuvas", Domingas João, mãe de cinco filhos, há 10 anos que vive as peripécias provocadas pelas chuvas no bairro Paraíso. Ela também entende que a melhor forma para lidar com o problema seria a construção de mais pontes. Em sua opinião, precisam-se de mais pontes, para além das duas existentes ao longo da vala, sendo uma que interliga o bairro da Pólvora ao Malueka e outra localizada na zona do antigo Cemitério Clandestino.

"Aqui na zona do 'Tio Cabeça', devia haver, também outra ponte para facilitar a travessia dos moradores do bairro Bom Pastor para o Paraíso e vice-versa. Existem crianças que estudam do outro lado da vala e, quando chovem, não vão à escola até baixarem os níveis da água", frisou.

Dona Domingas recorda, como se fosse hoje, o triste episódio de duas crianças que quase perdiam a vida, em consequência da última enxurrada do passado dia 2 de Dezembro e que, só por intervenção de um jovem foram salvas. Desgraçadamente, conta, a roupa do 'salvador' das crianças foi levada pela água.

A nossa interlocutora lembrou que, em tempos, um turismo terá entrado na vala quando este tentava efectuar a manobra nas proximidades e que o pior não aconteceu porque já tinha descarregado os

passageiros, tendo sido retirado com recurso a um camião.

"A minha residência esta em perigo e, a qualquer momento, pode cair, sobretudo do lado da casa de banho. Temos medo que a terra ceda com o peso. Por isso, para fazermos as necessidades fisiológicas temos recorrido a casa de banho do vizinho ou a vala", observou, tendo concluído que a falta de água potável e outra questão que apoquentam os moradores.

Por este motivo, percorrem longas distâncias a procura do precioso líquido, mas, nesta época, a situação torna-se mesmo difícil.

O Agora falou, inclusive, com Osvaldo José, morador do bairro Balumuca, cuja população, como outras, precisa de ser transferida para as zonas mais seguras. Osvaldo teme pelas paredes da sua casa. Ela está a ceder por causa do deslocamento de terras. "Estou muito preocupado e, se a casa for 'engolida', não sei onde vou morar", lamenta.

"Alguns dos nossos vizinhos já foram transferidos no ano antepassado, tendo-lhes sido entregues terrenos. Nos, que estivemos ausentes, ficamos e sempre que vamos a administração, mandaram-nos esperar. E o mesmo acrescenta que não há terrenos por enquanto", queixa-se.

Planos de intervenção

Recorde-se de que a UTGSL, criada em Marco de 2010 com a missão de construir a macrodrenagem da província, com vista a melhorar a circulação das águas pluviais, há muito 'fugiu' das suas atribuições. No sentido de saber as razões, o Agora tentou contactar por telefone o administrador municipal de Cacucaco, Carlos Cavuquila, para, entre outras questões, saber se existe algum plano de contingência, visando combater as ravinas, a construção da drenagem e a colocação de pontes nalgumas travessias.

Este, por seu turno, pediu que contactássemos a sua assessora de imprensa, no caso, a jornalista Joana Tomas, que, por sua vez, nos remeteu para a próxima segunda-feira, uma vez que o administrador estaria em visita de campo e que havia outra pessoa encarregada de responder ao assunto.

O mesmo sucedeu com o administrador de Viana, Manuel Caterça, que terá indicado o seu adjunto para a área técnica que, segundo ele, estaria mais bem informado sobre a matéria em causa.

Falta 'kumbu'

Contactado via telemóvel, Crisóstomo Martins adiantou que a intervenção nas ravinas e a macrodrenagem requerem maior capacidade técnica e financeira, pelo que passa a ser uma responsabilidade da Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda.

"Temos ravinas com varias ramificações, o que requer intervenção mais concertada e profunda. Por isso, não posso assegurar que no próximo ano sejam mesmo intervencionadas", referiu. E acrescentou: "a nível local, vão sendo feitas algumas intervenções pontuais", a guisa do desassoreamento de algumas valas.

O Governo Provincial de Luanda (GPL) enfrenta um desafio difícil para convencer a população a não construir em locais de risco. É uma 'batalha' que não esta a ser fácil vencer. Proíbe-se aqui, mas, logo a seguir, surgem moradas noutros locais interditados. É o caso recente do 'Paraíso' onde, quando chove, praticamente ninguém circula.

Recorde-se de que o GPL tem desenvolvido um programa de realojamento da população que vive em zonas de risco ou que construiu ao longo das linhas de passagem das águas pluviais.

Em Abril do ano passado, a UTGSL terá realojado pelo menos 120 famílias que viviam ao longo do vale do Soroça, no município do Cazenga e teria transferido para o Zango III, algures no município de Viana, com o propósito de dar seguimento a construção da macrodrenagem.

Balanço das últimas enxurradas

De acordo com dados dos Serviços Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB), as chuvas, que tiveram início por volta do passado dia 2, terão provocado deslizamentos de terras e a morte a duas crianças, uma de sete e outra de 12 anos.

Segundo o porta-voz dos SNPCB, Faustino Minguenje, as mortes ocorreram no distrito urbano do Sambizanga, quando as crianças tomavam banho num charco provocado pelas chuvas.

Minguenje adiantou, igualmente que, das 944 casas inundadas, 78 correm o risco de ruir, sublinhando que ficaram também alagadas uma escola, uma creche, dois centros de saúde e varias ruas. O porta-voz da SNPCB esclareceu que continuam os trabalhos de sucção das águas em varios municípios de Luanda, mas que a realização desta acção tem sido dificultada nalguns locais, devido a localização de algumas casas.

o Comando Provincial de Protecção Civil e Bombeiros lamenta que haja enormes quantidades de lixo nalgumas valas de drenagem, que impedem a circulação das águas.

10.6 Chuvas aumentam volume de águas estagnadas e arrastam doenças

Jornal A capital

12 De Dezembro de 2014

Text: Júlio Gomes

Por esta altura, quando em Luanda começaram a cair chuvas com muita intensidade, eleva-se também a preocupação das pessoas, sobretudo com a saúde. E tem sido assim todos os anos, por causa do aumento do volume de águas estagnadas, que provocam o mosquito do paludismo.

Terá sido por isso que, nesta Terça-feira, o ministro da Saúde apelou para o reforço das medidas de prevenção contra doenças infecciosas que se acentuam nesta época chuvosa, como a cólera, o paludismo, a dengue e a chikungunya.

José Van-Dúnem entende que a profilaxia passa pela eliminação dos charcos de água, ter em atenção os pneus e garrafas vazias, porque podem ser criadores tanto do mosquito que provoca o paludismo como os que provocam a dengue e chikungunya.

o ministro acrescentou que a responsabilidade para com o saneamento tem de ser um problema primeiro de cada um, da família e depois colectiva, para que não haja assimetria nos esforços.

Onde estão os medicamentos nos hospitais? Tern sido muitas as reclamações sobre o mau atendimento nos hospitais. Uns arriscam mesmo que estes, grosso modo, apenas servem para a obtenção de receita, enquanto os fármacos tern de ser adquiridos nas farmácias ou no mercado informal.

A esta inquietação, o ministro José Van-Dúnem, que era abordado pela Angop, deixou escapar que as autoridades sanitárias vão trabalhar no sentido de garantir que, a nível das unidades hospitalares, haja medicamentos e constante treinamento do pessoal, para se poder responder em tempo oportuno as doenças transmitidas por este tipo de vectores e esperar que, no próximo ano, a mortalidade por malária continue a descer como acontece nos últimos dois anos.

"O Próximo ano será melhor, devido as intervenções que serão implementadas a nível do saneamento e da oferta de água", disse o governante.

"Hoje, temos a oportunidade de ouvir que a Empresa de Distribuição de Água de Luanda (Epal) vai fazer mais 700 ligações domiciliarias, o que quer dizer que 700 famílias vão deixar de ter reservatórios com água, porque terão água corrente. Isto vai diminuir o número de criadores de mosquitos e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida das populações", notou esperançado o titular da Saúde.

Mas, estas ligações domiciliarias a que se referiu devem ser extensivas não só na cidade capital, onde o universo de habitantes é enorme, como também no resto do país. É preciso abarcar um número cada vez maior de pessoas no acesso a este bem público, como disse ao Agora o professor universitário António Pedro.

Comissão para o natal e ano novo. Para garantir assistência nas unidades sanitárias durante a quadra festiva, o Ministério da Saúde criou uma comissão, a semelhança do ano passado.

O ministro da Saúde entende que esta comissão foi criada para melhorar a articulação entre os níveis provincial e nacional.

De acordo com José Van-Dúnem, este ano, haverá o envolvimento dos hospitais municipais, a luz do Programa de Municipalização da Saúde em curso no país, onde estes tern a responsabilidade e os recursos necessários para exercer, plenamente, as funções de coordenação, negociação, planeamento, acompanhamento, controlo, avaliação e auditoria da saúde local, controlando os recursos financeiros, as acções dos serviços prestados em cada área de jurisdição.

Os mecanismos de comunicação de referencia e contra-referencia estão a ser reforçados, e está-se a fazer tudo para que, do ponto de vista da logística, recursos humanos e material. Esteja tudo na ordem e para que o próximo ano seja tranquilo, com poucos acidentes, ferimentos por arma branca e de fogo.

A crer no ministro, muito tem sido feito a todos os níveis para o melhoramento da vida dos cidadãos, mas, infelizmente, os acidentes rodoviários continuam a ser uma tragédia no país.

Uma tragédia nacional. Segundo o ministro da Saúde, o número de acidentes rodoviários continua a crescer, apesar dos esforços da sociedade, da Policia Nacional e dos órgãos de Comunicação Social, aliado as doenças hipertensivas que também fazem as suas vitimas, principalmente na quadra festiva.

Por este motivo, José Van-Dúnem apela a população para ter cuidado durante as festas de Natal e de Fim de Ano, com a alimentação e consumo de bebidas alcoólicas, na medida em que "O exagero pode ser fatal". Alias, estão sempre a espreita doenças como as diabetes e hipertensão, bem como os acidentes rodoviários e ferimentos com armas branca e de fogo.

" Vem ai o Natal, onde a mesa será mais farta, com mais bebidas e comidas gordas. Isso aumenta os casos de hipertensão e diabetes. E, se não tivermos preocupações, estas doenças vão continuar a aumentar o seu peso", advertiu, agradecendo ao empenho dos órgãos de comunicação social que, este ano, ajudaram muito na resposta aos desafios do vírus do ebola que, infelizmente, continua a fazer vitimas mortais em quatro países da África Central e Ocidental. A comunicação social, disse, foi fundamental para fazer passar a mensagem de prevenção.

10.7 Ruas dos municípios de Luanda estão intransitáveis

Jornal A República

12 De Dezembro de 2014

Texto: Inácio Cândido e Rita Fernando

Na ronda, feita pelo Jornal "A REPUBLICA", constatou-se que as ruas de Cacucaco do Bairro Cardoso, Policia de Interesse Estratégico do Estado e um Posto Policial e a Escola 4002 Instituto Médio e uma escola católica estão inundadas e, na mesma situação, encontram-se as vias do distrito do Sambizanga. o cenário é idêntico: escolas inundadas, ruas intransitáveis.

Morais Bernardo, morador da referida zona, conta que esta via nunca foi reabilitada pela Administração. Por isso, a mesma vai degradando a cada dia que passa. A realidade da rua 12 de Julho assemelha-se a das demais, por exemplo, a Lueji A Nkonda, que sai do São Paulo ao antigo Roque Santeiro (e vice-versa) também esta em mau estado.

No São Pedro da Barra, a rua que sai dos tanques da SONANGOL para dar acesso ao Instituto Médio Politécnico do Sambizanga o asfalto há muito que deixou de ser alvo de reabilitação e os buracos vão tornando cada vez mais difícil a circulação de viaturas. Por sua vez, Maria de Castro, afirmou a este jornal que a população da zona do São Pedro da Barra e do bairro Uíge que passa pelas ruas em referência esta agastada com o comportamento da administradora do distrito urbano do Sambizanga que, segundo ela, não tem sabido distribuir as receitas

como convinha. "Pedimos que a administradora passe a visitar os bairros para conhecer os problemas, o que se verifica e que ela fica mais no gabinete", disse.

Por outro lado, a dona Antónia, disse que vive no bairro do Cardoso há mais de 10 anos próximo da via que, sempre que chove, as águas inundam as casas. E preciso ligar uma motobomba com urgência para tirar as águas residuais para diminuir águas, facto que causa muitos transtornos aos moradores na mesma condição. "Nós, os munícipes deste bairro, pedimos que as autoridades resolvem os problemas que nos afligem. Porque só vem nos prometer, e não resolvem nada", disse

Já a outra moradora, Josefa da Gloria, disse que as vias do município de Cacucaco estão intransitáveis, principalmente os bairros que compõem a comuna do Kicolo. O Bairro Cardoso, por exemplo, por causa das chuvas deixou muitas ruas inundadas: a via que da acesso as Escolas 4002, Puniv do Kicolo e a 4077, mais conhecida por Padre Roberto, ficou intransitável. "Nos estamos preocupados por causa das salas onde vamos estudar (estamos em fazem das provas) ficarem inundadas", disse.

10.8 Caminhadas contra dores de cabeça

Jornal de Angola

19 De Dezembro de 2014

Estudo brasileiro recente prova os grandes benefícios de caminhadas regulares ao ar livre. A prática de exercícios aeróbios regulares, sobretudo caminhadas ao ar livre, e eficaz no tratamento preventivo da enxaqueca crónica. A conclusão é de um estudo que revela que este tipo de actividade física resulta na redução da intensidade e frequência das crises.

No âmbito do estudo, desenvolvido por investigadores da Universidade Federal de São Paulo, os especialistas analisaram 60 pacientes de ambos os sexos com idades entre os 18 e os 50 anos, com diagnóstico de enxaqueca crónica (15 ou mais dias de dor de cabeça por mês) e que seguiram dois modelos distintos de tratamento.

Os voluntários foram divididos em dois grupos de 30 pessoas: o primeiro grupo foi orientado para a prática, durante três meses, de exercícios aeróbicos (caminhadas de 40 minutos ao ar livre, três vezes por semana) e para medicação preventiva, ao passo que o segundo grupo apenas tomou, durante a experiência, os medicamentos prescritos.

Após o processo, todos os pacientes foram avaliados pela equipa em parâmetros como a frequência, a intensidade e a duração das dores de cabeça, os dias de uso de medicação analgésica, o índice de massa corporal e a pontuação nas escalas que avaliam depressão e ansiedade. Thais Rodrigues Villa, orientadora do estudo e neurologista do Departamento de Cefaleias do Ambulatório de Investigação e Tratamento da Dor de Cabeça da Universidade de São Paulo, afirma que os resultados foram surpreendentes.

"o estudo demonstrou que o grupo de pacientes que utilizou a combinação de terapia de medicamentos preventivos associada a exercícios aeróbios apresentou uma melhoria significativa em todos os parâmetros da cefaleia e também na redução do índice de massa corporal, resultando em perda de peso", revela a investigadora brasileira. De acordo com Thais Rodrigues Villa, "a média de dias de dor de cabeça num mês passou de 23 para cinco", uma redução bastante superior a dos pacientes que apenas tomaram a medicação: estes "melhoraram cerca de 50 por cento, com uma queda de 25 para 13 dias de dor". A melhoria nos sintomas de depressão e ansiedade também foi mais evidente no grupo que praticou exercícios, notou a especialista, que acrescenta: "o exercício aeróbio de intensidade moderada, praticado regularmente, pode promover o relaxamento muscular, a melhoria do condicionamento cardiovascular e a redução da frequência, intensidade e duração das crises de dor de cabeça".

10.9 Chuvas destruíram casas na cidade de Menongue

Jornal de Angola
27 De Dezembro de 2014

Mais de cem moradias ficaram parcialmente destruídas na cidade de Menongue, em consequência da chuva torrencial, intercalada com fortes ventos, que caiu sobre a capital do Cuando Cubango.

A chuva não impediu que os cristãos festejassem de forma efusiva o Natal, celebração que simboliza o nascimento de Jesus Cristo. Para a garantia de uma quadra festiva segura, e visível a presença de agentes da Polícia Nacional em toda cidade capital da província do Cuando Cubango.

Alguns habitantes da cidade Menongue aplaudiram o trabalho do Comando Provincial do Cuando Cubango pelo reforço da segurança pública. "Queremos que a Polícia Nacional desempenhe o seu papel de manter a tranquilidade público não só neste

dia, mas também durante a passagem do ano' disse Augusta Quissanga.

10.10 Malaria. Índice de mortalidade reduz pela metade no mundo

Jornal A Capital
12 De Dezembro de 2014

O número de mortes causadas pela malaria caiu 47 por cento em todo o mundo, desde 2000.

Entre crianças, a queda é de 53 por cento. Apenas em África, onde 90 por cento das mortes por malaria ocorrem, a queda foi de 54 por cento.

Os dados são da Organização Mundial da Saúde (OMS) que divulgou, nesta terça-feira, seu relatório anual sobre a doença. De acordo com a OMS, a queda foi causada pela melhoria nas condições de diagnóstico e tratamento, além do aumento do uso de mosquiteiros.

"Estes dados não têm precedentes e são uma notícia fenomenal em termos de saúde pública mundial", afirmou o director do programa de malaria da OMS, Pedro Alonso.

O responsável atribui o progresso conquistado no aumento do financiamento de acções de combate à doença, bem como o comprometimento político dos países afectados.

A OMS alerta para o facto de muitas políticas de combate à doença terem sido afectadas pela epidemia de ebola. Além disso, o retorno da malaria nos países onde o surto do ebola se manifestou (Guiné-Conacri, Libéria e Serra Leoa, principal mente) pode provocar problemas na luta contra o vírus, já que as doenças têm sintomas parecidos, e o diagnóstico pode ser dificultado.

Outro problema enfrentado no combate à malária é o surgimento de resistência a insecticidas por parte do mosquito transmissor, situação reportada em 49 países desde 2010.

Em 2013, 84 mil pessoas morreram de malária em todo o mundo, das quais 43 mil eram crianças abaixo dos cinco anos. Estima-se que estejam disponíveis hoje apenas metade dos 5,1 mil milhões de dólares necessários para o combate à doença.

Em Angola a malaria continua a ser a principal causa de morte, e a capital, Luanda, com 1,1 milhões de casos registados, concentra cerca de 35 por cento do total de casos no país.

A directora provincial de Saude de Luanda, Rosa Bessa, adiantou, no ano passado, que a capital angolana concentra tambem cerca de 40 por cento das mortes de fetos e de bebes com menos de uma semana de vida e 25 por cento da mortalidade materna.

A responsavel indicou, igualmente, que, em 2013, na maior urbe do pais, sessenta por cento das vitimas mortais foram crianas menores de cinco anos e que as mortes provocadas pela malaria em doentes ate aos 14 . anos totalizaram 83 por cento do total.

Soube-se, em contrapartida, que o quadro tern melhorado de ano para ano, tanto na capital, como no resto do pais.

II. IMIGRAÇÃO

II.1 Polícias recebem formação sobre a violência de género

Jornal de Angola
04 De Dezembro de 2014
Texto: André Brandão

A organização Médicos del Mundo vai cooperar com a Polícia Nacional no Cuanza Norte, num projecto de formação sobre violência de género e melhoria do exercício do direito a saúde sexual e reprodutiva das mulheres e jovens da região.

A informação foi dada pelo técnico da organização, Pedro Mucano. O Projecto tem a duração de 30 meses e é financiado pela União Europeia, Junta de Comunidades de Castilla la Mancha e Médicos del Mundo, de Espanha.

Os agentes da Polícia Nacional vão ser dadas aulas sobre direitos humanos, género, violência doméstica, atendimento de qualidade as vítimas de violência. A acção inclui actividades de sensibilização nas comunidades, bairros e mercados. Acções do género são também dirigidas as direcções provinciais de Saúde, Família e Promoção da Mulher, ao Comando da Polícia, além das comunidades e sociedade civil sobre o direito a saúde sexual e reprodutiva.

A organização Médicos del Mundo acredita que a formação vai contribuir para a melhoria do acesso, da qualidade e da disponibilidade dos serviços de saúde nos municípios do Cuanza Norte, através do reforço das capacidades técnicas e de gestões dos responsáveis de programas das direcções provinciais.

Desde 2011, a organização Médicos del Mundo de Espanha e França trabalham na província do Cuanza Norte, nos municípios de Ambaca, Lucala, Samba Caju e Cazengo.

II.2 A imigração e as populações

Jornal de Angola
05 De Dezembro de 2014

A imigração ilegal é um fenómeno que suscita muita preocupação no nosso país, pelas suas implicações negativas. O combate das autoridades à imigração ilegal vai conhecendo elevados níveis de organização e intensidade, o que não podia deixar de ser, na medida em que as redes que promovem esse fenómeno vão encontrando sempre novas formas de iludir a vigilância das forças policiais.

Não se trata de um combate fácil, mas as nossas autoridades policiais têm feito um trabalho exemplar de fiscalização da nossa extensa fronteira terrestre, mesmo faltando por vezes meios suficientes para uma acção mais eficaz em áreas de difícil acesso.

É elevado o número de imigrantes estrangeiros que entram pelas fronteiras no nosso país, com objectivos diversos, em particular para exploração ilegal de diamantes, situação que leva as autoridades a apelar às populações de regiões fronteiriças a colaborar com a Polícia no sentido de se impedir oportunamente a violação do nosso territórios. Segundo o superintendente-chefe da Polícia de Guarda-Fronteira, Inácio Feliciano, as autoridades detiveram na Lunda Norte, de Janeiro a Novembro deste ano, mais de cinco mil imigrantes ilegais, todos da República Democrática do Congo.

Com a imigração ilegal estão conexos crimes como o tráfico de drogas e de seres humanos, o que justifica a existência de meios eficientes para se fazer face a diversas condutas criminosas. Porque o combate à imigração abrange outros fenómenos a ela associada, torna mais complexa a tarefa das autoridades.

A complexidade do combate é tal que muitos países que enfrentam a imigração ilegal estabelecem acordos de cooperação com outros Estados, vizinhos ou não, para realizarem acções conjuntas, combinando meios materiais e humanos e pondo em marcha mecanismos judiciais inibidores do cometimento de crimes. A segurança das fronteiras e a luta contra o crime organizado e transnacional é hoje um assunto que figura na primeira linha das prioridades de vários governos, em particular em África, onde o fenómeno da imigração ilegal ganha contornos que suscitam redobrado empenho dos Estados.

Na África Austral, foram accionados mecanismos de diálogo e concertação entre as polícias e serviços de inteligência de diversos Estados da região para combater a imigração ilegal e o crime organizado. Sendo os objectivos comuns a todos os Estados que lutam contra a imigração ilegal e o crime organizado, é grande naturalmente a disponibilidade dos países que aderem a esses mecanismos para colaborarem activamente, colocando ao serviço de uma mesma causa recursos necessários ao combate a situações que requerem persistência, unidade e muita eficiência. Embora haja estes mecanismos de colaboração entre Estados, não se pode esquecer de um factor que é essencial, por vezes até decisivo, na luta contra a imigração ilegal: a população. É preciso mobilizar os cidadãos para esta luta contra aqueles que podem pôr em causa a segurança nacional.

Os cidadãos são muitas vezes os primeiros a testemunhar actos ilegais, pelo facto de residirem em determinadas áreas fronteiriças do território nacional, podendo rapidamente colocar as autoridades policiais ao corrente do que se passa.

A população é uma importante fonte de informação que pode ajudar grandemente a Polícia nos seus esforços permanentes de detenção de imigrantes ilegais que no nosso país realizam acções que podem perturbar a actividade económica e a nossa integridade territorial.

É importante que as autoridades tradicionais estejam articuladas com a Polícia Nacional neste combate, até porque elas têm um conhecimento profundo da realidade das regiões em que vivem e das suas populações.

Será ainda necessário que os cidadãos saibam das consequências da imigração ilegal no nosso país. Acredita-se que se as pessoas souberem que prejuízos a imigração ilegal causam ao país estarão dispostas a agir no sentido da denúncia às autoridades competentes de acções que violam as leis do nosso país.

Tem de se dizer às pessoas que a facilitação de entrada ilegal de estrangeiros no país provoca inúmeros problemas que vão afectar muitos milhares de pessoas. Para tanto, deverá haver diálogo com as autoridades tradicionais e outras para que estas sejam agentes activos de sensibilização das populações, a fim destas defenderem também, por via da denúncia, o território nacional. Com as populações envolvidas no combate à imigração ilegal, havemos de verificar uma diminuição considerável de casos de entrada de estrangeiros pelas nossas fronteiras sem os procedimentos legais estabelecidos. Angola é um país de homens generosos, mas quem quiser entrar no país terá de fazê-lo respeitando as nossas leis.

11.3 Refugiados voltam a casa

Jornal de Angola

05 De Dezembro 2014

Texto: Lourenço Bule

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) na província do Cuando Cubango registou de Janeiro a Novembro o regresso definitivo ao país de 55 cidadãos nacionais que viviam na condição de refugiados na Zâmbia e Namíbia.

Um documento do SME, ao qual o Jornal de Angola teve acesso, 23 destes cidadãos vieram dos campos de refugiados de Mayukuayuka e Senanga, na Zâmbia, e

entraram em território nacional no posto fronteiriço do Rivungo, no Cuando Cubango. Os outros 32 regressaram ao país pelos postos fronteiriço de Catuitui, município do Cuangar, depois de permanecerem largos anos nos campos de refugiados de Catima Mulilo, no território da Namíbia.

O Serviço de Migração e Estrangeiros no Cuando Cubango registou neste período 234 cidadãos, sendo 173 requerentes e 61 refugiados de diferentes nacionalidades, todos localizados na capital provincial, onde se dedicam ao comércio precário. Os dados do SME indicam que pelo aeroporto de Menongue e postos fronteiriços do Calai, Cuangar, Mucusso, Dirico, Catuitui e Rivungo, localidades limítrofes, saíram 50.598 cidadãos nacionais e 19.155 estrangeiros.

11.4 Policia e ONG lançam projecto de combate a violência doméstica

Semanario Manchete

05 De Dezembro de 2014

Um projecto de cooperação sobre "Violência no género" em parceria entre o comando provincial da Policia Nacional do Cuanza Norte e a ONG "Medicos Del Mundo" foi apresentado quarta-feira, em N Ndalatando (sede da província).

o projecto foi apresentado pela coordenadora geral dos Medicos Del Mundo em Angola, Margarita Sanmantin Camacho, e consubstanciase na implementação de acções que visam reduzir os índices de violência domestica na região, contando para tal com o envolvimento dos efectivos do Ministério do Interior.

Segundo a responsável, o projecto prevê a formação de efectivos do Ministério do Interior em matéria de género, violência domestica e atendimento de qualidade as vitimas de violência, incluindo a tramitação atempada dos casos de violência a outros serviços.

A formação de equipas policiais de combate a violência no género, realização conjunta de actividades de sensibilização nas comunidades sobre o ser desenvolvido pelo projecto.

Ao intervir no acto, o segundo comandante da Policia Nacional para a área de Protecção e Intervenção no Cuanza Norte, subcomissário Francisco Fausto disse que as mulheres e crianças continuam ainda a ser as principais vitimas da violência domestica.

Solicitou o envolvimento de toda sociedade no combate a este mal que a prevenção e o combate a

violência doméstica constitui, actualmente, uma das maiores preocupações do Executivo.

Adiantou que no Cuanza Norte, a Polícia na sua vertente pedagógica tem incidido as suas acções, em serviços de piquete ou no policiamento de proximidade, no aconselhamento directo aos cidadãos sobre as consequências da violência doméstica na família e na sociedade.

Indicou o diálogo no seio familiar como uma das soluções para acabar com a violência nos lares. "Avizinha-se a quadra festiva, período em que as emoções tendem a ser negativas devido ao ambiente frenético da época, associado ao consumo exagerado de álcool, por isso apelamos ao dialogo no seio das famílias", exortou.

A ONG "Medicos del Mundo" esta presente no Cuanza Norte desde 2011 e tem projectos direccionados na formação de activistas em saúde comunitária nos municípios de Cazengo, Lucala, Samba Caju e Ambaca, com realce para as áreas de saúde sexual, reprodutiva e luta contra o VIH Sida.

11.5 Segurança na fronteira preocupa Angola e Namíbia

Novo Jornal
05 De Dezembro 2014

O reforço da segurança na fronteira comum Angola/Namíbia foi analisado, quinta-feira, em Ondjiva, província do Cunene, na reunião extraordinária da Comissão Conjunta de ambos os países. A reunião juntou responsáveis da Polícia Nacional no Cunene e da vizinha República da Namíbia, oriundos das regiões de Ohakwena, Omusati e Oshana.

Os participantes ao encontro diagnóstico profundo inerente a criminalidade transfronteiriça, bem como outros delitos. De igual modo, assenta também na preocupação de encontrar respostas para redução de roubo, furto e assaltos a mão armada ao longo da fronteira comum, precisou o comissário. Angola e Namíbia partilham uma fronteira terrestre com uma extensão de 1.376 quilómetros. abordaram questões como segurança pública, com destaque para os crimes transfronteiriços como o tráfico de mercadorias, transacção cambial, roubo de viaturas e a imigração ilegal.

No acto de abertura, o comandante provincial da Polícia Nacional no Cunene, comissário António de Jesus Guedes, disse que a reunião se reveste de

capital importância e tem como objectivo proceder um.

11.6 80% Das mulheres angolanas são vítimas de violência doméstica

Jornal República
05 De Dezembro de 2014

Oito em cada 10 mulheres em Angola já foram vítima de violência doméstica, segundo o relatório do Índice de Género e Instituições Sociais da OCDE divulgado sobre a discriminação das mulheres.

O documento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) apresenta a prevalência de discriminação em instituições sociais e promove a importância de normas Sociais convencionais na defesa da igualdade de género - Índice de Género e Instituições Sociais da OCDE. Enquanto que a média dos 108 países avaliados é de 30%, em Angola 80% das mulheres dizem ter sido vítimas de violência de homens, enquanto no outro extremo, no Canadá, apenas 7% das mulheres alegaram violência doméstica.

Angola ficou na 57.a posição da tabela geral, registando também elevados níveis de discriminação no poder de decisão das mulheres dentro da família, no acesso a bens e recursos e na participação social e política.

O melhor desempenho regista-se no tratamento dos filhos, onde a desigualdade de género é considerada "baixa".

A edição deste ano do Índice pretende identificar e avaliar discriminação baseada no género em leis, atitudes e práticas em 160 países, mas só produz uma tabela de 108 países devido à falta de informação comparativa sobre o tema em alguns países, como Portugal, Cabo Verde ou São Tomé e Príncipe.

11.7 Promoção do repatriamento voluntário foi o destaque

Jornal de Angola
12 De Dezembro de 2014
Texto: Josina de Carvalho

O seminário, promovido pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos em parceria com o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) serviu para formar os participantes sobre as especificidades relacionadas com a procura de soluções sólidas para os refugiados.

Os participantes vão elaborar um plano de acção que permita aos refugiados encontrarem soluções para os problemas que dificultam o cumprimento dos princípios do Estatuto dos Refugiados.

A secretária de Estado da Justiça pediu aos participantes na abertura do seminário que incidissem as abordagens nas questões da promoção do repatriamento voluntário, da possibilidade de integração local e da obtenção de um estatuto alternativo.

Isabel Tormenta sugeriu que se analisasse a possibilidade de manter o estatuto de refugiados para os que continuam a carecer de protecção internacional e estão impedidos de regressar ao país de origem. A secretária de Estado recordou que a decisão da aplicação da cláusula de cessação do Estatuto de Refugiados, bem como das modalidades da sua aplicação, cabe exclusivamente aos Estados, que têm de ter em consideração os principais padrões legais internacionais e as legislações nacionais.

Isabel Tormenta disse que, atendendo à situação de paz na Libéria, Serra Leoa e Ruanda, "é preciso prestar especial atenção ao assunto" e trabalhar com os três países para o repatriamento voluntário das pessoas abrangidas pela cláusula, à semelhança do tratamento dado aos angolanos na mesma condição na República Democrática do Congo e Zâmbia.

O representante do ACNUR em Angola, Hans Lunshof, pediu os participantes que estudem soluções duradouras e definam o período para aplicação da Cláusula de Cessação do Estatuto de Refugiados. Esta cláusula é aplicada ao abrigo da Convenção de Genebra de 1951, conhecida como Convenção das Nações Unidas para os Refugiados, do Protocolo de 1967 e da Convenção da União Africana de 1969.

11.8 Repatriamento de refugiados

Novo Jornal

12 De Dezembro de 2014

O governo de Angola no anunciou o repatriamento voluntário dos cerca de 30 mil ex-refugiados angolanos que ainda viviam na vizinha República Democrática do Congo. A operação devera estar concluída até ao final de 2014. A informação foi avançada pelo director nacional da Assistência e Reinserção Social, André Zinga, na abertura da reunião tripartida entre os dois países e o Alto Comissariado das Nações Unidas Para os Refugiados (ACNUR).

"Acordarmos iniciar o repatriamento, na segunda quinzena de Agosto, para termos tempo de preparação,

principalmente para a remissão dos primeiros salvos-condutos ao maior numero possível de pessoas", justificou André Zinga, afirmando que "as questões logísticas estão acauteladas, porque já houve missões e trabalho preliminar com os governos provinciais, essencialmente onde se vai iniciar o repatriamento - Uíge, e Zaire - que já tem os espaços localizados para a instalação dos centres".

11.9 Ministério da Justiça realiza seminário

Jornal de Angola

13 De Dezembro de 2014

Texto: Josina De Carvalho

Técnicos do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, refugiados e membros de organizações da sociedade civil participaram quinta e sexta-feira, num seminário sobre "A Estratégia Global para a Situação dos Refugiados da Serra Leoa, Libéria e do Ruanda residentes em Angola".

O seminário, promovido pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos em parceria com o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) ser e viu para formar os participantes sobre as especificidades relacionadas com a procura de soluções sólidas para os refugiados.

Os participantes vão elaborar um plano de acção que permita aos refugiados encontrarem soluções para os problemas que dificultam o cumprimento dos princípios do Estatuto dos Refugiados.

A secretária de Estado da Justiça pediu aos participantes na abertura do seminário que incidissem as abordagens nas questões da promoção do repatriamento voluntário, da possibilidade de integração local e da obtenção de um estatuto alternativo.

Isabel Tormenta sugeriu que se analisasse a possibilidade de manter o estatuto de refugiados para os que continuam a carecer de protecção internacional e estão impedidos de regressar ao país de origem. A secretária de Estado recordou que a decisão da aplicação da cláusula de cessação do Estatuto de Refugiados, bem como das modalidades da sua aplicação, cabe exclusivamente aos Estados, que têm de ter em consideração os principais padrões legais internacionais e as legislações nacionais.

Isabel Tormenta disse que, atendendo à situação de paz na Libéria, Serra Leoa e Ruanda, "é preciso prestar especial atenção ao assunto" e trabalhar com os três países para o repatriamento voluntário das pessoas abrangidas pela cláusula, à semelhança do tratamento dado aos angolanos na mesma condição na República Democrática do Congo e Zâmbia.

O representante do ACNUR em Angola, Hans Lunshof, pediu os participantes que estudem soluções duradouras e definam o período para aplicação da Cláusula de Cessação do Estatuto de Refugiados. Esta cláusula é aplicada ao abrigo da Convenção de Genebra de 1951, conhecida como Convenção das Nações Unidas para os Refugiados, do Protocolo de 1967 e da Convenção da União Africana de 1969.

II.10 Cabinda combate os ilegais

Jornal de Angola
17 De Dezembro de 2014
Texto: Garrido Fragoso

A governadora de Cabinda, Aldina da Lomba, defendeu a necessidade do aumento do combate aos imigrantes em situação ilegal que violam constantemente a fronteira comum com a República Democrática do Congo e o Congo Brazzaville.

Aldina da Lomba sublinhou que esta acção não deve ser apenas dos órgãos de defesa e segurança, como o Serviço de Migração e Estrangeiros e a Polícia de Guarda Fronteiras, mas sim de toda a população, já que, disse, "temos que salvaguardar a nossa segurança e a soberania".

A governadora de Cabinda informou que "na penitenciária do Yabi, mais de 50 por cento dos reclusos são cidadãos estrangeiros, sobretudo da RDC, que praticavam crimes violentos e atentavam contra a segurança das populações em diferentes bairros da periferia da cidade de Cabinda. "A situação é preocupante, pois temos um número considerável de reclusos que são estrangeiros em situação migratória ilegal e estão detidos por prática de crimes violentos contra as nossas populações nos bairros", insistiu a governadora de Cabinda.

Até ao momento não existe um protocolo entre os governos de Angola e do Congo Democrático para a extradição de prisioneiros, questão que esta já a merecer a atenção do Executivo.

Aldina da Lomba apelou ao SME para redobrar as acções de fiscalização, sobretudo na periferia da cidade de Cabinda, onde estrangeiros em situação

ilegal contam com auxílio de cidadãos nacionais, sublinhou a governadora Aldina da Lomba.

II.11 Imigração ilegal preocupa governadora de Cabinda

Novo Jornal
19 De Dezembro de 2014

A GOVERNADORA de Cabinda, Aldina da Lomba Catembo, defendeu ser imperioso continuar o combate cerrado aos imigrantes ilegais que violaram constantemente a vasta fronteira comum entre Angola e os dois Congos.

A governante defendeu que esta acção não deve ser só dos órgãos de defesa e segurança, propriamente o SME e a Polícia de Guarda de Fronteiras, mas sim "de toda a população", porque trata-se de "salvaguardar a segurança e a soberania nacionais".

Indicou que hoje mais de metade dos reclusos da Penitenciária do Yabe e constituída por cidadãos estrangeiros ilegais, com maior incidência oriundos da RDC, que praticam crimes violentos e inquietam a segurança das populações na calada da noite na periferia da cidade de Cabinda.

"É preocupante a situação. Nós hoje temos um número considerável de reclusos que, na sua maioria, são estrangeiros ilegais da RDC. Isso preocupa-nos porque eles estão detidos pela prática de crimes violentos contra as nossas populações nos bairros da cidade", alertou.

Para tal, fez saber que, até ao momento, não existe um protocolo entre os governos de Angola e do Congo Democrático de extradição de prisioneiros, questão que, segundo a governante, esta a merecer já a atenção do Executivo.

Aldina Catembo disse também ser necessário reequipar as forças da Polícia de Guarda Fronteiras (PGF) e do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) junto das fronteiras comuns, com meios modernos e eficazes para o combate mais cerrado e determinado aqueles cidadãos estrangeiros ilegais que insistem em violar as fronteiras da província, sobretudo nas áreas onde ainda não se fazem sentir acções de vigilância e segurança.

Apelou ao SME para redobrar as acções de fiscalização e combate a imigração ilegal, sobretudo na periferia da cidade de Cabinda, onde muitos ainda afluem com o apoio e auxílio de cidadãos nacionais.

"Vamos agora iniciar acções de coordenação dos bairros. Estas, embora ainda aguardem a aprovação

das estruturas centrais, servirão de instrumento institucional capaz de contrapor a imigração ilegal nos bairros", disse.

11.12 ADRA promove debates

Jornal de Angola
20 De Dezembro de 2014
Texto: Domingos Mucutai

A importância e os desafios do associativismo feminino no processo de desenvolvimento local foram assuntos de debate no Encontro de Mulheres promovido pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), realizado na cidade do Lubango.

o encontro contou com a participação de funcionárias da ADRA, membros de organizações femininas religiosas e representantes de instituições públicas, visando promover espaços de partilha de experiências que contribuam para o desenvolvimento humano.

A actividade esteve enquadrada no Plano Estratégico da ADRA directora da instituição na Huila e Cunene, Maria Soma, disse na abertura da actividade que os processos de desenvolvimentos de qualquer sociedade tem contado com a participação de homens e mulheres, nas mais diversas esferas do saber, com mais exigências nas mulheres pelas tarefas familiares.

Maria Soma informou que a ADRA continua a desenvolver palestras sobre as componentes de relações, metodologias, ferramentas sobre justiça no género tanto a nível da comunidade como das equipas da organização não governamental, para a redução das diferenças entre papéis das mulheres e dos homens.

"Nos últimos anos, a reflexão tem sido centrada na perspectiva da componente do género, envolvendo os diversos actores que apesar dos avances verificados nas relações de género, dentro e fora da organização, ainda é imperioso dar continuidade ao debate interno", disse Maria Soma.

Os participantes abordaram temas como o "desafio da educação dos filhos das mulheres trabalhadoras no contexto actual", 'mulheres e a sociedade civil o papel das organizações femininas no desenvolvimento', e "A Lei Geral do Trabalho e outra legislação conexa (especificidades, deveres e direitos)".

11.13 Estrangeiros são detidos por falta de documentos

Jornal de Angola
23 De Dezembro de 2014

Cidadãos estrangeiros em situação ilegal, num total de 884 entre 3.045 interpelados pelas autoridades, estão detidos devido a sua situação migratória ilegal, na sequência de uma operação desencadeada pelo Ministério do Interior nos dias 19 e 20 de Dezembro.

Um comunicado de imprensa do Ministério informa que no quadro desta acção foi libertada 2.161 cidadãos após o rastreio da documentação, enquanto 884 continua no Centro de Detenção de Estrangeiros Ilegais, estando em curso as diligências necessárias para seu repatriamento.

o comunicado refere que vários cidadãos nacionais de forma criminalmente dolosa tem fomentado e auxiliado a continuidade da imigração ilegal, transportando e ocultando imigrantes ilegais em varias regiões do país.

"Aos cidadãos que tem incorrido nestas práticas, o Ministério do Interior adverte que uma vez identificados vão ser amplamente responsabilizados e punidos de acordo com os ditames da legislação em vigor". o Ministério do Interior pede a população para se manter vigilante e denunciar os casos de que tenham ou venham a ter conhecimento.

O comunicado lembra ainda que são largamente conhecidos os efeitos adversos que o intenso fluxo migratório ilegal pode provocar a economia e ao bem-estar da nação angolana, pelo que todos os angolanos devem colaborar na eliminação destas praticas.

Zaire

Cento e quinze Cidadãos da Republica Democrática do Congo foram detidos, nos últimos sete dias, pela Policia Nacional nos municípios de Mbanza Congo e Soyo, por entrada e permanência ilegal em território nacional. Em comunicado, o comando provincial do Zaire da Policia Nacional refere que estes imigrantes ilegais já estão sob custódia do SME para o repatriamento.

Quanto ao perímetro fronteiriço, o comunicado informa ter sido frustrada uma tentativa de violação dos limites entre os dois países, mais um caso em relação a semana passada. o comunicado acrescenta que em função da infracção foi detido um cidadão da Republica Democrática do Congo que ja se encontra sob controlo do SME. A província do Zaire partilha

330 quilómetros de fronteira com a região do Baixo Congo.

11.14 Detidos estrangeiros por entrada ilegal

Jornal de Angola
28 De Dezembro de 2014
Texto: Luísa Vitoriano

A informação foi dada ontem pelo porta-voz da Policia Nacional, inspector chefe, Junqueira António, durante o balanço das acções operativas realizadas no âmbito da quadra do Natal. o grupo de dez imigrantes ilegais vai responder ante as autoridades judiciais.

O oficial disse que foram também registados nos dias 24 e 25 de Dezembro 12 crimes, mais três em relação ao ano de 2013, sendo dez ofensas corporais voluntárias com objectos cortantes, um espancamento e um por furto.

No domínio da criminalidade, Junqueira António esclareceu que foram igualmente detidos dez suspeitos de crimes nos municípios de Malanje, Cacuso, Calandula, Caculama e Cunda dia Base por desacato à ordem e tranquilidade públicas.

Quanto a sinistralidade rodoviária, foram registados dez acidentes de viação nos municípios de Malanje, Calandula e Cunda dia Base, tendo causado 12 feridos e danos materiais avultados. Junqueira António disse que neste domínio foram registados quatro atropelamentos, três choques entre veículos e ciclomotores e dois despistes. Os agentes de trânsito aplicaram 12 multas e apreenderam três motorizadas por diversas infracções ao Código de Estrada.

O porta-voz da Policia Nacional em Malanje referiu que das ocorrências registadas pelo plantão da corporação nos bancos de urgência de ortopedia e de medicina do Hospital Geral de Malanje, foram registados 130 doentes sendo 57 com ferimentos resultantes de acidentes de viação, 35 por agressão física, 25 por desmaios, dez por intoxicação alimentar e três por coma etílico.

A situação de segurança pública na cidade de Malanje foi qualificada como calma em relação ao ano passado devido ao conjunto de medidas operativas adoptadas, que permitiram que a população festejasse o Natal num clima de paz e harmonia social.

Garantiu que esforços vão continuar a ser desenvolvidos em todo o território da província,

visando prevenir os crimes e a sinistralidade rodoviária.

Pela fronteira de Santa Calara, uma das mais movimentadas do SuI de Angola, sobretudo nas áreas de Namacunde, Calueque e Ruacana entraram e saíram do território nacional neste período no período do Natal 17. 304 Cidadãos entre nacionais e estrangeiros.

Em relação ao ano passado, este movimento representa um acréscimo de 915, soube ontem a Angop através de um comunicado do Serviço de Migração e Estrangeiros.

De acordo com o comunicado, entre os migrantes estão 9.910 nacionais e 7.394 estrangeiros, que utilizaram os postos fronteiriços de Santa Clara, Calueque e Ruacana.

Angolanos repatriados Segundo o comunicado, namibianos, portugueses, zimbabueanos, sul-africanos, moçambicanos, nigerianos, congolezes democráticos, os cidadãos da Bielorrússia, Botsuana, Cuba e China são os que mais se destacaram. No período em causa, o Serviço de Migração e Estrangeiros registou, no posto fronteiriço de Santa Clara, 45 cidadãos nacionais expulsos da Namíbia por estadia ilegal naqueles países, tendo como destino as províncias do Cunene e Luanda. O documento revela ainda que o Serviço de Migração e Estrangeiros emitiu 62 pedidos de passaporte ordinário, dos quais 34 para emissão e 28 para renovação, 584 passes de travessia e 18 salvo-condutos. Também procedeu a entrega de 64 passaportes aos seus requerentes. O Cunene partilha 460 quilómetros, 340 terrestre e 120 fluviais, de fronteira com a Namíbia.

